

Livro Semente de Democracia – A Ideologia do Mérito
Autor: Prof. Inairo Gomes

Para palestras, seminários, congressos, cursos e pedidos de
exemplares

(versão histórica autografada pelo autor)

Contatos pelo email: [inagom@hotmail](mailto:inagom@hotmail.com)

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE – AS DEFORMIDADES DO SISTEMA

- Capítulo 01 – Ponto de Partida
- Capítulo 02 – Deformidades do Modelo Econômico
- Capítulo 03 – Deformidades do Modelo Cultural
- Capítulo 04 – Deformidades do Modelo Político
- Capítulo 05 – Deformidades do Modelo Social
- Capítulo 06 – Deformidades do Modelo Moral
- Capítulo 07 – Deformidades do Modelo Educacional
- Capítulo 08 – As Primeiras Conclusões

SEGUNDA PARTE – REFLEXÕES E PONTOS DE VISTA

- Capítulo 09 – Noções Básicas de Economia
- Capítulo 10 – O Jogo da Economia
- Capítulo 11 – O Julgamento do Governo à Luz da Lei da Oferta e da Procura
- Capítulo 12 – Quem Foi e Quem É Quem na Economia
- Capítulo 13 – Retrato da Realidade
- Capítulo 14 – Os Partidos Políticos do Sistema Capitalista
- Capítulo 15 – Os Partidos Comunistas
- Capítulo 16 – O Pacto das Elites e as Injustiças Sociais
- Capítulo 17 – O Paternalismo e a Escola de Mendigos
- Capítulo 18 – As Necessidades Básicas Como Determinantes do Comportamento Social
- Capítulo 19 – A Questão da Violência Institucionalizada
- Capítulo 20 – Ponto de Vista “A Grande Dúvida Nacional – O Dia da Festa”

TERCEIRA PARTE – SISTEMAS E MODELOS

- Capítulo 21 – O que é Sistema e o que é Modelo
- Capítulo 22 – Evolução Histórica dos Modelos Econômicos
- Capítulo 23 – Evolução Histórica dos Modelos Culturais
- Capítulo 24 – Evolução Histórica dos Modelos Políticos
- Capítulo 25 – Evolução Histórica dos Modelos Sociais
- Capítulo 26 – Evolução Histórica dos Modelos Morais
- Capítulo 27 – Evolução Histórica dos Modelos Educacionais
- Capítulo 28 – Evolução Histórica dos Sistemas
- Capítulo 29 – Evolução Histórica dos Regimes de Governo
- Capítulo 30 – Evolução Histórica dos Trunfos Humanos
- Capítulo 31 – O Quadro Sinóptico da Evolução Histórica dos Sistemas

QUARTA PARTE – ORIGEM, APOGEU E QUEDA DAS PIRÂMIDES

- Capítulo 32 – O Sistema Primitivo (A 1ª Pirâmide)
- Capítulo 33 – Teoria da Origem do Poder
- Capítulo 34 – A Origem da Estratificação Social
- Capítulo 35 – O Nascimento do Absolutismo (A 2ª Pirâmide)

- Capítulo 36 – A Primeira Sucessão Governamental
- Capítulo 37 – A Consolidação do Sistema Absolutista
- Capítulo 38 – A Origem das Injustiças e das Tensões Sociais
- Capítulo 39 – O Feudalismo e a Decadência do Sistema Absolutista
- Capítulo 40 – O Nascimento do Capitalismo (A 3ª Pirâmide)
- Capítulo 41 – O que é Capital e o que é Capitalista
- Capítulo 42 – A Ordem Econômica Através dos Tempos
- Capítulo 43 – O Paradigma SOCOCA
- Capítulo 44 – Socialismo e Comunismo e a Decadência do Capitalismo

QUINTA PARTE – A IDEOLOGIA DO MÉRITO (A 4ª Pirâmide)

- Capítulo 45 – Introdução à Quinta Parte
- Capítulo 46 – O Sistema do Mérito (A 4ª Pirâmide)
- Capítulo 47 – A Grande Anistia

SEXTA PARTE – O NOVO MODELO ECONÔMICO

- Capítulo 48 – A Nova Ordem Econômica
- Capítulo 49 – Teoria da Escassez X Teoria da Suficiência
- Capítulo 50 – “A Matriz de Inairo”
- Capítulo 51 – Uma Nova Concepção de Propriedade PN, PL e PI
- Capítulo 52 – A Definição de Prioridades
- Capítulo 53 – A Visão Moderna da Administração dos Orçamentos
- Capítulo 54 – O Novo Sistema Financeiro
- Capítulo 55 – O Crédito Pleno e Público
- Capítulo 56 – O Domicílio Bancário Único
- Capítulo 57 – A Poupança Comum, Interna e Previdenciária
- Capítulo 58 – Inflação, Deflação, Especulação e Corrupção
- Capítulo 59 – A Visão dos Quatro Mercados
- Capítulo 60 – A Nova Política Cambial

SÉTIMA PARTE – O NOVO MODELO CULTURAL

- Capítulo 61 – O Novo Modelo Cultural
- Capítulo 62 – A Alimentação
- Capítulo 63 – A Habitação e a Moradia
- Capítulo 64 – As Cidades
- Capítulo 65 – A Arquitetura, a Literatura, a Arte, a Música, a Pintura, o Folclore

OITAVA PARTE – O NOVO MODELO POLÍTICO

- Capítulo 66 – O Novo Modelo Político
- Capítulo 67 – O Poder Constituinte Permanente
- Capítulo 68 – O Poder Executivo Constituído
- Capítulo 69 – A Estrutura Organizacional do Estado, do Governo e do Partido do Mérito
- Capítulo 70 – Das Credenciais, dos Cargos e da Carreira Política
- Capítulo 71 – O Processo de Escolha de Representantes dentro do Partido
- Capítulo 72 – O Processo Seletivo de Candidatos aos Cargos do Governo
- Capítulo 73 – A Composição dos Congressos Constituintes
- Capítulo 74 – A Democracia Representativa no Sistema do Mérito
- Capítulo 75 – O Partido do Mérito
- Capítulo 76 – Os Mandatos, as Sucessões e as Eleições no Sistema do Mérito

Capítulo 77 – Sistemas de Governo (Parlamentarismo X Presidencialismo)

Capítulo 78 – Em Defesa do Estado Não Violento

Capítulo 79 – O Vácuo Jurídico

NONA PARTE – O NOVO MODELO SOCIAL

Capítulo 80 – O Novo Modelo Social

Capítulo 81 – A Família Democrática

DÉCIMA PARTE – O NOVO MODELO MORAL

Capítulo 82 – O Novo Modelo Moral

Capítulo 83 – A Tríplice Aliança

DÉCIMA PRIMEIRA PARTE – O NOVO MODELO EDUCACIONAL

Capítulo 84 – O Novo Modelo Educacional

Capítulo 85 – O Declínio da Grande Escola X Ascensão da Pequena Escola

DÉCIMA SEGUNDA PARTE – Quadros, Gráficos,

Tabelas e Ilustrações

01 – A Balança da Oferta e da Procura

02 – O Governo e o Pacto das Elites

03 – O Governo e a Justiça Social

04 – O Quadro Sinóptico da Evolução Histórica dos Sistemas

05 – A Matriz de Inairo

06 – O Orçamento Monetário e a Prioridade Econômica

07 – O Orçamento Fiscal e a Prioridade Social

08 – O Dinheirômetro

09 – Tabela Sintética para Formatação das Credenciais no PM

10 – Relação dos Cargos e Credenciais de Nível Nacional no CDE

11 – Relação dos Cargos e Credenciais de Nível Regional no CDE

12 – Relação dos Cargos e Credenciais de Nível Municipal no CDE

13 – Relação dos Cargos e Credenciais de Nível Comunitário no CDE

14 – Relação dos Cargos e Credenciais de Nível Nacional no DEX

15 – Relação dos Cargos e Credenciais de Nível Regional no DEX

16 – Relação dos Cargos e Credenciais de Nível Municipal no DEX

17 – Relação dos Cargos e Credenciais de Nível Comunitário no DEX

18 – Relação dos Cargos Constituintes de Nível Nacional

19 – Relação dos Cargos Constituintes de Nível Regional

20 – Relação dos Cargos Constituintes de Nível Municipal

21 – Relação dos Cargos Constituintes de Nível Comunitário

22 – Relação dos Cargos Executivos de Nível Nacional

23 – Relação dos Cargos Executivos de Nível Regional

24 – Relação dos Cargos Executivos de Nível Municipal

25 – Relação dos Cargos Executivos de Nível Comunitário

PREFÁCIO

A magnitude e a ousadia do empreendimento que o Dr. Inairo Gomes nos propõe no seu livro SEMENTE DE DEMOCRACIA – A IDEOLOGIA DO MÉRITO fazem-nos evocar a grande figura do

filósofo francês René Descartes e a influência decisiva da sua obra na gênese e na evolução da Filosofia Moderna. Embora distanciados no tempo, já que quatro séculos os separam, ambos têm um traço em comum: assumem, cada um dentro do seu contexto histórico, uma postura nitidamente reformista.

Registra a História da Filosofia que Descartes, considerado o pai do Pensamento Moderno, profundamente desapontado com a decadência a que chegara, à sua época, a Filosofia Escolástica, empreende a ousada tarefa de reconstruir a Filosofia desde os seus fundamentos. O seu ponto de partida é uma dúvida metódica e universal: “Resolvi, diz ele, fazer de conta que todas as cousas que até então haviam entrado no meu espírito, não eram mais verdadeiras do que as ilusões dos meus sonhos.” Destarte, pôs em dúvida sistematicamente “as afirmações do senso comum, os argumentos de autoridade, o testemunho dos sentidos, as informações da consciência, as verdades deduzidas pelo raciocínio e os próprios princípios imediatos”, entretanto, enquanto duvida, surpreende-se pensando e conclui: se duvido, penso; se penso, existo – cogito, ergo sum. Portanto, a partir do seu Eu Pensante, Descartes constrói sua admirável síntese filosófica, cujo mérito não nos cabe aqui analisar. Abstraindo o ilogismo do seu método, não há negar que a obra do pensador francês desencadeou ampla e profunda reforma no âmbito da Filosofia, como alhures ressaltamos. Do seu legado intelectual que, extrapolando o seu século, projeta-se nos séculos posteriores, originam-se as duas mais importantes correntes do pensamento moderno, respectivamente: a Escola Espiritualista e a Materialista; esta, através dos filósofos iluministas do século XVIII inspira a Revolução Francesa e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789, de tanta significação para o destino da Humanidade.

Revolução com a abrangência e a profundidade da que empreendeu Descartes no domínio do pensamento especulativo, o Dr. Inairo Gomes crê-se predestinado a realizar nos conceitos, nas estruturas e na dinâmica da Política e da Economia, assumindo essa missão como se lhe fora um mandato recebido do Alto, a própria razão de ser da sua existência terrena, como ele próprio no-lo confessa na introdução da sua obra. Vale salientar que o seu livro não foi escrito de afogadilho. Antes, pelo contrário, é o resultado de longos anos de trabalho árduo, de estudos, de pesquisas, de meditação, de questionamentos e discussões, tudo medido, pesado e submetido à joeira da crítica histórica, ao crivo das Ciências Política e Econômica e aos ditames do bom senso e da razão.

O ponto de partida, a motivação primordial da reforma inairiana é uma postura crítica em relação às estruturas políticas, econômicas e sociais do país.

Corria o fatídico ano de 68 e o jovem Inairo Gomes, então um anônimo estudante em Recife, já se afligia com a condição de pobreza e com a falta de perspectivas da grande maioria do povo brasileiro. O país mergulhara, quatro anos antes, nas trevas de uma ditadura militar que abolira por ato institucional os partidos políticos existentes e impusera o bipartidarismo com a criação de um partido da situação, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e outro de oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Vivia-se então uma fase de intensa efervescência política e descontentamento popular, mormente nos grandes centros urbanos, por força do cerceamento das liberdades constitucionais, individuais e de expressão, esta decorrente da censura imposta à imprensa. Além disso, a repressão política aos segmentos da sociedade que se opunham ao regime ditatorial contribuía ainda mais para aumentar as tensões políticas e sociais. Críticas e protestos eclodiam por toda parte oriundos principalmente dos movimentos de esquerda e de outros setores progressistas e engajados da sociedade civil. “A tantas críticas assisti, escreve o autor, que, sem me aperceber, embarquei nessa onda, até o dia em que me surpreendi, qual papagaio repetidor de ecos, criticando a tudo e a todos.” Não tardou que o jovem estudante se convencesse de que essa postura nihilista de crítica vazia e inconseqüente por certo não conduziria a lugar nenhum. Percebeu que nada adiantaria maldizer as trevas, sem antes acender uma luz na escuridão.

Compreendeu que em vez de verberar os graves e angustiantes problemas que infelicitavam grande parte da população brasileira, urgia buscar soluções viáveis e realistas capazes de superá-los.

Todavia, para propor soluções impunha-se-lhe conhecer a fundo os problemas na sua amplitude e implicações e caracterizar as suas causas determinantes, como sói acontecer na Medicina, em que o tratamento eficaz de uma enfermidade baseia-se no diagnóstico preciso da sua etiofisiopatologia. “Diante disso cheguei à conclusão, confessa ele, de que era preciso fazer alguma coisa no sentido de encontrar uma saída”. E o fez. Empreendeu a elaboração da sua obra. Tinha início, assim, a missão para a qual se julgava predestinado, de construir uma alternativa política e econômica para o país.

Numa visão panorâmica, a obra do Dr. Inairo Gomes abrange duas partes: a primeira expositiva e crítica, a segunda, doutrinária e propositiva. Na primeira, o autor analisa as deformidades dos Modelos Econômico, Cultural, Político, Social, Moral e Educacional vigentes. Ao tratar de Economia, expõe numa linguagem simples e acessível as noções elementares da Ciência Econômica, detendo-se mais pormenorizadamente na abordagem do princípio básico que preside e comanda os fenômenos econômicos, ou seja, a famosa lei da procura e da oferta, sua manipulação pelos agentes financeiros privados ou governamentais e seus reflexos no dia a dia dos cidadãos. Ao referir-se à Política, examina o papel dos partidos no contexto do nosso Modelo Político, expondo-lhes as entranhas e as mazelas e por fim lança-os todos na mesma vala comum da inutilidade e da obsolescência. Discute o pacto das elites e seus desdobramentos em relação à violência institucionalizada com suas implicações políticas, econômicas e sociais no que toca e interessa ao povo brasileiro. Em prosseguimento, estabelece os conceitos de Sistema e Modelo e desenvolve a partir dessas premissas um estudo histórico-sociológico em relação à evolução histórica dos vários modelos e sistemas através dos tempos, coroando-o com a interessante teoria dos trunfos humanos. Na seqüência, aborda a teoria da origem do poder, as causas da estratificação social e o surgimento e consolidação do Absolutismo na História da Humanidade, responsabilizando-o pelo aparecimento das tensões e injustiças sociais. Expõe a origem e o apogeu do Feudalismo na Europa e a sua decadência, o que ensejou o aparecimento dos regimes absolutistas europeus, a partir do início da Idade Moderna. Paralelamente, registra o surgimento do Capitalismo, gestado desde os fins da Idade Média e sua consolidação ao longo dos últimos quinhentos anos. Por fim, conclui, anunciando para breve a derrocada do Capitalismo, bem como dos modelos políticos que graças a ele subsistem e sua substituição num futuro já previsível por uma nova ordem político-econômica baseada na justiça, na fraternidade e nos direitos fundamentais da pessoa humana.

Os temas abordados na primeira parte do livro, indiscutivelmente importantes, representam tão-somente o intróito da obra do Dr. Inairo Gomes.

Com a introdução ao estudo do Sistema do Mérito, o autor dá início à parte mais importante do seu trabalho, onde lança as bases de um Modelo Político etocrático e de uma nova ordem econômica fundamentada na justiça como já ressaltamos anteriormente.

A ordem econômica que o autor se propõe construir é indiscutivelmente inovadora. Começa por reformular os conceitos básicos da Ciência Econômica, atribuindo-lhes novos conteúdos semânticos. Destarte, termos como capital, trabalho, propriedade, moeda, inflação e deflação, entre outros, assumem acepções diversas daquelas classicamente consagradas. Institui as figuras do crédito público, pleno e universal e do domicílio bancário único, nacionalmente válido para cada cidadão brasileiro, a partir do seu nascimento, instrumentos destinados a libertar o povo da dependência política e econômica a que está sujeito.

Estabelece com base na Psicologia as necessidades básicas do ser humano hierarquizando-as de acordo com o seu grau de complexidade, em fisiológicas, culturais, de segurança, sociais, de auto-estima e de auto-realização e indexa através da MATRIZ DE INAIRO, um inovador instrumento de política econômica criado para essa finalidade, toda ordem econômica à satisfação plena dessas necessidades, o que, de resto, representa, dentro da perspectiva inairiana, o objetivo supremo, a própria razão de ser da Ideologia do Mérito. Em síntese, para substituir o Sistema Capitalista vigente, propõe uma nova ordem econômica baseada fundamentalmente na liberdade e na dignidade do indivíduo e na igualdade de oportunidades para todos, sem opressores nem oprimidos, sob a égide da mais lúdima justiça distributiva.

É com um misto de curiosidade e satisfação que iniciamos a análise do novo Modelo Político proposto em substituição ao vigente, mormente quando sabemos que esse modelo foi concebido e construído com muito trabalho, dedicação e admirável perseverança durante quase toda uma vida e alimentado pelo ideal superior de servir desinteressadamente aos seus semelhantes e ao bem comum. Assim como dos escombros da Escolástica parte Descartes para reestruturar a Filosofia, de igual modo, da descrença em nossa pseudodemocracia lança-se o Dr. Inairo Gomes ao ambicioso projeto de construir a esperança de um futuro melhor para milhões de brasileiros que apenas vegetam à margem da sociedade de consumo, sem a possibilidade sequer de poderem satisfazer as suas necessidades básicas.

“O homem, escreveu Aristóteles, é um animal político”. Na visão aristotélica, endossada pelo pensamento e pela praxe cristã, todo ato humano consciente visa a um fim e se transforma ipso facto num ato político, quer tenha ou não consciência disto o indivíduo que age. É inconteste que o lento e penoso processo de evolução da humanidade ao longo do tempo, desde as brumas da Pré-História aos nossos dias, passou pelos caminhos da Política. É a Política, por conseguinte, a força propulsora que impele a marcha da História do homem na sua multimilenar e espinhosa peregrinação terrena. Por essa razão, o Papa Pio XI, de saudosa memória, numa de suas alocuções apostólicas afirmou que a Política é, depois da Religião, a mais nobre das atividades humanas.

A Política se concretiza e realiza através de um Modelo Político, mediante o qual atua com reflexos positivos ou negativos sobre os diversos estamentos do organismo social. Partindo do pressuposto de que a crise brasileira é fundamentalmente de natureza política e moral, conclui o autor que ela está visceralmente vinculada ao nosso Modelo Político, o qual responderia também não só pelo nosso secular atraso econômico e social, mas sobretudo pela corrupção epidêmica que corrói o organismo político-administrativo do Estado em todos os níveis, bem como o tecido social.

Caracterizado o nosso Modelo Político como uma democracia liberal, partidária e representativa, emergem desse conceito duas premissas fundamentais a serem consideradas:

1^a) na condição de democracia partidária, o nosso Modelo Político consagra o Partido Político como a única via possível de acesso ao Poder Político

2^a) como democracia representativa estabelece que o povo seja representado nas instâncias do Poder apenas por delegados eleitos através de Partidos Políticos. Dessas premissas emanam duas importantes conseqüências. Da primeira que estabelece que apenas um Partido Político pode levar ao Poder, resulta que o Poder Político se transforma num condomínio fechado, num oligopólio a que apenas uns poucos têm acesso. Ao concentrar o Poder Político nas mãos de uma minoria, a democracia liberal-partidária, ipso facto exclui o povo do processo decisório do Estado. Sob esse aspecto, a nossa democracia não seria mais que “uma ficção, uma burla, uma artificialidade”. Do exposto resulta que o nosso Modelo Político é, em essência, um regime oligárquico porque apenas uma minoria detém, de fato, o monopólio do Poder Político. Ora, em qualquer oligarquia a tendência natural é que o grupo dominante exerça o

Poder em proveito próprio, parasitariamente, empobrecendo material e espiritualmente a maioria da Sociedade.

Da segunda premissa que estipula que toda e qualquer iniciativa de caráter legislativo ou administrativo oriunda da sociedade civil deva ser encaminhada às respectivas esferas do Poder Legislativo ou Executivo através dos representantes eleitos, resulta na prática, a anulação pura e simples da soberania popular, fonte de todo Poder na Democracia, reduzindo-a ao mero ato formal de depositar um voto na urna de quatro em quatro anos.

A esse modelo político oligárquico instaurado no país desde o Império que legitima e patrocina a exclusão social, a iníqua distribuição da renda nacional, a violência institucionalizada, a corrupção desbragada que nos envergonha e que favorece as injustiças de toda ordem que oprimem grande parte do povo brasileiro, seqüestrando-lhe a dignidade, a cidadania e o direito a uma vida melhor, contrapõe o Dr. Inairo Gomes um regime ético, transparente, escoimado de toda corrupção e centrado primordialmente no mérito de servir o próximo e promover o bem comum, de acordo com as palavras de Cristo: “Sabeis que os chefes das nações as tratam como senhores e que os grandes as dominam. Entre vós não deve ser assim. Pelo contrário, aquele dentre vós que quiser ser grande, há de ser o servo de todos. E quem entre vós quiser ser o primeiro, há de se colocar a serviço de todos, a exemplo do Filho do Homem que não veio para ser servido, mas para servir e oferecer a sua vida para resgate de muitos”. (Mt 20, 25-28) Eis a lição de Cristo: o poder só é justo e legítimo quando posto a serviço do próximo e do bem comum.

Oxalá o Sistema do Mérito se transforme na portentosa alavanca que possa impulsionar o Brasil para um futuro grandioso de paz, de ordem e progresso condizente com a sua vocação continental e a sua predestinação histórica.

“Dá-me uma alavanca e um ponto de apoio, dizia Arquimedes, e eu levantarei o mundo”. Dai-me a oportunidade de por em prática as minhas ideias, afirma o Dr. Inairo Gomes, e eu poderei mudar não só a fisionomia do país, mas quiçá a face da terra.

Concluindo, cumpre-nos reconhecer que se outros méritos não tivera o livro do Dr. Inairo Gomes, ao menos um, que excede os demais, ninguém lhe pode negar: o mérito de tentar construir um Modelo Político baseado no respeito e amor ao próximo e no propósito de servi-lo consoante o preceito divino: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”.

Antônio Telles

Antônio Telles é médico e autor do livro “PADRE CÍCERO NAS PEGADAS DO MESTRE”

APRESENTAÇÃO

Semente de Democracia - A Ideologia do Mérito

A ideologia é um sistema de ideias, peculiar a determinado grupo e condicionado, em última análise, pelos interesses desse grupo. A função da ideologia consiste na conquista ou conservação de um determinado status social do grupo e de seus membros. Doutrinas políticas, religiosas, econômicas e filosóficas desempenham, geralmente, funções de ideologia. Raramente, porém, essa função chega à luz da consciência dos que professam tal ideologia. Esta será tanto mais forte quanto maior for a convicção e o apego emocional revelados por seus defensores. A eficiência de uma ideologia, no que diz respeito à

conservação do status de determinado grupo, depende também de sua aprovação por outros grupos integrados na mesma estrutura social. Num regime de castas, por exemplo, a ideologia básica é aceita também pelos sem casta, que se sujeitam às condições sociais que as castas lhes impõem.

Em sentido mais geral, a cultura de todos os sistemas sociais inclui uma ideologia que serve para explicar e justificar sua existência como estilo de vida, seja uma ideologia com raízes na família, que define a natureza e a finalidade da vida familiar ou uma ideologia religiosa que serve de base e prega um sistema de vida em relação a forças sagradas.

A ideologia pode servir também como base para movimentos em prol de mudança social. Do movimento verde de preservação ambiental ao feminismo radical, movimentos sociais dependem de conjuntos de ideias que explicam e justificam seus objetivos e seus métodos.

A ideologia, segundo Ferrater Mora, foi uma disciplina filosófica, cujo objeto era a análise das ideias e sensações. Os ideólogos, que escreveram no início do século XIX, interessaram-se grandemente pela análise das faculdades e dos diversos tipos de “ideias” produzidas por estas faculdades. Estas “ideias” não eram nem formas (lógicas ou metafísicas) nem fatos estritamente psicológicos, nem categorias (gnoseológicas), embora participassem de algum modo de cada uma destas noções. A ideologia, neste momento histórico, está intimamente ligada à gramática geral, que se ocupa do conhecimento e à lógica que trata da aplicação do pensamento à realidade.

Neste sentido, convém salientar que Maquiavel já havia deixado muito clara a possibilidade de uma distinção entre a realidade, especialmente a realidade política e as ideias políticas. Assim, na famosa inversão da doutrina de Hegel operada por Marx, as ideologias formam-se como mascaramento da realidade econômica. A classe social dominante oculta os seus verdadeiros propósitos por meio de uma ideologia. No âmbito da dialética, a ideologia, ao mesmo tempo em que oculta e mascara a realidade, pode ser o desvelamento desta mesma realidade e servir como instrumento de luta.

Allan Johnson destaca, ainda, a dimensão sociológica do termo ideologia, quando informa que a ideologia é um conjunto de crenças, valores e atitudes culturais que servem de base e, por isso, justificam e, até certo ponto, tornam legítimo o status quo ou os movimentos para mudá-los. Do ponto de vista marxista, a maioria das ideologias reflete os interesses de grupos dominantes, como maneira de perpetuar sua dominação e seus privilégios. Numa visão mais ampla, a cultura de todos os sistemas sociais inclui uma ideologia que serve para explicar e justificar sua existência como estilo de vida. A ideologia, como vimos, pode servir também como base para movimentos em prol da mudança social, tendo assim também uma dimensão política, de doutrina, programa ou método de trabalho.

Nesse roteiro, pode-se falar numa ideologia dominante que ensina que classes subordinadas e grupos minoritários tendem a aceitar sua condição desprivilegiada porque a cultura em que vivem é controlada na maior parte por grupos dominantes. Neste sentido, a cultura é importante porque contém as ideias básicas a que se recorre para construção do senso do que é real, relevando e esperado. As culturas incluem as crenças em que o trabalho árduo e o talento são os elementos determinantes mais importantes do sucesso financeiro. A tese da ideologia dominante diz ainda que tais crenças são amplamente promovidas por instituições educacionais e pela mídia, todas controladas pela classe dominante.

Esta tese dá ensejo a muitas controvérsias. Por isso, fala-se também na utopia.

Numa conceituação mais ampla, utopia é um termo usado para denominar construções imaginárias de sociedades perfeitas, de acordo com os princípios filosóficos de seus idealizadores. Num sentido mais

limitado, utopia significa toda doutrina social que aspira a uma transformação da ordem social existente, de acordo com os interesses de determinados grupos ou classes sociais.

Assim, utopia é a visão de uma comunidade ou sociedade idealizadas, tipicamente usada para criticar condições sociais vigentes e exercer pressão em prol de mudanças. Talvez os mais famosos exemplos de utopias sejam os encontrados em *A República*, de Platão, em *Utopia*, de Tomás Morus, na *Cidade de Deus* de Santo Agostinho ou na *Cidade do Sol* de Tomás Campanella.

Karl Mannheim na sua obra clássica, *Ideologia e Utopia* construiu uma forte teoria sociológica na modelação da sociologia do conhecimento, principalmente sob a forma de ideologia. Seu argumento básico era que o conhecimento produzido em uma sociedade é moldado pela maneira como a própria sociedade é organizada, por sua cultura e sua estrutura. Por extensão, o que o indivíduo sabe depende de sua localização na estrutura da sociedade, incluindo, mas não sendo limitado, por fatores como a classe social.

Como se vê, a discussão sobre a ideologia e a utopia tem raízes bem profundas no pensamento ocidental, desde a patrística, fortalecendo-se no renascimento e permeando, através do iluminismo, a construção do mundo moderno. Como se recorda, o renascimento encerra os germes de todo o pensamento moderno, através da renovação das antigas escolas filosóficas da antiguidade clássica.

Entre os vultos mais atraentes da renovação filosófica do renascimento emerge, com luminoso destaque, a figura de Tomás Campanella, um dominicano que passou 27 anos encarcerado por força de suas ideias provocantes. Campanella assinala historicamente a passagem do renascimento para a idade moderna, desenvolvendo uma reflexão bastante aprofundada sobre o conhecimento. Mas não se limita à discussão gnoseológica. Tem uma poderosa expressão prática, política e pedagógica na sua famosa obra *Cidade do Sol*, em que apresenta a sua utopia teocrático-comunista. Imagina uma república ideal, professando uma religião natural, governada por leis universais, em que, à maneira de Platão, o sábio é, ao mesmo tempo, monarca e sacerdote.

Campanella viveu longos anos na prisão, afastado da vida real. Suas obras, escritas no cárcere, manifestam uma mentalidade fantástica, idealista, utópica, em que falta a experiência de uma vida concreta. Contudo, Leonel Franca entende que “tumulatória e aventureira, a obra de Campanella encerra não poucas ideias aproveitáveis”. Na *Cidade do Sol*, Campanella elabora uma utopia política e pedagógica, sustentando um estado teocrático-comunista e uma educação realista-ativista.

Em reação aos devaneios utópicos de Campanella, emerge a grande conquista e o grande valor do pensamento renascentista, a história humana e a ciência natural. Surge a ciência política e a técnica científica, no desdobramento dos escritos de Nicolau Maquiavel e Galileu Galilei.

Segundo Galileu, a ciência deve ter três qualidades: 1. ser indutiva, pois deve fundamentar-se sobre a experiência, para conhecer e dominar a própria experiência; 2. ser fenomenal, pois deve procurar as leis dos fenômenos e não as leis das essências das coisas e 3. ser matemática, pois as leis que regem os fenômenos são físico-matemáticas. Além disso, o procedimento metódico particular para construir a ciência e descobrir as leis dos fenômenos consta de três momentos: observação, hipótese e experimentação. Galileu distingue as propriedades das coisas em objetivas (primárias, correspondentes diretamente à realidade) e subjetivas, secundárias, transformações das propriedades objetivas por obra dos nossos sentidos.

Foi o conflito entre a nova ciência natural, empírica e matemática e a metafísica tradicional, aristotélico-tomista, que gerou, no renascimento, o famoso processo contra Galileu. Contudo, prevaleceu o espírito científico, baseado na experimentação, graças à aceitação que a metafísica tradicional da nova ciência, renunciando à velha ciência e a nova ciência acatando a nova filosofia.

Estes tortuosos caminhos percorridos, com argúcia e obstinação, pela inquieta mente humana de figuras proeminentes como Platão, Agostinho, Tomás Morus, Tomás Campanella, Nicolau Maquiavel, Marx, Mannheim, Sorokin, Althusser e tantos outros, ainda não levaram ao lugar que plenifica o coração humano e aquieta os anseios em busca da perfeição.

A busca da compreensão da realidade, a abordagem do mundo objetivo e a necessidade de conhecer os mecanismos subjetivos inibidores ou limitantes do acesso à objetividade dos fatos são um dado permanente de investigação filosófica. Também, a análise e interpretação do alcance de crenças e valores, fundamentam a análise sociológica de compreensão e explicação da realidade do mundo social e da história. Além disso, a inquietação e o inconformismo diante das situações de desequilíbrio e desigualdade e até flagrantes injustiças sociais, provocam indignação e contestação. A política, como ciência e como atividade, apresenta uma terceira dimensão da ideologia como programa, doutrina e metodologia de ação transformadora.

A tentativa de Inairo ao lançar “Semente de Democracia – a ideologia do mérito –” representa mais um esforço nesta caminhada inquietante e instigadora. Trata-se de uma denúncia contra o status quo. Não mais suporta a pseudodemocracia representativa e não se conforma com os mecanismos inadequados para uma democracia direta num mundo globalizado.

Refletir é preciso. Como se vê, ainda há espaço para filósofos, pensadores e poetas. Os filósofos buscam a sabedoria, que não é só erudição, mas coerência e ação. Os pensadores buscam as bases universais para compreender e transformar o nosso pequeno mundo, globalizado e dilacerado. Os poetas procuram engendrar a novidade na perenidade dos sonhos com o novo, com um mundo eternamente novo. A permanente novidade é sonhar com um futuro novo, que não seja a simples correção dos erros do passado e superação das angústias de um presente que inquieta e desafia.

Plácido Cidade Nuvens

Procurando novo alento na mensagem de Inairo,
nesta Páscoa de 2002, na cidade do Crato.

Plácido Cidade Nuvens é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade São Tomás de Aquino – Roma, Mestre em Filosofia pela Universidade Gregoriana – Roma, Professor de Sociologia no Curso de Direito da Universidade Regional do Cariri – URCA, onde, nos últimos cinco anos, vem exercendo as funções de Vice-Reitor.

INTRODUÇÃO

Ao decidirmos escrever esta obra, tivemos, entre outras, como pretensão, registrar e difundir as ideias que sempre, fervorosamente, defendemos, para o conhecimento de todos os homens, tanto da nossa como das gerações futuras, de sorte que elas não se dissipassem na fumaça do tempo. É como se fizéssemos um seguro que nos garantisse a sua propagação, poupando-nos, quando na eternidade, do constrangimento que advém do desvio de uma programação existencial, da falência de uma missão, pelo simples fato de havermos, por preguiça ou egoísmo, preferido nos tornar uma represa de conhecimentos, em prejuízo do

progresso humano, que o altruísmo impulsiona, quando, cumprindo, desinteressadamente, o desiderato de servir à sociedade, nos tornamos “a luz do mundo”.

Decididamente, não somos capazes de conviver com as injustiças. Elas nos sufocam, nos incomodam, e quando delas nos aproximamos, sentimo-nos como se estivéssemos acometidos de um profundo e insuportável mal-estar. Seria para nós, deveras frustrante, se viéssemos a partir desta existência, sem que tivéssemos deixado uma contribuição, por mais modesta que fosse, objetivando o extermínio desse grande mal.

Em relação a este trabalho, ao qual nos dedicamos intensamente, por longos anos de meditação, questionamentos, discussões e experiências práticas, ora de forma consciente, ora de forma inconsciente, sentimo-nos, neste mundo, como que designados, exclusivamente, para realizá-lo. E esta sensação é tão forte que, a cada dia que passa, apesar do grande amor devotado aos nossos entes mais queridos, estamos cada vez mais nos sentindo dispensados das obrigações de pai, esposo etc., sem qualquer sentimento de perda, como se algo extraordinário viesse, passo a passo, preenchendo em nosso coração e mente, aquele espaço, antes exclusivo e reservado só para eles, liberando-nos para que pudéssemos nos dedicar inteiramente à defesa desta causa.

Confessamos e pedimos desculpas aos leitores, pelas limitações, que em dados momentos nos fizeram sucumbir ante o entusiasmo que abriu e cedeu espaços para os incontáveis ataques naturais da emoção. Receamos até que, nessas horas, tenhamos sido demasiados veementes no embate ideológico, transparecendo a possibilidade de ressentimentos que, em nós, jamais existiram ou existirão.

Esclarecemos que, o nosso ardente desejo, desde o início, foi tão-somente, deixar como legado para a posteridade, a árvore da Democracia, cujo cultivo, hoje, percebemos não ser tarefa para um homem apenas, mas para toda uma Sociedade. O fato de não havermos realizado o sonho por inteiro, não nos deixa frustrados, antes deveras realizados, pois, se o legado que sonhamos deixar, não chegou a ser a árvore inteira, contenta-nos a certeza de que o nosso esforço não foi e nem será em vão, haja vista dele termos colhido como resultado, a Semente pronta para germinar, no terreno fértil da mente e do coração do povo.

O Mestre nos falou: “Não vim trazer a paz, mas a espada”. Entendemos a “espada” como a “ideia” que divide, que separa, que nos encoraja à busca da Paz. E, com certeza, se Ele não nos trouxe a paz, foi para nos conceder o prazeroso mérito de conquistá-la com o nosso esforço e trabalho.

Com Semente de Democracia, ousamos interpretar a ideia do Mestre, que, ao nosso ver, pretende, num primeiro momento, através da implementação dos novos Modelos Econômico e Político, atender plenamente às necessidades Fisiológicas e de Segurança da humanidade, para, num segundo momento, redirecionar o seu esforço rumo à busca do atendimento das necessidades mais nobres de Auto-Estima e Auto- Realização.

Somente assim acreditamos seja possível a conquista da Paz, da mais plena Liberdade e da mais absoluta Justiça, para vivermos num mundo onde não existam opressores nem oprimidos.

Este, primordialmente, com esta obra, é o nosso propósito final.

PRIMEIRA PARTE – AS DEFORMIDADES DO SISTEMA

Capítulo 1

Ponto de Partida

Desde cedo, percebi que a crítica não era o meu forte; mas que, também, não era do meu feitio aceitar passivamente a ocorrência de algo injusto ou errado em torno de mim. Em criança, observei que havia algo estranho dentro da minha casa e, não obstante a harmonia que reinava entre os meus pais, irmãos e minhas três velhas tias, com quem convivemos intensamente, eram muitas e crescentes as dificuldades que enfrentávamos para sobreviver.

Malgrado a luta de todos para superá-las – meu pai, soldado da Polícia Militar de Pernambuco, com o seu minguado soldo; minha mãe e uma das tias, com seus salários de professoras municipais; minhas duas outras tias, fabricando e vendendo doces de leite; e eu, aos nove anos, já com minha caixa de engraxate para auxiliar no orçamento familiar – elas (as dificuldades) sequer acenavam com a mais remota possibilidade de um dia nos darem uma trégua.

Em vez de criticá-las, dediquei-me então a pesquisar a sua causa, pois dentro de mim algo me dizia que descoberta essa causa, certamente eu seria capaz de encontrar a solução para a pobreza em que vivíamos. Encorajava-me também a intuição de que essa pobreza nem era obra divina e nem justa; e que, por esse motivo, deveria ser encontrada e destruída a sua causa para que, assim, pudesse reinar a felicidade em nosso lar e nos lares das gerações que nos sucedessem.

Durante a busca, descobri que a causa para as dificuldades que enfrentávamos não se restringia ao âmbito do nosso lar, mas a todos os lares da pequena cidade de Bodocó, onde nasci, localizada no alto sertão de Pernambuco, região Nordeste do Brasil. A partir de então, minhas preocupações já iam além das paredes da nossa casa, pois também se estendiam aos lares dos nossos conterrâneos e respectivas gerações. Durou pouco, também, para que, em seguida, viesse a constatar que a abrangência do problema que nos atormentava extrapolava os limites do nosso minúsculo município, o que despertou em mim um desejo imenso de viajar para o sul do país. Esse meu desejo, na época, encontrou séria resistência dos meus familiares, unânimes em argumentar a minha pouca idade e inexperiência para uma aventura dessa magnitude. Ponderei, pois realmente tinha apenas 15 anos, mas somente cedi mediante o compromisso dos meus pais de que tão logo completasse 18 anos viajaria para o Recife, capital do Estado de Pernambuco, o que de fato aconteceu no início de dezembro de 1968.

Em Recife, facilmente constatei que o mesmo problema existia, e numa proporção bem mais avantajada, cuja amplitude ultrapassava em muito as fronteiras do Estado de Pernambuco. Trabalhando, comecei a viajar por todo o território brasileiro, e até por outros países, quando vislumbrei, então, o problema em toda a sua dimensão. Concluí que de nada adiantaria continuar a busca pelo resto do mundo, pois já me eram suficientes os noticiários dos jornais, revistas, rádios e televisão para visualizá-lo na sua totalidade, extrapolando sempre os limites dos meus pensamentos e ideias. Uma sensação de certeza me invadia, afirmando a cada passo da jornada que, por esse caminho, quanto mais longe fossem os meus pensamentos e ideias, maior seria a visão do problema, cuja causa eu buscava encontrar; porém, por incrível que pareça, mais distante ficava dessa causa.

Profundamente frustrado ante a impotência que me invadiu após essa constatação, resolvi abrir os ouvidos ao canto das sereias orquestrado pela Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), facções políticas que então disputavam o Poder no Brasil.

O país vivia um período muito agitado politicamente. Havia apenas quatro anos de um golpe que instalou os militares no Poder, e muito se falava em cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos, exílios, prisões, torturas e mortes de políticos, sindicalistas, repórteres, artistas e estudantes naquela época. Mesmo sendo então estudante e trabalhador, jamais me envolvi diretamente no campo político nem tampouco nutri qualquer simpatia pelas facções ditas de direita (Arena) ou de esquerda (MDB); apenas ouvia e observava com muita atenção os discursos de ambas as partes.

Neles, preponderavam ásperas e contundentes críticas e, não raro, as farpas que mutuamente se atiravam, ultrapassavam o plano ideológico indo atingir a individualidade e até a integridade física dos contendores. Direitistas, filiados à Arena, eram tachados de subservientes, lacaios dos Americanos e das Multinacionais, dedos duros, entreguistas, corruptos, ditadores e torturadores; enquanto esquerdistas, filiados ao MDB, eram pejorativamente considerados comunistas, vermelhos, devotos de Marx, Lenin, Trotsky, Che Guevara, tudo isso significando baderneiros, subversivos, terroristas, traidores da pátria, seqüestradores, assaltantes de bancos etc.

Quando as discussões focavam o plano ideológico, elas nunca passavam de críticas ora ao governo ora à oposição, às suas ações, às estruturas e às instituições. Era flagrante a ausência de propostas capazes de atender às carências da Nação que, como eu, assistia a tudo de modo atento, porém silencioso. Aqui e acolá algumas propostas nanicas, bem manipuladas pelo marketing político do governo, estimulavam os mais incautos a terem esperança; outras vezes, as próprias atitudes ditatoriais e as manobras políticas grosseiras do governo eram bem aproveitadas em veementes discursos oposicionistas, cujo marketing conseguia, provocando a indignação nacional, despertar efêmeros momentos de entusiasmo, como foi o caso da campanha “Diretas Já”, em prol de eleições diretas para o governo.

O quadro político que vislumbrei naquele momento, como cidadão comum, retratava o seguinte cenário: uma facção política de princípios conservadores lutando a qualquer custo para se manter no Poder e assim preservar os interesses próprios e dos seus aliados internacionais; e uma facção de princípios ditos liberais, ora autodenominada Progressista, ora Neoliberal, pretendendo chegar ao Poder sem dizer claramente para que. Como agiam? Apenas criticando, criticando e criticando.

A tantas críticas assisti que, sem me aperceber, embarquei nessa onda, até o dia em que me surpreendi, qual papagaio repetidor de ecos, criticando a tudo e a todos. E não apenas eu andava assim, mas muitos milhares de outras pessoas, com quem convivi durante todo esse tempo, também andavam profundamente infelizes e, por isso, criticando a tudo e a todos, sem, contudo, buscar a causa e a saída para o velho problema de sempre.

Decidi aceitar a conclusão óbvia a que cheguei, de que a crítica pura e simples para nada serve, a não ser para atestar a nossa preguiça física e/ou mental diante de um problema conhecido cuja solução requer esforço e trabalho. Relutei em aceitar a velha frase que ouvia quando criança: “A Preguiça é a Chave da Pobreza”, pois, éramos pobres e não éramos preguiçosos. Hoje, posso afirmar: quanto mais contundente for se tornando a nossa crítica a um determinado problema que nos aflige, mais e mais conhecimento precisamos ir demonstrando ter desse problema; e, quanto mais conhecimento tivermos dele, tanto maior será a nossa obrigação de buscar, encontrar, oferecer e lutar pela sua solução. Permanecer meramente na crítica, é persistir na preguiça (física e/ou mental), que a nada conduz, a não ser ao campo das amarguras e frustrações.

Quando se tornam óbvias e repetitivas, as críticas deixam de ser construtivas para se tornarem demagógicas e contraproducentes. São essas críticas óbvias, que se tornaram demagógicas e contraproducentes, visíveis nos discursos dos atuais Partidos Políticos que, de modo sistematizado, organizamos e apresentamos nos seis Capítulos a seguir.

Capítulo 2

Deformidades do Modelo Econômico

“Ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres. Esta é a consequência do modelo econômico espúrio, injusto e concentrador de riquezas.

De um lado, milhares e milhares de hectares de terras improdutivas; de outro, milhões e milhões de braços ociosos a mendigar o pão de cada dia.

Enquanto milhões de analfabetos, enfermos, desabrigados e injustiçados reclamam por educação, saúde, habitação e justiça, inexplicavelmente, educadores, médicos, engenheiros e advogados, formados ou impedidos de formação pelo Vestibular, reclamam do desemprego ou sub-emprego e da inércia do Estado a quem primordialmente compete oferecer solução para esses problemas.

Corrupto é o Governo e execrável seu conchavo com os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, a quem favorece, ora através da política cambial, da remessa indiscriminada de lucros e do pagamento de juros escorchantes, ora através dos incentivos fiscais, das isenções tributárias e da política de preços, que favorecem o capital em prejuízo do trabalho dos mais humildes.

Não devemos mais aceitar a convivência com tantos problemas como: a eterna falta de recursos, o analfabetismo, a fome, a miséria, a má distribuição de renda, a mendicância, a prostituição, o menor abandonado, a crescente criminalidade, a superpopulação dos presídios, a ineficiência da Febem e da Funabem, o clientelismo, o fisiologismo, as mordomias, a impunidade, as desigualdades econômicas e sociais, o eterno problema das secas do Nordeste, a falta de saneamento básico, as deficiências dos serviços de saúde pública, as epidemias, a corrupção, as obras superfaturadas, os desvios de verbas públicas, a dependência estrangeira, as ingerências perniciosas do FMI na nossa Economia, os desequilíbrios da balança comercial, a dívida externa, a dívida interna, a quebra fraudulenta de bancos, as oscilações do câmbio, os ataques especulativos à moeda, as restrições ao crédito, as elevações constantes das taxas de juros, os altos índices de falências de médias, pequenas e microempresas, a inflação, a recessão, o desemprego, as sucessivas desculpas de crises externas para justificar os desmandos internos, como: a Crise do Petróleo, a Guerra no Oriente Médio, a Guerra do Golfo Pérsico, a Crise da Argentina, a Crise de Energia, os Sem-Terra, os Sem-Teto, os Sem-Pães, os Sem-Vergonha, Crise de Homens.

Contra todo esse estado de coisas, votem no meu Partido, votem em mim.”

Eis na íntegra, a tônica do discurso Liberal (Progressista), que nos radiografa o pilar da Economia com detalhes, mas que, como vemos, não apresenta alternativas nem soluções, salvo no último parágrafo que encerra a sua demagogia e o seu interesse meramente eleitoral.

Uma vez conhecedores da situação em que se encontra o Modelo Econômico do Sistema Capitalista, através do discurso Liberal (Progressista e/ou Neoliberal), somos unânimes em aceitar que sua situação é periclitante e que para tanto deve existir uma causa que justifique a existência de tantos problemas, bem como uma alternativa que viabilize uma saída, que nos apresente uma solução. É na explicação dessa causa e, principalmente, na apresentação de uma alternativa que lhe dê solução, que tem início a diferença entre o discurso Liberal (Progressista e/ou Neoliberal) e o discurso Radical.

Tantos e tão veementes são os discursos Liberais que atacam o Modelo Econômico vigente, que ficamos com a impressão de que estamos, realmente, diante de uma quantidade imensa de problemas graves, aparentemente sem solução. Essa impressão é reforçada pelo fracasso de tantas tentativas, levadas a efeito pelas maiores estrelas do cenário econômico nacional, com seus mirabolantes Planos Econômicos, ora Ortodoxos, ora Heterodoxos etc., que nem sequer tocaram de longe o cerne dos problemas que afligem a sociedade brasileira.

Confundidos pela mídia aliada dos interesses do Sistema dominante, e pelo sofisma rotulado de Teoria da Escassez, abraçamos a premissa errada, e, hoje, estamos aceitando passivamente a desculpa governamental de que não existem recursos suficientes para atender às exigências do crescimento e do desenvolvimento econômico e social da Nação.

Enquanto nos mantivermos indiferentes à nossa realidade, nessa passividade e inércia, acreditando na mentira da escassez de recursos, de um Governo que insiste em resolver com tostões problemas que custam milhões, veremos agigantarem-se em progressão geométrica os problemas, que nos parecem muitos, mas que, em verdade, resumem-se em apenas um, haja vista terem, todos eles, uma causa comum: a corrupção do Governo, que consiste em promover a escassez artificial do Capital circulante com o propósito de atender às imposições dos grandes monopólios empresariais e financeiros.

Vemos, assim, que as deformidades encontradas no Modelo Econômico têm raízes profundas que se entranham pelos demais modelos do Sistema e, de modo muito especial, pelo Modelo Político.

Capítulo 3

Deformidades do Modelo Cultural

Seguindo-se a linha de raciocínio, muito óbvia, segundo a qual o comportamento do todo social resulta do somatório dos comportamentos individuais, poderemos também afirmar que os hábitos e costumes de cada indivíduo integram o conjunto dos hábitos e costumes da sociedade como um todo. Para que tenhamos uma ideia da importância que os hábitos e costumes exercem dentro da vida em sociedade, basta-nos lembrar que são eles a fonte primordial do gigantesco poder do Estado, que, hoje, se acha formalizado no Direito Positivo aceito por todas as Nações do Planeta.

Dada a importância da matéria, vemos conveniente conhecer o processo de formação e consolidação dos hábitos e costumes, para que tenhamos uma ideia mais precisa do cuidado que devemos ter para com eles.

Imaginemos uma sociedade harmônica que desconheça o **furto**, e onde todos coexistem com liberdade plena, respeitando os limites traçados pela mais absoluta justiça e cujos hábitos e costumes vigentes estabelecem que o atendimento às necessidades materiais de cada indivíduo se dê por mérito decorrente do sacrifício do trabalho digno. Imaginemos também que, nessa sociedade, em dado momento, o **INDIVÍDUO “A”** decidisse apropriar-se indebitamente de algo que não lhe pertencesse, em prejuízo do legítimo dono.

Em razão da inferioridade moral do homem, em cujo caráter habita, entre outros, o vício do comodismo (preguiça), essa primeira ação isolada, se não prontamente reprimida, certamente será repetida por ele, tendendo a tornar-se **habitual**, gerando, assim, o nocivo **hábito** de auferir vantagens sem o ônus do sacrifício do trabalho, igualmente a todos imposto.

Esse hábito do **INDIVÍDUO “A”**, que o coloca numa posição privilegiada em relação aos demais indivíduos, se mais uma vez tolerado, tenderá a atrair o **INDIVÍDUO “B”** como adepto do novo **hábito**; e assim sucessivamente, até deixar de ser **hábito** de um ou de alguns indivíduos, para se tornar costume de

uma sociedade inteira, subvertendo, portanto, para o mal, a ordem vigente, em prejuízo da harmonia social que o costume original permitia.

Note-se, no processo de formação dos hábitos e costumes, que, num primeiro momento, acontece a **ação** isolada de um indivíduo e, num segundo momento, a concessão de quantos a percebam; isto é, sem que aconteçam **ação e concessão** não surgem novos hábitos nem novos costumes.

Apenas a título de ilustração e para que tenhamos uma ideia mais clara a respeito do que consideramos **ação e concessão**, tomemos como exemplo o caso do engenheiro que, ao final da jornada diária, constatou a construção de uma parede erigida fora de prumo, ao longo de cansativo dia de trabalho, pelo seu operário mais honesto, aplicado, assíduo e pontual. Este, além de grande amigo do engenheiro, também era pai de cinco filhos que, ao final de cada dia, o aguardavam de volta para casa, com a fêria do dia – auferida através da construção de paredes – a qual lhes asseguraria os víveres do dia seguinte.

A questão seria decidir se seria justo determinar a demolição da parede ligeiramente construída fora de prumo e condenar o pobre operário ao total prejuízo de um dia de trabalho e, por consequência, os seus filhos a um dia de fome, ou ser com ele indulgente, dissimulando o erro cometido. Sem dúvida, a decisão acertada seria a demolição da parede mal erigida, inobstante os atenuantes favoráveis ao operário. As razões para tanto, são várias, senão vejamos: se o operário houvesse ousado construir a parede sem ser pedreiro, teria cometido uma imperícia; se, sendo pedreiro, decidiu construí-la sem ter à sua disposição um prumo, cometeu uma imprudência; e se, sendo pedreiro e tendo o prumo à sua disposição, deliberou não utilizá-lo durante a construção, cometeu negligência. De sorte que, por esta razão ou por outra, não poderia ficar isento da culpa pela sua **ação**.

Agindo de modo diferente, ou seja, não mandando demolir a parede, optando pela **concessão**, o engenheiro estaria estimulando a propagação do erro por toda a construção, expondo a riscos tanto o seu conceito profissional, como o patrimônio dos proprietários da obra, além da integridade física dos que nela estavam a trabalhar, bem como dos futuros usuários.

Vejamos agora um caso mais complexo de surgimento de um paradigma, de difícil ruptura, no exemplo dos eleitores e do candidato.

Imaginemos uma sociedade democrática, cujos representantes do povo sempre agiram de modo honesto e coerente com os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, de tal modo que os eleitores, seus representados, jamais necessitaram fiscalizar os seus atos, tendo em vista o procedimento retilíneo que sempre o caracterizou.

De repente, em certa ocasião, surge um candidato que, após eleito e empossado, decide proceder fora dos padrões convencionais, apropriando-se indebitamente dos recursos públicos, descumprindo os compromissos de campanha e, de modo injusto, favorecendo um certo contingente de amigos que, em razão disso, sem que o povo se aperceba, acumula deliberadamente riqueza e influência no seio da sociedade.

Aproximando-se o novo período eleitoral, eis o corrupto que, agora, favorecido pelo alto poder de persuasão do marketing enganoso, pelo dinheiro desviado dos cofres públicos e fortalecido pelo apoio dos seus corruptos e influentes amigos, mais uma vez se candidata. Se, nesse momento, o povo se posiciona dizendo “não” ao corrupto – o que é de se esperar – e o compele a fazer retornar aos cofres públicos os recursos desviados, estará, assim, preservando o paradigma da honestidade e coerência reinante no meio da sociedade. Todavia, se opta pela concessão de uma nova oportunidade ao corrupto, inobstante a ação deletéria de haver desviado os recursos públicos vitais ao crescimento e desenvolvimento econômico e social, em benefício próprio e do conluio que mantém em torno de si, estará, dessa forma, dando início a um paradigma semelhante ao que vivenciamos nos dias atuais.

Esse paradigma consiste no seguinte fato: malgrado a certeza de que os nossos homens públicos agem deliberadamente contra os nossos mais legítimos direitos e interesses, inexplicavelmente, nós continuamos votando neles e reelegendo-os, para continuarem a nos prejudicar.

Os exemplos do engenheiro e o operário, e dos eleitores e o candidato, nos deixam claro que, a conduta do homem de bem na sociedade não deve se restringir, apenas, a agir corretamente, mas, também, não admitir que o erro e a injustiça se propaguem no seio da sociedade, gerando as deformidades do Modelo Cultural.

Essas deformidades, cujas raízes se infiltram pelas entranhas dos demais modelos, são inúmeras e nos mostram a dimensão do nosso atraso e do nosso irracional apego a paradigmas seculares, e até milenares, hoje, sem razão para subsistirem. Citamos como exemplos:

- a) O costume de construirmos cidades à beira-mar, em regiões baixas e ribeirinhas, sempre sujeitas a periódicas inundações e em total desacordo com os mínimos padrões técnicos, arquitetônicos e ambientais, entre outros, que as luzes das ciências há muito nos trouxeram;
- b) o costume de prepararmos e consumirmos as refeições em casa, quando sabemos que a produção em escala sairia mais barata, o padrão técnico de qualidade nutricional e de higiene seria melhor controlado, afora o conforto que isso nos proporcionaria;
- c) o costume de confiarmos a importante missão de educar as nossas crianças a pessoas despreparadas, pelo simples fato de serem elas seus pais, que, não raro, delegam essa tarefa a pessoas ainda mais despreparadas que eles;
- d) o costume de nos omitirmos e até aceitarmos a prática da mendicância e de outras formas de marginalidade, inclusive o grave problema dos menores abandonados pelas ruas;
- e) o costume de criarmos nossos filhos economicamente dependentes de nós;
- f) o costume de escolhermos para ocupar importantes funções públicas, representantes de reconhecida falta de idoneidade e capacidade;
- g) o costume de aceitarmos a omissão dos governos diante das dificuldades enfrentadas pela Sociedade;
- h) o costume de aceitarmos passivamente a impunidade e a corrupção;
- i) o costume de nos omitirmos diante das injustiças de toda espécie;
- j) o costume de sermos condescendentes com os que querem levar vantagem sem mérito;
- k) o costume de querermos justificar os nosso erros com os erros dos nossos semelhantes etc.

Com certeza, podemos até admitir que alguns desses hábitos e costumes agora criticados, já foram bons e deram sua valiosa contribuição para o progresso humano no planeta; todavia, não podemos esquecer que a época deles já passou e que as circunstâncias atuais reclamam procedimentos compatíveis com o estágio evolutivo que as luzes das ciências hoje nos proporcionam.

De tal modo, que, continuarmos concedendo que a construção de nossas metrópoles continue se fazendo nas regiões ribeirinhas, impregnadas de favelas, intoxicadas pela poluição ambiental, expostas a freqüentes epidemias e doenças infecto-contagiosas decorrentes do precário saneamento básico e concebidas à revelia das mais elementares noções de planejamento urbano é, no mínimo, um absurdo.

Da mesma forma que permitirmos que a educação de nossas crianças continue merecendo o descaso a que hoje se acha submetida, é uma aberração que nos perpetuará no atraso, na ignorância e na violência, das quais hoje somos as principais vítimas.

As reflexões deste Capítulo nos sugerem: primeiro, que a fonte das deformidades presentes no Modelo Cultural está na inferioridade moral do homem, e em sendo um problema de natureza moral, também tem suas raízes plantadas no Modelo Moral; segundo, que as deformidades do Modelo Cultural, se consolidam a partir da **ação** (errada ou injusta) de um ou de alguns homens e da **concessão** de outro(s), formando paradigmas seculares e até milenares de difícil ruptura; terceiro, a aceitação passiva desses paradigmas, nos condena ao ciclo vicioso do subdesenvolvimento; e quarto, para rompermos com esses paradigmas carecemos, além da reforma do Modelo Cultural, a erradicação das deformidades presentes nos demais modelos, quais sejam: o Econômico, o Político, o Social, o Moral e o Educacional que, como vimos e veremos, também apresentam, atualmente, sérias deformidades.

Capítulo 4

Deformidades do Modelo Político

Necessidades imperiosas, como a sobrevivência dos homens, seus anseios de progresso, seus ideais de liberdade e justiça, conflitos de interesses, entre outros, decorrentes do natural crescimento da sociedade humana, levaram-na a se organizar. Foi dessa organização natural da sociedade que surgiu a ideia do Estado.

O Estado nada mais é que uma organização, ou uma empresa, que tem como objetivo central promover o bem comum, exercendo para tanto, simultaneamente, as funções de Gerente, Legislador e Juiz.

Gerente:

Quando executa a sua ação, buscando atingir objetivos que conduzem ao crescimento e desenvolvimento da Sociedade, favorecendo, assim, a marcha do progresso humano e criando meios suficientes para que os homens possam fazer uso pleno da inteligência, na busca de alternativas e de melhores oportunidades de vida, bem como de soluções para os problemas impostos pelo desenvolvimento.

Legislador:

Quando cria as leis que regulam a ação individual de cada homem e da Sociedade como um todo, e prescreve os limites para a liberdade, segundo padrões de justiça estabelecidos pelo consenso do todo social.

Juiz:

Quando julga segundo as leis que criou e faz cumprir o que elas estabelecem.

As atribuições confiadas ao Estado nos dão uma ideia da sua importância para os habitantes do edifício Pirâmide Social, os quais se expõem a grande perigo ao delegarem a ele uma autoridade de tal magnitude.

Falamos de perigo e, certamente, todos agora estão interessados em identificar onde ele reside.

Uma locomotiva sobre os trilhos, e totalmente equipada com motor, controles, vagões etc., jamais deixará a estação sem o maquinista a manobrá-la. O corpo humano, sem que funcione o cérebro, certamente haverá de permanecer inerte. Igualmente, nenhum automóvel sem motorista ao volante irá a lugar algum. Assim também é o Estado sem o Governo; donde podemos concluir que o Governo é o centro nervoso do Estado, cuja ação dele depende. Ou seja, Governo Justo, Estado Justo e Governo Corrupto, Estado Corrupto. Eis aí o grande perigo.

Ao analisarmos o Modelo Econômico, concluímos que os problemas ali reinantes, antes de serem econômicos, eram políticos e foi essa constatação óbvia que nos conduziu a essa análise do Modelo Político.

De início, diferentemente do que ocorreu no Capítulo das Deformidades do Modelo Econômico, não abriremos o tema com um discurso, quer de autoria da classe política dos Conservadores, quer da dos Liberais (Progressistas e/ou Neo Liberais). E sabem por quê? Pelo simples fato de desconhecermos um só discurso deles nessa direção, não obstante ambas reconhecerem a existência de grandes deformidades no Modelo Político.

Isso é justificável pelo fato de que, são essas mesmas deformidades que, entre outras coisas, justificam o paradoxal continuísmo da classe política atual no comando do Estado, muito embora saibamos ser ela demagoga e corrompida.

A pesquisa Veja Gallup realizada no Brasil, em abril de 1984, nos dá um testemunho desse paradoxo. Naquela época, a revista Veja, importante semanário brasileiro de âmbito nacional, publicava a pesquisa de opinião Veja/Gallup, que aferia o grau de credibilidade do povo brasileiro nas suas instituições. Em primeiro lugar sobressaía-se a ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – e em último, o Congresso Nacional, elite da classe política nacional, que então amargava espetacular índice negativo. Esse resultado, que evidencia uma atitude paradoxal da sociedade, abre espaço para sérios questionamentos em torno da legitimidade da classe política, bem como do processo eleitoral que infalivelmente a reconduz ao topo do Poder.

Iniciemos nossa análise

Selecionar os indivíduos para a ocupação dos cargos no Governo, e, uma vez investidos nesses cargos, exercerem a autoridade que a Sociedade delega ao Estado, são objetivos do Modelo Político. Para tanto, ele existe e se constitui do conjunto das normas, padrões e leis que se prestam a regular todo esse processo de escolha, investidura nos cargos e exercício da autoridade.

As deformidades as quais nos reportamos, residem, tanto no conjunto dessas normas e leis, como na sua aplicação e se estendem desde o processo seletivo até o controle final dos resultados advindos do mau exercício da autoridade.

Selecionaremos para análise os seguintes pontos: a) A Legislação e a Justiça Eleitoral; b) Os Partidos Políticos e o Processo Eleitoral; e c) A Ação da Classe Política e dos Governos.

a) A Legislação e a Justiça Eleitoral, que regulam e coordenam o processo seletivo de candidatos aos cargos do Governo, estão elaborados com base em premissas equivocadas; estão totalmente obsoletos. A pretexto de assegurar a livre manifestação da vontade popular, regulamentam desde o alistamento dos eleitores até a posse dos eleitos, controlam a propaganda eleitoral, a vida e o funcionamento dos Partidos Políticos, fortalecidos por uma legislação penal que só funciona quando a serviço dos donatários do Sistema que, à frente do Estado, se comprazem em propagar aos quatro ventos: “Para os amigos os favores, para os inimigos os rigores”.

No centro desse verdadeiro arsenal jurídico e burocrático, vemos uma Justiça Eleitoral, que nunca convence a Sociedade da sua isenção, e que muitas vezes até se envolve, ora ativa, ora passivamente, nos episódios escusos da tradicional trilogia “corrupção, abuso do poder econômico e fraude”, especializada na arte de desvirtuar a vontade eleitoral.

No entulho da legislação eleitoral, sobressai-se o voto secreto e agora eletrônico, para retirar de vez da sociedade toda e qualquer possibilidade de certeza de que a sua vontade está sendo respeitada, hedionda forma de institucionalizar a mentira e o medo, reconhecimento tácito de que o regime oligárquico não tolera a liberdade política.

Fosse o contrário, em vez de despender fortunas na confecção de cédulas, urnas, cabines, boletins eleitorais, listas de candidatos, juntas apuradoras, e recrutar verdadeiros exércitos de fiscais, presidentes de seções, mesários, escrutinadores, delegados, juizes, policiais, advogados, etc., apenas para submeter os cidadãos a uma forma humilhante de manifestação da sua vontade, antes excluiria do convívio social, as

mentes doentes incapazes de conviver com essa elementar forma de liberdade política e de expressão e implementaria a prática salutar do voto democrático, livre e aberto.

Mais lamentável ainda, é constatar que toda essa parafernália burocrática não passa de um mero ritual consagrado à corrupção e aos corruptos, que, com certeza, enquanto tudo isso perdurar, haverão de ser paridos pelas urnas.

b) Os Partidos Políticos, fora do período eleitoral, existem de direito, mas não existem de fato, prestando-se apenas ao cumprimento de formalidades impostas pela desacreditada Legislação Eleitoral. Sem qualquer legitimidade popular, os Partidos Políticos não conseguem fidelidade nem mesmo dos próprios candidatos que elege.

Esses candidatos, a rigor, apenas teoricamente são por eles financiados, pois de fato o que ocorre é que os recursos para as suas dispendiosas campanhas, provêm do bolso de particulares, ou do caixa de grandes bancos e empresas, que, por razões óbvias, esperam deles a devida reciprocidade.

E é assim que Prefeitos, Governadores e Presidentes, financiados por bancos, empreiteiras e grandes empresas, são eleitos e, em contrapartida, pagam com o dinheiro do Estado, em forma de altos juros da dívida pública, obras superfaturadas, empréstimos a juros subsidiados e isenções de impostos, quando não com dinheiro vivo, arrancado dos cofres públicos, através de notas frias, funcionários fantasmas, despesas de representação desnecessárias e inexistentes etc.

Do mesmo modo, também, deputados e vereadores, eleitos para fiscalizarem a ação desses governos e legislarem em prol de todos, pelos mesmos motivos, fecham os olhos para a corrupção dos governantes e se corrompem pelo expediente espúrio da omissão, da legislação em causa própria e do famoso argumento do “é dando que se recebe”.

Está evidente que os financiadores de campanhas eleitorais não confiam nos Partidos Políticos, e por esse motivo, se mantêm anônimos, fazendo os desembolsos mais vultosos com a propaganda e a compra de votos e adesões a revelia do caixa dos Partidos, de tal sorte que as despesas escrituradas nesses caixas nunca refletem a pompa e os astronômicos gastos observados durante as campanhas eleitorais.

Salta aos nossos olhos, no Modelo Político em vigor, a grande farsa que é o Processo Sucessório (a forma de como escolhemos os nossos representantes). Processo esse, herdado do regime monárquico, no qual uma bateria de “fórmulas miraculosas” (os casuísmos) garante o continuísmo do Regime Oligárquico com a eleição, sempre, das mesmas pessoas. Quando estas envelhecem, com invejável habilidade, transferem a herança política, invariavelmente, para um seu familiar.

Essas heranças políticas, que nos períodos eleitorais evidenciam a constituição de verdadeiros currais eleitorais, são constituídas e financiadas sub-repticiamente com os recursos do Estado, ora repassados através de “favores” decorrentes da distribuição desonesta de cargos públicos, ora através de favorecimento ilícito de empresas, empreiteiras ou não, nas concorrências públicas, ora em forma de repasse puro e simples, de dinheiro a indivíduos conhecidos como cabos eleitorais, dinheiro esse quase sempre oriundo de negociatas nas quais nem mesmo a soberania das Nações são respeitadas por inescrupulosos que ascendem ao Poder sem as necessárias qualificações.

Desorganizado e mal esclarecido, o povo, sem alternativas, vem aceitando o engodo embutido no processo sucessório, no qual o regime oligárquico se diz democrático, apenas por permitir ao povo, através do voto, “ESCOLHER”, segundo eles, os seus representantes.

Grande mentira esta, pois o que de fato ocorre é que o povo com o seu voto, ao longo dos tempos, tem se limitado a homologar nomes previamente escolhidos através de um critério escuso que, por assim ser, tem como palco, os bastidores e subterrâneos do regime. Em outras palavras, nós votamos nos candidatos, mas estes jamais foram por nós escolhidos. É a própria democracia do Henry Ford que diz: “Aceito qualquer cor para esse carro, desde que seja preta”.

Como agravante, no processo eleitoral adotado pelo regime oligárquico, temos o fato de que, dos candidatos eleitos, jamais foi possível exigir os compromissos das campanhas, pois estes, contrariando aquilo que seria o ideal, são assumidos de forma leviana e irresponsável, sobre os palanques às vésperas das eleições, ficando a Sociedade sem qualquer amparo legal, totalmente à mercê da ação nefasta de demagogos e oportunistas.

Como se tudo isso não bastasse, injeta-se inescrupulosamente no processo eleitoral, um sem-número de artifícios que vão desde a corrupção pelo dinheiro, ao abuso da autoridade e à fraude mais obscena, com o fim exclusivo de deturpar a livre manifestação da vontade popular.

Mas não param aí as aberrações embutidas no jogo político dos partidos. Através de uma comparação entre o universo populacional e a amostra constituída dos ditos “legítimos representantes do povo”, podemos constatar que essa amostra está muito distante daquela que seria a ideal e que poderíamos considerá-la “genuína”.

Tomemos como exemplo o caso do Brasil: em 1980 o censo demográfico indicava uma população total de quase cento e vinte milhões de habitantes, dos quais 50,3% eram do sexo feminino, enquanto 49,7% eram do sexo masculino. Numa amostra populacional considerada genuína, é de se esperar que essa proporcionalidade seja respeitada. Todavia, o que vemos nas Casas Legislativas do país, onde se encontram os ditos “representantes do povo”, tanto a nível federal, como estadual e municipal, é que essa amostra é constituída quase que exclusivamente de homens.

No Brasil, no ano de 1987, um Congresso Constituinte composto de quinhentos e cinqüenta e nove integrantes, estava redigindo a nossa atual Constituição. Dos 559 congressistas, apenas 26, ou seja, 4,7% eram mulheres, enquanto 95,3% eram homens. Saíram preservados os direitos da mulher, nesta nova carta?

Quanto às faixas etárias, o censo nos informava que o nosso contingente populacional se constituía de apenas 26,3% de cidadãos com mais de 34 anos e 73,4% de cidadãos mais jovens. Os congressistas daquela época tinham, todos, idade superior àquela da maioria da população. Estiveram os jovens bem representados naquele Congresso?

Quanto ao aspecto cor, o censo nos apontava: 54,2% de cor branca, 38,8% de cor parda e 5,9% de cor preta, restando 1,1% para a raça amarela e outras sem declaração. Muito embora discordando da classificação adotada pelo censo, pois vemos nela uma certa ponta de racismo, perguntamos: quantos são os Senadores, Deputados e Vereadores de cor parda ou preta, a representar os 44,7% da população composta pelos 53.280.437 negros do país? E quantos negros estavam presentes no ato da redação do texto constitucional? Foi e está hoje, esse grande contingente populacional, bem representado?

Distorções de igual magnitude são observadas no plano econômico. Em 1980, de uma população constituída de 87.000.000 de pessoas com mais de 10 anos, o censo nos diz que apenas 0,7% (menos de 1%) da população é rica e recebe mais de 20 salários/mês de renda; 16,8% é da classe média e recebe entre 2 e 20 salários/mês, destacando-se entre eles um contingente de 41.244.409 pessoas sem qualquer rendimento.

Sob a influência do poder econômico no processo eleitoral, o que poderíamos esperar? Quantos pobres, hoje, são Presidentes, Ministros de Estado, Governadores, Secretários de Estado, Prefeitos, Senadores, Deputados ou Vereadores?

É, por acaso, um rico capaz de sentir todo o sofrimento de um pobre e entender-lhe todas as suas necessidades? São os homens capazes de compreender em toda a sua plenitude as verdadeiras e legítimas aspirações das mulheres? E os velhos, estarão sempre aptos a acompanhar o comportamento revolucionário e inovador dos jovens? E o que dizer dos brancos? Estarão eles à altura de sentir a dor da discriminação racial, que de forma tão desumana é imposta aos negros?

O atual modelo político premia, entre outros, como fatores importantes no critério seletivo de candidatos:

1º – Ter dinheiro – Essa condição tanto dá direito ao possuidor do dinheiro de se candidatar como de indicar quem bem lhe convier. É a condição mais importante.

2º – Ser desonesto e venal – Desta condição se aproveitam aqueles que aceitam o financiamento das suas campanhas a troco da subserviência ao financiador e da defesa de projetos deste, junto aos órgãos do Estado.

3º – Ter um bom discurso (oratória) – Em geral, dessa condição se utilizam aqueles que, por qualquer razão, estão revoltados com as injustiças sofridas. Uma vez eleitos, descambam invariavelmente pelo caminho da demagogia, distanciando-se dia a dia daqueles a quem outrora se propuseram defender.

4º – Ser herdeiro político – Nestes casos se enquadram os filhinhos de papais (políticos) sem qualquer serviço prestado à Sociedade e quase sempre distanciados da realidade econômica, política e social da Nação.

Disso tudo, podemos concluir: se um Modelo Político privilegia os herdeiros políticos, os oradores (demagogos), os desonestos e venais e os ricos, discrimina necessariamente aqueles que não têm heranças políticas, os que não têm o dom da palavra, os honestos e os pobres.

É a marginalização de segmentos tão importantes da Sociedade associada às distorções observadas nas amostras da população, escolhidas para lhes representar; distorções estas determinadas pela obsolescência e vícios do modelo atual, que nos recomendam a construção de um novo Modelo Político.

c) A Ação dos Governos e da Classe Política, diante das evidências narradas, se faz previsível. Sem dúvida, serão os compromissos formais, assumidos pelos políticos perante os seus financiadores, que irão definir suas ações quando estiverem no Governo, e não os compromissos informais que assumem publicamente perante a massa de eleitores. Essa é a razão pela qual, invariavelmente, após as eleições, nos deparamos sempre com Governos demagogos e corruptos, a gerir uma economia doente que penaliza importantes segmentos da Sociedade com as desigualdades de oportunidades e a retração do crescimento e do desenvolvimento econômico e social.

O pior é que ninguém, hoje em dia, pode afirmar que isso é um fato novo e que desconhecia essa realidade. E, por isso, perguntamos: quem estará a produzir todo esse estado de coisas? Não será isso apenas o reflexo de nossas atitudes emocionais e inconseqüentes ao escolhermos esses homens?

Não estamos pretendendo ser indulgentes; todavia, haveremos de reconhecer que a Classe Política é um mero produto do Sistema. E não nos faltará argumentos para justificarmos o nosso entendimento. De início, basta-nos lembrar que os políticos não se impuseram por si sós como políticos; eles foram referendados pelo povo, não obstante de forma espúria, para serem seus representantes e somente continuarão a sê-lo se assim o desejarmos. Também não pretendemos retroceder em nossas posições iniciais que consideram a Classe Política demagoga e corrompida. Estamos apenas questionando: não será essa corrupção e demagogia dos nossos representantes apenas o reflexo da corrupção e demagogia nossas, que somos os seus representados? Não estaríamos sendo hipócritas, ao transferir a responsabilidade dos nossos erros e omissões com exclusividade para a Classe Política? Convidamos todos para, juntos, refletirmos bastante sobre esse questionamento.

Quem discordar de nós outros, por ter a convicção de que em toda a sua vida jamais errou, ou se omitiu, ou mesmo cometeu algum ato de corrupção ou demagogia, “que atire a primeira pedra”.

Ora, se a Classe Política é corrupta, demagoga, desonesta, despreparada, seja lá o que for, mas permanece no Poder reconduzida por nós, fica claro que antes de responsabilizá-la pelos desmandos do Governo, teremos forçosamente de assumir a responsabilidade por tudo, até quando nos conscientizarmos de que a delegação de autoridade não nos isenta das responsabilidades pelos erros dos nossos representantes, sendo, portanto, justo que soframos as consequências dos nossos erros. Dessa conclusão decorre que os nossos problemas políticos, antes de serem exclusivamente políticos, eles se enraízam pelos Modelos Morais, Sociais, Culturais, Econômicos e Educacionais, cujas deformidades, para corrigirmos, precisamos

reconhecer. E não apenas reconhecer, mas cultivar uma visão crítica dos fatos antes de tomar certas decisões que exigem de todos nós posturas mais sérias e coerentes com os nossos interesses e anseios de liberdade e justiça.

Capítulo 5

Deformidades do Modelo Social

Entendemos o comportamento social como resultante do somatório dos comportamentos individuais. Dissemos, assim, que o meio é produzido pelo homem, contrariando, portanto, a velha teoria segundo a qual o homem é produto do meio. Toda essa confusão se estabeleceu porque os estudiosos que assim a conceberam, por uma razão qualquer, esqueceram a condição artificial e transitória da personalidade humana. Esta sim, seguramente, é produto do meio. A afirmação teria sentido se fosse: a personalidade do homem é produto do meio; este, porém, jamais.

Ao observador desatento, todavia, será difícil perceber esta sutil verdade, pelas seguintes razões: as emanções genuínas do caráter de um homem, cheio de maus sentimentos, somadas a outras tantas de outros tantos homens, maus e atrasados como nós, compõem o conjunto que determina o comportamento do todo social, cujos efeitos negativos, deságuam sobre nós mesmos, em forma de injustiças sociais e violências de toda sorte, impondo-nos por consequência, o medo do sofrimento. É esse medo que nos leva a adotarmos o uso de uma máscara “protetora”, denominada personalidade humana, como defesa contra as agressões da Sociedade. A rigor, a personalidade é um envoltório que funciona como escudo protetor, que se sobrepõe ao caráter, e sobre a qual diretamente incidem os reflexos do comportamento social.

Quanto maiores forem as vicissitudes humanas, mais intensos serão os efeitos negativos delas decorrentes e mais intensas serão as reações sociais a exigirem dos homens, personalidades (máscaras/envoltórios) a cada dia mais consistentes. A rigidez da personalidade, com o passar do tempo, começa a emitir reflexos condicionados, que se confundem com as emanções genuínas do caráter, vindo a se constituir num fenômeno artificial realimentador de problemas.

A essa altura, o homem – à semelhança de um animal transformado pelo fenômeno extraordinário do mimetismo – se torna dúbio, controvertido e incoerente; e a sua personalidade, de tanto emitir seus falsos reflexos, misturando-se e confundindo-se com as manifestações puras do seu caráter, chega a sugerir a presença de dois indivíduos num mesmo corpo. Vejam a que ponto chega o envolvimento do homem pela sua personalidade. Podemos responsabilizar esse fenômeno pelo engano dos estudiosos, que afirmaram, equivocadamente, que o homem é produto do meio.

A partir do momento em que os homens decidirem olhar para dentro de si, procedendo uma justa auto-análise do seu caráter e dele expurgarem o orgulho, o egoísmo, a impureza, a ira, a ganância, a inveja e o comodismo, as emanções sadias do seu caráter se constituirão exclusivamente de boas ações e o reflexo benéfico do comportamento social dispensará o uso da personalidade, que se dissipará, permitindo-nos um convívio sem mentiras e sem hipocrisia.

Já desde o início, fomos advertidos de que as deformidades que iremos encontrar no Modelo Social têm suas raízes fincadas profundamente dentro do Modelo Moral, pois, como vimos, é a condição primeira para que tenhamos um Modelo Social saudável, o expurgo de vícios, já citados, que hoje fazem parte do nosso cotidiano.

Caso pretendamos conhecer as deformidades observadas no Modelo Social a partir dos efeitos produzidos, e não das causas que os originaram, ficaremos com a impressão de que nos encontramos diante de uma imensidão de problemas impossíveis de serem solucionados. No entanto, se dirigirmos a nossa atenção para as suas causas, perceberemos que a grande maioria desses problemas, são produtos de uma causa comum.

A sociedade humana, que é constituída de milhões de famílias, pode ser comparada a um organismo humano, que, por sua vez, é constituído de milhões de células. Ao detectarmos o mau funcionamento do organismo, tendemos a buscar explicações e soluções para os efeitos observados, quase sempre nos esquecendo de pesquisar as causas que os produziram. Essas causas, invariavelmente, repousam no âmbito interno de cada célula, daí porque, sem que mergulhemos no seu interior, dificilmente diagnosticaremos com segurança a sua causa e muito menos corrigiremos os seus efeitos.

Com a Sociedade acontece o mesmo. Os problemas observados no todo social, se manifestam originariamente no âmbito da célula familiar, que nesse momento funciona como uma caixa de ressonância das manifestações do caráter dos seus membros. Estando essa caixa de ressonância orientada para o bem e equipada com sensores, decodificadores, filtros e amplificadores – equipamentos esses, obtidos nos laboratórios do amor e da justiça, capazes de captar, interpretar, corrigir e amplificar as manifestações do caráter dos seus integrantes – com certeza alcançaremos um mundo ideal, onde impere o amor, a solidariedade, a justiça, a liberdade e a paz entre os homens.

Pelo que acabamos de ver, a importância e a responsabilidade da família é indiscutível, tanto para preservação como para erradicação dos males e das deformidades observadas no Modelo Social.

Reflitamos, fazendo uma auto-análise sobre as nossas relações em família, vendo-a como essa caixa de ressonância de que acabamos de falar e avaliando cada um dos seus equipamentos: a) sensores, b) decodificadores, c) filtros e d) amplificadores.

a) Sensores — Os nossos pais têm estado atentos conosco? Têm percebido as deformações do nosso caráter e encarado de frente as nossas tendências más, ou são pais cegos? Têm percebido também as nossas potencialidades, respeitando e auxiliando na descoberta das nossas vocações? E nós temos, igualmente, estado atentos com eles? Temos percebido as deformações do caráter deles e encarado de frente as suas tendências más, ou somos filhos cegos? Temos, também, percebido e respeitado as suas limitações e boas intenções para conosco, sem nos aproveitarmos negativamente delas?

b) Decodificadores — As percepções dos nossos pais, a nosso respeito, têm sido interpretadas com profundidade, sabedoria, respeito e imparcialidade, ou têm sido superficiais, estúpidas, desrespeitosas e tendenciosas? E as nossas interpretações em relação àquilo que percebemos deles e neles, como têm sido?

c) Filtros — Como nossos pais têm agido conosco nos momentos em que percebem as nossas más tendências: superprotetores, condescendentes e coniventes, ou lúcidos, justos e sérios? As nossas más tendências têm sido, por eles, contidas, deixadas livres ou incentivadas? E nós, como temos nos comportado em relação às más tendências que percebemos, também, existirem neles?

d) Amplificadores — Nossos pais estão perfeitamente conscientes de que tanto o bem como o mal acontecido e percebido, dentro da nossa casa, podem se expandir e disseminar por toda a Sociedade e pelas gerações futuras? Qual a contribuição dada por eles para a inibição do mal e a propagação do bem? E em relação a nós, também estamos conscientes de tudo isto, e qual tem sido a nossa contribuição no mesmo sentido?

Cabe, nesta oportunidade, dirigir um apelo às famílias, tanto aos pais como aos filhos de hoje e que serão os pais de amanhã, para que reavaliemos os conceitos, os padrões e a educação recebidos dos nossos antepassados, até hoje, sem qualquer tipo de medo ou preconceito, para que preservemos, destes, aquilo que for verdadeiramente bom e, corajosamente, abandonemos o que estiver a serviço do mal.

Apelamos, também, para que todos compreendamos e aceitemos que o serviço aos nossos filhos não nos confere o direito de exercer sobre eles qualquer forma de repressão injusta, em especial, no que tange à escolha das formas como pretendem cumprir os seus desideratos nesta existência, bem como no que concerne à libertação dos seus talentos. Quem porventura pretender orientar o comportamento dos jovens e crianças, que o faça de modo desinteressado e com a necessária sabedoria, primeiramente corrigindo os próprios vícios para que possa fazê-lo usando, para tanto, o próprio exemplo.

Deixaremos a critério dos leitores, todas as críticas a serem feitas às deformidades presentes no Modelo Social. Afinal de contas, cada um de nós é testemunha ocular dessas deformidades, e de modo especial daquelas que nascem dentro da nossa família, debaixo dos nossos olhos. Outro apelo que fazemos é no sentido de que nos aprofundemos na auto-análise sugerida, aumentando o questionamento e a lucidez, sendo corajosos e imparciais nos nossos julgamentos. Por esse caminho, com certeza, encontraremos, não apenas as grandes aberrações presentes no “modus vivendi” atual, mas também a força e a vontade necessárias para transformarmos a nossa realidade, o que nos levará indubitavelmente à construção de um novo Modelo Social.

Capítulo 6

Deformidades do Modelo Moral

As evidências da existência de graves deformidades encontradas nos diversos modelos não deixam dúvidas de que o Sistema está decadente. Mas apenas perceber essa realidade não nos diz tudo, pois, como sabemos, um Sistema é um conjunto de regras criadas pelos homens, em outras palavras, criadas por nós mesmos. Em razão disso, se faz pertinente a seguinte pergunta: qual a nossa responsabilidade diante dos inúmeros equívocos que fizeram com que os diversos modelos chegassem a esse estágio de desgaste? Qual a nossa culpa nisso tudo? Onde erramos, afinal? Estas são perguntas corajosas que fazemos e que carecem de respostas mais corajosas ainda.

Decerto, não podemos nos eximir da culpa, seja ela decorrente da nossa imprudência, negligência ou imperícia. A menos que queiramos proceder de modo condescendente conosco, pois, se decidíssemos ser mais severos, o mais provável é que viríamos a ser condenados pela ação dolosa, não obstante dissimulada, de termos tomado a decisão errada, com a agravante de persistirmos no erro, malgrado os efeitos danosos da nossa decisão, que repercute, até hoje, prejudicialmente contra nós mesmos.

Todavia, não nos é suficiente reconhecer a nossa culpa ou dolo, pois, sem a reparação dos danos e a correção do nosso rumo, nada teremos feito de útil em benefício da Sociedade e em nosso próprio benefício.

Para tanto, precisamos retornar ao ponto de origem onde, de modo culposo ou doloso, nos desviamos do caminho. Ali, havia uma placa indicativa que nos advertia: “Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de odiar a um e amar o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mamon.” (Mamon, o deus dinheiro). Por imperícia, imprudência ou negligência, quem sabe, agindo dolosamente, decidimos servir a Mamon.

Mais adiante, na estrada, nova advertência: “Não andeis cuidadosos quanto a vossa vida, pelo que haveis de comer ou pelo que haveis de beber; nem, quanto ao vosso corpo, pelo que haveis de vestir. Não é a vida mais que o mantimento, e o corpo mais que o vestido?” E nós seguimos apenas pensando em comer, beber e vestir bem.

Um terceiro aviso nos foi dado: “... Buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas”. Mas, a essa altura, o nosso “deus” já era outro, e para a verdade já não tínhamos olhos nem ouvidos.

Somos sinceros ao dizer que acreditamos no ideário contido nos escritos deste livro; contudo, sem que tomemos a decisão séria de abdicarmos do egoísmo que nos inspirou a preferência por um “deus” materialista, em favor de uma postura altruísta que nos permita optar, verdadeiramente, por um Deus que nos ensina a mensagem do amor e da solidariedade, ele de nada nos servirá.

E por que pensamos dessa forma? Razões certamente não nos faltarão para tanto. Senão vejamos:

“Todo homem é desonesto até prova em contrário”. Esta é a premissa básica que norteia as ações do paradigma materialista que é o Capitalismo. A consequência inevitável desse paradigma é que os homens se vêem compelidos a vestirem uma máscara com o objetivo de suportar o estigma que o Sistema lhes impõe. Paradoxalmente, o homem precisa valer-se da sua desonestidade para provar a sua honestidade.

De que modo, desacreditando uns dos outros, poderemos, um dia, amarmos uns aos outros? Como poderá florescer no seio da Sociedade a árvore da solidariedade, se nos tratamos uns aos outros como se inimigos fôssemos? Como poderemos almejar, para nós, a justiça, se injustamente prejudicamos como desonestas, pessoas que nem sequer conhecemos? Como poderemos aspirar a liberdade, se não concedemos aos outros, sequer, a liberdade de provar a sua honestidade, sem que para isso careçamos recorrer a avais, fianças e hipotecas? De que modo vamos acreditar nas gerações futuras se não damos créditos à nossa própria geração? O que dizer de um mundo onde a desonestidade é a regra e a honestidade é a exceção? Que estímulo sentirão os honestos para continuarem sendo honestos, se como desonestos serão melhor tratados?

Todas as religiões do mundo pregam o amor e a solidariedade entre os homens. Poderão estar equivocadas nos seus dogmas, nos seus sectarismos, nos seus princípios, nos seus métodos, nos seus rituais etc.; mas, em relação à essência do sublime preceito do amor e da solidariedade entre os homens, não vemos como poderiam estar equivocadas.

O decálogo de Moisés se resume a apenas dois mandamentos: **“Amarás a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo”.**

Para observarmos esses mandamentos, teremos necessariamente que acreditar em Deus, em nós mesmos e no nosso próximo, pois não conseguimos imaginar a existência de um amor verdadeiro onde não exista a confiança mútua entre as pessoas que se amam.

Jesus Cristo também nos disse: **“Fazei aos outros aquilo que gostaríeis que fizessem a vós”.** Caso continuemos a admitir a premissa básica do paradigma Capitalista, segundo a qual **“Todo homem é desonesto até prova em contrário”** e, ao mesmo tempo, seguirmos o mencionado preceito cristão, teríamos que, incoerentemente, estimular o descrédito à nossa própria pessoa, propagando dessa forma o descrédito nos nossos valores, nos nossos princípios, na nossa capacidade intelectual, nos nossos propósitos etc. E agindo dessa forma estaremos atentando contra a nossa própria evolução, porquanto, afugentamos para bem longe de nós, os meios imprescindíveis à libertação dos nossos talentos.

A nossa passividade diante dessa deformidade do Modelo Moral, enseja toda sorte de corrupção, inclusive da nossa auto-corrupção.

Capítulo 7

Deformidades do Modelo Educacional

Quando falamos em educação, imediatamente nos vem à mente a ideia de escola. Mas queremos lembrar que, quando tratávamos dos demais modelos, e principalmente do Modelo Social, vimos que a função de educar vai muito além dos muros daquilo que costumamos chamar escola. A educação, já sabemos, se inicia no âmbito familiar e se estende pelas ruas, cidades, templos religiosos, partidos políticos etc.

Aqui, no entanto, vamos falar exclusivamente daquela educação que compete às instituições compreendidas dentro do Modelo Educacional, às quais denominaremos Grande Escola e Pequena Escola.

Conceituaremos como Grande Escola, a escola informal, o mundo, o salve-se quem puder, o abandono ao deus dará, compreendendo-se todas essas expressões como sendo o ambiente onde se

materializam e se agravam o abandono, o analfabetismo e a marginalização dos cidadãos, excluídos do amparo do Sistema e das suas ações sociais e governamentais.

Como Pequena Escola, entenderemos a escola formal, aquela na qual nos matriculamos quando crianças e que, ao final de longos anos de freqüência e estudos, nos conferem uma especialização, reconhecida pela Sociedade através das suas leis e regulamentos, simbolizada por um certificado ou diploma. Para fins dos nossos estudos, classificaremos a Pequena Escola em dois tipos a saber: Pública e Privada.

Desde a conceituação das Escolas, começamos a perceber as graves deformidades presentes no Modelo Educacional. Sobressaem-se de forma gritante as desigualdades de oportunidades entre os freqüentadores da Grande Escola em relação aos beneficiários da Pequena Escola. E, nesta última, as desigualdades entre alunos das Escolas Públicas e aqueles que podem freqüentar a Escola Privada.

Como se não bastassem as injustiças acontecidas já nas portas das diversas escolas, dentro da Pequena Escola o que percebemos? Professores e colaboradores mal recompensados — compelidos, periodicamente, a fazerem greves, buscando a justa reposição do salário, desgastado pelo expediente escuso da especulação de preços e pela corrupção reinante nos Modelos Político e Econômico, com sérios prejuízos para o andamento das atividades educacionais — a ministrarem um currículo escolar totalmente encapsulado e distanciado da realidade existencial, que não incentiva uma visão crítica dessa realidade e que inibe, com respostas formatadas e de modo ditatorial, as potencialidades dos jovens vocacionados para a atividade do pensar. Nesse currículo, a educação física, política, cívica e moral são incipientes, em cumprimento às determinações da ideologia subjacente, prescrita pelo Sistema Capitalista, interessado na formação de homens dependentes e subservientes aos seus interesses.

Dentro do processo ensino/aprendizagem da Pequena Escola, o método de avaliação dos resultados não prioriza comprovar se o conhecimento foi bem transmitido pelo professor e, ao mesmo tempo, bem assimilado, consciente e proveitosamente, pelo aprendiz. Numa sala de aula, superlotada por cinquenta alunos, aprender tornou-se sinônimo de decorar; de tal modo que o importante é o aluno, sob a ameaça do cutelo da reprovação, ser capaz de engolir, calado, o pacote de informações despejado pelo professor e, no dia da prova, responder às questões para obter a média, não importando que no dia seguinte ele já não se lembre de mais nada.

Também o professor não sabe dizer se a matéria que ele ensina liberta ou escraviza, pois a ele, quando estudante e principalmente agora como professor, não lhe foi incentivada a atividade do pensar; quiçá, nem sequer lhe dado esse direito. Daí porque ele pouco sabe se a matéria que ensina está ou não impregnada, subliminarmente, da ideologia que dissemina, na Sociedade, o conformismo em relação às mazelas que convêm ao Sistema.

A Pequena Escola ainda se compraz em ensinar muitas coisas antiquadas e desatualizadas aos seus freqüentadores. Mais grave ainda, reprime o senso crítico e a curiosidade científica de modo dissimulado, através da prescrição de leituras de fábulas, aparentemente ingênuas, mas que, no fundo, levam mensagens tendenciosas, que semeiam o medo e o conformismo entre as crianças matriculadas nas séries iniciais do Curso Fundamental.

No curso da jornada estudantil, a Pequena Escola, passivamente, acatou a colocação de uma pedra no caminho dos seus freqüentadores: o Vestibular. Com isso, reconheceu, tacitamente, uma das duas coisas: ou deixou de cumprir a obrigação assumida de preparar os jovens para ingresso na Universidade, ou está servindo a interesses contrários ao crescimento e ao desenvolvimento econômico e social, dos partidários da eterna dependência econômica e tecnológica da Nação.

Entendemos que, se a Pequena Escola cumprir bem a sua missão, não haverá necessidade de uma prova para que os jovens demonstrem o conhecimento adquirido durante tantos anos de estudos, quando a própria escola já lhes conferiu o certificado de habilitação para ingresso na vida acadêmica. O pretexto da escolha dos melhores é absurda, pois ninguém melhor que as próprias escolas, que conferiram os certificados, têm esse perfil. Outrossim, o argumento da limitação de vagas nas Universidades é ainda mais

absurdo, pois não podemos aceitar como justa uma realidade onde milhares de estudantes, desejosos de especialização, são barrados nas portas das Universidades, deixando de um lado, milhares de professores desempregados, e do outro, milhões de analfabetos, sem tetos, sem terras, desempregados etc., todos carentes dos benefícios que só a educação pode proporcionar.

Enquanto isso, é inegável que, para os centros de excelências não são destinados os recursos necessários e indispensáveis ao seu bom funcionamento, nem existem estímulos à pesquisa, ficando a Nação relegada à eterna dependência da tecnologia alheia. Nós, aqui no Brasil, chegamos ao cúmulo de conceder incentivos fiscais, remeter lucros para o exterior e pagar juros de uma astronômica dívida externa, além de royalties caríssimos, para atendimento de necessidades tão elementares como tomar um banho, escovar os dentes, tomar um sorvete etc., pois está entregue ao monopólio das multinacionais o domínio da tecnologia para a produção de sabonetes, pastas de dentes e até os nossos populares picolés.

Mas as deformidades do Modelo Educacional não param por aqui. É incrível, mas é verdade. Como se não bastassem as poucas vagas que as Universidades oferecem, muitos dos profissionais que ela prepara não têm suas profissões regulamentadas. Por exemplo: Administração de Empresas é uma profissão de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país. Temos no Brasil mais de 5.000.000 (cinco milhões) de empresas, e menos de 300.000 (trezentos mil) administradores formados. Todos sem profissão regulamentada. Por esse motivo, a maioria esmagadora das empresas é administrada empiricamente, resultando no agravamento dos índices de mortalidade de empresas e, paradoxalmente, no desemprego dos administradores especializados, devido às ocupações dos seus cargos por leigos mal remunerados, como até bem pouco tempo acontecia com as atividades jurídicas e médicas, que eram exercidas por rábulas e charlatões.

Outra grave deformidade do Modelo Educacional se materializa em instituições que se constituem verdadeiras represas do conhecimento. Citamos como exemplo a lei de patentes, que permite o monopólio dos resultados das pesquisas científicas, que hoje nos faz presenciar aberrações como aquela que permite a morte de pessoas por todo o mundo, pelo simples fato de o remédio para o mal de que estão acometidas, muito embora já devidamente descoberto e desenvolvido, ainda não se encontrar em condições de controle, que assegure aos grupos monopolistas o ambicionado lucro.

A maior de todas as deformidades do Modelo Educacional, no entanto, continua a ser a persistência renitente da Grande Escola, cujo produto consiste, em pleno século XXI, num contingente assustador de analfabetos e, pasmem, na existência de milhões de crianças abandonadas, subnutridas e fora da escola formal, a sinalizarem um futuro sombrio para a Nação. Os presídios abarrotados de cidadãos infratores do Código Penal, convertidos em verdadeiras feras humanas, retratam os efeitos a serem esperados desse descaso governamental para com os graves problemas da educação. Sem falarmos na exacerbação das reações violentas da Sociedade, onde são comuns os homicídios, suicídios, tráfico de drogas, entre outras.

Sempre entendemos que o papel fundamental da educação consiste, através da pesquisa, do ensino e da extensão, em subverter a ordem obsoleta, objetivando o progresso harmônico da sociedade humana. Esta, sem dúvida, é a escola saudável, a escola que liberta, que dissemina a justiça, que promove a paz entre os homens. Neste início de milênio, lamentavelmente, o que ainda predomina é a presença marcante da Grande Escola e uma Pequena Escola deficitária em todos os aspectos, onde saltita a olhos nus a ideologia subjacente, disseminando a alienação e o conformismo, tudo em prol da sobrevivência de um decadente e antiquado modo de vida.

Acordai, professores e estudantes! Despertai para o advento de um novo tempo! A vossa participação é a mais importante neste momento, quando iniciamos uma nova era. A era da formatação de um novo Modelo Educacional, de uma nova Pirâmide, de um novo Sistema.

Capítulo 8

As Primeiras Conclusões

Após longo tempo dedicado à observação atenta e à análise detalhada da conduta política dos Conservadores no poder e dos Liberais na oposição, e vice-versa, concluímos:

Os argumentos conservadores segundo os quais “seria preciso deixar o bolo crescer para depois reparti-lo” e que “a abertura política teria que ser lenta e gradual”, não passavam de um engodo, cujo objetivo era a perpetuação deles no Poder, onde, repetindo os hábitos da era monárquica e aristocrática, se banqueteariam à custa da Nação. No início, usaram a força; depois, os famosos casuísmos inseridos na legislação. Dessa forma, maquilavam a legitimidade que a Nação nunca lhes conferiu, travestindo a Oligarquia, que sempre representaram, de uma Democracia que jamais existiu.

A tônica dos argumentos liberais era a crítica mordaz. Críticas, críticas e críticas que iniciavam, esvaziavam e encerravam todo o discurso oposicionista. Quando se aventuravam no campo das ideias, revelavam a visão míope que tinham dos problemas nacionais, através de projetos miúdos, nanicos, meros paliativos, que bem lhes atestava a absoluta falta de propostas e a demagogia no seu discurso. Não raro, esses modestos projetos eram habilmente aproveitados e executados pelos conservadores no Poder, ora para atrair os autores para suas fileiras, ora, pura e simplesmente, para, furtando-lhes o mérito da autoria, esvaziarem o discurso opositor.

Enquanto os problemas nacionais se agigantavam numa órbita, o estéril jogo de poder prosseguia numa outra, bem distante e totalmente alheia aos verdadeiros interesses da Nação. Por diversas vezes assistimos à alternância em diversos níveis do Poder, e o que presenciamos foram os mesmos erros e vícios se repetirem. Conservadores, que ao saírem do Poder se tornaram críticos; e Liberais, homens considerados acima de qualquer suspeita, que, ao ocuparem o Poder, esqueceram o discurso original e se corromperam.

Em relação ao nosso posicionamento diante desse fato, também chegamos a uma importante conclusão:

A causa dos problemas que ensejavam tantas críticas e reclamações estava em nós. Isso mesmo, ela habitava o núcleo das nossas ideias e pensamentos. A princípio, ficamos estupefatos ante a constatação de que nós éramos, ao mesmo tempo, a vítima e os vilões causadores da nossa própria pobreza, mas logo em seguida, meditando, nos convencemos, pois, onde quer que estivéssemos com nossas ideias e pensamentos, ali sempre também ela (a causa) estaria, não sendo, portanto, de se estranhar porque ela sempre estava presente, ao mesmo tempo, no âmbito dos nossos lares, cidades, estados, país, enfim, no mundo inteiro.

Sabendo agora onde residia a causa de tudo, foi mais fácil diagnosticar que o nosso equívoco consistia em partir da premissa errada de que tudo estava certo. A partir de então, dirigimos nossos pensamentos e ideias para a premissa certa de que tudo estava errado. Em sendo assim, não se tratava mais de consertar os erros do paradigma dominante – isso seria o mesmo que tentar consertar uma casa velha a custos exorbitantes, mesmo diante da certeza de insucesso da tentativa – mas de construir um novo paradigma que oferecesse respostas satisfatórias para questões cruciais que o velho paradigma já não conseguia mais responder.

O velho paradigma, que mais tarde descobrimos fazer parte de um ciclo evolutivo natural vivenciado pela humanidade, era gerenciado pelo governo oligárquico, objeto das disputas de Conservadores e Liberais. Logo percebemos que jamais seríamos oligarcas. A ideia de integrar um grupo, para com ele interagir e reunir forças para defender interesses e obter vantagens em detrimento de justos interesses e vantagens de outros grupos, contrariava os princípios de solidariedade humana que sempre defendemos. Outrossim, nossa linha de pensamento – predominantemente altruísta e devotada ao trabalho evolutivo pessoal e dos nossos semelhantes insurgia-se contra a ideia de estagnação, presente no pensamento conservador, –

falava-nos alto: Conservador, nem pensar. Tornar-nos Liberal, Neoliberal ou Progressista, de modo algum; isso seria totalmente incoerente, pois repugnava-nos a prática de criticar uma ideia, sem dispor para tanto de uma outra melhor e capaz de substituí-la com vantagens. Além disso, jamais poderíamos esquecer que foi para encontrar a causa e uma solução para os nossos problemas, e não para simplesmente criticá-los, que demos início a tão longa caminhada. A essa altura, não nos saía mais da lembrança o fato de que estávamos diante de um desafio concreto. Havia um problema a ser solucionado, conhecíamos sua causa, elegemos uma premissa sobre a qual fincamos o ponto de partida de uma hipótese, pois, era preciso enfrentar a preguiça e seguir adiante, e foi o que fizemos.

Iniciamos pela seleção de alguns temas, considerados importantes, quer por serem dignos de maior atenção, quer por se constituírem problemas sem solução ou questões não respondidas pelo velho paradigma, os quais transformamos em objeto das nossas reflexões. São a essas reflexões que dedicamos os Capítulos seguintes.

2ª PARTE – REFLEXÕES E PONTOS DE VISTA

Capítulo 9

Noções Básicas de Economia

Com a expansão do capitalismo no mundo, uma nova ordem econômica se estabelecera e o estudo da Economia ganhava ênfase a cada momento, estimulado por diversos fenômenos como, por exemplo: a revolução industrial, a expansão do comércio, a ampliação do sistema financeiro e, é claro, o interesse de todos os partidários do Capitalismo. Demorou pouco para que muitas teorias (fórmulas mágicas) surgissem, porém, a que realmente teve maior expressão foi aquela que ainda hoje consideramos como espinha dorsal da Ciência Econômica, e que é aceita universalmente como verdadeira.

Em rápidas palavras, podemos descrevê-la, dizendo que a Economia foi dividida em três setores básicos, a saber:

I – SETOR PRIMÁRIO:

Neste setor estariam enquadradas todas as atividades consideradas primárias, quais sejam: Agricultura e Pecuária.

II – SETOR SECUNDÁRIO:

Aqui estariam compreendidas as atividades denominadas de Indústria.

III – SETOR TERCIÁRIO:

Todas as demais atividades que não se enquadrassem como agropecuária ou industrial, seriam consideradas neste setor denominado Serviços.

Consideramos boa essa classificação, não apenas pela forma didática como se expõe, mas também pela seqüência em que é apresentada, o que nos sugere a amplitude e importância de cada setor. Julgamos oportuno acrescentar que o Setor Primário também poderia ser denominado “Multiplicador”, dada a sua peculiaridade de multiplicar as riquezas que fazem parte da sua atividade. Ao Setor Secundário, bem lhe caberia a denominação de “Transformador”, pois é lá que o fenômeno da transformação de riquezas acontece. Ao Setor Terciário, “Distribuidor” seria bem apropriado, pois é nele onde as riquezas da Economia são distribuídas.

A Teoria não para por aqui, e depois de classificar os Setores Básicos da Economia, agrupa também os homens em quatro categorias denominadas “Categorias Produtivas”, tomando por ponto de referência quatro tipos de contribuições dadas à Economia por elas, e que são denominadas “Fatores de Produção” e as respectivas “Remunerações” que em contrapartida recebem. Dessa forma, devemos considerar a existência de quatro tipos de “Categorias Produtivas”, quatro “Fatores de Produção” e quatro tipos de “Remunerações”, respectivamente, a saber:

Empresários: São os que contribuem com o Fator de Produção denominado Capacidade Empresarial, e recebem como remuneração “Lucros”. Entendamos como capacidade empresarial a atividade que consiste na reunião dos meios de produção (bens de produção, mão-de-obra, imóveis e capital utilizados) e na organização e funcionamento do processo produtivo.

Proprietários: Os que contribuem com o Fator de Produção denominado Propriedades (Bens Imóveis) e recebem por isso, como remuneração, “Aluguéis”.

Capitalistas: Os que contribuem com o Fator de Produção denominado Capital (Dinheiro) e recebem como remuneração “Juros”.

Trabalhadores: Os que contribuem com o Fator de Produção Mão-de-Obra e, em contrapartida, recebem como remuneração “Salários”.

Até aqui, a Ciência Econômica atual nos apresenta um retrato da Economia de forma bastante didática, o que nos permite uma rápida compreensão desta, dentro de uma visão estática. Caso desejemos imaginá-la em todo o seu dinamismo, veremos que esses estudos continuam válidos e plenamente atuais desde que observados os pré-requisitos de Liberdade e Justiça.

Respeitados esses pré-requisitos, julgamos ser direito sagrado de todo homem, escolher como atividade econômica aquela que bem quiser e entender como sendo a melhor para si. Isto é, ser Empresário e viver auferindo Lucros, ou Capitalista cobrando Juros, ou Trabalhador vivendo de Salários, ou Proprietário de imóveis e viver de Aluguéis. O que não se pode admitir é que um homem obtenha seus rendimentos de forma ilícita. Por ilícita deveremos entender toda e qualquer forma de auferir rendimentos, fugindo aos limites da Justiça. Convém, portanto, que os homens compreendam melhor o conceito de Liberdade Plena e Justiça Absoluta para reivindicá-las e delas fazerem uso.

Se alguém jamais ousou estabelecer limites para a Liberdade Plena, ousamos nós, agora, ao proclamarmos que: o limite da Liberdade Plena é a Justiça Absoluta, aquela Justiça que reside na consciência de cada homem e que jamais alguém se atreverá a dizer “Eu a desconheço”, tendo que se submeter ao crivo da lógica, das evidências e da verdade, com sucesso. A ênfase dada aos conceitos inseparáveis de Liberdade e Justiça foi proposital, exatamente porque a partir de agora entraremos na discussão da Lei da Oferta e da Procura, a conhecida Lei, universalmente aceita como regra básica na definição dos preços de mercado. O que seria na prática essa Lei?

Imaginemos uma balança comum com dois pratos e um fiel. Num dos pratos, a oferta e noutro, a procura de bens e serviços. No fiel estaria a tendência dos preços desses bens e serviços, observando a convenção na qual, sempre que a oferta fosse maior que a procura, o prato da oferta desceria e o fiel apontaria para a tendência de queda nos preços, e vice-versa, ou seja, quando a procura fosse maior que a oferta, o prato da procura iria para baixo, levando o fiel a indicar a tendência de alta nos preços, conforme ilustrações na página 421.

A analogia feita entre o exemplo da balança e a Lei da Oferta e da Procura, de um lado, deixa por demais evidente que, a prática do preço justo para todos os bens e serviços, se constitui no grande desafio imposto pela Economia a quem couber a tarefa de administrá-la; e de outro, estabelece como requisito imprescindível, o exercício da Lei com lisura, ou seja, observando-se rigorosamente a prática da Liberdade Plena e da mais Absoluta Justiça. Sendo assim, a intromissão descabida do dedo artificial de quem quer que seja e sob qualquer pretexto, adultera os resultados que a Lei poderia proporcionar gerando, por consequência, mazelas sociais próprias de uma Economia viciada. É como se entrássemos numa mercearia com o propósito de comprarmos um quilograma de açúcar e o comerciante, no ato da pesagem, de má fé, decidisse colocar o seu dedo num dos pratos da balança. Com isso, certamente teríamos um peso adulterado e, sem sabermos, pagaríamos um preço mais caro.

Imaginemos esse fenômeno acontecendo repetidas vezes, em todos os lugares e em todos os produtos e serviços, e veremos que o desfecho natural seria, inevitavelmente, o empobrecimento gradual e constante dos que pagam e o enriquecimento ilícito dos favorecidos pela desonestidade. Ou seja, o agravamento das desigualdades econômicas e sociais.

Ora, se no presente estas desigualdades são enormes e se agravam a cada dia, e se presenciamos um crescimento vertiginoso e constante nos preços, restam-nos duas alternativas: primeira, questionar a validade da Lei, e, segunda, analisarmos para ver se a sua aplicação está sendo feita com lisura, ou seja, observando-se os requisitos de Liberdade e Justiça. Esta análise, porém, dada a sua importância e amplitude, será mais adiante objeto de um Capítulo no qual pretendemos tratar a questão com a profundidade que o assunto requer. Passemos assim ao conhecimento de mais um elemento componente do mecanismo econômico, aquele a quem compete a atribuição de administrar a Economia, promovendo o desenvolvimento em prol do bem comum: O ESTADO.

Necessidades imperiosas como a sobrevivência dos homens, seus anseios de progresso, seus ideais de liberdade e justiça, entre outros, diante de complexos conflitos de interesses, levaram a Sociedade a se organizar. Foi dessa organização natural da Sociedade que surgiu a ideia do Estado, que nada mais é que uma empresa cujos objetivos centrais, entre outros, não poderiam deixar de ser:

- a) Favorecer a marcha do progresso da humanidade criando condições suficientes para que os homens possam fazer uso pleno da inteligência na busca de alternativas e soluções de problemas impostos pelo desenvolvimento.
- b) Prescrever os limites da liberdade, segundo os padrões de justiça absoluta estabelecidos pelo consenso da Sociedade.
- c) Julgar e fazer cumprir os seus veredictos.

A descrição dessas funções do Estado, assim, poderemos resumir em: Gerente, Legislador e Juiz.

Gerente:

quando executa a sua ação buscando atingir os objetivos que conduzem ao desenvolvimento.

Legislador:

quando cria as leis que regulam a ação dos homens individualmente ou da sociedade como um todo.

Juiz:

quando julga segundo as leis que criou e faz cumprir o que elas estabelecem.

As atribuições confiadas ao Estado nos dão uma ideia da sua importância dentro do Modelo Econômico e nos dizem da responsabilidade que ele assume perante a Sociedade. Mas, também, nos advertem do “grande perigo” a que esta se expõe ao delegar a ele uma autoridade de tal magnitude, permanecendo totalmente desorganizada, considerando-se que para uma Sociedade exercer plenamente o seu poder, a organização se apresenta como condição imprescindível.

Falamos de perigo, um grande perigo, e, certamente, todos agora, ficamos interessados em identificar onde reside esse perigo, ao qual nos expomos quando delegamos ao Estado tamanha autoridade.

Uma locomotiva posicionada sobre os trilhos e totalmente equipada com controles, vagões etc., jamais deixará a estação sem um maquinista a manobrá-la. O corpo humano, sem que funcione o cérebro, com certeza permanecerá inerte. E, também, um automóvel sem o motorista ao volante jamais irá a lugar algum. Assim também é o Estado sem o Governo.

Disso decorre que o Governo é o centro nervoso do Estado; sendo, portanto, o Gerente da empresa a quem compete o desafio de manter o equilíbrio do Sistema. Ora, se a ação do Estado depende da ação do Governo, é óbvio que o equilíbrio de todo o Modelo Econômico depende também dessa mesma ação, isto é, da ação do Governo. Eis aqui o perigo para a Economia e para a Sociedade: confiarmos num Governo que seja incapaz, tendencioso e descomprometido com a Justiça Social.

Este é o ponto crucial do problema, pois exatamente aqui chegamos à encruzilhada dos caminhos da Economia e da Política, onde a Sociedade desorganizada, mal informada e, mais ainda, confundida pelos meios de comunicação, se divide, ora buscando soluções econômicas para problemas políticos, ora buscando soluções políticas para problemas econômicos.

Desejamos, neste exato momento, pôr um ponto final nessa questão dizendo: toda e qualquer solução ou decisão econômica haverá de estar necessariamente precedida da solução ou decisão política. Dizendo assim, resumimos: a aplicação de toda a teoria econômica que acabamos de expor só será válida e útil para a Sociedade se o Governo for justo e capaz. A escolha dos governos é, portanto, de suma importância para a sorte de todos nós; e é nessa decisão política que está a solução para os nossos problemas econômicos. Se temos problemas econômicos, cabe-nos julgar a ação do Governo à luz da Lei da Oferta e da Procura, que é a Lei que rege a Economia.

Capítulo 10

O Jogo da Economia

Imaginemos a Economia como um jogo, no qual participam quatro jogadores. Isso mesmo, um jogo que, à semelhança de tantos outros, como o ludo, o xadrez e o gamão, é composto de um tabuleiro, competidores, pedras, regras e um juiz. Ao Tabuleiro corresponderão os Setores Básicos da Economia; os

Competidores serão os diversos grupos de indivíduos já conhecidos como Categorias Produtivas; as Pedras serão os Fatores de Produção; as Regras do Jogo serão as Leis de Mercado e o Juiz do jogo, o Governo. O jogo, que acontece sobre o tabuleiro, consiste na disputa entre os quatro grupos participantes pela aquisição das riquezas que são produzidas, transformadas e distribuídas dentro da Economia, através da aplicação dos fatores de produção e de acordo com as regras do jogo que deverão ser fiscalizadas e mantidas pelo juiz.

A aquisição dessas riquezas se materializa nas mãos dos competidores em forma de moeda (dinheiro/capital). Conseguir dinheiro, portanto, se constitui no principal desafio de cada competidor que, para tanto, dá tudo de si para vencer. E não lhe faltam, para isso, boas razões, pois, no “Edifício Pirâmide Social”, onde habitam, estão reservados os melhores lugares para quem obtiver maior sucesso no jogo econômico, sucesso esse que é medido pela maior ou menor quantidade de riquezas acumuladas.

O Tabuleiro do Jogo da Economia é o campo onde se desenvolvem as atividades produtivas. Ele, como já vimos, se subdivide nos três Setores Básicos chamados Primário, Secundário e Terciário.

A compreensão do nosso jogo não acaba por aqui. E, agora, vamos classificar os homens que são os participantes do jogo, tomando como referência as contribuições que eles oferecem e as correspondentes remunerações delas decorrentes. Eles são agrupados, igualmente como já vimos, em Categorias Produtivas, que contribuem com seus Fatores de Produção e, em contrapartida, recebem as correspondentes remunerações, assim:

Categorias Produtivas	Fatores de Produção	Remuneração (Contrapartida)
Empresários	Cap. Empresarial	Lucros
Proprietários	Prop. (Bens Imóveis)	Aluguéis
Capitalistas	Capital	Juros
Trabalhadores	Mão-de-Obra	Salários

Marx prefere dividir os homens em apenas duas categorias: os que recebem rendas do trabalho (os trabalhadores) e os que recebem renda do capital, os patrões (empresários, capitalistas, proprietários). Essa classificação, no entanto, em nada muda o que iremos apresentar.

Agora, falemos um pouco sobre a Lei da Oferta e da Procura, que na prática se constitui as Regras do Jogo.

No exemplo que já nos foi mostrado da balança, vimos que o fiel é o instrumento que se encarrega de sinalizar, apontando a tendência dos preços dos bens e serviços produzidos, transformados e distribuídos, na Economia. É, por conseguinte, o indicador, para o Governo, das tendências de desequilíbrios e injustiças sociais em curso dentro do Sistema.

Para identificar a fonte de onde partem as forças determinantes desses desequilíbrios será preciso que o Governo avalie, individualmente, a oferta e a procura de cada um dos fatores de produção, através das quatro balanças, a saber: Balança dos Lucros, dos Aluguéis, dos Juros e dos Salários.

Fica evidente que a prática dos preços justos para todos os bens e serviços, o que resulta na prática da justiça social, se constitui o grande desafio imposto pela Economia àquele a quem compete a tarefa de bem administrá-la, o que só será possível se atendido o requisito, imprescindível, do exercício da Lei com lisura. Sendo assim, a já mencionada intromissão descabida do dedo artificial de quem quer que seja e sob

qualquer pretexto, num dos pratos de qualquer uma das quatro balanças, realmente adultera tudo, impondo-nos o convívio com um jogo viciado.

Caso o Modelo Econômico esteja a permitir desigualdades econômicas acentuadas, duas questões precisam ser analisadas, quais sejam: a própria validade da Lei e a lisura na sua aplicação.

Quanto à validade da Lei, nada se pode questionar, haja vista o atendimento de requisitos científicos incontestáveis. No exemplo da balança, isso fica bem claro, pois todas as vezes que um dos pratos contém maior peso que o outro, o fiel sempre aponta na mesma direção, indicando elevação ou baixa nos preços, conforme a convenção estabelecida e ficando sempre no meio todas as vezes que os pesos forem iguais. A Lei só não teria validade se a experiência provasse o contrário. Como isso não ocorre, podemos assegurar que a lei é válida.

Resta-nos, então, analisar a questão da lisura na sua aplicação, cuja competência na Economia cabe ao Árbitro do jogo, denominado Governo.

No exercício da sua função, compete ao Governo buscar o equilíbrio entre a oferta e a procura de bens e serviços na Economia, única condição que permite a prática do preço justo – e conseqüente erradicação das desigualdades econômicas – e a promoção da Justiça Social. A persistência das oscilações nos preços na Economia e o conseqüente agravamento das desigualdades econômicas e sociais, não tenham dúvidas, são sintomas, ou da incompetência ou da desonestidade do Governo, quando não de ambas, que no final se refletem na má distribuição das riquezas na Economia.

Lembre-mos de que foi nessa hora que chegamos à encruzilhada, tão famosa, da Economia com a Política, pois se a má distribuição das riquezas é um problema de natureza econômica, a nomeação e a manutenção do Governo que a permite ou patrocina é uma questão de natureza política.

Considerando-se, como já dissemos, que toda e qualquer decisão técnica terá de ser precedida de uma decisão política, podemos concluir que a solução para a questão da má distribuição das riquezas na Economia, que é uma questão eminentemente técnica, terá que ser precedida da decisão política, que haverá de se consistir na demissão sumária do Governo, todas as vezes em que ele se comportar como um mau Árbitro no Jogo da Economia.

É no calor do jogo econômico, quando os competidores estão submetidos a fortes tensões, que acontecem as greves. Mas de antemão queremos avisar que o conceito que temos de greve é bem diferente do seu conceito convencional que, segundo o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda, “é a recusa, resultante de acordo de operários, estudantes, funcionários etc., a trabalhar ou a comparecer onde o dever os chama, enquanto não sejam atendidos em certas reivindicações”.

Para nós, porém, as greves são o exercício do poder de pressão de uma categoria produtiva sobre outra, objetivando usurpar direitos ou reaver direitos usurpados, desafiando, assim, a autoridade daquele que, nesses caos, deveria ser um competente, justo e poderoso Juiz, o Governo. Elas também configuram, a recusa deliberada, de uma categoria produtiva em fornecer bens e/ou serviços a outra(s), forçando, dessa forma, o pagamento de um preço que ela própria estabelece como justo.

E vamos mais além: poderá ser a simples recusa de um indivíduo pertencente a uma categoria produtiva em fornecer bens e/ou serviços a um outro indivíduo pertencente a outra ou à mesma categoria. Ou, simplesmente, a recusa de um fornecedor (vendedor) de bens e/ou serviços a um consumidor (comprador) objetivando a obtenção de um preço maior.

A partir desse conceito é que, dentro do Jogo da Economia, vislumbramos a existência de quatro tipos de greves: greves de empresários (visam aumento dos lucros); greves de capitalistas (visam aumento dos juros); greves de proprietários (visam aumento dos aluguéis) e greves de trabalhadores (que visam aumento de salários).

Um Governo para ser justo deverá se posicionar, ou totalmente favorável ou totalmente contrário a todos os quatro tipos de greves. Além disso, deverá abominar a ideia do Estado Empresário em favor da sua isenção, bem como deve chamar com exclusividade para si, o privilégio no julgamento dos preços até que se chegue à prática do preço justo e da perfeita aplicação das leis de mercado.

Esse embate constante e pertinaz entre as quatro categorias produtivas, cada uma se posicionando como juízes de causas próprias, é um dos motivos que nos leva a defender a necessidade do Estado como Árbitro da peleja econômica, sendo essa a mesma razão que, também, nos leva a ser contra a ideia do Estado Empresário, fato que, igualmente, o torna juiz de causa própria, fazendo, portanto, recair sobre ele a inevitável suspeição.

Vejamos os péssimos exemplos das arbitrariedades do Governo durante as demoradas, penosas e desastrosas greves levadas a efeito pelos servidores públicos, bem como as sucessivas incoerências cometidas na administração dos impostos e das tarifas públicas, onde o próprio Estado toma a iniciativa de descumprir aquela que é a sua função mais nobre: manter a estabilidade dos preços e a justiça social decorrente de uma boa condução da arbitragem no Jogo da Economia.

Capítulo 11

O Julgamento do Governo à Luz da Lei da Oferta e da Procura

Questionamos, no Capítulo anterior, a validade da Lei da Oferta e da Procura e a lisura na sua aplicação pelo governo.

No ponto em que chegamos, diante das desigualdades e injustiças sociais, um ou outro seria culpado, vez que não restou outra alternativa. Quanto à validade da lei, esta se nos apresenta fria e consistente ao crivo da lógica, atendendo, conseqüentemente, aos pré-requisitos da Ciência. No exemplo da balança, isso fica bem categórico. Todas as vezes que um dos pratos contém maior peso do que o outro, o fiel invariavelmente aponta numa determinada direção indicando elevação ou baixa nos preços, conforme a convenção estabelecida, e ficando sempre no meio, todas as vezes que os pesos forem iguais. A lei só não teria validade se essa experiência provasse o contrário; como isso não ocorre, resta-nos analisar a lisura na aplicação dessa lei, para a sociedade pelo governo.

No exercício da função, compete ao governo buscar o equilíbrio entre a oferta e a procura, única condição que permite a prática do preço justo. Isso nos leva a identificar as oscilações nos preços como sintomas da incapacidade do governo.

Um governo eficiente e eficaz, com certeza se posicionará estrategicamente ao lado do prato da oferta, pelas seguintes razões:

I – a procura, estando a sociedade no seu nível de satisfação ideal, não está sujeita a oscilações bruscas. Excetuando-se aquela determinada pelo crescimento vegetativo da população, o que se dá a longo prazo e numa intensidade previsível, a procura poderá ser considerada uma constante.

II – Do lado da oferta, elevando-a ou reduzindo-a sempre que necessário, é possível equilibrar a balança colocando-a na posição ideal.

Para tanto, basta ao governo conhecer bem as forças que determinam a elevação e a baixa do prato da oferta. Essas forças são duas e também são chamadas forças de mercado. São elas determinadas pelos fatores que conheceremos como Os Excedentes e a Escassez.

Tanto os excedentes que provocam a ida do prato da oferta para baixo, levando os preços a tenderem para a queda, como a escassez, que faz subir o prato da oferta forçando a elevação nos preços, são ocasionais.

Mesmo aqueles produtos considerados definitivamente escassos ou em extinção, a sua substituição por outros produtos ou, simplesmente, o abandono do hábito de consumo determina o equilíbrio da balança nesses casos.

Ao governo eficiente e comprometido com a justiça social, cabe bem administrar a relação produção/consumo, de modo a corrigir os descompassos naturais entre a oferta e a procura, com uma política adequada de incentivos, armazenagem e poupança que não só vise compensar as sazonalidades, mas sobretudo assegurar a estabilização dos preços das quatro balanças principais, que se constitui o seu principal desafio. Ver ilustração das quatro balanças na Décima Segunda Parte, página 423.

Resta mencionar como fator de desequilíbrio da balança, as catástrofes oriundas dos fenômenos naturais incontroláveis – como as inundações, geadas, furacões, terremotos etc.–, quando o bom senso recomenda a elevação temporária da produção num montante suficiente à reposição e normalização dos estoques reguladores ou o racionamento como última alternativa.

A conclusão a que chegamos vota pela validade da Lei da Oferta e da Procura, atesta como ocasionais os efeitos das forças de mercado e descarta como absolutamente desnecessárias as oscilações de preços sob qualquer pretexto, deixando por conta da incompetência ou desonestidade (quando não ambos) dos governos, as razões que levam à permissão da prática descabida do oportunismo criminoso da especulação indevidamente chamado de inflação.

Além disso, abre espaço para a seguinte questão: quem está sendo favorecido pela omissão dos governos? Quem está ganhando mais do que merece com o expediente dos preços oscilantes?

Estas perguntas deverão ser feitas aos:

- Trabalhadores que vivem de salários;
- proprietários de imóveis que recebem aluguéis;
- empresários que obtém lucros; ou
- capitalistas que cobram juros.

Tão flagrante é o favorecimento dos grandes capitalistas (agiotas) que dispensariam uma análise preliminar das demais categorias.

Naturalmente que os empresários e proprietários (apenas os grandes) são favorecidos, ao terem protegidos os seus monopólios, e os demais (médios, pequenos e micros) por obterem o livre arbítrio na prática dos preços, restando aos trabalhadores o lenitivo de algumas leis paternalistas que jamais acompanham a dinâmica gananciosa da especulação dos preços e dos aluguéis e principalmente dos juros. É importante notar que os benefícios de empresários vêm por decorrência natural do favorecimento dos capitalistas que, ao promoverem a escassez artificial do capital (dinheiro) em circulação, obstam a prática salutar da livre iniciativa gerando, por consequência, os monopólios; sendo idêntico o raciocínio no caso

da propriedade de terras e imóveis, onde é impossível a reforma agrária sem dinheiro, da mesma forma que a construção de imóveis nas cidades.

Agora, vejamos a ação do governo voltada para a busca do bem comum e amparada na prática da liberdade plena e na justiça.

Imaginemos o governo que detém o monopólio da emissão do dinheiro (capital) equilibrando a balança, ofertando capital, de tal modo a estabelecer o preço justo deste em 3% ao ano e criando o crédito público.

Que consequências poderíamos esperar?

1ª – A estabilização dos preços dos juros em 3% ao ano e a conseqüente extinção do monopólio exclusivo dos Bancos.

2ª – À medida que os empresários fossem se utilizando do Crédito Público, buscando empréstimos para novos investimentos e capital de giro, milhões e milhões de novas empresas iriam surgindo. Teríamos, assim, a verdadeira livre iniciativa, que nos conduziria à concorrência perfeita – e o conseqüente equilíbrio na relação produção/consumo – e à definitiva estabilização e prática do preço justo, o que por cautela e bom senso sugere-nos o tabelamento nos preços de todos os bens e serviços da Economia, tanto no produtor, como no atacado, varejo e consumidor, quando esses preços viriam por força da lei impressos no produto. Somente os mal intencionados se posicionariam contra o tabelamento dos preços.

3ª – Os imóveis residenciais nas cidades estariam submetidos à concorrência perfeita determinada pela casa própria que, pelo uso do crédito público, estaria ao alcance de todos e segundo as possibilidades de cada um. Enquanto os imóveis rurais teriam viabilizada a reforma agrária ou se tornariam produtivos sob os auspícios do crédito público ou da pressão de altos impostos sobre terras improdutivas.

4ª – A valorização do trabalho viria do bojo do aumento das oportunidades determinadas pelo crescimento do número de empregos industriais, agropecuários e de serviços, além da viabilização da gestão patrocinada pelo crédito público.

Para a grande maioria dos homens, lamentavelmente, isso tudo parece um sonho. E essa falta de perspectiva é o que mais convém ao Sistema Capitalista que, enquanto isso, valendo-se dos meios de comunicação, manipulam as massas induzindo-as ao erro de escolher governos comprometidos com o Sistema; deturpam o ensino nas escolas, do 1º Grau à Universidade, objetivando manter os homens ignorantes, além de manipularem a lei de mercado em benefício próprio, reclamando o direito à liberdade como argumento para respaldar o expediente escuso que eles chamam **“Teoria da Escassez”**.

Nela, eles proclamam: **“Os recursos são escassos e as necessidades cada vez mais crescentes”**.

Ao aceitarem o pessimismo malthusiano contido na Teoria da Escassez, os capitalistas (agiotas) ateus, materialistas, dimensionam os recursos da natureza segundo a sua visão curta e ofuscada pela inviabilidade do Sistema; confundem as necessidades da humanidade com o seu apetite insaciável e ganancioso por acumular riquezas que, de tão grandes, só servem ao ócio e à prática da idolatria do dinheiro.

Capítulo 12

Quem Foi e Quem é Quem na Economia

Para que tenhamos uma compreensão clara da importância de cada atividade que se desenvolve na Economia, recorramos às convenções adotadas pela Ciência Econômica atual, segundo a qual a Economia se divide em três setores básicos, a saber: Setor Primário (Agricultura) Setor Secundário (Indústria) e Setor Terciário (Serviços).

Disputando as riquezas ali existentes, estão os homens, a quem ela (a Ciência Econômica) divide em grupos e classifica por categorias produtivas, assim denominados: Trabalhadores, Empresários, Capitalistas e Proprietários. Essas categorias produtivas contribuem com trabalho, capacidade empresarial, capital e propriedade (imóveis) considerados fatores de produção, pelo que recebem em contrapartida uma remuneração ou recompensa em forma de salários, lucros, juros e aluguéis, respectivamente.

Como regulamento nas disputas travadas entre as categorias produtivas, a Ciência Econômica nos prescreve a Lei da Oferta e da Procura, e como árbitro da peleja, o Governo, cuja coercibilidade se ampara nas leis do Estado.

Admitamos que o status econômico hoje ocupado pelos homens tivesse sido alcançado exclusivamente de forma lícita e justa. Na sua origem, quem foi, e atualmente quem é, o trabalhador, o empresário, o capitalista e o proprietário na Economia?

O trabalhador “foi” um homem que, diante da necessidade de sobrevivência sua e da sua família, decidiu trabalhar e obteve como recompensa pelo seu trabalho, num primeiro momento, o direito de propriedade sobre os bens e serviços que produziu. Ato contínuo, por força de um pacto ou pela simples aceitação dos hábitos e costumes, recebeu, em troca desse direito de propriedade, um certo papel denominado capital (DINHEIRO/MOEDA) com a garantia legal de que este representaria, a qualquer época, aquele direito cedido, do qual se constituíra expressão monetária, com o objetivo exclusivo de ser um “facilitador” no intercâmbio futuro dos seus produtos e serviços por outros bens que se destinariam ao atendimento daquelas necessidades que o levaram a trabalhar.

“É”, ainda hoje, aquele que destina integralmente os seus ganhos, denominados salários, exclusivamente para atender as necessidades de manutenção, segurança, conforto, lazer etc., seus e dos seus dependentes.

O empresário “foi” o trabalhador que destinou parte do seu salário para o consumo e parte para a formação de uma poupança.

Havendo identificado, de um lado, as necessidades da comunidade, e de outro, as possibilidades de vê-las atendidas, num primeiro instante, no exercício da sua vontade, teve a ideia, tomou a iniciativa e transformou essa ideia num projeto; num segundo momento, fazendo uso da sua capacidade, converteu o que antes era projeto numa empresa produtiva e geradora de riquezas, da qual se fez administrador. Essa capacidade, também conhecida como capacidade empresarial, se constitui num complexo de ideias, projetos, conhecimentos e recursos, sendo as ideias e os projetos produtos respectivos da vontade e da iniciativa; enquanto os conhecimentos provêm da análise das possibilidades de atendimento das necessidades e os recursos (os iniciais, quando lícitos) procedem da poupança individual formada quando ainda era trabalhador assalariado.

O empresário não apenas foi, mas ainda hoje “é” o trabalhador, por opção, que difere apenas do assalariado pela sua condição peculiar de líder organizador das atividades empresariais. Se uma colméia fosse uma empresa, certamente nela o empresário seria a abelha-rainha, mas que nem por isso deixaria de ser uma abelha.

Para essa condição parece-nos que nem cabe a recompensa material por mérito nem tampouco a condenação por privilégio, pois a vemos como um dom, e como tal deverá ser encarado, em prol do equilíbrio e da harmonia da organização empresarial, tal qual ocorre na colméia, onde rainha e operárias se

completam sem que haja demérito de qualquer das atividades, mas apenas o mérito das virtudes cultivadas em cada uma delas; enquanto nesta, a inteligência e a perseverança, naquelas, a paciência e a humildade.

O capitalista também “foi” o trabalhador que se absteve de gastar parte do seu salário e assim acumulou capital. Perspicaz e astucioso, o capitalista logo percebeu a carência de capital como ponto nevrálgico de um conflito vivido tanto pelo empresário como pelo trabalhador. Para o empresário, o conflito consistia na incompatibilidade entre dois pontos da sua realidade que mostrava, num extremo, o seu forte desejo de expandir a empresa imediatamente de tal modo a aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado; e, no outro, a necessidade imperiosa de realizar novos investimentos, para os quais seriam necessários recursos que o empresário não possuía no momento; enquanto para o trabalhador, o conflito consistia na necessidade de consumir certos bens de imediato, cujos valores estavam acima do poder de compra imediata do seu salário. Certo é que, entre os desejos imediatos, presentes, do empresário e do trabalhador e suas possibilidades, exclusivamente futuras, abre-se um espaço de tempo; e é nessa lacuna que se lança o capitalista como coadjuvante, tanto do processo produtivo como da relação produção/consumo, cobrando do empresário e do trabalhador uma recompensa como remuneração para o seu capital. Ante a flagrante dependência do capital vivenciada por empresários e trabalhadores, o capitalista, estrategicamente posicionado e a pretexto de proteger seu capital, começa impondo condições e exigindo privilégios. São estas condições e privilégios que gradualmente, com o passar do tempo, vão se tornando hábitos, regulamentos e leis conduzindo o capitalista da condição de coadjuvante a ator principal do papel de timoneiro da Economia.

O capitalista “é” o trabalhador que se pôs e permanece até hoje a serviço exclusivo do capital; e tão bem o fez e faz que, com inigualável esperteza, promoveu uma inversão de valores de tal ordem na Economia, que tornou o processo produtivo e a relação produção/consumo totalmente dependente de si e do seu capital, com o que submete aos seus caprichos o crescimento e o desenvolvimento atual de todas as Nações do Mundo. Apesar disso, não vemos lógica nas intermináveis e estéreis polêmicas sobre quem é mais importante, se o capital ou o trabalho, pois a evidência dos fatos nos revela que a atividade primitiva e natural é o trabalho, sendo por conseguinte, artificial a importância exagerada atribuída ao capital, produto de um hábil trabalho de engenharia política e econômica, cujos autores, os capitalistas, provam assim quem são os grandes expoentes do pensamento político e econômico atual e indubitavelmente os grandes vilões da Política e da Economia no mundo inteiro.

O proprietário “foi” o trabalhador que seguiu os mesmos passos do capitalista até o momento da aplicação do capital que acumulou. Desconfiado e comodista, optou pela compra de uma propriedade que não o expusesse a riscos e sem lhe exigir maior esforço lhe proporcionasse rendas. Esta foi a fórmula que encontrou para, a exemplo do capitalista, participar como coadjuvante no processo produtivo e por ele ser recompensado. Dessa forma o trabalho do empresário e do trabalhador passaria a remunerar o uso da propriedade (imóvel) mediante o pagamento de uma certa importância denominada aluguel.

O proprietário de imóvel, bem como o capitalista são passageiros do mesmo barco e o papel deles na Economia difere apenas num aspecto: o capitalista contribui com o capital por investir, enquanto o proprietário do imóvel contribui com o capital já investido. Se considerarmos, hoje, as exigências impostas pelo capitalista ao empresário e ao trabalhador através das hipotecas e contratos que vinculam o financiamento à aquisição de certos bens e com cláusulas de alienação fiduciária, as suas diferenças diminuem.

O surgimento dos atuais escritórios de administração de imóveis, principalmente nas capitais, nos deixa à vontade para afirmar que o proprietário de imóveis “é” o ex-trabalhador que não gosta de correr riscos, nem tampouco de trabalhar, mas que adora ver, no final do mês, sua conta bancária cada vez mais

“gorda”. Justo ou injusto, não vem ao caso, desde que é lícito o que faz, usando, para tanto, a liberdade a que todos têm direito.

Todos sabemos que atualmente as coisas já não acontecem exatamente como verificado na origem, onde a aquisição do status econômico se processa de forma natural, ou seja, desenvolvendo-se nesta seqüência:

trabalho propriedade capital propriedade consumo e/ou poupança investimento;

mas também de forma artificial, às vezes lícita, como no caso da herança econômica, e às vezes ilícita, como no caso das apropriações indébitas. Isto, porém, não invalida a análise das categorias produtivas a partir das suas raízes, pois só assim é que podemos avaliar a verdadeira importância de cada uma delas em toda a sua plenitude, de tal modo a fazer-lhes justiça na hora de sentar à mesa para repartição do bolo produzido. Em outras palavras, na hora de se definir a nova ordem econômica.

Capítulo 13

Retrato da Realidade

Estamos no Brasil, um país muito grande, dito em desenvolvimento. Um local não poderia ser mais propício para a realização deste trabalho, haja vista ser o Brasil, um país no qual encontramos desde o conforto e as benesses do mundo rico, até a fome e as mazelas próprias da miséria absoluta do mundo pobre. O Brasil é um mosaico de tudo: de línguas, de raças, de credos, de costumes etc.

O momento, também, não poderia ser mais oportuno; basta-nos pensar que daqui a pouco, e simultaneamente, ocorrerá, num só segundo, o findar deste, de um minuto, de uma hora, de um dia, de um mês, de um ano, de um lustre, de uma década, de um século, de um milênio e, igualmente, o reinício de outros tempos, no calendário dos homens. Estamos, pois, no crepúsculo de século XX, quando já vislumbramos as luzes do 3º milênio.

Iniciamos, assim, o nosso trabalho de fotografia da realidade social vivida por toda a humanidade neste momento. A imagem que se nos apresenta, e que espelha a sociedade humana como um todo, é a de um grande edifício de forma piramidal, cuja estrutura se apóia em seis pilares mestres, os quais lhe dão sustentação. A forma piramidal do edifício nos sugere a existência de uma hierarquia entre os habitantes desse edifício, na qual os mais ricos habitam o topo e os mais pobres, a base.

De forma muito nítida, podemos observar que todos os habitantes da pirâmide estão submetidos, compulsoriamente, a um conjunto de regras econômicas, culturais, políticas, sociais, morais e educacionais denominado SISTEMA. É o SISTEMA quem, dentro do edifício, estabelece os critérios de concessão e distribuição dos benefícios, adotando, para tanto, como referencial a posse do capital, (isto é, ter dinheiro). É por essa razão que esse sistema dominante se denomina SISTEMA CAPITALISTA. Dessa forma, quem tem dinheiro (possui capital) ocupa as melhores posições no topo da pirâmide, e quem não tem, sobrevive como pode, espremido na base.

Intermináveis críticas e reclamações denunciam a existência de grande insatisfação entre os moradores do edifício, cujas causas repousam nas injustiças ali reinantes. Muitos são os problemas sem soluções e perguntas sem respostas, a deixarem os moradores atormentados pelo medo e pelas incertezas do dia de amanhã. Citamos como exemplos a violência institucionalizada, a má distribuição de renda, as injustiças, a corrupção, a impunidade, a burocracia, a inflação, a censura à liberdade de pensamento, preconceitos,

entre outros. Um tema predomina no pensamento e nas discussões dos moradores do Edifício Pirâmide Social: a sobrevivência deles na pirâmide, diante das crescentes dificuldades e dos angustiantes problemas já mencionados. Na luta pela superação das dificuldades, as opiniões se dividem, gerando correntes de pensamentos e dando origem à formação de quatro grupos, bem distintos, a saber:

O primeiro deles, os ortodoxos, que aglutinam em torno de um por cento dos habitantes da pirâmide. Esse grupo critica a estrutura do edifício, sugerindo a volta aos castelos feudais, às cidades de pedras dos faraós e até mesmo às cavernas do homem primitivo. Torna-se por demais compreensível o pensamento dos ortodoxos, se levarmos em consideração o fato de que, em sua maioria, senão na sua totalidade, descendem ou descenderam alguma vez, da realeza ou da nobreza, classes sociais que já viveram seu apogeu, mas que hoje se encontram em extinção, porquanto, o sonho saudosista de voltar o tempo, contraria a lei do progresso. Seria caminhar na contramão da história.

O segundo grupo, os conservadores, todos habitantes do topo e dos locais mais privilegiados da pirâmide, elogiam e defendem a manutenção da pirâmide tal como está, sem admitirem qualquer mudança. Para tanto, controlam o governo, a administração, os meios de comunicações e todas as atividades vitais do edifício. Aglutinam, em média, quarenta e nove por cento das opiniões dos habitantes da pirâmide social. Não obstante o alto contingente dos que defendem o pensamento conservador, ele não é capaz de promover qualquer tipo de melhoria nas condições de vida da sociedade. Egoísta por excelência, para ele pouco importa o sofrimento dos seus semelhantes, habitantes da base. Interessa-lhe exclusivamente a manutenção do “status quo”, o prazer dos gastos excessivos e das mordomias. Defensor intransigente do SISTEMA, pelas razões óbvias de ser ele, o SISTEMA, quem mais lhe favorece na obtenção das vantagens que desfruta e no atendimento dos seus insaciáveis desejos de dinheiro e Poder. Indiferente para com os ideais de liberdade e justiça, o pensamento conservador não apenas contraria a lei natural do progresso, mas, sobretudo, é injusto e imprevidente em relação ao passar do tempo e à evolução natural da sociedade.

Outros quarenta e nove por cento, em média, dos habitantes, constituem o terceiro grupo. São hábeis e faladores e se autodenominam liberais ou progressistas. São críticos cáusticos da estrutura social do velho edifício. O seu discurso, porém, não passa da crítica às deformações evidentes da estrutura social da pirâmide. Pregam reformas e melhorias nos critérios de distribuição das oportunidades; todavia, não sugerem alternativas que contemplem a todos indiscriminadamente. Tal qual os conservadores, apesar de se constituir um grupo bastante numeroso, é incapaz de transformar a realidade social. Esses meros repetidores de ecos, não têm ideias próprias. Inspiram-se de forma superficial nas ideias dos radicais, de quem se dizem aliados, todas as vezes que precisam enfrentar seus tradicionais adversários, os conservadores, que também são useiros e vezeiros em alianças com os ortodoxos. Dada a veemência e emotividade presentes no seu discurso, não raro se apresentam de forma convincente como radicais e verdadeiros salvadores da Pátria. Têm, porém, uma característica inconfundível: um discurso sectário e demagógico quando na base e que esmorece quando se aproxima do topo da pirâmide. O que pretendem, quando reclamam reformas, nada mais é do que um confortável lugar, à semelhança daqueles ocupados pelos conservadores. Evidentemente que concordando com o proselitismo demagógico dos progressistas, estamos nos solidarizando com a hipocrisia política e renegando, assim, os ideais de liberdade e justiça indispensáveis na construção de uma sociedade justa, fraterna e feliz.

Os radicais, talvez um por cento dos habitantes, formam um quarto e seletivo grupo, constituído, em sua maioria, de pessoas que dedicam bastante tempo à tarefa do pensar, buscando, assim, soluções para os impasses da humanidade que habita no edifício. Vêm nas questões sem respostas e nos problemas sem soluções, as evidências de saturação do SISTEMA vivido na pirâmide, cuja solução reclama a construção de um edifício novo, capaz de abrigar a todos, satisfazendo às exigências de um novo tempo, e no qual a distribuição das oportunidades seja feita observando-se critérios mais justos.

Munidos de convincente argumentação, pretendem provar que os seis pilares mestres, que dão sustentação ao edifício, estão em fase de decomposição e que não tardam a ruir; e que, mesmo o melhor serviço de restauração destes, nada mais fará do que protelar, por pouco tempo, o total desmoronamento da velha e obsoleta construção, quer pelo natural desgaste a que está submetida pelo passar do tempo, quer pelo excesso de peso que lhe impõem o crescimento e o progresso da humanidade.

Conscientes da realidade presente, embasados na experiência histórica, e com a visão voltada para o futuro, torna-se difícil, hoje, refutarmos o pensamento radical pelas seguintes razões:

1ª) Ao analisarmos a constituição deste pequeno, mas seletivo grupo, observaremos a integrá-lo, uma galeria de pensadores, cujos interesses, ao meditar, não foi outro que não o de oferecerem alternativas capazes de facilitar o curso natural do progresso, a felicidade e o engrandecimento de toda a humanidade. Destaca-se entre eles o mais radical de todos os tempos e inspirador destes escritos, hoje conhecido no mundo inteiro pelo nome de JESUS CRISTO. Ao Autor, como seu admirador e fiel seguidor, cabe tão-somente, o privilégio da tarefa de poder tentar, nesta e noutras oportunidades, interpretar o seu pensamento, dando-lhe uma versão científica e atualizada, isenta do lado místico e/ou religioso que é o mais comum.

2ª) Na sociedade atual, saltam às nossas vistas, fatos de extrema gravidade como: guerras, suicídios, criminalidade, subnutrição, mortalidade infantil, desemprego, prostituição, corrupção, injustiças e desigualdades sociais acentuadas, violência de toda sorte, medo, entre outros, como sintomas incontestáveis de que algo não anda bem. A experiência histórica também mostra que, por duas outras vezes em que o “modus vivendi” da sociedade inviabilizou-se, a pirâmide social da época ruiu, ensejando compulsoriamente a construção de uma nova pirâmide, capaz de abrigar a sociedade com seus anseios de progresso e dentro de uma nova ordem. Convém lembrar que, das vezes anteriores, pelo fato de as construções das pirâmides terem sido levadas a efeito sem o conhecimento e/ou a participação consciente de todos, as oportunidades, nelas, não foram distribuídas eqüitativamente, resultando daí um critério de distribuição de oportunidades não muito justo. Por isso, importante no momento se torna que, não devemos esperar o ruir da atual pirâmide para que iniciemos, às pressas e sem o necessário preparo, a construção da próxima pirâmide social, hoje claramente reclamada por todos quanto almejam, sinceramente, uma nova e justa sociedade.

Ora, se a experiência histórica nos soa como advertência, e a realidade ratifica a possibilidade de iminentes transformações, até por prudência, convém que reflitamos com profundidade sobre o pensamento dos grupos sociais em conflito e tomemos a decisão consciente e imparcial de assumirmos, de uma vez por todas, o decisivo papel de agentes ativos na busca das soluções reclamadas pela sociedade do terceiro milênio.

Questões para reflexão:

O que entendemos por Edifício Pirâmide Social?

O que entendemos por Sistema?

Qual o critério adotado pelo Sistema Capitalista para distribuição das oportunidades dentro da sociedade?

Por que o Sistema Dominante na Pirâmide Social se chama Sistema Capitalista?

Quais os problemas enfrentados pelos moradores do edifício?

Quantos e quais são os grupos sociais existentes na sociedade (Edifício)?

Qual o pensamento oferecido por cada grupo para solução dos problemas enfrentados pela sociedade?

Quais são os seis pilares mestres do edifício?

Qual o pensamento com o qual comunga o autor?

Qual pensamento a ser adotado pelo grupo de estudo?

N.A. Capítulo escrito pouco tempo antes da passagem do 3º milênio

Capítulo 14

Os Partidos Políticos do Sistema Capitalista

Conhecemos o tabuleiro e as pedras do jogo da economia, representados respectivamente pelos setores básicos e categorias produtivas. Vimos, também, as regras do jogo como sendo a lei da oferta e da procura, adulterada pelo enxerto descabido da Teoria da Escassez, com a permissão inconcebível de um juiz incompetente e tendencioso, o Governo.

Havíamos chegado à encruzilhada dos caminhos da Economia com a Política, quando paramos para julgar o governo à luz da lei de mercado e contestar a Teoria da Escassez, contra a qual apresentaremos o enunciado da Teoria da Suficiência.

Dizíamos na oportunidade, que a conveniência da aplicação da lei de mercado dependia do comprometimento do governo com a justiça social e, obviamente, da sua capacidade. Dizíamos, ainda, que a escolha dos governos era de suma importância para todos nós, pois estava nessa decisão política a solução dos nossos problemas econômicos, vez que o governo representa o centro nervoso do Estado, de onde emanam as decisões que regulam a vida dos homens na sociedade.

Sabemos que são os Partidos Políticos que apresentam os candidatos ao governo, organizam suas campanhas, divulgam suas mensagens, enfim, são eles quem conduzem os homens a ocuparem os governos. Disso decorre a importância de conhecermos bem a forma de agir, a estrutura e os objetivos dessas organizações, aparentemente inofensivas.

A atividade política partidária teve início com a expectativa da sucessão do primeiro rei - o primeiro e o último escolhido de forma genuinamente democrática - na qual foi dispensada a atividade política partidária, ou seja, as articulações e propagandas em torno de um ou de vários nomes. Na ocasião, o que se elegeu foi uma ideia como caminho a ser seguido e não um homem a ser obedecido, diferente do que faz a política partidária que induz a sociedade a optar por nomes prévios e sub-repticiamente escolhidos.

A cada dia que passa fica mais evidente que os Partidos Políticos são organizações de idoneidade duvidosa e suspeitos são seus integrantes, em sua maioria demagogos, corruptos e interesseiros, que, brevemente, terão de provar o contrário ou assumir publicamente esse rótulo não muito recomendável.

Em abril de 1984, a revista VEJA, importante semanário brasileiro no seu número 814, publicava os resultados de uma pesquisa que aferia a credibilidade do povo brasileiro nas suas instituições e categorias profissionais. Destacavam-se em primeiro lugar os Correios e Telégrafos, enquanto, no último, DEPUTADOS e SENADORES – que são a “fina flor da classe política brasileira” – amargavam um espetacular índice negativo, o que configurava um singular paradoxo no qual a opinião pública proclamava:

“Vocês estão sendo os nossos representantes, mas não merecem qualquer crédito da nossa parte”. O ceticismo social refletido naquela pesquisa é facilmente observado, todas as vezes que qualquer cidadão, por mais digno e probo que seja, manifeste o seu interesse em pleitear um cargo eletivo dentro dos quadros de qualquer partido político. O inevitável fenômeno da perda gradativa da credibilidade logo se estabelece; e isso é explicável, pois um dos traços marcantes dos Partidos Políticos que aí estão é a corrupção e, principalmente, a mentira, de tal modo que ser político é sinônimo de corrupto e mentiroso.

Escolas e mestres especializados em negociações subterrâneas, conchavos, coligações e toda sorte de falcaturas, Políticos e Partidos, apesar disso, vêm mostrando ao longo dos tempos a sua grande eficiência em fazer cooptar os líderes mais intransigentes para, logo em seguida, corrompê-los e absorvê-los nas suas fileiras. Os Partidos Políticos, “farinha do mesmo saco”, são como tentáculos de um monstro que, malgrado a heterogeneidade na retórica e no modo de agir, catam, no universo social, alimentos para servir à mesma boca e ao mesmo organismo.

Os Partidos Políticos não passam de meras agremiações pertencentes a um Modelo Político único. Portavozes genuínos da grande mentira política do Sistema – que exacerba as paixões em prejuízo da razão, de modo a confundir e dividir o povo – seu objetivo central consiste em manter a Oligarquia como regime de governo a comandar o Estado a serviço dos monopólios, monopólios estes, produtos de um Modelo Econômico no qual tanto o desenvolvimento como a liberdade são tutelados pelo capital.

Instrumentos eficazes do regime e do Sistema, os Partidos Políticos são azes na prática da propaganda intensa e enganosa que divide a opinião pública e embriaga a sociedade para depois induzi-la ao erro de votar contra os seus próprios interesses, em candidatos inteiramente comprometidos com o Sistema.

Faz tudo o Modelo Político em vigor, menos aquilo que mais convém à Democracia e que consiste em organizar o povo para, conhecendo seus direitos e deveres, decidir sobre o seu próprio destino num clima de ordem e paz.

A verdade é que, uma análise fria das mensagens e da ação dessas aparentemente inofensivas organizações políticas, nos evidencia fatos extremamente paradoxais. Por exemplo:

Quem acredita totalmente na classe política? Certamente ninguém; no entanto, estão eles ocupando todos os cargos do governo e na condição de nossos legítimos representantes.

Quem algum dia no Brasil acreditou que a ARENA, depois PDS, um partido constituído de ricos banqueiros, altos empresários, políticos profissionais e grandes latifundiários, inspirado, dirigido, e até financiado por interesses internacionais, viria, algum dia, sequer pensar em atenuar as condições de miséria em que vive a grande maioria do povo brasileiro, principalmente, considerando-se que essa miséria é resultante do Modelo Econômico que eles intransigentemente defendem? Poucos haverão de dizer: “Eu acreditei totalmente”; no entanto, este Partido foi misteriosamente levado ao Poder durante vinte e dois anos consecutivos.

E o MDB, depois PMDB, com o seu quadro recheado de uma elite urbana e de dissidentes do PDS; quem o vê devotado efetivamente a serviço da pobreza, que ele diz defender? A cada dia que passa, são cada vez menos os que ainda alimentam essa esperança, pois temos notado que as preocupações dos que dele fazem parte, antes estão voltadas para a ocupação dos cargos e o desfrutar das mordomias que o governo oferece; portanto, não tenhamos dúvida de que estes senhores, uma vez de barriga e bolsos cheios, esquecerão aqueles que permanecem com fome, aqueles a quem, outrora, prometeram defender.

E o PDT, que ostenta, com orgulho, como símbolo a “FLOR-DE-LIS”, o que lhe atesta publicamente a condição de um partido de inspiração estrangeira? Quem não o imagina como um preposto da Social Democracia que representa a oligarquia capitalista européia, e quem o acredita como algo bom para o povo brasileiro? Poucos ingênuos dirão sim; todavia, aí está ele pretendendo chegar ao Poder e derramar, mais uma vez, as lavas da desilusão sobre o nosso povo, a exemplo do que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, onde, com o argumento do voto útil, apenas ocupou o governo daquele Estado para fazê-lo trampolim da sua obsessão pela Presidência da República. Seria ele, por acaso, capaz de fazer mais do que desatrelar a economia brasileira da economia americana para atrelá-la à economia européia, experiência não muito bem sucedida e vivida pelo Brasil quando, então, éramos colônia?

E o PT, o sectário, ingênuo e controvertido PT, que mente quando diz ter nascido das bases, quando o que sabemos é que ele nasceu dos movimentos sindicais do ABC, os quais poderemos considerar como surgidos das bases, muito embora saibamos das suas influências e inspirações nada genuínas. Mas o PT, não! Esse veio do oportunismo dos seus líderes que se aproveitaram do movimento sindical para criar um Partido Político no mesmo estilo dos demais. Quem, por acaso, esqueceu a estratégia e a retórica emedebista quando esse Partido era o afoito iniciante? O PT é uma réplica deformada do antigo MDB, que pode ser representado por um cobertor sob o qual está abrigado um sem-número de correntes descontentes e de interesses conflitantes e irreconciliáveis. Tenderá a crescer, a exemplo do MDB; mas, quando a porca estiver gorda, como a ARENA e o PMDB, explodirá, deixando mais uma vez órfão o povo, nas mãos impiedosas do regime e do Sistema.

A enxurrada de pequenos partidos, surgidos com o beneplácito da legislação eleitoral, por nada apresentarem de novo, não merecem maior referência, à exceção do PFL, que é o pedaço maior do PDS, que teima em permanecer nos bastidores do Poder, alimentando o sonho de satisfação das ambições políticas dos seus caciques e dos seus fiéis seguidores, que vêem nele a única alternativa capaz de conduzi-los ao Palácio do Planalto.

Os partidos ditos comunistas são expressões da pior espécie. Lamentamos a ingenuidade e desinformação da maioria dos seus integrantes e defensores que, invigilantes, não perceberam ainda os verdadeiros interesses a que servem. A eles dedicaremos um Capítulo especial no qual apresentaremos as razões que nos levam a pensar assim.

Todas as vezes em que tentei explicar e provar essa verdade, deparei-me com uma forte reação dos ouvintes que, estarecidos, exclamavam e interrogavam: “Quer dizer que estamos sem alternativas!?” A resposta óbvia nos diz: DENTRO DO SISTEMA CAPITALISTA, SIM, uma vez considerando-se que no jogo político o que prevalece é o resultado determinado pelo Modelo Político e não pelos partidos ou por seus líderes isoladamente; ou seja, tanto faz o PDS como o PCB no Poder, o regime continuará sendo oligárquico, e o sistema, Capitalista. Isto é, continuarão as desigualdades e injustiças sociais, a falta de liberdade etc.

E o que fazer? É a questão inevitável que se apresenta como desafio a todos quantos desejam ardentemente impor transformações a esse estado de coisas.

Neste ponto, chegamos à encruzilhada dos caminhos que conduzem ao âmago da questão política e da questão moral, muito discutida, debatida, mas até então não plenamente compreendida pelos homens. Todos se lembram quando fizemos referência à encruzilhada do caminho da Economia com a Política. Naquela ocasião, dissemos que a solução dos problemas econômicos tornava imprescindível a prévia solução do problema político. Foi a partir de então que nos adentramos no caminho da política, até chegarmos nessa encruzilhada, na qual a solução da questão moral se torna um pré-requisito na solução da questão política, o que veremos com maiores detalhes, mais adiante.

Capítulo 15

Os Partidos Comunistas

Quando dissemos que os Partidos Comunistas são a expressão da pior espécie, foi pela seguinte razão: consideramos os cartéis e os monopólios o pior cancro da Economia e a própria negação da livre iniciativa, que se arvoram do direito de escolher e de desestabilizar governos, para manipular a seu favor o orçamento das famílias e a Economia das Nações.

Nos Estados Unidos, sede do chamado “CAPITALISMO PRIVADO”, dado o grau de politização do povo, que é superior aos daqueles chamados países pobres, o abuso ocorre em menor intensidade; mas isso não pensem que seja em respeito ao povo, porém, muito mais, em decorrência do respeito mútuo entre os diversos monopólios, onde se tem o monopólio do petróleo nas mãos de um grupo, o monopólio de certos alimentos básicos nas mãos de outro, o monopólio dos transportes, das comunicações, das matérias-primas nas mãos de outros, o monopólio do dinheiro (o pior deles) nas mãos dos banqueiros, e assim por diante.

Ora, se esses monopólios todos, distribuídos, como estão, em mãos de diversos grupos, já causam os danos e a miséria que está espalhada por todo o planeta e que todos conhecemos, imaginem toda essa riqueza e poder concentrado nas mãos de um só grupo, como é o caso do monopólio estatal preconizado pelos Partidos Comunistas! Vejam o risco: bastaria que um grupo monopolizasse o Estado e estaria toda a humanidade submetida aos grilhões do Sistema em toda a sua expressão, realizando-se, assim, o grande sonho dos gananciosos donatários do Capitalismo Internacional.

A comparação entre o “CAPITALISMO PRIVADO AMERICANO” e o “CAPITALISMO ESTATAL SOVIÉTICO”, não quer dizer que um é melhor do que o outro, ao contrário, foi apenas para nos mostrar que a extrema esquerda representada pelos Partidos Comunistas está mais próxima da extrema direita do que imaginamos. Para ser mais claro: o Capitalismo Privado Americano, que tem nos partidos de extrema direita sua legítima representação, é irmão gêmeo do Capitalismo Estatal Soviético, que se faz representar pelos partidos de extrema esquerda. Ora, se eles são irmãos gêmeos, é bom que se tenha em mente que o pai de ambos é o mesmo e que aqui batizo de “CAPITALISMO INTERNACIONAL”.

Esta verdade explica uma das principais razões pelas quais se aliaram, na Segunda Grande Guerra (1939/1945), soviéticos, ingleses e americanos contra o nazismo de Hitler, que, por pregar um Modelo Econômico que contrariava os interesses capitalistas, tornou-se deles inimigo comum. Com a derrota nazista, por questão de estratégia, tão logo procederam à repartição do bolo da vitória, voltaram mui felizes às suas antigas posições. Isso equivale dizer, hoje, que o conflito Leste-Oeste sempre foi uma farsa e que as reuniões de cúpula dos líderes das maiores potências têm por fim, exclusivamente, fazer retoques nas regras do jogo, de tal modo a preservar o equilíbrio e os interesses do Sistema Capitalista.

A prova evidente de que tanto os Partidos Comunistas como os demais são galhos da mesma árvore, está nas coligações, tanto internacionais, em tempos de guerra, como vimos em 1945, e em tempo de paz, como é o caso da ONU (Organização das Nações Unidas), sede do grande conchavo político internacional; como nacionais, onde, por exemplo no Brasil, presenciamos durante as eleições as coligações dos PCs com PMDB, PDT, PT, PFL, PDS etc. Caso esses partidos fossem ideologicamente

adversários, eles jamais se aliarão, pois os seus objetivos seriam conflitantes em sua essência e não haveria espaço para as composições.

Tudo isso nos leva à conclusão de que a Humanidade está sendo vítima de uma grande farsa política, onde a MENTIRA presente no malabarismo das palavras depõe favorável a essa constatação, e onde essa estória de Partidos de extrema esquerda, extrema direita, centro esquerda, centro direita e centro etc., cheira a trapaça e não resiste à evidência de que a VERDADE NÃO TEM LADOS E DISPENSA ADJETIVOS.

Aqui vai um grito de alerta a toda Humanidade: está próximo o dia do grande golpe metódica e sub-repticiamente planejado ao longo dos séculos pelo Capitalismo Internacional, no qual ele, por fim, mostrará sua verdadeira face, que é a face dura e fria da violência institucionalizada, quando, então, restará aos homens entenderem que, no Sistema Capitalista não existe liberdade nem para aqueles que por serem donos exclusivos do capital habitam o topo da pirâmide, pois dele já se tornaram escravos; nem muito menos para quem se acha em posições inferiores, ora submetidos à humilhante e vergonhosa subserviência, ora condenados à perda gradativa da dignidade humana por imposição de um cruel regime de servidão.

Uma macrovisão do mundo atual, nos mostra o seguinte quadro: uma metade da esfera terrestre, constituída de países do bloco socialista já se acha com sua economia totalmente estatizada, enquanto a outra metade, sob os auspícios de um Modelo Econômico concentrador de riquezas, resultante do enxerto artificial da Teoria da Escassez na lei de mercado, vem cultivando a formação e o fortalecimento dos monopólios, os quais, pelo exercício deliberado do poder econômico, nomeiam os governos dos diversos países, governos que, comprometidos com os monopólios que o elegeram, legislam e regulam com essas leis a vida da sociedade. Em suma, uma forma diferente de estatização da Economia. Esta é a visão econômica do mundo.

A visão política nos apresenta um Modelo Político como se fosse um único partido constituído de duas sub-legendas a saber: a primeira sub-legenda, que denominamos PARTIDOS COMUNISTAS, e a segunda, PARTIDOS NÃO-COMUNISTAS; sendo que, na metade do globo de economia estatizada, prepondera 100% o Partido Comunista, que não admite sequer a hipótese de existência de uma segunda agremiação; enquanto, na outra metade, ainda predomina a facção dita NÃO-COMUNISTA, apesar de, a pretexto de uma pseudoprática democrática liberalizadora, encontrar-se infiltrado em grandes proporções o Partido Comunista, donde podemos concluir que cem por cento do globo, hoje, se acha contaminado e tomado da ideologia materialista, em alguns casos de forma declarada e em outros ainda mascarada, muito embora essa situação se constitua num paradoxo incompreensível, diante dos sentimentos e aspirações de liberdade e justiça que habitam no íntimo de todo ser humano.

A visão social nos adverte sobre a marcha inconstante da sociedade rumo ao precipício, e nos justifica o seu comportamento contraditório como resultante do somatório dos comportamentos individuais dos homens, nos quais a prática de atitudes e o cultivo de sentimentos nocivos, onde se sobressai o egoísmo, já se acha embutida em forma de hábitos arraigados, transmitidos e aceitos de forma invigilante, displicente e até irresponsável, infinitas vezes, de geração para geração.

Urge que procedamos uma auto-análise e revejamos os nossos hábitos e formas de pensar, caso queiramos reverter o quadro atual, que configura o cumprimento da profecia bíblica que previu, no final dos tempos, o domínio do mal.

Convém que encaremos seriamente toda e qualquer iniciativa nesse sentido, porquanto o embate que ora se trava representa a maior revolução da história da humanidade sobre o planeta Terra, na qual se tem como contendores DEUS x MATERIALISMO. É a luta do Cristo x Anti-Cristo, personificados respectivamente, de um lado, na DOCTRINA CRISTÃ e de outro, na doutrina materialista do Capitalismo Internacional e da qual, consta escrito, que sairá um vencedor, que certamente não será aquele a quem o Apocalipse denomina BESTA-FERA.

Não pretendemos, aqui, contagiar os leitores com o medo comum do misticismo religioso, mas evidenciar fatos concretos, como por exemplo: é dogma do Partido Comunista a prática do ateísmo, ou seja, DEUS PARA OS COMUNISTAS NÃO EXISTE, OU PELO MENOS NÃO DEVE EXISTIR. Também não foi por outra razão a perseguição e destruição da religião e das igrejas no território soviético, quando o comunismo subiu ao Poder; e foi o próprio Marx, apóstolo maior do comunismo, quem disse: “A religião é o ópio do povo”. Noutras palavras, ele quis condenar não apenas Deus, mas todos quanto nEle crêem, defendem e divulgam Sua existência.

Fica, assim, perfeitamente claro um ponto que é crucial e que nos atesta: o grande objetivo da propaganda comunista consiste em MATAR DEUS, o Deus que habita no íntimo dos homens, para impor no seu lugar a ideologia materialista do Capitalismo Internacional. Na prática, seria retirar do altar DEUS, o espírito, para em seu lugar entronizar o CAPITAL (MATÉRIA-DINHEIRO-RIQUEZAS). Quem melhor nos faz essa denúncia é o próprio Cristo, quando, no Sermão da Montanha, nos diz textualmente: “Ninguém pode servir a dois senhores: porque ou há de aborrecer um, e amar outro: ou há de acomodar-se a este, e desprezar aquele. Não podeis servir a Deus, e às riquezas”. (MT 6:24).

Todas as observações aqui feitas, temos certeza, estão sintonizadas com o pensamento de uma grande parcela da população.

Às vezes, assalta-nos a sensação tal como se estivéssemos falando o óbvio e todas as pessoas, de uma só vez, dizendo e perguntando: “Nós já sabemos disso, ou pelo menos desconfiávamos; mas, o que fazer?” Pois bem, a partir da quinta parte deste livro, nossos escritos deixam o caminho da mera constatação e da análise e encaram a sua missão de orientar e estimular a ação da sociedade, iniciando por oferecer uma melhor compreensão do que pode ser feito para transformarmos a nossa realidade social.

Capítulo 16

O Pacto das Elites e as Injustiças Sociais

No Capítulo 09, vimos que são quatro as categorias produtivas: Empresários, Capitalistas, Proprietários e Trabalhadores. Dentro de cada uma dessas categorias, em função do volume de riquezas que movimentam dentro dos setores básicos da Economia, vislumbramos a existência de quatro grupos, a saber: os Grandes, os Médios, os Pequenos e os Micros.

Integram o primeiro grupo: os Grandes Empresários, os Grandes Capitalistas, os Grandes Proprietários e os Grandes Trabalhadores, respectivamente representados pelas Grandes Empresas e Corporações Multinacionais, pelos Grandes Bancos Nacionais e Internacionais, pelos Grandes Latifundiários e Imobiliárias e também pelos Altos Executivos que ocupam os cargos mais importantes nessas organizações.

No segundo grupo temos: Médios Empresários, Médios Capitalistas, Médios Proprietários e Médios Trabalhadores; aí encontramos as Empresas Nacionais de porte médio e de âmbito nacional, as Cooperativas de Crédito e Médios Aplicadores do Sistema Financeiro, os Proprietários de Imóveis e Imobiliárias de Médio Porte, além dos Executivos desses empreendimentos.

Compondo o terceiro grupo vêm: os Pequenos Empresários, os Pequenos Capitalistas, os Pequenos Proprietários e os Pequenos Trabalhadores. Seguindo o mesmo raciocínio anterior, enquadrados nesse grupo as Pequenas Empresas comerciais e industriais, os Pequenos Agiotas e Aplicadores do Sistema Financeiro, os Pequenos Proprietários de Imóveis urbanos e rurais que auferem pequenas rendas da terra e aluguéis, além dos Pequenos Trabalhadores dos grandes, médios e pequenos negócios, cujas especializações lhes permitem faixas salariais acima do salário mínimo.

E, por fim, no quarto e último grupo, restam: Micro-Empresários, Micro Capitalistas, Micro Proprietários e Micro Trabalhadores, constituídos, respectivamente, de Ambulantes e Camelôs, Micro

Aplicadores da Caderneta de Poupança, Micro Proprietários de Imóveis, cujas rendas não ultrapassam a cifra dos cinco salários mínimos mensais e os Micro Trabalhadores, clandestinos ou não, cujas rendas-limites situam-se em patamares iguais ou inferiores ao salário mínimo.

O Pacto das Elites consiste na concessão de privilégios pelo governo aos integrantes do primeiro grupo, com prejuízos para os demais. Em sua origem, esse pacto surgiu a partir de quando o Governo decidiu privilegiar os Grandes Capitalistas, restringindo a emissão de moeda para provocar uma escassez artificial de capital em circulação e, assim, favorecer o seu enriquecimento ilícito, através da cobrança de extorsivas taxas de juros. Percebendo a jogada, os demais integrantes do grupo dos grandes passaram a exercer pressão, exigindo também privilégios. Uma vez conseguidos os seus intentos, o Pacto das Elites se consolidou e, com o passar do tempo, ensejou o surgimento dos grandes monopólios e oligopólios que hoje conhecemos, e que põem sob sua total dependência o sucesso e o insucesso de todas os demais empreendimentos sob a responsabilidade das categorias de menor nível, excluídas pelo Pacto. O mérito desses monopólios é questionável, haja vista suas hegemonias estarem sempre na dependência da injusta proteção Governamental. Além do mais, contra o Pacto das Elites pesa a responsabilidade pelas injustiças e tensões sociais decorrentes das instabilidades econômicas e do desemprego que ele provoca.

O Sistema do Mérito não será contra a ideia de monopólios ou oligopólios, principalmente se estes decorrerem da competência e do esforço dos seus empreendedores. O Pacto das Elites, todavia, será abominado em nome dos princípios de Liberdade Plena e Justiça Absoluta a que todos têm direito.

Na Décima Segunda Parte, página 422, para que o leitor tenha uma visão mais didática a seu respeito, ilustraremos o Pacto das Elites.

Capítulo 17

O Paternalismo e a Escola de Mendigos

Consideramos o Paternalismo um dos maiores males da Sociedade dos nossos tempos. Uma Nação de homens dependentes é uma Nação doente. E doente de um mal de difícil cura, pois um dos males mais difíceis de se tratar e curar é aquele cujo portador se compraz em com ele conviver. O Paternalismo se enquadra nessa categoria. Ele se constitui um grande mal social — produto do Sistema Capitalista que, ao nos restringir a liberdade econômica, nos induz à adoção de um comportamento deformado, que sutilmente nos condiciona para, dele, nos tornarmos eternos dependentes — cujas raízes estão fincadas dentro de cada uma das nossas casas. Isso mesmo, no seio da nossa família onde, inconsciente e ingenuamente, é incentivado pelos nossos pais.

Mais adiante, no Capítulo que trata da Evolução Histórica dos Modelos Sociais, veremos que, sob a égide do Sistema Capitalista, vivemos um modelo de família oligárquico, onde o comando é exercido por um grupo constituído pelo pai e pela mãe, e seguido pelos demais membros que deles economicamente dependem. A esse grupo, ao qual denominamos “Oligarquia de Papai e Mamãe”, creditamos toda a responsabilidade pela realimentação do Paternalismo na Sociedade, não obstante, ingenua e inconscientemente, manipulado pelo Sistema Capitalista, que é o verdadeiro responsável pela sua disseminação.

Quando nascemos, nos primeiros contatos com esse mundo, muito embora sem os meios e o conhecimento necessários para aqui sobrevivermos, não cultivamos o hábito de “PEDIR” nada daquilo de que necessitamos para atendimento das nossas Necessidades Básicas mais primárias. Simplesmente abrimos o “berreiro”, e quem quiser que descubra o que estamos a sentir e a necessitar para nos atender. Não deixa de ser uma forma autoritária de exercer direitos, mas os bebês nos dão a lição de que não concordam com essa estória de ter que depender das pessoas para tudo na vida e que o atendimento às Necessidades Básicas materiais é um direito inerente à vida e não deve se subordinar à decisão de quem quer que seja, seja qual for o motivo.

A forma como a “Oligarquia de Papai e Mamãe” age, e que consideramos prejudicial, começa com as melhores e mais puras intenções dos nossos pais, de suprirem as nossas dependências: física, emocional e econômica. Depois, à medida que vamos adquirindo entendimento, passamos a ser orientados a “PEDIR” a eles tudo aquilo de que necessitamos. Até aí, tudo bem. O problema, no entanto, começa a surgir a partir de quando o “Pede e Receberás” deixa de ser uma regra saudável de bom relacionamento, que dá aos pais a possibilidade de serem “O Sal da Terra”, para se tornar uma conduta doentia, na qual a parte pedinte se torna exigente de direitos não merecidos; e os pais, ignorando os parâmetros da justiça, deixam de estabelecer os limites indispensáveis, de estimular o desenvolvimento do senso de responsabilidade e justiça, o conhecimento do dever de reciprocidade para com a Sociedade que nos acolheu, a consciência de que precisamos trabalhar para atendimento das nossas Necessidades Básicas e, principalmente, a certeza de que o sentido da vida está em servir e não em ser servido.

Os sintomas que denunciam a ocorrência do mal, somente nos são revelados tardiamente, quando os nossos queridos filhos, já adultos, se nos apresentam como homens preguiçosos, dependentes, injustos, medrosos, sem autocritica, acomodados, irresponsáveis, quando não viciados em álcool e drogas. Aquele nosso ato de dar, incondicional, atendendo àquele apelo ingênuo: “papai me dê isso, mamãe me dê aquilo”, tantas vezes repetido e negligentemente atendido, na verdade se transformou, com o passar do tempo, numa verdadeira “Escola de Mendigos”, especializada na formação de homens fracos, dependentes e mal sucedidos.

O Paternalismo, segundo a nossa concepção, nada mais é do que a institucionalização da mendicância na Sociedade. É uma escola especializada na formação de mendigos que tem como mestra a “Oligarquia de Papai e Mamãe”, funcionando permanentemente, pasmem, no prédio da nossa casa.

Nos países ditos “em desenvolvimento”, como o Brasil, por exemplo, a produtividade da “Escola de Mendigos” é estupefacente. De tal sorte que se fizéssemos um concurso para sabermos quem seria o melhor mendigo do mundo, certamente no Brasil teríamos excelentes concorrentes. Aqui temos mendigos comuns, de calçadas, de portas de igrejas, de restaurantes, de bilheterias de cinemas, de estádios de futebol, de ônibus, de rodoviárias, de portas de cemitérios, de portas de bares, de bordéis, entre outros. Mas temos também mendigos mais sofisticados que fazem campanhas através de carros de som, rádios, jornais, televisão e até Internet. Uma das mais famosas campanhas de mendicância conhecida no Brasil, tem o incentivo da UNICEF e é conhecida como “Criança Esperança”. Mas no exterior também encontramos fortes concorrentes, como por exemplo: o Presidente George W. Bush, dos Estados Unidos, o país mais rico do mundo, em recente pronunciamento na TV americana, ao vivo para todo o mundo, se apresentou “MENDIGANDO” das crianças americanas, a importância de U\$ 1,00 (Um Dólar) para ajudar as crianças do Afeganistão, que o Sistema Capitalista estava matando de inanição e cujos pais estavam por ele sendo bombardeados. Aliás, a pior forma de mendicância é aquela em que nós exploramos a caridade alheia para fazermos a nossa “pseudocaridade”.

O Paternalismo é um mal que nos acomete na infância, quando nos comprazemos com a exagerada superproteção e dependência dos nossos pais. Que se cronifica na idade adulta, quando nos tornamos dependentes do Governo e que, por fim, nos faz ter recaídas e recidivas quando apelamos para a “caridade” da Sociedade, como bem nos exemplificou o Presidente Bush. É, também, um grande mal social porque, além de ser a fonte produtora de profissionais da mendicância, ele se presta à tarefa de empanar as mazelas do Sistema Capitalista, aceitando paliativos como solução de problemas sociais graves, que o próprio Sistema se reconhece incapaz de resolver. E, também, porque se permite ser instrumento de propaganda enganosa, que visa transferir para a Sociedade a responsabilidade pelos erros do Sistema.

A face mais cruel, no entanto, do Paternalismo, se apresenta de modo dissimulado, em forma de ações paternalistas travestidas de caridade. Nesses momentos, se nos detivermos, com lucidez, a observar o jogo do Sistema, perceberemos que ele, por um lado, subtrai direitos sagrados dos cidadãos; enquanto, por outro, distribui esmolas e donativos com a intenção velada de inculcar o conformismo diante das injustiças sociais e da corrupção disseminada pelo Sistema, e que atentam e profanam o templo da dignidade humana.

No Nordeste brasileiro, é de todos conhecida a “Indústria da Seca”, onde, desde o Império, assistimos a repetição do mesmo filme que documenta as ações paternalistas tentando empanar os efeitos danosos do descaso governamental, sufocando as sucessivas insurreições e saques praticados por agricultores famintos e flagelados; mas, principalmente e ao mesmo tempo, procurando aliviar o medo e o sentimento de culpa dos governos, lacaios do Sistema Capitalista.

Nos momentos mais angustiantes dos nordestinos, domiciliados no conhecido Polígono das Secas, quando a fome, a miséria, a subnutrição e as doenças se exacerbam, ceifando vidas inocentes, e aviltam ao extremo a dignidade humana; a distribuição de cestas básicas, de remédios, de emprego efêmero e improdutivo nas frentes de trabalho; a distribuição d’água em carros-pipas, consorciados com o oportunismo da classe política, procurando levar vantagens, durante esses episódios, nos dão uma ideia clara de quão nefasta é a prática do Paternalismo, cuja omissão em relação às verdadeiras causas do problema não deixa dúvidas quanto à sua conivência com as injustiças sociais que, cinicamente, diz combater.

Capítulo 18

As Necessidades Básicas Como Determinantes do Comportamento Social

Iniciemos os nossos estudos a partir da análise das Necessidades Básicas como determinantes dos comportamentos individuais.

A Psicologia, antes, nos ensinava que eram quatro as Necessidades Básicas do homem. Depois, passou a nos falar de cinco, mas nós preferimos falar de seis. Ei-las:

- a) **Necessidades Fisiológicas** (as mais primárias)
- b) **Necessidades Culturais**
- c) **Necessidades de Segurança**
- d) **Necessidades Sociais**
- e) **Necessidades de Auto-Estima e**
- f) **Necessidades de Auto-Realização.**

a) São **Necessidades Fisiológicas**, aquelas cujo atendimento se destina à preservação da vida e sanidade do corpo físico. Caracterizam-se como necessidades eminentemente materiais que, naturalmente, no dia-a-dia se manifestam como poderosos condicionantes do comportamento individual. Tão intensos são os seus efeitos que, quanto mais intensas forem as suas carências, menos relevantes se tornam as outras necessidades, não obstante serem mais importantes, quando vistas dentro de um contexto de normalidade. Citamos como exemplos: respiração, dessedentação, alimentação, repouso, habitação, transporte, vestuário etc. Imaginemos um indivíduo, perdido há vários dias no deserto e com muita sede, encontrando, ao mesmo tempo, um cantil com água fresca e uma valise repleta de dinheiro; certamente que o seu comportamento será primeiro matar a sede para depois pensar no dinheiro da valise. De modo idêntico, um eleitor faminto: não vai trocar a realidade do suborno imediato – mesmo sabendo estar sendo oferecido pelo candidato corrupto –, pela promessa de melhoria futura, trazida pelo candidato bem intencionado, quando e se for eleito.

b) São **Necessidades Culturais**, aquelas que levam os indivíduos a repetirem as ações pretéritas que se mostraram eficientes e bem sucedidas na execução de tarefas que lhes facilitam a existência e que formam o conjunto dos hábitos e costumes da Sociedade. São estes, como já dissemos, adquiridos a partir

da prática repetida de atos necessários e/ou convenientes ao atendimento das outras Necessidades Básicas de sobrevivência e que são comuns a todos os homens. Por exemplo: os hábitos e costumes diante de circunstâncias, como nascimento, alimentação, habitação (casas e cidades), lazer e morte. Invariavelmente, nessas ocasiões, automaticamente, certas ações são repetidas, porque já se mostraram eficazes em situações semelhantes no passado. E é assim que todos os dias, quando sentimos fome, no horário do meio-dia, automaticamente nos dirigimos para a nossa casa ou para um restaurante para nos alimentarmos. Do mesmo modo que, quando falece um parente nosso, imediatamente procuramos uma funerária, organizamos um velório etc., repetindo tudo de modo automático, para, assim, atendermos necessidades que são ditadas pela nossa cultura.

c) São **Necessidades de Segurança**, aquelas que, como as fisiológicas, materialmente se atendem, mas que estão voltadas mais para o amanhã. O provimento dessas necessidades se prestam à consecução da estabilidade emocional do indivíduo. São elas: educação, justiça, segurança pública, seguridade social etc. Atendidas as Necessidades Fisiológicas e Culturais em níveis satisfatórios, natural é se esperar a manifestação das Necessidades de Segurança. Não é por acaso que muitos indivíduos, após enfrentarem sérias dificuldades financeiras e desemprego, comecem a pensar em poupanças e em seguridade social.

d) **Necessidades Sociais** são aquelas que nos compelem a procurar sempre o convívio com outras pessoas e que nos impõem a condição de ser social. O medo da solidão e a própria sobrevivência da espécie formam o pano de fundo que nos impulsionam a buscar o atendimento dessas necessidades. O casamento e a constituição de uma família, nada mais são do que o melhor exemplo de atendimento desse tipo de Necessidade Básica.

e) **Necessidades de Auto-Estima**, diferentemente das anteriores, não se atendem com recursos materiais. Deseja o indivíduo dela acometido, que o grupo social, do qual faz parte, o **reconheça** como pessoa útil, importante e digna de um status à altura do seu mérito. Sendo artista, satisfaz-se com as palmas do público; sendo atleta, satisfaz-se com uma medalha; se for um trabalhador esforçado, espera um elogio do superior; se militar, contenta-se com o destaque pelo ato de bravura. Em todos os casos, o **reconhecimento** sobrepondo às retribuições materiais é que age como determinante do comportamento; é daí que advém a máxima: **“nem só de pão vive o homem...”** São, por essa razão, necessidades de cunho eminentemente psicológico.

f) Nas **Necessidades de Auto-Realização**, já tem o indivíduo supridas, pelo menos num grau satisfatório, as outras necessidades, daí porque, nem são os recursos materiais nem os psicológicos que as podem atender. São as necessidades de natureza essencialmente espiritual, cujo esforço para o seu atendimento se caracteriza pelo desejo ardente de **servir**. Compreendemos a **Necessidade de Auto-Realização** de um homem, como um sentimento profundo e de intensidade superior ao instinto de auto-preservação. Guiado pelos parâmetros da vocação, é esse sentimento que torna o homem determinado no cumprimento do seu desiderato de servir à humanidade. Mas não devemos confundir a **Necessidade de Auto-Realização** com a **ganância do ter**. A primeira, se caracteriza pelo desinteresse material absoluto como fim, e na vontade de bem servir para o registro exclusivo da posteridade; a segunda, na paranóia do acúmulo inconseqüente de bens que só visam atender aos materialistas, portadores, quase sempre, de distúrbios de comportamento, como a insegurança crônica.

Ainda segundo a Psicologia, no homem normal, a busca da satisfação dessas necessidades se processa observando-se uma escala de prioridades, na qual se sobressai, no primeiro momento, o atendimento às Necessidades Básicas mais primárias, no caso as Fisiológicas, e, num segundo momento as demais necessidades, formando uma cadeia onde, à proporção que uma necessidade começa a ser atendida num nível satisfatório, uma outra se manifesta, observando-se a seguinte seqüência:

Fisiológicas **Culturais** **Segurança** **Sociais** **Auto-Estima** **Auto-Realização**

São essas necessidades, atuando cada qual por sua vez e de acordo com a intensidade com que se manifestam, que agem como determinantes naturais do comportamento dos indivíduos, tanto no cotidiano como nas decisões que envolvem a solução de conflitos mais intensos. Por exemplo: o

comportamento normal de um indivíduo com fome é procurar alimento; se está com sede, é buscar água para beber e se tem sono, deve dormir.

Estando com todas as suas Necessidades Fisiológicas atendidas, e uma vez que as Necessidades Culturais também estejam, espera-se que priorize o atendimento das Necessidades de Segurança; e, com estas supridas, deve se comportar sob os efeitos das Necessidades Sociais, de Auto-Estima e assim por diante.

Todavia, se um indivíduo já acumula riquezas suficientes para atendimento, pelo resto da vida, das suas Necessidades Fisiológicas e de Segurança, e persiste na luta para acumular mais riquezas a pretexto de atendê-las, quando estas já estão plenamente atendidas, estamos com certeza diante de um caso bem caracterizado de **distúrbio de comportamento**, decorrente, provavelmente, de uma deformidade do caráter, deformidade também conhecida como vício moral ou egoísmo.

Residem nessas deformidades do caráter, ou vícios morais, as causas das dificuldades e conflitos enfrentados pelos indivíduos. E é assim que, por egoísmo, o indivíduo acumula, desnecessariamente, riquezas, e delas se torna escravo; por preguiça, deixa de produzir o necessário para o seu sustento, vindo, posteriormente, a sofrer privações; por inveja, destrói o que os seus semelhantes construíram para o seu próprio bem; por ira, perde as oportunidades que a vida lhe oferece, e às vezes, até a liberdade; por gula e impureza, contrai distúrbios e doenças físicas e morais; e por orgulho, mesmo estando infeliz, recusa a felicidade. Mentindo, afasta-se da verdade, hipócrita até se desconhece, transferindo sempre para outrem a responsabilidade dos seus erros.

Como vimos, são as Necessidades Básicas as determinantes dos comportamentos dos indivíduos. Ora, se uma Sociedade nada mais é do que um conjunto de indivíduos, podemos, a partir desta constatação óbvia, concluir que se eles têm necessidades e comportamentos, ela, a Sociedade, também os tem. Pelas mesmas razões, denominaremos Necessidades Básicas Sociais e Comportamentos Sociais como sendo o somatório das Necessidades Básicas Individuais e dos Comportamentos Individuais, respectivamente. Logicamente, assim como as Necessidades Básicas Individuais atuam como determinantes dos Comportamentos Individuais, as Necessidades Básicas Sociais atuam como determinantes do Comportamento Social.

Poderemos chegar a inúmeras conclusões a partir dessa constatação. Por exemplo: as ações do Governo de uma Sociedade faminta, nua, descalça e sem habitação devem priorizar o atendimento dessas Necessidades Básicas Fisiológicas antes mesmo de cuidar da educação, da justiça, ou do sentimento pátrio ou nacionalista, as quais se prestam ao atendimento de Necessidades Básicas de Segurança. É até uma questão de bom senso concluir-se que, para uma Sociedade que hoje está faminta, pouco importa se existem escolas e se a soberania nacional está ameaçada.

Outra importante conclusão a que chegamos a partir dessa análise do comportamento social pelo prisma psicológico, invade o campo sociológico, senão vejamos: ao definirmos o comportamento social como resultante do somatório dos comportamentos individuais, dissemos em outras palavras que o meio é produzido pelo homem. Disso resulta que somos e seremos sempre os responsáveis diretos pelo nosso destino.

Se nos detivermos a analisar o comportamento das Nações, veremos que a realidade nos confirma que estão totalmente corretas as nossas conclusões. Façamos uma comparação entre a conduta da Nação Americana e a da Nação Brasileira em relação à manifestação do sentimento nacionalista. Enquanto nos Estados Unidos, o povo americano hasteia com muito orgulho a sua bandeira em todas as lugares e ocasiões, demonstrando um grande espírito de nacionalismo, o povo brasileiro está cada vez mais deixando de manifestar seu orgulho pela pátria e o amor pela sua bandeira.

Por que será que isso está acontecendo? Será que os americanos amam mais os Estados Unidos do que os brasileiros amam o Brasil?

Em verdade, nada disso acontece. O que está por trás de tudo isso, é que o povo americano está com suas Necessidades Fisiológicas atendidas satisfatoriamente e que, por essa razão, o seu comportamento está voltado, predominantemente, para o atendimento das Necessidades de Segurança; enquanto o povo brasileiro, por ainda estar passando fome, está voltado para o atendimento das suas Necessidades Fisiológicas.

Não deixam, ambas, de serem situações que caracterizam o grande atraso em que vive a humanidade, principalmente se considerarmos a postura dos Estados Unidos, que se auto-proclama a Nação mais desenvolvida do Planeta. Ora, se a Nação que se diz mais desenvolvida ainda não atendeu necessidades tão elementares como as Necessidades de Segurança, isso nos permite dois questionamentos: Ou não é verdade que a Nação Americana é uma das mais desenvolvidas do Planeta, ou a Sociedade Humana está muito longe de sonhar com o atendimento das suas necessidades mais nobres de Auto-Estima e Auto-Realização. Estamos nos referindo ao momento em que a fraternidade entre as Nações será uma realidade e não uma hipocrisia, e o intercâmbio de bens e serviços acontecerá sem a selvageria e o egocentrismo doentio que hoje norteiam as relações comerciais e diplomáticas internacionais.

Muito embora reconheçamos que o mundo ainda está muito atrasado e, predominantemente, sem atendimento satisfatório das suas necessidades mais primárias, preferimos a segunda hipótese, por dois motivos:

O primeiro deles, porque vemos a Nação Americana, hoje, sendo manipulada por uma oligarquia, acometida de um indiscutível distúrbio de comportamento, distúrbio esse que deixa estarecido o mundo, diante das evidências de que existe, em seu poder, a pretexto de atendimento de “Necessidades de Segurança”, um arsenal bélico extraordinário, suficiente, segundo o próprio Governo Americano, para destruir várias vezes o Planeta, mas que não tem qualquer utilidade quando se trata do atendimento das necessidades íntimas dos cidadãos americanos.

Ora, se o comportamento normal esperado de uma Nação que está com as suas Necessidades Fisiológicas e de Segurança plenamente atendidas, como é o caso dos Estados Unidos, seria buscar o atendimento das suas Necessidades de Auto-Estima e de Auto-Realização – através de ações úteis e solidárias que lhes conferisse o reconhecimento público internacional, e também através da realização de obras, verdadeiramente úteis para a posteridade – não poderá ser considerado normal um comportamento que cultiva o antagonismo e a discórdia, advindos da intromissão descabida em assuntos do interesse interno e privativo das outras Nações e de ações violentas e exibicionistas de força e dominação desnecessárias, exercidas de modo acintoso sobre Nações menos poderosas.

O segundo motivo é que estamos percebendo que o Sistema Capitalista, com todas as suas instituições, que nos mantêm aprisionados às nossas carências de atendimento de necessidades primárias, encontra-se em fase de decomposição, sinalizando-nos, com isso, a iminência de uma nova ordem econômica, cultural, política, social, moral e educacional, que acreditamos capaz de acelerar o processo de desenvolvimento da humanidade neste início do terceiro milênio, libertando-a dessa dependência, para que assim possamos priorizar o atendimento das nossas Necessidades de Auto-Estima e Auto-Realização e aspirarmos viver num mundo de paz e prosperidade.

Questões para reflexão:

1. Quais as necessidades básicas de um indivíduo?
2. O que entendemos por necessidades fisiológicas?
3. O que entendemos por necessidades culturais?
4. O que entendemos por necessidades de segurança?
5. O que entendemos por necessidades sociais?

6. O que entendemos por necessidades de auto-estima?
7. O que entendemos por necessidades de auto-realização?
8. O que entendemos por distúrbio de comportamento?

Capítulo 19

“A Questão da Violência Institucionalizada”

VIOLÊNCIA É AÇÃO OU REAÇÃO?

Quando falamos em violência, vem-nos à mente a imagem e lembrança das agressões brutais entre cidadãos, que são noticiadas diariamente pela imprensa em todo o país. A esses tipos de atitudes violentas, chamaremos: REAÇÕES VIOLENTAS e/ou ATOS DE LOUCURA. As reações violentas, em geral, são praticadas pelo cidadão comum por falta de outra opção diante de uma necessidade imperiosa, da mesma forma que os atos de loucura, sendo estes de uma gravidade bem maior, pois o cidadão que nele incorre, age sob a pressão de uma necessidade imperiosa de tamanha intensidade, que quase sempre deixa seqüelas irreversíveis em forma de distúrbios mentais. São os famosos crimes bárbaros sem explicação. Uma característica é muito clara para esses dois casos: é que existe para ambos uma lei que os proíbe e pune.

A violência, contudo, à qual iremos nos reportar é, ao contrário das outras, protegida pelo Direito Positivo; ignora a privacidade do cidadão, invade os seus limites, lhe impõe a vontade de outras pessoas em detrimento dos seus legítimos interesses, sem lhe dar sequer o direito de defesa. É, por essa razão, conhecida como “VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA”. Vejamos como ela se manifesta contra o cidadão, em casos práticos, tomando por exemplo UM EMPRESÁRIO, UM PROPRIETÁRIO DE TERRAS, UM CAPITALISTA E UM TRABALHADOR.

Um Empresário:

Com o propósito de gerar riquezas para atendimento das suas necessidades, um certo cidadão decidiu prestar serviços à comunidade, tornando-se comerciante. No balcão do meu comércio, pensou ele, venderei muitas mercadorias e distribuirei sorrisos e assim obterei lucros e serei feliz. Teve a ideia, tomou a iniciativa, elaborou seu pequeno e modesto projeto. Tão logo parte para a ação, vem a violência. Não tem crédito no banco, e o dono do prédio que alugou lhe exigiu assinatura de um contrato em aberto (reajuste pelo índice de inflação) que poderá significar sua própria falência. Recorrendo ao fornecedor, outro injustiçado como ele, conseguiu um crédito de R\$ 1.000,00, garantido por um cheque pré-datado e sem provisão de fundos (tornou-se assim um estelionatário). Afora as exigências da Prefeitura, do Estado e da Receita Federal, INPM, Secretaria de Saúde e outras tantos órgãos oficiais, teve obrigatoriamente que comprar mercadorias sem qualquer garantia. Temendo a inflação, aplicou uma margem de lucro de 50% pelo que recebeu o nome de “LADRÃO EXPLORADOR”, do desesperado e desprotegido consumidor. Mas ganhou quinhentos reais. Um bom lucro, não fosse o fato de que a mercadoria acabou-se; e eis que chega o viajante para nova venda da mesma mercadoria. Satisfeito ainda, pensou: foi um bom negócio, vou aplicar todo o lucro que obtive. “NOVO PREÇO”, informa o vendedor, “DOIS MIL REAIS DE CUSTO”. Perdeu ou ganhou? Ninguém sabe e nem dá tempo: o gerente do banco avisa que a conta estourou e vai carimbar o cheque; não pode sair, a loja não pode ficar fechada, cai o faturamento; entra o fiscal, multa; a conta da luz, água e telefone, subiu tudo, ou paga ou corta; entra o contador, a papelada, notas fiscais, PIS, COFINS, ICMS, INSS, Imposto de Renda, Contribuição Social, Imposto Sindical, uma montanha de calhamaços e os honorários do rapaz. Qual era mesmo o propósito original? Prestar serviços a quem? Mal-humorado quase sempre, pessimista, o comerciante, que deveria ser o sorriso e a alegria, é um homem amargurado, perseguido, discriminado e rotulado como todos os demais cidadãos brasileiros de DESONESTO.

Um Proprietário de Terras

Muitos anos de trabalho, suor e economias, investidos num pedaço de terra. O sol quente, a mão calejada do cabo da foice, derrubando a capoeira, preparando a terra. O olho no céu, o pensamento nos preços do feijão e do milho, que estão muito altos no mercado. Lá se vão os últimos trocados que economizou, para pagamento da folha dos trabalhadores. Vai ao banco, não tem crédito. Falta a cerca, falta o adubo, falta assistência técnica, falta o arame, falta a semente, falta dinheiro. Um olho no céu, outro na terra e o pensamento no mercado. Vale a pena, vou investir. Vende uma cabecinha de gado, e outra e mais outra. Agora acabou-se tudo. Mas a roça está pronta, só falta chuva, semente e gente para plantar. Vem a chuva, inverna! Vai ao banco, não tem crédito. Lá se foi o primeiro mês de inverno. Agora é tudo ou nada, pensa. Compra semente, cara e fiado; toma dinheiro emprestado a “gato e cachorro” a juros altíssimos, mas planta. Inverna, lavoura bonita, praga. Não tem defensivos, perde a metade. Hora da colheita; vai ao banco, não tem crédito para colheita, só, tardiamente, chegou para quem vai plantar, e é pouco. O inverno já foi embora, não adianta mais. Não tem problema, contrata os trabalhadores durante a semana para pagamento no dia da feira com o apurado do produto. Na feira o triste destino, a violência como se já não bastasse, lhe impõe a dura realidade: os preços do milho e do feijão subiram para todos os consumidores, mas caíram para ele. Ainda mais, está obrigado a vender pelo preço irrisório da praça, pois os míseros trabalhadores que lhe ajudaram, amigos de todas as horas, estão com fome, à espera das suas migalhas. E agora? Vender. Não lhe resta outra opção, muito embora o preço conseguido não lhe reponha sequer as vaquinhas e as poucas economias que investiu. Desesperados e desiludidos, não foram poucos os que perderam tudo, e hoje encontram-se tangidos nas periferias dos grandes centros, reduzidos a miseráveis e infelizes bóias-frias.

Um Capitalista

A situação do pequeno capitalista nacional não é menos vexatória do que a do empresário e do proprietário de terras. O pequeno capitalista, a pretexto de organizar e sanear o sistema financeiro nacional, teve cassado, pelo governo, o seu legítimo direito de fazer com o seu dinheiro aquilo que lhe parecesse melhor, obrigando-o a emprestá-lo, se assim pretendesse fazê-lo, aos médios e grandes capitalistas, e a taxas unilateralmente por eles impostas. Essa violência sem precedentes que contrariou uma tradição secular do capitalista brasileiro, em verdade só gerou problemas, pois o pequeno capitalista não renunciou ao seu direito de emprestar, nem tampouco o tomador deixou de tomar, muito embora, para isso tenham se transformado o capitalista e o tomador em “AGIOTA” e “ESTELIONATÁRIO” (Um cheque sem fundos é a garantia da operação).

A violência que obriga o pequeno capitalista a aplicar o seu dinheiro através de grandes instituições financeiras, não só o priva de obter melhores rendimentos para o seu pequeno capital, como o expõe a riscos incalculáveis, quer seja pelos efeitos enganosos da inflação, quer seja pela solidez duvidosa da instituição recebedora da sua aplicação. Hoje, especialmente, pois já não são raros os escândalos financeiros em nosso país. O capitalista nacional, e aqui se incluem grandes e pequenos, enfrenta uma das mais delicadas questões, que é o problema do crédito. E isso é fácil de entender, pois se alguém não me dá crédito, implicitamente e por direito, esse alguém não merecerá o meu crédito, e isso não é nada bom em se tratando de estabelecimentos de crédito. O povo brasileiro, sábio como é, ao contrário do que muitos pensam, entende que o problema do crédito é um problema do governo e não dos estabelecimentos de crédito ou dos capitalistas; mas, com certeza, a sua simpatia e o seu orgulho pelos grandes bancos nacionais poderão ser comprometidos seriamente, se na marcha pacífica do povo rumo ao Poder, ocorrerem pressões descabidas e injustificadas. A violência que está sendo desencadeada sobre os ombros dos capitalistas nacionais, é traduzida em forma de riscos e isso é muito fácil de observar.

Por exemplo: Um cidadão não contratará dez seguranças para guarnecer a sua casa, se não estiver se sentindo ameaçado por algum perigo; da mesma forma que o sistema financeiro não estaria envolvido numa parafernália de leis, regulamentos, normas, circulares, memorandos, entre outros mil, se o capital que administra não se encontrasse exposto a grandes riscos causados pela exagerada escassez de crédito tão inconstitucional quanto as leis que estão a proteger o capital.

Um Trabalhador

A violência contra os trabalhadores, para descrevê-la na sua íntegra, gastaríamos uma eternidade. Em verdade, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, bem que poderia ainda ser denominada de escravos, pois a violência a que são submetidos, em nada chega a ser diferente daquela de antes de 1888. O problema do trabalhador brasileiro, à semelhança do problema de tantos outros trabalhadores do mundo, é um assunto por demais complexo. E, devido à força e à pujança do grande contingente de pessoas que constituem essa categoria produtiva, que mete tanto medo nos plutomaníacos do regime, as violências contra essa classe foram meticulosamente estudadas e aplicadas sorratamente, atentando contra os mais sagrados direitos do trabalhador e do homem. Temos, por exemplo, A FALSA INFLAÇÃO E A ESPECULAÇÃO DE PREÇOS, esse expediente mesquinho, traiçoeiro e inaceitável, que a cada dia subtrai dos salários o seu poder de compra, como se a cada dia o trabalhador valesse menos. A FALTA DE ESTABILIDADE INDISCRIMINADA, em que o trabalhador por qualquer motivo, por mais supérfluo que seja, tem arrebatado o seu emprego, sua única fonte de renda, da qual dependem mulheres, filhos inocentes, e a própria sociedade, condicionantes tão fortes que tornam o trabalhador como peça acéfala dentro da organização em que trabalha. A OBSTÁCIA AO DIREITO DE ORGANIZAÇÃO E GREVE, permitida e estimulada às outras categorias produtivas, a criar dificuldades sem precedentes na busca de soluções comuns, para causas comuns, pelo caminho da legalidade e do direito. O SALÁRIO MÍNIMO, que de instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores, foi convertido num tabelamento disfarçado dos salários, injustamente o único item do custo de produção a receber esse tratamento. A PROBLEMÁTICA DO TRABALHO DA MULHER E A SUA INDEPENDÊNCIA: exatamente neste ponto é que a violência tem sido mais cruel, fria e calculista. E ao contrário do que pensam algumas bem intencionadas feministas, o machismo é uma questão simplória dentro do contexto geral. Foi a pretexto de independência e igualdade de direitos, que a mulher foi levada ao mercado de trabalho. Traídos pela falta de experiência em assuntos econômicos, homens e mulheres engoliram esse macabro sofisma, em cujos bastidores estavam escritas as seguintes verdades: “Atraindo e arrancando de dentro do lar os dois cônjuges, duplicaremos a oferta de mão-de-obra e com isso cairão os preços dos salários, elevando-se dessa forma o lucro”. Os resultados não poderiam ser menos desastrosos. Salários aviltantes para as inexperientes mulheres, desemprego para os desesperados homens, desarmonia nos lares; milhões e milhões de crianças abandonadas que não conseguem entender nem aceitar, por não terem opção diante dessa violência, toleram-na, e mais tarde, às vezes, por amor a nós outros, perdoam-nos. Como se não bastasse essa descabida invasão de lares, a violência incontida e perversa, profana o sagrado oráculo da família, derramando sobre ele ameaças pecaminosas em forma de instabilidade econômica e financeira que provocam a desarmonia e o desentendimento do casal, levando à desintegração litigiosa da família, para quem só restam as leis de desquite e divórcio. A continuar a situação atual, teremos, num futuro próximo, a inviabilidade do casamento, determinada pelo desemprego do homem e pelo salário discriminado da mulher; a institucionalização da prostituição e do filho bastardo e, por fim, a degeneração da célula máter da sociedade que é a família, o desmoronamento das instituições e da sociedade, a inépcia do diálogo, a guerra e o caos.

VIOLÊNCIA DESDE QUANDO? VIOLÊNCIA ATÉ QUANDO?

Perguntamos: Desde quando iniciaram as violências contra o homem? Foi quando ele decidiu ser um empresário, proprietário de terras, capitalista ou trabalhador? Não! Faz muito tempo que o cidadão está vivendo sob o fogo cruzado do que chamamos VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA. Ele não era nem nascido ainda. E tem mais, foram muitos os cidadãos violentados, nós com certeza também fomos, façamos uma reflexão. Mas a data em si não é tão importante para nós; importa, sim, o quando do ângulo do cidadão isoladamente fora da cronologia do calendário.

DA MAIS REMOTA AURORA AO OCASO

A pobreza desabou implacavelmente sobre a Nação Brasileira, vitimando as classes média e baixa de forma cruel.

Dois jovens se conhecem, e, à proporção que crescem as afinidades, nascem os sonhos e planos da vida em comum.

Mal se descortinam as possibilidades de concepção de uma nova vida, eis que se estende à frente do ainda futuro cidadão brasileiro, o tapete de espinhos da violência institucionalizada, habilmente tecido nos gabinetes e Casas Legislativas do regime oligárquico.

Concebido o cidadão brasileiro, pelo simples fato de ser a sua origem pobre, sobre o que nada pode fazer, inicia a sua VIA CRUCIS, desde a vida intra-uterina que agora se inicia, até a senilidade, quando lá consegue chegar, passando pelas vidas pré-escolar, escolar, pós-escolar (profissional), enfrentando, em cada uma delas, toda a sorte de violências e obstáculos ao seu legítimo direito de nascer, viver e ser feliz.

VIDA INTRA-UTERINA

Mal começa a vida, começam as incertezas, os obstáculos, a violência. E, no útero, o indefeso feto defronta-se com as primeiras ameaças à sua vida atual e futura, compreendida desde a tentativa irrefletida da legalização do aborto, o despreparo da mãe, até à subnutrição e à falta de assistência médica indispensável nesta fase. Transcorridos os nove primeiros meses de discriminação, enfrenta o cidadão brasileiro o primeiro Vestibular da vida, às vezes num quarto escuro do barraco, nas mãos piedosas da parteira; às vezes nos táxis, ônibus ou caminhões de feira, nas mãos calejadas de humildes motoristas; às vezes nas maternidades, nas mãos de abnegados médicos e enfermeiros, ambos à mercê do descaso e da insensibilidade dos Poderes Públicos. Milhares de vidas são ceifadas nesta fase. São dolorosos os exemplos que temos para contar.

VIDA PRÉ-ESCOLAR

Vencidos os primeiros obstáculos, naturalmente já portador das primeiras e irreversíveis seqüelas deixadas pela discriminação, o cidadão brasileiro inicia sua vida pré-escolar, compreendida entre zero e três anos, às vezes num berçário, nem sempre suficientemente aparelhado, de uma maternidade; às vezes nos berços duros e sujos das enfermarias da indigência; às vezes envoltos em humildes molambos, na rede fria, e no mesmo quarto escuro do barraco em que nasceu. Na volta ao lar, já no percurso, a violência se apresenta, ora na inconveniência de um táxi apertado, ora nos altos batentes, e solavancos dos ônibus cheios, quando a mãe pobre, se contorce com dores nas feridas da intervenção cirúrgica a que há pouco se submeteu. Em casa, a cada dia, a violência se multiplica e se desencadeia cada vez mais intensa sobre o inocente cidadão, ora em forma de subnutrição, ora em forma de mosquitos e calor a perturbar-lhe o sono, ora em forma de resfriados e vermes, ora em forma de moscas procedentes do lixo próximo a proliferar todos os tipos de doenças infecto-contagiosas. Enquanto isso, o pequeno cidadão, a exemplo do que ocorreu na vida intra-uterina, registra no seu subconsciente, todas as repressões e todas as derrotas sofridas pelo seu pai, na luta para proporcionar-lhe o legítimo direito à alimentação, agasalhos, saúde, roupa, calçados e habitação, nesses primeiros e decisivos dias da sua vida, à custa de um mísero salário, configuração tácita do regime de escravidão em que vivemos.

Superada essa fase dramática, em que milhares de outras tantas vidas são arrebatadas, marcha o cidadão para o segundo e mais duro Vestibular da vida, em que a aprovação depende de condições financeiras a serem encontradas dentro do orçamento familiar, até então insuficiente para custear as mais preliminares necessidades da fase que termina. Os estarrecedores índices de reprovação dessa injusta forma de seleção é que determinam, mais adiante, a consolidação da estratificação social, de camadas cada vez mais heterogêneas, onde um nítido perfil evidencia: uma restrita e seleta classe rica, nadando em mordomias e esbanjando saúde e riquezas; uma classe média, lutando desesperadamente para manter o seu status ameaçado a cada instante pelo estreitamento da lâmina que empurra para baixo o poder aquisitivo e o padrão de vida conseguido a duras penas; e uma classe baixa, completamente escravizada pela submissão ao estado de desemprego e salários aviltantes, a contemplar estarrecida o desabar sobre seus ombros, do descaso dos poderes públicos para com o seu estado da mais absoluta injustiça e miséria.

VIDA ESCOLAR

Tão logo iniciada a vida escolar, compreendida entre três e dezessete anos, a violência se manifesta de forma brutal na classificação da escola segundo os resultados observados no perverso Vestibular dos três anos. Essas escolas, uma PEQUENA e outra GRANDE, destinadas, respectivamente, aos aprovados e

reprovados do Vestibular, são marcadas pela violência do início ao fim, sob a tutela de uma legislação espúria que nos permite antever os desastrosos resultados do macabro jogo de cartas marcadas.

A **Pequena Escola**, constituída das redes particular e oficial de ensino, discrimina o cidadão segundo as suas possibilidades financeiras, recebendo os mais abastados da CLASSE “A” aos três anos, juntamente com os mais “ATREVIDOS” da classe média, e deixando para uma segunda chamada, quatro anos após, os resignados pequenos cidadãos da classe média acompanhados de alguns poucos sonhadores da classe baixa, os quais, sob os efeitos da violência que lhes impõem tão longa espera, adquirem resistência ao salutar hábito de estudar, enquanto confinados entre as quatro paredes de um casebre, apartamento, ou casa popular, quando não na rua, a receber a influência dos ensinamentos da grande escola, a essa altura em plena atividade.

Na **Pequena Escola**, a marcha da violência iniciada no processo seletivo discriminatório, segue, impassível, a fazer imposições absurdas através de um currículo escolar antiquado, autocrático e censurado, ao pequeno cidadão que, ameaçado pelo cutelo da reprovação, cruel substituto da antipedagógica palmatória, engole atravessado esses ensinamentos, num desrespeito inconcebível aos seus legítimos direitos de aprender segundo as suas aptidões, vocação, potencialidades e diferenças individuais. Não param aí as violências embutidas no currículo escolar, pois se de um lado ele se impõe de cima para baixo, indiferente aos interesses do cidadão, de outro, ele lhe nega a verdade a respeito do que se passa ao seu redor, como se uma atitude maquiavélica do seu criador dissesse: “Você não pode conhecer essa verdade, porque senão você se rebelará contra mim”.

Afora as violências de ver seus mestres mal recompensados, o seu fardamento, bolsa escolar, livro didático, cadernos e outros materiais, sob o fogo cruzado da ganância e da especulação de preços creditada à brava classe comerciante, a cada semestre que se inicia, o cidadão chega à maioridade e em lugar da medalha de honra ao mérito pela vitória numa batalha desigual travada ao longo de quatorze a quinze anos de estudos, ele recebe o “DIPLOMA DE BURRO”, que, entre outras coisas, lhe certifica de que não está habilitado para o ingresso na Universidade, nem tampouco para a vida profissional.

Vem o quarto Vestibular (o terceiro foi o extinto exame de admissão ao ginásio, o primeiro “garrote a cair”), para acanalhar a Universidade Brasileira e patrocinar insuportáveis violências contra os jovens cidadãos ávidos de conhecimentos e participação.

Publicados os resultados da monstruosa violência, a decepção e as lágrimas dão conta da profunda cicatriz aberta no coração dos nossos jovens, que vão buscar lenitivo nos comerciais de Televisão dos Cursinhos, especializados em converter o “DIPLOMA DE BURRO” em “BIZU” que dá acesso à Universidade.

A ação implacável da violência, contudo, segue deixando o seu rastro Universidade a dentro: os mais ricos, nas Universidades Oficiais gratuitas, os mais necessitados, nas Universidades Particulares pagas; o grande aspirante a médico cursando Veterinária, e o grande veterinário cursando Ciências Biológicas; o economista cursando História, e o notável historiador está indo muito mal no Curso de Administração de Empresas. Não lhes restou escolha naquela hora, o importante era passar. A inevitável safra de maus profissionais, injustamente creditada à Universidade e ao seu abnegado corpo docente, por sinal, também sob o efeito da violenta injustiça salarial, e falta de verbas para funcionamento, chega ao final da maratona universitária de posse de um diploma que lhe consumiu mais de vinte anos de estudo, trabalho e dinheiro; e, à saída da Universidade, a violência vem ao seu encontro debochada lhe dizer: “Você agora é um doutor, mas para você não existe trabalho nem dinheiro. “TE VIRA DOUTOR”. E aí, a dura realidade leva o cidadão a humilhar-se à classe política no Poder, suplicando-lhe a esmola de um emprego que por justiça já lhe cabia. Não o emprego que vemos por aí, onde salários irrisórios, indignos até como remuneração a um bóia fria ou o menos qualificado dos profissionais formados pela grande escola.

Na **Grande Escola**, enquanto isso, a realidade é muito mais dolorosa. E o pequeno cidadão, discriminado e impedido de freqüentar a pequena escola, muitas vezes se vê impelido a substituir a bolsa-escolar por uma mochila e o livro escolar, cadernos e lápis por uma bacia, indo aprender as primeiras lições, em geral, na companhia de irmãozinhos mais velhos, nos bares, restaurantes, bilheterias de cinemas

e estádios de futebol, quando não nas portas das residências da já desesperada classe média, que muitas vezes, até sem condições, cumpre por caridade o dever que por justiça seria do Estado. À Oligarquia se permite o direito de ignorar essa grotesca realidade, protegida por altos muros em suas mansões, quando não por equipes especializadas de segurança, postadas nas portarias de suntuosos edifícios de apartamentos, de cujas portas o pequeno cidadão pedinte não poderá se aproximar, quanto mais recitar dramáticos apelos como:

“Me dê um trocado pr’eu comprar um pão”

“Me dê um trocado pr’eu ajudar minha mãe doente”

“Me dê um restinho de comida”

“Me dê uma roupinha velha”

“Me dê uma esmola pelo amor de Deus”.

Por quanto tempo ainda sobreviverá a **Grande Escola**? Paradoxalmente, o grande esteio do Capitalismo, essa famigerada fábrica de misérias e injustiças sociais, a subtrair dos homens a dignidade, a capacidade de compreender e reivindicar os seus direitos, a transformar violentados em violentos, vítimas em réus, através da sua parafernália de leis tendenciosas, incontestavelmente à margem dos costumes e do Direito.

A **Grande Escola** não pode mais continuar como fonte geradora de mão-de-obra não especializada e analfabetos para o regime de servidão, em que suor, saúde e toda uma existência, são dedicados ao trabalho árduo quando não desumano, a troco de um salário escravizante. Igualmente, o grande contingente de marginais e prostitutas, que a rigor nem são prostitutas nem marginais, mas, acima e antes disso, criaturas de Deus iguais a todos nós, reagindo desesperadamente às violências da **Grande Escola**, de acordo com a sua ignorância, por não lhes restar outra opção.

A incompetência do Sistema Capitalista na busca de soluções para os nossos problemas, sempre tem se caracterizado pelo estilo autocrático e violento das medidas propostas; e não fogem à regra, no caso do que eles, indevidamente, chamam combate à violência. Senão vejamos:

- **Controle da Natalidade** – prescrição indiscriminada de anticoncepcionais – substância cancerígena – veneno – obstáculo ao direito de nascer.

- **Legalização do Aborto** – crime.

- **FEBEM e FUNABEM** – amparo legal à discriminação.

- **Mobral** – falseamento dos índices de analfabetismo para encobrir a inoperância do governo no campo social – mentira.

- **Policciamento Ostensivo** – repressão e ameaça.

- **Construção de Cárceres e Modernização de Presídios** – segregação social de inocentes, induzidos ao crime pelo Sistema.

- **Prisão Perpétua e Pena de Morte** – indução à cumplicidade social na institucionalização do crime, da impunidade e da violência no seu mais alto grau.

Nenhuma dessas medidas tem caráter preventivo, e se são paliativas, não o são para o povo, mas para a consciência atormentada dos detentores do Poder. Para marginais e prostitutas, peçamos todos: ANISTIA e JUSTIÇA. Para a **Grande Escola**, O FIM. E, da mesma forma que a abolição da escravatura em 1888 determinou, no Brasil, no ano seguinte, a queda do Império, em 1889, o fim da **Grande**

Escola determinará a derrocada final do já agonizante regime oligárquico, iniciado, no Brasil em 1889; pasmem, que já estamos há mais de um século de servidão.

Capítulo 20

Ponto de Vista “A Grande Dúvida Nacional – O Dia da Festa”

O país inteiro contemplou entusiasmado um espetáculo sem precedentes e jamais visto na História Nacional: a campanha das diretas.

Foi um espetáculo de Democracia? Não! Digamos que foi uma bem sucedida campanha de marketing, em que a Nação, convidada para a festa, compareceu e, chegando lá, deparou-se estarrecida com a notícia de que não haveria festa. A casa não havia sido devidamente preparada, segundo o dono, que não concordou com a sua realização; e o mais que permitiu foi uma reunião a portas fechadas, da qual participaram apenas alguns “pseudo-representantes” dos frustrados convidados. A insatisfação foi geral, e não poupou nem a maioria dos “pseudo-representantes” que, conforme o regulamento da festa, receberiam recompensas por tão notável iniciativa, e não puxavancos de orelhas e repreensões como ocorreu. Revoltados, uniram-se e de comum acordo resolveram:

- a) Mostrar ao pretense dono que ele não era o único dono, mas proprietário de apenas uma pequena parte. E conseguiram.
- b) Nomear um novo dono mais flexível e simpático que assumisse publicamente um compromisso com a Nação. E conseguiram.
- c) Reconvidar a Nação, a essa altura, decepcionada e revoltada, a comparecer à festa que seria um espetáculo de democracia, organizada por homens de comprovada probidade e competência e que recebeu o nome de “Nova República”. E conseguiram.
- d) “Preparar” um cardápio muito especial que proporcionasse milhares de agradáveis surpresas aos convidados, ao qual denominaram “Governo das Mudanças”.

Preparar?! E esqueceram?! Conseguirão?! Surpresas?!

Um ponto de interrogação, bem grande, paira sobre a cabeça de todo brasileiro. “Brasileiro profissão esperança”, sim, profissão incertezas, jamais. Aceitar esse convite vai depender das respostas a algumas questões, que, para registro da história, são as seguintes:

- I) Por que o PMDB, ao longo de vinte anos em campanha, não submeteu à apreciação nacional o seu anteprojeto de governo para ser aprimorado e homologado definitivamente como plano de governo, para ser executado agora pelo candidato escolhido?
- II) Concorda o Exmo. Sr. Presidente da Nova República, em mudar o nome do cardápio de “Governo das Mudanças”, para “Governo da Preparação ou Transição” e convidar a Nação para participar dessa preparação, antes de ser obrigada a engolir atravessado o seu pacote de mudanças? Em outras palavras, está disposto o novo governo a reparar o erro do PMDB, antes de tomar qualquer iniciativa de mudança nos planos econômico e social?

As observações aqui postas, têm uma razão muito óbvia: a certeza de que o assunto envolve o nosso futuro e dos nossos filhos, e que esse futuro é responsabilidade nossa e não pode mais ser objeto de uma delegação incondicional a quem quer que seja.

Confiamos, isso é verdade, nas qualificações do nosso estimado Presidente; não podemos, contudo, esquecer que, a ação de Sua Exa., depende atualmente do respaldo das forças políticas que o elegeram, forças essas, de legitimidade e propósitos discutíveis.

A preocupação e as dúvidas da Nação Brasileira crescem, quando a experiência de tantos anos de marginalização ensina: nenhuma decisão será viável ou exequível nos planos econômico e social, se não estiver respaldada convenientemente no plano político, que é quem lhe torna possível, pelo caminho pacífico da legalidade institucional.

E é exatamente o plano político que, hoje, abriga a raiz de todos os nossos males. Aqui, queremos enfatizar, não vai um veto à pessoa ou à honorabilidade de nenhum dos nossos homens públicos, mas a todas as formas como chegaram ao status que ocupam. E aqui incluem-se, desde o mais alto Mandatário da Nação, até o mais inexpressivo cabo eleitoral do país; da legislação eleitoral tendenciosa e casuística, ao mais popular dos Partidos de Oposição.

As instituições políticas do país, são pois, o primeiro lixo do autoritarismo a ser removido e precisamos ter firmeza e coragem para dizer e aceitar, que sem isso nada se terá feito. E não apenas de 1964 para cá, mas desde o Império, pois, do contrário, não teremos uma Nova República, e a Nação continuará marginalizada, no máximo homologando propostas ou críticas populistas.

Participar de uma Democracia não é gritar no meio da rua. Participar de uma Democracia não é homologar ou endossar conversas fiadas de candidatos em cima de palanques às vésperas das eleições. Também não é prometer ou cumprir promessas, pedir ou fazer favores, como estamos acostumados a ver. Participar de uma Democracia é, sim, opinar e fazer valer a nossa opinião na definição das prioridades econômicas e sociais do governo, antes que elas se tornem prioridades. É usufruir das riquezas nacionais repartidas equitativamente. É contribuir, criticar, fiscalizar, sugerir “durante” a elaboração dos planos e programas governamentais. E por último, escolher através do voto universal, livre e aberto, o homem para cumprir esses planos. Esse homem não deverá ser escolhido nas negociações subterrâneas dos gabinetes, mas na praça pública, às claras, observando-se não a conveniência de grupos, mas um perfil que atenda às exigências do povo.

O que temos presenciado ao longo deste século, são em verdade, modelos de “pseudodemocracias” em que apenas homologamos homens que nos são apresentados como sendo os melhores para nos representar (que é o mesmo que dizer menos ruins) onde esses homens melhores, uma vez eleitos, se permitem agir segundo lhes convém, por não terem assumido compromissos formais com o povo. Em outras palavras, delegamos a esses homens autoridade e poder sem limites, ou melhor, referendamos a Ditadura compartilhada, a Oligarquia.

Numa Democracia, delegamos ao homem toda a autoridade necessária à eficiente execução dos planos e programas governamentais; mas a sua elaboração, da mesma forma que as leis do Estado, ficarão nas nossas mãos, e em hipótese alguma será confiada a uma pessoa ou a um grupo delas, pois agindo assim, estaríamos descaracterizando a Democracia.

Parece paradoxal, mas num governo democrático as decisões não se negociam, não existem pactos, acordos ou entendimentos em torno delas. Essas expressões são sinônimos de conchavos, próprios da

Oligarquia. Na Democracia, o que existe é participação efetiva dos cidadãos na definição das prioridades e na elaboração dos planos e programas governamentais, enquanto planos; mas depois de eleito o governo democrático, os planos viram decisão e são impostos unilateralmente, independente da vontade de quem quer que seja, e a isso é que se chama: “VONTADE SOBERANA DA NAÇÃO”.

Fez deste país uma Democracia, o Presidente Figueirêdo?

Será uma Democracia a Nova República do Dr. Tancredo?

Esta é a GRANDE DÚVIDA NACIONAL.

Incertezas já não se admitem, e enquanto trabalham os homens da Nova República, trabalharemos nós, também, na construção, com os nossos próprios braços, da Democracia que desejamos. Não que esta seja contrária à Nova República; muito pelo contrário, para fortalecê-la caso ela venha ao nosso encontro. Queremos apenas, por ser nosso direito e dever, evitar que se repitam os maus exemplos e erros do passado.

Utopia, certamente dirão os oligarcas, os donos e eternos herdeiros do Poder, acomodados como estão a desfrutar polpudas mordomias, insensíveis aos clamores da Nação, ainda amordaçada. Mas, serena e sábia, ela aguarda a sua vez, e podem esperar, senhoras e senhores, que já não tarda a chegar “O DIA DA FESTA”.

N.A. Matéria escrita no Brasil logo após a campanha em prol de eleições diretas para a Presidência da República.

TERCEIRA PARTE – SISTEMAS E MODELOS

Capítulo 21

O Que é Sistema e o Que é Modelo

Os registros da história da humanidade, desde os seus primórdios, até aos nossos dias, mostram que a sociedade humana vem repetindo determinados comportamentos que, muito embora mudem na sua forma, segundo a época, o lugar e o seu grau de evolução, jamais mudaram os seus fins. Se partirmos do princípio de que o comportamento de cada um dos indivíduos é determinado pelo imperativo de atendimento das necessidades básicas que o acometem, (necessidades fisiológicas, necessidades de padrões comportamentais, necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidades de auto-estima e necessidades de auto-realização) chegaremos à conclusão de que o comportamento da sociedade humana, ao longo dos tempos, apenas tem refletido o óbvio que é lutar incessantemente; inicialmente, para sobreviver e finalmente, para ser livre e feliz, observando a imperatividade de um conjunto de leis naturais que emanam tanto do universo externo, no qual se acha mergulhada, como do universo interno que abriga dentro de si. Ao conjunto total dessas leis é que denominamos **SISTEMA**.

SISTEMA, pois, deveremos entender doravante, como sendo o conjunto total das leis naturais que disciplinam o comportamento da sociedade como um todo e, por consequência, de cada indivíduo em particular. Resta-nos agora, para melhor compreensão do conceito de sistema, saber quais são as referidas leis naturais.

Evidentemente que não convém pormenorizarmos, agora, cada uma dessas leis, pois os nossos estudos, no momento, ainda se prestam a oferecer uma macrovisão do comportamento social; todavia,

seria contraproducente deixarmos de oferecer o que julgamos essencial para completar o entendimento do conceito de sistema que nos foi oferecido. Posicionando-nos num ângulo que nos permita uma macrovisão completa da sociedade, e com o sistema em funcionamento, perceberemos que as leis disciplinadoras da conduta social, de acordo com as finalidades às quais se prestam a atender, versam principalmente sobre matérias econômica, cultural, política, social, educacional e moral. Essas leis se interligam e se agrupam da forma citada, formando seis sub-sistemas principais, aos quais denominaremos **MODELOS**.

Conceituaremos, assim, como **MODELO**, o conjunto de leis naturais disciplinadoras da conduta social, em matéria específica, segundo a finalidade a que se presta a atender, e cuja relevância é decisiva para manutenção do equilíbrio do sistema. Teremos, assim, por extensão, os modelos econômico, cultural, político, social, educacional e moral como componentes vitais do Sistema, e imaginando-se este como um edifício de forma piramidal, teríamos os modelos como sendo os seus seis pilares mestres a lhe darem sustentação.

Para que tenhamos a certeza de que entendemos perfeitamente os conceitos que acabamos de introduzir, meditemos e reflitamos respondendo às seguintes perguntas no âmbito dos nossos estudos:

1. O que devemos entender por leis naturais?
2. O que devemos entender por universo externo e interno?
3. O que entenderemos como sendo um sistema?
4. O que entenderemos como sendo um modelo?
5. Qual a diferença entre sistema e modelo?
6. Quais os modelos que compõem um sistema?

Capítulo 22

Evolução Histórica dos Modelos Econômicos

O modelo econômico é constituído de um conjunto de regras que se prestam a disciplinar a conduta da sociedade em matéria de natureza econômica. Por matéria de natureza econômica, deveremos entender os métodos, critérios, normas, costumes, leis etc., que regulam as atividades econômicas, atividades estas que compreendem a produção, transformação e distribuição de riquezas que se destinam ao atendimento das necessidades básicas materiais da sociedade, de modo especial as fisiológicas. Modernamente, a Ciência Econômica, inspirando-se nessas atividades, agrupou-as por setores básicos, aos quais denominou: primário, secundário e terciário. No setor primário, reúnem-se as atividades produtivas por excelência, que são agropecuárias; no secundário, as industriais, que processam a transformação de riquezas pré-existentes e portanto já produzidas; e no terciário, as atividades que compreendem os serviços, com especial destaque para o comércio.

Além dos setores básicos, onde acontecem os fenômenos da produção, transformação e distribuição dos **bens de serviços** da economia, que doravante também chamaremos riquezas, importa dizer que, no fluxo dessas **riquezas**, desde a sua captação na natureza até o seu consumo final pelos indivíduos, dois outros importantes fenômenos acontecem: a aquisição do direito de propriedade sobre elas e a transferência desse direito, cuja consequência é a repartição, ora mais, ora menos justa, para consumo e/ou usufruto, entre os diversos integrantes da sociedade.

Notaremos, que ao longo dos tempos, tanto os fenômenos de produção, transformação e distribuição de riquezas, como os critérios de aquisição e transferência da propriedade sobre elas, sofreram mutações à medida que a sociedade se modificava. Isso é o que veremos a seguir.

Retornando às cavernas da sociedade anárquica primitiva, constataremos que ali, no modelo econômico vigente, a presença dos setores básicos inexistia do modo nítido como hoje os define a Ciência Econômica. No entanto, já podemos imaginar que a cata de raízes e frutos, a caça e a pesca, constituíram o que podemos chamar de embrião do setor primário (agropecuário). Da mesma forma, a confecção de artefatos como o tacape, a lança rudimentar (simples vara pontiaguda) e depois o machado de pedra, entre outros, já lembram o artesanato, que foi o embrião do setor industrial (secundário). Assim, também, as diferenças individuais, que evidenciaram uns mais aptos para a cata e outros para a caça ou pesca, nos sugerem a possibilidade de excedentes de caças e peixes para uns, bem como frutos e raízes para outros, cujo desfecho natural seria a troca desses bens, estando aí os rudimentos do setor terciário (comércio). Notável, porém, era o método único e direto de aquisição e transferência do direito de propriedade sobre as riquezas, baseado exclusivamente na **aptidão física**, sendo igualmente esta, a **aptidão física**, o referencial utilizado na sua repartição. Único porque, naquela época, só existia o trabalho como forma de se adquirir riquezas dentro da economia, e direto porque o produto do **trabalho** pertencia integralmente ao indivíduo (**trabalhador**) que o recebia como remuneração direta pelo seu trabalho. Considerando-se que o homem primitivo não armazenava alimentos, prevenindo-se contra as sazonalidades e incertezas do seu amanhã, podemos afirmar que a remuneração das atividades do homem primitivo objetivava apenas atender às suas necessidades fisiológicas de cada dia.

No modelo econômico da sociedade monárquica, a presença da agropecuária, do artesanato e do comércio nos permitem vislumbrar, com nitidez, os três setores básicos da economia em atividade, muito embora o artesanato representasse apenas o embrião do setor industrial que hoje conhecemos. Como consequência da importância assumida pelo setor primário (agropecuário) na sociedade de então, a **terra** ocupou papel preponderante na economia, inspirando o surgimento do direito de propriedade sobre ela, saindo, assim, da sua condição exclusiva de produtora de bens, para geradora de rendas. Ao mesmo tempo, a produção de excedentes acentuou-se, ensejando o surgimento de uma atividade contínua de transporte e intercâmbio dos bens produzidos, atividade essa exercida, mais tarde, mediante justa remuneração. A partir de então, a economia passou a remunerar três categorias produtivas quais sejam: a dos que trabalhavam na terra (**trabalhadores**) remunerada pelos frutos diretos do trabalho (hoje convertidos em salários); a dos que se assenhorearam da terra, tornando-se dela seus **proprietários**, ora auferindo rendas decorrentes da permissão do seu uso, ora da tributação dos frutos nela produzidos (hoje rendas da terra, aluguéis e impostos); a dos **mercadores**, cuja remuneração advinha da atividade mercantil, constituída de um certo valor agregado aos preços dos produtos intercambiados (o atual lucro). Desde então, diferentemente do que acontecia na sociedade anárquica primitiva, os critérios da repartição das riquezas da economia, foram deixando de levar em conta a prioridade exclusiva no atendimento das necessidades básicas fisiológicas, passando, gradativamente, a remunerarem o que hoje conhecemos como os **meios de produção** que as geravam, sendo essa uma das principais causas da má distribuição de rendas e das acentuadas diferenças socioeconômicas hoje observadas entre os homens. Como na sociedade monárquica a atividade agropecuária preponderava, a **terra**, como meio de produção, passou a merecer mais importância do que o **trabalho** dentro dos critérios de repartição das riquezas, vindo a se tornar o referencial definidor do status ocupado pelos homens dentro da pirâmide social, em cujo topo habitava o **proprietário de terras**, detentor do seu monopólio que, por isso, cobrava rendas e tributos, no caso o monarca; e na base, os que nela viviam do trabalho, os **trabalhadores**. Os **mercadores**, constituindo o que poderemos considerar a classe média daquela época, viriam a ser os **empresários** de hoje.

O modelo econômico na sociedade oligárquica ganha forma, a partir do crescimento da produção agropecuária, que força e intensifica o crescimento do intercâmbio dos bens produzidos na economia, fato esse que, mais tarde, chega ao ápice com as grandes navegações e a revolução industrial, quando a classe dos mercadores se subdivide em empresários do comércio e empresários da indústria. A intensificação desse intercâmbio de bens, inspirou o surgimento da moeda (capital/dinheiro), inicialmente, apenas como referencial nas trocas, e posteriormente, já ao apagar das luzes da sociedade monárquica, como meio de pagamento de aceitação por todos no mercado. O modelo econômico da sociedade oligárquica, com o qual hoje convivemos, no entanto, só se consolida a partir do momento histórico em que o regime de governo monárquico cai, e o **capital**, agora elevado à condição de meio de produção gerador de rendas,

crece em importância, assume, em lugar da **terra**, a condição de referencial definidor do status de cada homem dentro da pirâmide social, ensejando o surgimento de uma quarta categoria produtiva: a dos **agiotas**, os conhecidos banqueiros e/ou capitalistas de hoje, cuja remuneração se constitui de um ágio cobrado pela concessão de empréstimos em dinheiro.

Para sucederem aos monarcas, recém-destronados, surgem os governos constitucionais, cuja função primordial, teoricamente, seria a de árbitro, garantidor da ordem e da justiça social, na repartição das riquezas entre as diversas categorias produtivas. O processo eletivo desses governos, todavia, contaminado pela influência do poder econômico das categorias que se formaram, notadamente a dos capitalistas, comprometeu a independência e indispensável isenção dos governos para o eficiente exercício da sua função de juiz, gerando, por consequência, a corrupção, as injustiças, a violência, a fome, e agravando as diferenças socioeconômicas e outros males, próprios da sociedade que hoje conhecemos.

Com o aparecimento dos governos constitucionais, o modelo econômico da sociedade oligárquica atinge sua plenitude, e o tabuleiro do jogo da economia recebe, por batismo da Ciência Econômica, as seguintes convenções:

A) TRÊS SETORES BÁSICOS A SABER:

Primário – Agropecuário (produtor e/ou multiplicador de riquezas)

Secundário – Industrial (transformador de riquezas preexistentes)

Terciário – Serviços (distribuidor das riquezas produzidas)

B) QUATRO CATEGORIAS PRODUTIVAS:

Trabalhadoresatividade principal: oferecer Trabalho

Proprietários de Imóveisatividade principal: alugar Bens Imóveis

Empresários atividade principal: organizar a Produção

Capitalistas/Banqueirosatividade principal: emprestar Dinheiro

C) QUATRO MEIOS (FATORES) DE PRODUÇÃO:

Trabalho remunerado por Salários

Propriedade Sobre Bens Imóveis.....remunerado por Aluguéis e Rendas

Propriedade Sobre Bens de Produção.....remunerado por Lucros

Propriedade Sobre Capitalremunerado por Juros

D) UM JUIZ (O GOVERNO) UMA REGRA (A LEI DA OFERTA E DA PROCURA):

A função do governo, teoricamente, seria a promoção da Justiça e da Ordem, na distribuição das riquezas produzidas entre as diversas categorias produtivas, orientando-se para tanto, pelos parâmetros da Lei da Oferta e da Procura.

Como podemos observar, o modelo econômico vigente, adota como critério exclusivo na distribuição das riquezas produzidas, o direito de propriedade sobre os meios de produção, independente do mérito e do atendimento das necessidades dos seus detentores. Essa tem sido, acreditamos, a principal causa da **corrupção** que pare **ainjustiça, injustiça** que gera a **violência, violência** que é mãe do **medo** e de outros tantos males hoje conhecidos em nossa sociedade, os quais não vemos apenas como consequências das deformidades do modelo econômico atual, mas também, como prenúncio do advento de uma nova ordem econômica.

Aguardemos, pois, o modelo econômico previsto para a sociedade democrática, no qual estarão presentes, entre outras novidades, um novo critério de repartição das riquezas produzidas, levando-se em consideração o atendimento das necessidades básicas, na exata medida do mérito de cada um, além de um novo conceito de moeda, remuneração, propriedade, crédito e poupança; e onde o referencial definidor do status dentro da pirâmide social não mais serão riquezas materiais, mas espirituais, como o mérito decorrente de relevantes serviços prestados à sociedade.

Capítulo 23

Evolução Histórica dos Modelos Culturais (Hábitos e Costumes)

O modelo cultural, como os demais modelos, se constitui de um conjunto de regras que se prestam a disciplinar a conduta da sociedade em matéria de natureza cultural. Por matéria de natureza cultural, deveremos entender o conjunto dos hábitos e costumes adotados pela sociedade, adquiridos a partir da prática repetida de atos, necessários e/ou convenientes ao atendimento das necessidades básicas de sobrevivência. Esses hábitos e costumes se transmitem, tanto de pessoa para pessoa, como de geração para geração, através do exemplo manifestado pelo comportamento, processo esse denominado aculturação. É a partir desse processo que se elegem os valores e se formam os paradigmas de uma sociedade. Indiscutivelmente, esses valores e paradigmas são de grande valia para o seu funcionamento harmônico; no entanto, eles não devem ser aceitos como verdades definitivas até que mereçam o indispensável amparo científico, sob pena de ingressarmos na contramão da história, cometendo graves erros de planejamento, cujo desfecho seria o comprometimento do crescimento e desenvolvimento da sociedade, isso quando não vem a se constituir na vã pretensão que é estancar o progresso.

A constatação fática registrada pela evolução histórica do modelo cultural nos evidencia que, malgrado a transitoriedade dos hábitos e costumes da sociedade humana, são eles que vêm, a revelia de qualquer noção elementar de planejamento, definindo diretrizes e tomando a maioria das decisões observadas no “modus vivendi” da sociedade. Para ilustrarmos o poder decisório dos hábitos e costumes, selecionamos aqueles adotados pela humanidade ao longo dos tempos, diante de circunstâncias que são comuns a todos os homens, como por exemplo: nascimento, alimentação, habitação (casas e cidades) lazer e morte.

Na sociedade anárquica do homem primitivo, o processo de aculturação competia à mãe e à horda. Assim era como a sociedade aprendia segundo o que lhe era ensinado por esses dois orientadores de conduta. Naquela época, o homem nascia nas selvas ou nas cavernas que se constituíam a sua habitação e não dispunha da faculdade de escolher o local para construção da sua moradia. Inexistiam as cidades; e as cavernas, quase sempre encravadas nos sopés das montanhas, já lhe eram entregues prontas pela natureza. O ambiente onde atendia suas necessidades nutricionais era o mesmo onde acontecia a captação dos alimentos. No lazer da sociedade primitiva não podemos falar em esportes e artes (pintura, música, teatro etc.). Sobressaem-se, no entanto, a credice – inspirando danças e rituais que originaram o folclore – e a convivência em harmonia com a natureza, até ao momento em que o homem se tornou um predador. Malgrado a descoberta de fósseis comprobatórios da presença do homem nas cavernas, nada se pode concluir na sociedade primitiva, sobre o sepultamento dos seus mortos. Note-se que ali nem sequer

podemos imaginar a possibilidade de ações planejadas, e os hábitos e costumes reinavam soberanos e isentos de qualquer conotação científica.

A era monárquica foi marcada por profundas mudanças nos hábitos e costumes da sociedade. Desde o início, o homem deixou de nascer nas selvas e cavernas, para experimentar o aconchego do lar que ele mesmo construíra; e o processo de aculturação, antes incumbência da mãe e da horda, passou para a família, que atuava de forma direta, e para a sociedade, de modo indireto. Detentora agora da tecnologia que lhe permitia construir, mesmo rústica, sua própria habitação, a sociedade desceu do sopé das montanhas para as planícies, e, de modo especial, para as margens dos rios e para o litoral, onde clima e solo favoreciam a agricultura recém-descoberta. As cidades, antes desconhecidas, não tardaram a surgir a partir dos burgos (vilas) que se formaram em torno dos castelos feudais. Os hábitos alimentares também se modificaram e os alimentos colhidos no campo passaram a ser consumidos dentro de casa, enriquecidos de odor e sabor, a partir da descoberta de vários condimentos. No campo do lazer, a ação predatória do homem avança indiferente para com a preservação da natureza, e aí tem início o processo de devastação das florestas que ainda hoje se questiona. As artes surgem e se manifestam nas suas inúmeras formas de expressão como a música, a pintura, o teatro etc. O folclore, inspirado nos sonhos e crenças do povo, vive o seu apogeu e o esporte evolui da violência que inspirou as lutas sangrentas dos gladiadores nas arenas, às pacíficas disputas inspiradas nos jogos olímpicos da Grécia. As pirâmides do Egito não deixam dúvidas, com certeza a sociedade monárquica sepultava os seus mortos e, de modo especial, reverenciava os seus antepassados que normalmente morriam em casa e eram sepultados sem o controle das autoridades sanitárias. Não obstante tantas mudanças, os hábitos e os costumes continuaram a influir de modo inexorável sobre o “modus vivendi” da sociedade, indiferente ao planejamento e sem qualquer participação da Ciência da Administração que só veio a ser conhecida na sociedade oligárquica.

Na sociedade oligárquica muitos hábitos e costumes se modificaram; outros porém, não conseguiram evoluir satisfatoriamente, premidos pelas imposições do modelo econômico e pelos efeitos danosos da absoluta falta de planejamento. Destacamos entre as mudanças acontecidas:

- a) o fato de o homem atual, em grande escala, hoje nascer e morrer em maternidades e hospitais, assistido por profissionais qualificados e sob o controle das autoridades sanitárias. Serviços de baixa qualidade, é bem verdade, porém diferentes do que antes acontecia;
- b) o processo de aculturação direta já não se restringe à família, sendo compartilhado com a escola e os meios de comunicação de massa e a sociedade;
- c) as artes e o esporte, sob os auspícios da tecnologia, atingiram o seu apogeu. No que diz respeito à alimentação, prevalece na sociedade o hábito de trazer para casa o alimento a ser consumido, hábito esse que remonta à época monárquica. Hoje, no entanto, já sabemos que poucas são as pessoas que sabem, em casa, preparar corretamente uma alimentação saudável, e que nos grandes centros o hábito de se alimentar em restaurantes vem crescendo, renunciando a nova tendência. No que diz respeito à habitação, o padrão arquitetônico da maioria das unidades habitacionais está muito a desejar; e, não obstante as melhorias nesse padrão, forçoso é reconhecer que as cidades onde se construíram essas residências foram locadas pelo homem das cavernas, quando desceu do sopé das montanhas para as margens dos rios e litoral, objetivando o aproveitamento das terras para agricultura e não para habitação. Eis porque, ainda hoje, o homem vive atormentado pelos freqüentes efeitos das marés e inundações, e as favelas são atestado de absoluta falta de planejamento urbano e arquitetônico na sociedade dos nossos dias. Registre-se, porém, ultimamente, que o hábito emergente de morar em edifícios e apartamentos aponta uma nova tendência que, a exemplo do que acontecerá com a alimentação, espera apenas o sinal verde do novo modelo econômico para ser assimilado de uma vez pela sociedade vindoura.

A sociedade democrática também trará novidades no campo cultural. O novo modelo concederá à escola papel preponderante dentro do processo de eleição de novos valores e formação de novos padrões que expurguem, de uma vez, as desigualdades de oportunidades. Os hábitos e costumes relacionados com o nascimento e a morte, ultrapassando o plano físico, adentrarão pelo plano espiritual. Alimentar-se em estabelecimentos especializados será a regra; em casa, a exceção. As cidades subirão planaltos e montanhas, as habitações serão funcionais. As artes e as ciências tornarão comuns o que hoje consideramos transcendentais. O planejamento norteará as ações de governo, antecipando-se às decisões sugeridas pelas necessidades básicas geradoras dos hábitos e costumes.

Capítulo 24

Evolução Histórica dos Modelos Políticos

Tal qual o modelo social, o modelo político se constitui de um conjunto de regras que se prestam a disciplinar a conduta da sociedade em matéria de natureza política. Por matéria de natureza política, deveremos entender os métodos, critérios, normas, costumes, leis etc., que definem a estruturação, escolha e exercício da autoridade constituída. Falamos em autoridade constituída e não em Poder, porque pretendemos, desde já, separar muito bem essas duas coisas, evitando, assim, aumentar a confusão geradora das controvérsias reinantes entre os cientistas políticos da atualidade.

Por Poder, Poder legítimo, entendemos como sendo uma força natural, capaz de fazer com que um homem se curve diante de outro sem que, para isso, esteja, em nenhuma hipótese, coagido. Essa força, que se manifesta todas as vezes em que um homem presta um relevante serviço ao seu semelhante, é possuída por todos os homens, e é a mesma força que faz com que nos curvemos diante de Deus, acreditando ser Ele o benfeitor que nos prestou um relevante serviço ao nos dar o ar, a água, o sol, a vida, enfim, a mãe-natureza com todo o seu esplendor. Permitimo-nos por essa razão, dizer que o Poder tem por fonte a Divindade; e quando na posse do homem, está sempre na razão direta do seu grau de evolução moral e por delegação Dela, que o permite e o retira quando assim lhe convém. Disso decorre que para se ter Poder é imprescindível que se tenha mérito, e mérito não se adquire por delegação, mas sempre em razão de serviços prestados, que é quando nos transformamos em sal da terra e luz do mundo.

Por autoridade, entendemos uma força artificial capaz de fazer com que um homem se curve diante de outro mediante coação. Artificial, exatamente, por ser a fonte o próprio homem. A autoridade é a força criada pelo homem em consequência de sua inferioridade moral e para compensar a perda de Poder de que foi acometido em razão dos seus vícios. É inversamente proporcional ao Poder, e tendente a sofrer mutações no tempo, à medida que o crescimento espiritual do homem for se processando. A evolução histórica do modelo político confunde-se com a evolução histórica da autoridade, vejamos porque:

Quando tratamos da evolução histórica do modelo social, referimo-nos a quatro tipos de sociedades, cujos nomes foram emprestados pelos respectivos regimes de governos vigentes em cada época, quais sejam: Anarquia, Monarquia, Oligarquia e, ainda por vir, a Democracia. Em cada um desses tipos de regimes de governo, destacamos três pontos que merecem ênfase. O primeiro, a estrutura organizacional do governo; o segundo, o processo de escolha dos governantes e o terceiro, o exercício do governo.

Iniciemos pelo regime anárquico, no qual não conhecemos o governo e, por essa razão, não podemos falar em estrutura organizacional, processo de escolha de governantes, nem tampouco exercício do governo. Evidentemente que a sociedade primitiva conheceu ocasionalmente esboços de estruturas de governos,

mesmo efêmeros. Certamente escolheu líderes nas suas mudanças e lutas contra inimigos comuns. Sem dúvida, esses líderes, por sua vez, exerceram temporariamente o governo do grupo. Mas quando falamos governo, neste caso, estamos nos referindo a governo do grupo. Mas governante com estrutura organizacional, processo de escolha e exercício bem delineados e duradouros, não é o caso da sociedade das cavernas.

No regime monárquico, a estrutura organizacional do governo deixa nítida a presença da autoridade constituída exercida por uma única pessoa, o processo de escolha dos governantes é hereditário, e o exercício do governo compete com exclusividade ao monarca, que por delegação incondicional da sociedade o exerce. Inexiste a possibilidade de a sociedade influir nas ações do governo.

O regime oligárquico é uma pseudo-democracia representativa, e nele a própria estrutura organizacional do governo já evidencia o poder de mando nas mãos de grupos. A famosa divisão dos três Poderes é a mais notória demonstração do descrédito dos homens nas suas instituições. A fragilidade dos governantes de direito, sugere a existência sutil de governantes de fato, que são os grandes grupos econômicos. O processo de escolha dos governantes, com seu aparato legal e burocrático, simula uma pretensa igualdade de oportunidades e lisura que não existem; e, não obstante ser eletivo, acontece eivado de vícios que desfiguram a vontade popular, perpetuando a corrupção e os corruptos no governo. Um curioso paradoxo acontece dentro do regime oligárquico, entre a opinião pública, que repudia os políticos, e os resultados eleitorais, que invariavelmente os reconduzem aos seus postos de governo. Como causa que o justifique, atribuímos o fato de o processo de escolha dos governantes acontecer em duas etapas. Na primeira, os candidatos são escolhidos nos bastidores sem a participação popular, e só na segunda é que o povo se manifesta, quando só resta referendar os nomes já escolhidos. Afora isso, destaque-se a corrupção, a fraude e o abuso do poder econômico, tão comuns nas eleições. O exercício do governo no regime oligárquico em pouco difere do regime monárquico. Observemos que, apesar de o governo ser exercido por grupos, ele, tal como ocorre na monarquia, se dá por delegação incondicional da sociedade, cuja influência é quase nula nas ações do governo. Tal verdade comprovamos quando vemos as sociedades famintas e os governos construindo usinas nucleares e viadutos. Muito comum, também, é vermos governantes virem a público prestar contas de fatos consumados.

Aguardemos o advento do regime democrático, quando então se desfarão os emaranhados do atual regime. Uma estrutura organizacional possibilitará que o poder de decisão seja extensivo a todos e os planos de governo se embasem na vontade da Nação. O processo de escolha dos governantes observará critérios científicos que a todos assegurará a igualdade de oportunidades. Diferente do que ocorre na oligarquia, os mandatos eletivos não pertencerão aos candidatos eleitos, mas às organizações políticas que os elegeram. Os eleitores não sufragarão nomes de candidatos, mas nomes de partidos e planos de governos. O exercício do governo se processará mediante delegação total de autoridade, todavia, condicionada e limitada a metas e planos preestabelecidos.

Capítulo 25

Evolução Histórica dos Modelos Sociais

O modelo social, como já vimos, se compõe de um conjunto de normas, leis, padrões etc., que se prestam a disciplinar a conduta da sociedade em matéria de natureza social. A sociedade humana, como um todo, se subdivide em inúmeras sociedades menores, que, por sua vez, se subdividem em outras ainda menores, até chegarmos à forma mais simples, que é a família, “célula mater da sociedade”. Isso nos sugere que podemos discorrer sobre a evolução histórica do modelo social, a partir tanto da evolução histórica da

sociedade global, como da evolução histórica da família. Rui Barbosa comunga conosco neste ponto quando afirma que “a Pátria é a Família amplificada”. Quis ele, assim, nos dizer que o estágio evolutivo de uma sociedade é a resultante do estágio evolutivo das famílias que a integram. Apesar disso, por nos parecer mais didático, decidimos discorrer sobre a evolução histórica do modelo social em duas etapas: a) a partir da evolução histórica dos modelos de famílias; e b) a partir da evolução histórica dos modelos de sociedades vistas de modo global, os quais conhecemos desde os primórdios da existência do homem no planeta.

a) A evolução histórica dos modelos de famílias

Iniciemos nas cavernas, quando o nosso comportamento era determinado, apenas, por necessidades fisiológicas, que nos faziam sair à busca de alimentos, e por necessidades de segurança que nos induziam a nos reunirmos em grupos como forma de vencermos o nosso medo e assegurarmos a nossa sobrevivência diante de inimigos comuns. Naquela época, não obstante já existirem os laços de consanguinidade, não podemos falar na existência de uma família circunscrita à leis, padrões e normas sociais, capazes de nos mostrar um modelo de família que não fosse difuso. Éramos apenas uma horda, um bando indisciplinado, cuja característica era a inexistência total de uma hierarquia entre os seus membros. Ou seja, ninguém decidia e ninguém mandava de forma sistemática, permanente ou de modo preestabelecido pelo grupo.

Dessa família difusa, que era a horda, evoluímos para o modelo de família patriarcal, no qual já podemos observar com nitidez a estrutura familiar formada de pai, mãe e filhos, sobressaindo-se a figura do pai que, sozinho, detinha o poder de decisão e de mando sobre todos os demais membros da família. Isto é, um só membro da família, quase sempre o pai, decidia e mandava. A família matriarcal era apenas uma variedade desse tipo de família.

O modelo de família patriarcal, por sua vez, entra em decadência a partir do início da emancipação da mulher. O poder de decisão e de mando, antes privativo do pai, passa a ser compartilhado com a mãe, ensejando, como consequência natural, o surgimento de um novo modelo de família: a oligarquia de papai e mamãe ou família oligárquica. A partir daí, dentro da sociedade familiar, apenas alguns decidem e um só manda; no caso, o pai e a mãe decidem em conjunto e, após tomada a decisão, um ou outro passa a mandar, enquanto os demais membros da família se resignam a aceitar e/ou obedecer.

O processo evolutivo do modelo social, no entanto, não dá sinais de que vai parar, haja vista a ocorrência de fatos e fenômenos a prenunciarem iminentes transformações na estrutura familiar vigente. Destacamos, entre outros, o movimento da contracultura dos anos sessenta, que evidenciou a emancipação dos jovens, colocando em xeque-mate a oligarquia de papai e mamãe que, sem alternativas, vem denotando saturação e que, dificilmente, resistirá, por muito tempo, à rebeldia da juventude, ávida de progresso, independência, justiça e liberdade.

Cabe aqui a seguinte pergunta: qual, então, o modelo de família que está por vir? A resposta seria óbvia: família democrática. Eis porque, se, atentamente analisarmos a seqüência lógica dos fatos históricos, veremos que nos primórdios dos tempos, na família difusa ninguém decidia e ninguém mandava; na família patriarcal apenas um decidia e mandava; na família oligárquica, que hoje conhecemos, alguns decidem e um só manda, ficando claro que, dentro da estrutura familiar, a cada dia, o poder de decisão tende a ser cada vez mais compartilhado entre seus membros, muito embora o comando, ou seja, a atribuição de fazer cumprir o que foi decidido permaneça como encargo de um só. Podemos assim concluir que, no próximo modelo de família, todos terão poder de decisão, o que implica no modelo de família democrática, no qual toda a família, em harmonia, decidirá sobre o que fazer, e apenas um dos seus membros, democraticamente, mandará cumprir a decisão por todos tomada. Convém esclarecer que, na

família democrática, o que se compartilha é o poder de decisão sobre aquilo que se deve fazer, ou seja, “O QUE FAZER” e não “QUEM OU COMO VAI FAZER”, isto é, o comando da família. Este, não deve ser dividido ou compartilhado, sob pena de incorrerem no grave erro da dualidade de comando, erro esse, veementemente condenado pela Ciência da Administração, pelo fato de se constituir, em qualquer tipo de organização, motivo de conflitos que retardam e prejudicam a operacionalização das decisões.

b) A evolução histórica dos modelos de sociedades

Analisemos agora a evolução histórica dos modelos sociais a partir da visão da sociedade de modo global. Inicialmente, chamamos a atenção para a analogia que faremos entre a sociedade mais simples, que é a família, e a sociedade global, que se constitui do somatório de todas as famílias, para chegarmos à “pátria como família amplificada”, consoante Rui Barbosa. Observemos, desde já, que foram as mutações observadas no poder de decisão e mando, dentro das famílias, que determinaram os seus diversos modelos, acontecendo o mesmo com diversos modelos de sociedades, de modo concomitante ao longo dos tempos. Note-se que, em se tratando de famílias, falamos de poder de decisão e mando; e, a partir de agora, tratando-se da sociedade global, falaremos de regimes de governo, significando estes, a mesma coisa daqueles.

Partindo do mesmo ponto, ou seja, das cavernas, veremos que à FAMÍLIA DIFUSA, corresponde a ANARQUIA, modelo de sociedade na qual não se é possível vislumbrar a presença da autoridade constituída, ou seja, a existência de governo.

A partir da evolução da FAMÍLIA DIFUSA para a FAMÍLIA PATRIARCAL, observaremos que a sociedade, também, como um todo, igualmente evoluiu da ANARQUIA para a MONARQUIA, regime de governo que, tal qual na família patriarcal, confere a uma só pessoa, no caso ao monarca, todo o poder de decisão e mando.

Com a emancipação da mulher, o poder de decisão na família passa a ser compartilhado dentro de um grupo restrito, constituído do pai e da mãe, cujas decisões são impostas aos demais membros da família. Concomitantemente, a sociedade passa a conviver sob o comando de grupos, logo, sob a égide do regime oligárquico. Vemos, assim, que a Oligarquia de Papai e Mamã corresponde à Oligarquia, regime de governo com o qual convivemos até os dias atuais.

Aos conflitos observados no âmbito familiar, correspondem os conflitos sociais. À rebeldia dos filhos para com os pais, corresponde a insurreição dos jovens contra os governos, as leis e os costumes. Sinais dos tempos? Não. São prenúncios do advento da Democracia, que toma forma simultaneamente com o modelo de Família Democrática, a desafiar a ortodoxia e o conservadorismo da sociedade, e a estarrecer e decepcionar os mais exaltados progressistas. A democracia que desponta, vem, não pelo querer de alguém, mas por força da lei do progresso, seguindo a lógica histórica e trazendo no seu bojo, entre outras surpresas, a negação de teorias seculares como a da escassez, a dos freios e contra-pesos, além da derrocada do sistema dominante.

Capítulo 26

Evolução Histórica dos Modelos Morais

O Modelo Moral, a exemplo do que ocorre com os outros modelos, se constitui de um conjunto de regras que se prestam a disciplinar o comportamento da sociedade em matéria de natureza moral. Por matéria de

natureza moral, deveremos entender o conjunto de regras de conduta aplicadas aos indivíduos como forma de manter a harmonia da sociedade, a partir do relacionamento do homem com Deus e, principalmente, com os seus semelhantes. Cedo o homem tomou conhecimento de que muitas forças existiam na natureza capazes de superar as suas. Enfrentar essas forças, para ele, desde o início, constituiu-se um grande desafio, principalmente se considerarmos a sua ignorância diante dos fenômenos naturais que à sua volta aconteciam. Muito embora seja questionável, o que nos parece mais razoável é que desde o princípio o homem já trouxe consigo, de forma intuitiva, a noção da existência de um ser supremo, representado nos princípios inteligentes que, a cada dia, mais e mais, encontramos na obra maravilhosa da natureza.

O primeiro Modelo Moral surge a partir do drama de consciência que se estrutura, ora na crença, ora na descrença da existência desse ser supremo a quem denominamos Deus. Ao longo dos tempos, é esse conflito, travado no campo íntimo de todo homem, a principal causa das turbulências sociais; e entendemos que, somente a partir da decisão de cada ser humano, optando definitivamente pela existência ou inexistência de Deus, é que a humanidade viverá uma vida sem turbulências, acontecendo harmoniosamente dentro do seu leito natural.

Para uma melhor compreensão da evolução histórica do Modelo Moral, enfocaremos o tema sob os aspectos que consideramos mais importantes: o relacionamento do Homem com Deus, o relacionamento da Ciência com a Religião (conflito materialismo versus espiritualismo) e as mutações nas estruturas organizacionais eclesiásticas.

Na Sociedade Anárquica do homem primitivo, a impressão que se tinha era de que por trás de cada fenômeno natural existia um Deus específico a comandar aquele tipo de manifestação. Por isso é que se falava em Deus do Trovão, das Águas, dos Ventos, da Mata etc., que ensejaram o politeísmo e a idolatria durante muitos séculos. Na verdade, não obstante defendermos a tese de que o homem já trouxesse consigo, intuitivamente, noções da existência de um ser supremo, haveremos de concordar que a sua decisão de se curvar diante de tantos deuses, eleitos pela sua ignorância, se embasava exclusivamente na emoção, no caso, o medo. Por esse aspecto, poderemos concluir que a Sociedade Anárquica do homem primitivo, de modo racional e consciente, não conhecia a existência do verdadeiro Deus. Seu relacionamento com os deuses, pelo que já vimos, só veio a ser conhecido por ocasião da transição da Sociedade Anárquica para a Monárquica; e, em Religião como crença consciente na existência de Deus, não podemos falar, da mesma forma que não podemos falar em conflito materialismo versus espiritualismo, nem tampouco em autoridade eclesiástica.

No início da Sociedade Monárquica, em matéria de natureza moral, a visão que se nos afigura é como se o todo social fosse uma grande semente prestes a germinar, e de onde, tempos depois, rebenta um único broto de caule único, mas que, logo em seguida, se bifurca nas ramificações que identificamos serem a Religião e a Ciência. Apesar de serem galhos de uma mesma árvore, Religião e Ciência assumiram tarefas distintas. Enquanto esta cuidaria de difundir o conhecimento material, aquela cuidaria de difundir a existência de Deus como o criador e a sua soberana lei objetivando o progresso moral e espiritual das criaturas e, ao mesmo tempo, funcionando como freio necessário contra a soberba e outros vícios próprios da inferioridade humana. Foram esses vícios, no entanto, responsáveis pela distorção nos resultados que eram de se esperar, tanto da Ciência como da Religião, cujo desfecho culminou com o retardamento do progresso humano, determinado pelo conflito materialismo versus espiritualismo. Esse conflito se origina a partir do momento em que a Ciência principia a desvendar os segredos dos fenômenos naturais e começa a destruir os deuses produzidos pela imaginação do homem. Desde então, a Ciência deixa de pesquisar para mostrar o que existe, para dar ênfase ao que não existe. Acometidos de vaidade, os Homens da Ciência investem contra todos os deuses e até contra o Deus verdadeiro, numa

generalização ingênua, que desavisadamente invade o campo da Religião. Por outro lado, os Homens da Religião reagem, instituindo a organização religiosa, sob o comando da autoridade eclesiástica única, criando dogmas e institucionalizando o medo e as punições severas para quem contra eles se insurgissem. Desprovidos de convicção na fé que professavam, aliaram-se à autoridade política, com o fim de dotar o seu Deus de maior coercibilidade. Malgrado reconheçamos inconseqüente e desnecessária, haveremos de creditar à polarização materialismo versus espiritualismo, algo de positivo: a queda do politeísmo e ascensão do monoteísmo, ideia que predomina até hoje. Somente a partir da consolidação do monoteísmo é que podemos falar do relacionamento do homem com Deus e com seus semelhantes, à luz de uma lei de natureza moral, que assim ficou positivada: “AMARÁS A DEUS SOBRE TODAS AS COISAS E AO PRÓXIMO COMO A TI MESMO”. Indiscutivelmente, a Religião e a Ciência deram grande contribuição para o progresso humano no planeta; forçoso, todavia, é reconhecer que a contribuição da Ciência, durante a Sociedade Monárquica, foi maior do que a da Religião. Esse fato assim se explica: a Ciência priorizou o uso da razão, enquanto a Religião priorizou o medo, a emoção. Desse descompasso – quando o progresso material se sobrepôs ao progresso moral – resultou o crescimento do egoísmo, um dos principais males da Sociedade Oligárquica atual.

Na Sociedade Oligárquica, a questão materialismo versus espiritualismo ainda ocupa grande espaço nas discussões da sociedade; porém o antagonismo entre a Ciência e a Religião, após atingir seu ápice, começa gradativamente a esmorecer. O homem, por fim, começa a perceber que Religião e Ciência são galhos da mesma árvore e a Ciência, cansada de tentar provar a inexistência de Deus, muda o seu foco, enquanto a Religião abandona gradativamente o cultivo de dogmas que contrariam a lógica, para mostrar Deus sob um enfoque racional, amparando-se em argumentos lógicos extraídos da doutrina cristã, a mais sintonizada com as constatações científicas das modernas Ciências Humanas. Explicando a Lei, o Cristo, no seu discurso proferido no monte, quando da sua rápida passagem entre os homens, ocorrida ainda na Sociedade Monárquica, provoca cismas e descentralizações na estrutura organizacional eclesiástica, ensejando o surgimento de seitas, todas pregando a boa nova. Na disputa pela preferência dos fiéis, estas inibem ainda mais o conflito materialismo versus espiritualismo, dando-nos a entender que a Religião, despreocupada com os ataques da Ciência, procura agora recuperar o tempo perdido, reassumindo a sua função de preparar espiritualmente o homem para o convívio com a Sociedade Democrática.

A Sociedade Democrática conhecerá um só rebanho e um só Pastor, quando nascer de novo, isto é, quando acontecer o amadurecimento moral de cada homem. Esse amadurecimento estará consolidado a partir do momento em que a Lei Moral que prescreve “AMARÁS A DEUS SOBRE TODAS AS COISAS E AO PRÓXIMO COMO A TI MESMO”, estiver sedimentada no entendimento e no coração dos homens. Sedimentada no entendimento estará quando já não mais necessitarmos ficar recorrendo à leitura da doutrina e à ajuda constante do Cristo (ver Mateus caps. 5 a 7), liberando-O para que Ele possa assumir, na obra de construção do Universo, atribuições mais importantes do que a de dedicar-se à educação moral de homens teimosos, fracos e pouco inteligentes como nós outros. Sedimentada estará no coração quando, vivenciar a Lei, seja, para nós, mero exercício de hábitos, inseridos naturalmente nos Modelos Econômico, Cultural, Político, Social e Educacional, cujas transformações têm como pré-requisito a transformação do Modelo Moral.

Capítulo 27

Evolução Histórica dos Modelos Educacionais

O modelo educacional, a exemplo do que ocorre com os demais modelos, se constitui de um conjunto de regras que se prestam a disciplinar a conduta da sociedade em matéria de natureza educacional. Por

matéria de natureza educacional, deveremos entender o conjunto dos métodos, critérios, normas, costumes, leis etc., que regulam o processo de aquisição do conhecimento científico pela sociedade e, principalmente, a sua transmissão, tanto de pessoa para pessoa, como de geração para geração. Esse processo de transmissão de conhecimentos se inicia, como é óbvio, a partir de quando surgem, para os homens, as primeiras luzes das ciências, ocasião em que se forma o embrião do que hoje conhecemos como escola formal, cuja evolução histórica se confunde com a própria evolução histórica do modelo educacional.

Por razões meramente didáticas, para que tenhamos uma ideia mais nítida do progresso observado ao longo dos tempos, admitiremos, dentro do modelo educacional, a existência de duas escolas, uma grande e outra pequena, às quais, doravante, chamaremos GRANDE ESCOLA e PEQUENA ESCOLA. Como linha demarcatória entre essas duas escolas, utilizaremos o analfabetismo, de modo que, consideraremos freqüentadores da pequena escola, os que obtiveram, de modo direto ou indireto, algum conhecimento científico ou alguma leitura, através da escola formal que hoje conhecemos; enquanto os freqüentadores da grande escola serão os que dela nada obtiveram, os analfabetos. A partir dessa convenção, ficaremos sabendo que a pequena escola tem por função, dentro do modelo educacional, descobrir, através da pesquisa e transferir, através do ensino, o conhecimento científico, fazendo com que a sociedade, uma vez possuidora desse conhecimento, evolua moral e materialmente; enquanto à grande escola cabe manter a sociedade ao “DEUS DARÁ”, dependente, ignorante e analfabeta.

No início, na sociedade anárquica do homem primitivo, o modelo educacional apenas conheceu a grande escola; e, se considerarmos que o modelo educacional tem por papel primordial a subversão da ordem a serviço do progresso, através dos mecanismos da pesquisa e do ensino das ciências, a inexistência da pequena escola bem justifica o fato de haver sido o modelo de sociedade anárquica, o que teve maior duração, ou seja, o que mais demorou a progredir. Bastou-lhe, porém, os primeiros sopros da ciência, no caso a Agricultura, para subverter toda ordem determinante do “modus vivendi” da sociedade de então, caracterizado pela vida nômade, a caça, a pesca e a cata de frutos e raízes.

Na sociedade monárquica, o modelo educacional, atrelado ao modelo moral, morava nos castelos. Sábios, pensadores e sacerdotes, constituíam, em matéria de educação, uma elite a serviço da realeza, monopolizando a pesquisa e o ensino das ciências. Isso explica ter sido esse o modelo de sociedade, depois do modelo anárquico, o segundo em duração. Foram esses sábios, pensadores e sacerdotes, os mestres pioneiros da escola formal que hoje conhecemos, em cujo início, freqüentá-la, se constituía um privilégio exclusivo dos mais aquinhoados economicamente. Não obstante o restrito universo dos freqüentadores da pequena escola na sociedade monárquica, merece destaque o fato de que foi ela quem, de modo decisivo, subvertendo a ordem vigente, mais contribuiu para a derrocada do Sistema, a partir de quando, disseminando o ensino das ciências, inspirou o surgimento das ideias capitalistas que ensejaram o advento da sociedade oligárquica, com a qual até hoje convivemos.

Na sociedade oligárquica, o modelo educacional é marcado por profundas mudanças. Catalogamos, entre outras, a laicização do ensino, a ação dos governos constitucionais criando e mantendo a escola pública, o surgimento da imprensa, das telecomunicações e da informática. Tais mudanças, tanto afetaram a pequena como a grande escola.

Na pequena escola se faz notável a expansão dos seus serviços, malgrado os critérios de distribuição do ensino em função das possibilidades econômicas dos seus usuários, e os efeitos danosos da censura ideológica a que se vê submetida. Essa censura, que se manifesta a partir das dificuldades criadas para acesso à pequena escola, insere-se de forma sub-reptícia nos ingênuos textos dos livros didáticos das séries iniciais; alcança níveis insuportáveis nas portas que dão acesso às Universidades, que são os centros de

excelência onde se encastelam a pesquisa científica e o ensino de nível superior, e se estende do controle rígido dos investimentos no campo da pesquisa científica ao monopólio das descobertas ali conseguidas, vindo desaguar na falta de incentivos aos profissionais formados, ora pela não regulamentação do exercício da profissão, ora pela pura e simples ausência de empregos.

Na grande escola, ao contrário, em valores relativos, ocorre uma retração no contingente de analfabetos, muito embora, em razão da dimensão populacional, o valor absoluto desse contingente seja assustador. Convém registrar que os atuais freqüentadores da grande escola, diferentemente do que ocorria nas sociedades anteriores, não se encontram totalmente à margem do processo de transmissão do conhecimento científico, hoje disseminado pelo mundo inteiro através da imprensa escrita, falada e televisionada, cujos modernos meios de comunicações, não obstante submetidos também à censura ideológica, contribuem decisivamente para despertar, neles, além de uma consciência crítica, a certeza de que, males sociais como a corrupção, as injustiças, a violência e as desigualdades econômicas e sociais, entre outras, existem e precisam ser erradicadas, para que a sociedade cresça e se desenvolva material e moralmente. Cabe aqui destacar o importante papel dos artistas, que, fazendo uso dos meios de comunicação de massa, inteligentemente, conseguem burlar os garrotes da censura e levar, principalmente aos incautos da grande escola, as mensagens geradoras da consciência crítica a que nos referimos. Perguntassem os ortodoxos: não teria sido o progresso da sociedade, o causador dos males sociais com os quais hoje convivemos? Responderíamos que não. Em verdade, esses males decorrem das deformidades ainda presentes no caráter do ser humano, e já existiam, sem divulgação, no seio da sociedade. A diferença é que, hoje, em razão da sua evolução, o modelo educacional nos legou o domínio da tecnologia dos meios de comunicação de massa, que tornaram o mundo menor diante da visão do homem, a tal ponto que, sem sair de casa, podemos tomar conhecimento tanto dos fatos que acontecem ao nosso redor como de outros que acontecem pelo mundo afora. Não esqueçamos que hoje, podemos assistir a um espetáculo, pela Televisão, em qualquer parte do mundo, com todos os detalhes de movimentos, formas, cores e sons, simultaneamente, à medida que ele vai acontecendo; e que afirmar, há cinquenta anos atrás, que isso era possível, seria o mesmo que anunciar hoje o telefone celular para a comunicação com os espíritos.

Cultivando a certeza de que hoje tudo é possível, é que vislumbramos as luzes do modelo educacional da sociedade democrática, no qual a pequena escola tornar-se-á una e grande pela expansão do seu raio de ação que alcançará sem distinção a todos os homens, e estes, conhecerão, enfim, a tão sonhada liberdade. Como prenúncio da transformação que se avizinha, registramos os movimentos voluntários, semeadores das ciências humanas no seio da sociedade como um todo, assumindo a tarefa de extensão que a Universidade vem deixando de cumprir, mas que se espera, retome, diante do interesse demonstrado pela coletividade.

Inúmeras serão as novidades do novo modelo educacional da sociedade democrática, onde o respeito às potencialidades e diferenças individuais harmonizará o homem com a natureza; a oferta de oportunidades de especialização com a regulamentação das profissões caminharão de mãos dadas. As tarefas de educação, intelectual, física e moral priorizarão a evolução espiritual do homem; e a pesquisa científica será dirigida para o desenvolvimento da tecnologia que, atendendo às necessidades básicas da sociedade, semeará a paz entre os homens.

Capítulo 28

Evolução Histórica dos Sistemas

Desde quando se tem conhecimento da existência do homem no planeta, a sociedade humana conviveu sob a égide de três sistemas. Estamos dizendo que o conjunto total das regras definidoras do “modus vivendi” da sociedade, conheceu três importantes momentos na sua história. Não importa aqui situar o tempo e o lugar onde as transformações iniciaram ou aconteceram, nem tampouco quem foram os autores das ideias que as ensejaram, até porque as transformações de um sistema têm início a partir de quando um primeiro indivíduo, integrante da sociedade, começa a pensar de modo diferente dos demais e, apresentando alternativas, começa a levar a sociedade a questionar a validade do sistema vigente. A migração da sociedade de um sistema para outro, no entanto, só se consolida a partir de quando a maioria dos seus integrantes opta pela nova forma de pensar, acatando a tese do novo sistema proposto. Partindo dessa constatação, podemos afirmar que as mudanças dos sistemas nem tiveram determinados autores e nem aconteceram de modo circunscrito a determinado tempo ou lugar.

Podemos afirmar também que, muito embora a transformação de um sistema aconteça de modo mais ou menos rápido, a sua consolidação é muito demorada; isso, porque o processo de transformação, para se consolidar no seio da maioria da sociedade, terá que acontecer, antes e gradativamente, dentro de cada indivíduo, não raro despreparado e acometido do medo que sempre acompanha o homem diante de situações novas. Indiscutível, porém, é o fato de que, não obstante a resistência do homem, as transformações aconteceram e estão acontecendo, ora motivadas pelo instinto de sobrevivência, ora pela necessidade de progresso, quiçá por outras razões, e isso já constatamos a partir da análise da evolução histórica de cada um dos modelos. Aliás, se faz oportuno agora informar que, quando falávamos de sociedade anárquica, na verdade estávamos falando do SISTEMA PRIMITIVO; da mesma forma que, falando de sociedade monárquica, estávamos falando do SISTEMA ABSOLUTISTA; enquanto que sociedade oligárquica deverá ser entendida como SISTEMA CAPITALISTA; e sociedade democrática, como SISTEMA DO MÉRITO; de modo que se tornaria repetitivo discorrer sobre as características de cada sistema.

Basta-nos, pois, que analisemos essas características dentro do quadro sinótico a seguir apresentado, onde encontraremos uma síntese bastante didática e uma visão completa da evolução histórica dos sistemas. Antes, porém, convém ressaltar que cada um desses sistemas deu sua valiosa contribuição para o progresso humano, e que, cada qual por sua vez, foi concebido segundo o grau evolutivo dos homens da época. Vale, também, enfatizar que todas as vezes que a sociedade renunciou a um sistema em favor de outro, o fez como decorrência natural do progresso e não por mera pretensão de alguém; daí porque seria ingênuo afirmar que os SISTEMAS ABSOLUTISTA e PRIMITIVO foram melhores do que o SISTEMA CAPITALISTA, e que este será melhor do que a sua antítese, hoje na iminência de consolidação, no caso, o SISTEMA DO MÉRITO.

Um fato, no entanto, merece especial destaque: é que as necessidades determinantes do comportamento da sociedade e que ensejaram as transformações no seu “modus vivendi” até hoje, foram, preponderantemente, de natureza material, ou seja, foram necessidades fisiológicas e de segurança que, preponderantemente, induziram os homens a optarem por novos sistemas, diferentemente do que em breve ocorrerá, por ocasião da opção pelo SISTEMA DO MÉRITO, quando as necessidades básicas preponderantes serão as de auto-estima e auto-realização; isso porque, no SISTEMA DO MÉRITO, o modelo econômico prevê o atendimento satisfatório de todas as necessidades básicas materiais.

Capítulo 29

A Evolução Histórica dos Regimes de Governo

No Capítulo 36 falaremos do primeiro processo sucessório; e no Capítulo 37, que trata da consolidação do Sistema Absolutista faremos referência ao momento exato em que a legitimidade dos governos entrava em decadência com a substituição gradativa do poder legítimo pela autoridade constituída, produto do poderio econômico.

Foi fazendo uso da autoridade que o rei adquiriu a posse da terra na qual estabeleceu limites, instituindo assim o primeiro Estado. Isso nos leva a constatar que o surgimento do primeiro monarca antecedeu a formação do Estado; ou seja, o nascimento do regime de governo data de época anterior à consolidação do Absolutismo.

O primeiro de todos os regimes foi a **Anarquia**, no qual se desconhecia o exercício da autoridade constituída, então inexistente. Era essa a anarquia a qual denominamos “**Anarquia Primitiva**” e que a compreendemos em duas fases. A primeira delas, vivida pela sociedade do homem nômade das cavernas, gerida por lideranças ocasionais; e a segunda, nos primórdios da sociedade do homem sedentário na qual se fazia presente a existência de um governo representado pelo primeiro líder (rei), cuja ação se baseava exclusivamente no exercício do poder legítimo. A relação cidadão/governo se deu em função de um consenso cultivado entre as partes.

A deturpação do processo sucessório, determinada pelos casuísmos, fez entrar em decadência a legitimidade dos governos que, para se manterem na condição de chefes da sociedade e desfrutarem dos privilégios e mordomias do cargo, valeram-se do poderio econômico acumulado ao longo dos tempos para financiarem a criação dos exércitos, cujo papel principal era manter o rei no comando da sociedade mesmo contra a vontade dos cidadãos. Consolidava-se, assim, o segundo regime, “**A Monarquia**” que consistia numa forma de governo baseada na autoridade, autoridade esta concentrada nas mãos de um só senhor absoluto, o rei.

Os casuísmos institucionalizados no processo sucessório dos governos, e que tinham por meta o continuísmo dos seus autores e descendentes na chefia dos Estados, fizeram desaparecer a legitimidade dos governantes e a conseqüente perda da sintonia entre a ação do governo e as aspirações populares. O inevitável descontentamento das massas ante a ação insensível dos governos fez surgir e crescer as tensões sociais. Em diversas partes, a cada dia, iam surgindo novas lideranças que falavam a linguagem do povo e provocando passo a passo a descentralização da autoridade e da riqueza concentrada exclusivamente nas mãos do governo.

A primeira descentralização de autoridade registrada não deverá ser creditada à pressão das massas, mas às próprias conveniências do rei, que o fez distribuindo cargos e bens com a **realeza**. As demais, porém, vieram sob os auspícios das tensões sociais; e merecem destaque o surgimento do Feudalismo — que nada mais foi do que uma tentativa de composição entre o senhor absoluto de então e as lideranças emergentes — e a criação do Parlamento, que foi uma forma encontrada na época, cujo objetivo seria conseguir a cooptação de faladores, que teciam em público críticas veementes ao Sistema Absolutista vigente. Tanto o Feudalismo como a criação do Parlamento poderão ser traduzidos como se o rei tivesse falado assim: “Eu convido esses inconvenientes críticos e faladores a ocuparem cargos públicos importantes, pago-lhes uma boa recompensa com o dinheiro do próprio povo que eles dizem representar, e eles ficarão do meu lado. Assim disse, assim se fez e assim se deu”.

As conseqüências do surgimento do Feudalismo e do Parlamento, porém, foram diferentes. Isso porque os feudais receberam atribuições próprias do Poder Executivo e se posicionaram geograficamente distantes da sede central do governo, vindo o seu tempo a ser ocupado com a administração do feudo; enquanto os parlamentares receberam atribuições legislativas, vindo portanto, a se instalar na sede do Poder Central, com tempo ocioso suficiente para bisbilhotar nas entranhas da autoridade central e conhecer-lhes as fraquezas.

Os parlamentares, como adiante veremos, eram os burgueses que, na ânsia desenfreada pelo monopólio das riquezas, conspiravam contra o regime, ora legislando em causa própria, ora fomentando as tensões sociais exercidas cada vez mais intensamente pelas massas descontentes. Com esse jogo escuso

que era um misto de demagogia e populismo, falando em nome do povo e legislando em causa própria, os burgueses parlamentares conseguiram derrubar a monarquia e instalar um novo regime de governo.

Mentirosos de marca maior, a nova classe política que se instalava no Poder denominou o novo regime de Democracia. Grande mentira esta, que ainda hoje perdura. Em verdade, o que surgia de fato era uma Oligarquia, ou seja, um regime de governo exercido por um grupo economicamente influente que permitia ao povo falar, criticar, e até votar; todavia, jamais fazer uso dos seus legítimos direitos, como por exemplo, lançar mão das riquezas que lhes pertenciam. Peremptoriamente, a Oligarquia diz: “Você pode fazer tudo, desde que permaneça pobre e dependente de nós (o grupo dominante)”.

Um detalhe de grande importância a ser registrado é que a queda do regime de governo monárquico e sua conseqüente substituição pelo regime de governo oligárquico, se deu concomitantemente com a substituição do sistema absolutista pelo sistema capitalista. Acreditamos que chegou a hora da verdade e a Oligarquia, que já mostra sinais visíveis de cansaço, não pode mais se esconder atrás de uma cortina de mentiras desgastada ao longo dos séculos.

O quadro tenso vivido pela humanidade e refletido nas tensões sociais de toda ordem – na violência, na falta de credibilidade dos homens públicos e na ineficácia dos governos – traduz o grande anseio do povo por mudanças nas condições de vida atuais no globo terrestre. Marchamos decididamente rumo a essas transformações que, sem sombra de dúvida, determinarão a queda do regime oligárquico e o inevitável fim do Sistema Capitalista.

O regime que nos espera será a Democracia, nome que, apesar de desgastado pelo expediente mentiroso do regime que se vai, atualmente, já tem como sinônimo perfeito, a palavra “**Demarquia**”, que significa regime de governo exercido pelo povo ou regime de governo exercido de forma eqüânime por todos. Ou, se preferir a palavra “**Etocracia**”, lembrada pelo escritor juazeirense Antônio Telles, prefaciador desta obra, que, inclusive, nos sugere o neologismo “**Isonomocracia**” para bem explicitar o significado da **Democracia** que aqui defendemos.

Mais adiante, em Capítulo especialmente dedicado ao assunto, abordaremos questões sobre o Sistema que está por vir e que sucederá ao Sistema Capitalista.

Malgrado já esteja em discussão a volta ao regime anárquico, com uma roupagem nova a que denominamos anarquia do homem civilizado, prefiro, por achar mais adequado (pois tudo é igual a nada, assim como todo é igual a nenhum) considerar como ponto final dos regimes de governo a Demarquia; isso porque considero que a volta à anarquia representaria o início de um novo ciclo de progresso no Planeta Terra, o qual viria a experimentar uma nova dimensão da inteligência humana, aspecto que não me acho, no momento, capaz de explicar e que também não vejo oportuno, uma vez que a transformação do momento já é por demais imensa para ser explicada nesses breves Capítulos. Para melhor compreensão da sucessão dos regimes de governo, damos, a seguir, um resumo capaz de permitir uma visão mais detalhada daquilo que acabamos de expor:

1º Regime de Governo: **Anarquia** (sociedade do homem primitivo), caracterizado pela inexistência da autoridade e vivenciado pela sociedade do homem primitivo das cavernas e, numa segunda fase, pela sociedade do homem sedentário, nos seus primórdios.

2º Regime de Governo: **Monarquia**, iniciado com o surgimento da autoridade constituída, concentrada exclusivamente nas mãos de um só senhor absoluto, o rei.

3º Regime de Governo: **Oligarquia**, definido como um regime que concentra a autoridade nas mãos de um grupo. A oligarquia foi o regime que se implantou em substituição ao regime monárquico quando, simultaneamente, ocorreram a queda do Absolutismo e a implantação do Capitalismo.

4º Regime de Governo: **Democracia ou Demarquia** (por vir), será o regime no qual a autoridade de cada cidadão retornará às suas mãos, e exercida através do Estado exclusivamente para fazer cumprir

aquelas funções que dependam da ação coletiva organizada da sociedade; e o governo atuará respaldado exclusivamente no Poder legitimamente adquirido.

5º Regime de Governo: **Anarquia** (sociedade do homem civilizado). Este quinto regime, no entanto, prefiro considerá-lo como o 1º de um novo ciclo de progresso a ser vivido pela humanidade na Terra, no qual o homem conhecerá uma nova dimensão da inteligência humana

Capítulo 30

A Evolução Histórica dos Trunfos Humanos

Acabamos de expor a nossa visão sobre a evolução histórica dos diversos Modelos, Sistemas e Regimes de Governo; mas, até então, sem falar sobre o comportamento do ser humano dentro de cada um deles. Evidentemente que todos os Modelos, Sistemas e Regimes de Governos foram soluções humanas que objetivaram a garantia da sobrevivência da espécie e a melhoria contínua do seu padrão de vida, melhoria esta traduzida em forma de mais conforto e mais segurança. No esforço da luta pela sobrevivência e pela melhoria do seu padrão de vida, seria natural esperar que os homens, devido às diferenças individuais, obtivessem resultados diferentes no trabalho. Isso foi o que sempre aconteceu e continuará a acontecer na história da humanidade, enquanto perdurarem as diferenças individuais.

Nos primórdios dos tempos, quando em vigor o Sistema Primitivo, as diferenças individuais já se manifestavam, tanto no momento da cata de alimentos, como no momento da caça, da pesca, da guerra etc. Nessas horas, era a **aptidão física** quem definia o status ocupado pelos homens dentro da Pirâmide Social. Como a Pirâmide Social, de então, era circunstancial, circunstanciais também eram as posições sociais ocupadas pelos homens da época, de tal maneira que, no momento da cata, o status era conferido ao melhor catador; na hora da caça ao melhor caçador, e na pesca ao melhor pescador, do mesmo modo que na guerra, para o melhor guerreiro.

É ao instrumento definidor do status social conferido aos homens, dentro da Pirâmide Social, que decidimos chamar “**TRUNFO**”. A **aptidão física**, portanto, foi o **primeiro trunfo** utilizado pelo homem para garantir o seu status, a sua posição de destaque, dentro da Pirâmide Social.

Com a mudança do Sistema Primitivo para o Sistema Absolutista, observaremos que o trunfo da aptidão física, até então utilizado pelo homem, perdeu a importância, vindo a ser substituído por um **segundo trunfo**, no caso, a **terra**, instrumento esse que assegurava ao Rei, seu único possuidor, o status social mais importante dentro da nova Pirâmide Social do Absolutismo. O conjunto de fenômenos que explicam em detalhes o momento exato em que se deu essa transição, veremos na quarta parte deste livro, onde trataremos da origem, apogeu e queda das pirâmides.

Vivemos, hoje, sob a égide do Sistema Capitalista, no qual o homem, dentro da Pirâmide Social, ocupa um status que lhe é conferido em função da posse de um **terceiro trunfo**, o **capital**. É por essa razão que, dentro do Sistema Capitalista, quem tem dinheiro (capital) ocupa o topo da pirâmide; e quem não tem, vive como pode, espremido na base, comendo as sobras do pão que o diabo amassou. Segundo esse critério de concessão de status social em função da posse do capital, de nada nos adianta sermos trabalhadores, honestos, inteligentes, solidários, competentes etc. Importa, sim, ter capital. E nem importa muito, sendo inclusive secundária, a forma como ele venha a ser obtido. Isso tem feito com que sejamos todos empurrados para os braços da corrupção, contrariando os nossos mais sagrados princípios de honestidade. Sabem por que os nossos políticos encontram-se tão corrompidos? Porque quando se candidatam, já não o fazem pensando em servir ao interesse público, mas com a intenção premeditada de obter capital, ora através dos polpudos salários que eles mesmos aprovam nas leis, ora através de propinas e outras vantagens oferecidas por grandes bancos e/ou empresas, quando não pela descarada apropriação indébita de valores pertencentes às entidades públicas, como Prefeituras, Estados e a própria União, entre outros.

O **mérito** será o **quarto trunfo** a ser adotado pelos homens dentro do novo Sistema. Sendo naturalmente decorrente de relevantes serviços prestados pelo cidadão à Sociedade, será o nível de reconhecimento e gratidão dessa Sociedade quem vai dizer da sua maior ou menor importância. Se verdadeiramente somos “O Sal da Terra”, segundo nos ensinou o Mestre, com certeza aqui nos encontramos para servirmos uns aos outros. Pois bem: será doravante esse serviço aos nossos semelhantes quem irá definir o status social de cada cidadão dentro da nova Pirâmide Social que denominamos Sistema do Mérito. Há nesse quarto trunfo algumas diferenças marcantes em relação aos demais trunfos. Nos três trunfos anteriores utilizados pelos homens observaremos a predominância do atendimento de necessidades básicas materiais, onde egoisticamente o homem priorizava a si próprio, indiferente aos interesses da Sociedade. No caso do **mérito**, estão na mesma medida tanto o interesse próprio como o da Sociedade (nossos semelhantes) o que nos leva ao cumprimento da Lei Maior que nos manda “Amar ao próximo como a nós mesmos”.

No Sistema do Mérito, veremos, mais adiante, que todas as Necessidades Básicas materiais (Fisiológicas e de Segurança) serão plenamente atendidas, predominando como determinantes do comportamento social as Necessidades Básicas de Auto-Estima e Auto-Realização.

Capítulo 31

Quadro Sinóptico da Evolução Histórica dos Sistemas

Nossa intenção, ao apresentarmos o Quadro Sinóptico da Evolução Histórica dos Sistemas (veja página 424) foi tornar o mais simples possível a nossa exposição sobre o que chamamos Sistemas, Trunfos, Regimes de Governo e Modelos, resumindo, em apenas uma folha de papel, o conteúdo de dez Capítulos que compõem a terceira parte do nosso livro, de tal modo que pudéssemos mostrar detalhes deveras curiosos em torno desse assunto. Ei-los:

a) De início, percebemos que são quatro os Sistemas, quatro Trunfos, quatro Regimes de Governo, quatro Modelos Econômicos, quatro Modelos Culturais, quatro Modelos Políticos, quatro Modelos Sociais, quatro Modelos Morais e quatro Modelos Educacionais.

b) Podemos observar que, a cada Sistema corresponde um e somente um Trunfo, e, de modo idêntico, um e somente um Regime de Governo, seguido de um conjunto único de seis Modelos para cada Sistema.

c) Outra particularidade interessante são as coincidências entre os Modelos Sociais e os Regimes de Governo, ratificando a máxima de Rui Barbosa, segundo a qual “a Pátria é a família amplificada”. Observaremos no Quadro Sinóptico que, a cada mudança no comando da Família corresponde idêntica mudança no comando do Estado, representado pelo Regime de Governo.

d) Convém ressaltar, que cada Regime de Governo é específico de cada Sistema. Por essa razão, a Anarquia não sobreviveu ao advento do Sistema Absolutista; a Monarquia exterminou o Sistema Primitivo e sucumbiu diante do Sistema Capitalista; a Oligarquia é incompatível com os Sistemas Absolutista e do Mérito e a Democracia (Demarquia) para atender ao clamor da humanidade, determinará a derrocada do Sistema Capitalista.

e) O detalhe que consideramos o mais importante de todos, porém, é o que decorre da análise dos diversos Trunfos, que nada mais são do que as ideias que dão sustentação aos Regimes de Governo e, conseqüentemente, aos Sistemas. Uma ideia só se destrona com outra ideia, e foi assim que a Aptidão Física, ideia que sustentou a Anarquia e o Sistema Primitivo, foi derrubada pela posse da Terra, ideia essa que deu suporte à Monarquia e esta ao Sistema Absolutista, cuja queda deveu-se ao surgimento da ideia da

posse do Capital. Esta, por sua vez, levou ao topo do Poder a Oligarquia, instrumento de sustentação do Sistema Capitalista, hoje agonizante, diante da ideia do Mérito, cujo propósito é viabilizar a Democracia e o novo Sistema do Mérito.

A análise da evolução dos diversos Modelos dentro do Quadro Sinóptico, não obstante sintética, nos permite uma visão clara do processo evolutivo a que está submetida a Sociedade Humana, e isso nos convence, pelos fatos e pela lógica, de que o inexorável progresso humano não se submete aos nossos mesquinhos caprichos pessoais, mas a uma lei soberana que nos diz: haveremos de progredir, queiramos ou não! “Maktub”.

O nosso otimismo em relação ao advento do Sistema do Mérito não é casual nem utópico, haja vista a existência de uma poderosa conjunção de fenômenos e argumentos que o respaldam. Senão vejamos: existe uma ideia que é o Mérito, decorrência natural de serviços prestados, força essa capaz de fazer com que todo homem saudável se curve diante de outro homem para assim externar o seu reconhecimento, a sua gratidão e o seu respeito. Ideia essa, aliás, cujo Autor é o Homem mais moderno, mais discutido e mais respeitado de toda a história da humanidade: Jesus de Nazaré.

Além da ideia, que é o Trunfo de um Sistema, existe um Regime de Governo reclamado por todos há muito tempo: a Democracia ou Demarquia.

Como se não bastasse, estão aí, para serem analisadas, discutidas e aprimoradas – e, dessa vez, devidamente publicadas – as premissas básicas dos seis Modelos imprescindíveis à constituição de um novo Sistema; e tudo isso acontecendo dentro de uma realidade histórica, fática e lógica indiscutíveis.

Perguntamos: o que nos falta? Decisão? Decisão de quem?

É verdade que a ruptura de um Sistema tem início com uma ideia, seguida da decisão firme de, pelo menos um homem, implementá-la – fato esse que torna irreversível o processo de transformação da Sociedade – posto que, um Sistema, é como uma substância volátil, constituída e preservada dentro de uma redoma de vidro, cuja ruptura não mais admite emendas. Foi assim quando o homem descobriu e decidiu implementar a ideia da agricultura, fenômeno esse que narraremos no Capítulo 33.

É bem verdade que os tempos mudaram e que atualmente as coisas acontecem de modo muito diferente, muitas pessoas o dirão. No entanto, no que diz respeito à ruptura de um Sistema, isso jamais mudou e jamais mudará. De sorte, que, levando-se em conta que temos uma excelente ideia à nossa disposição, queremos informar que, se for por falta de uma decisão firme de implementá-la, poderemos considerar, desde já, o Sistema Capitalista rompido. Em sendo assim, quem quiser que nos acompanhe, doravante, na construção da Quarta Pirâmide que representa o novo Sistema do Mérito.

Conheçamos a seguir as nuances que determinaram a origem, o apogeu e a queda das pirâmides, narradas nos Capítulos seguintes.

QUARTA PARTE – ORIGEM, APOGEU E QUEDA DAS PIRÂMIDES

Capítulo 32

O Sistema Primitivo (A 1ª Pirâmide)

Desde quando tomamos conhecimento da civilização humana no Planeta Terra, até os dias atuais, e de acordo com os nossos estudos e pesquisas, a sociedade humana viveu sob a égide de três Sistemas. O Sistema Primitivo foi o primeiro deles e vigorou desde a época mais remota da humanidade, quando ainda vivíamos nas cavernas, até o advento do Sistema Absolutista, cujo marco inicial foi a descoberta da agricultura. Como é natural na quebra de um paradigma, podemos afirmar seguramente que foi uma “ideia”, a ideia da agricultura, a responsável pela ruptura do primeiro Sistema.

Nele, o Modelo Econômico tinha por palco as florestas e os rios, que forneciam o ambiente propício para a cata, a caça e a pesca, entre outras riquezas necessárias à sobrevivência humana, predominantemente alimentos como raízes, frutos, sementes, peixes, caças etc.

O Modelo Cultural nos revela que o habitat do homem primitivo era a caverna; a prática da alimentação acontecia no próprio local onde o alimento era colhido, e a vida predatória que levava, provocava, periodicamente, a escassez dos alimentos. Por isso, o “**homo rusticus**” era nômade.

O Modelo Político era circunstancial e inspirava-se na aptidão física, que era o Trunfo do homem primitivo. Por exemplo, na hora da caça, a liderança tendia para a eleição do melhor caçador, como na hora da guerra, para o melhor guerreiro, e assim por diante. Inexistia, pois, uma autoridade constituída em caráter permanente; daí porque o regime de governo vigente era a Anarquia. Estamos nos referindo à Anarquia da sociedade do homem primitivo.

No Modelo Social, a família ainda não marcava presença. Predominava a horda, modelo de organização social tão circunstancial quanto o Modelo Político e o Regime de Governo então vigentes.

Em relação ao Modelo Moral, o que podemos afirmar é que inexistiam as religiões e, por conseguinte, os padrões morais que elas atualmente difundem. As credices e o medo do desconhecido, porém, inspirados nos fenômenos naturais e nos movimentos dos astros, de certo modo fomentavam o embrião da solidariedade grupal.

No Modelo Educacional, a completa ausência da Pequena Escola (escola formal que hoje conhecemos), nos dá uma ideia da total ignorância em relação ao conhecimento científico. Na Grande Escola, (a escola informal, escola do mundo, o deus dará) o processo de pesquisa e ensino era predominantemente empírico. Apesar de tudo, obteve algumas conquistas, como, por exemplo, a descoberta do fogo, da roda e de outras tecnologias que marcaram a história como o período da pedra lascada, da pedra polida, entre outras. Não obstante esse avanço, o atraso das comunicações e transportes, indiscutivelmente retardou o processo evolutivo do homem das cavernas.

Creditamos ao atraso tecnológico a responsabilidade pelo fato de o Sistema Primitivo ter sido o de maior longevidade na história da Humanidade. Isso não quer dizer que ele foi ruim; ao contrário, as evidências mostram que, para a época, foi um bom Sistema, e que deu sua valiosa contribuição, tanto para a sobrevivência da espécie como para o progresso humano no Planeta. O fato de o “modus vivendi”, por ele sugerido, ter se inviabilizado, é prova de que houve progresso. E se houve progresso é porque houve uma contribuição positiva que favoreceu a sua ocorrência.

Não estamos assim querendo ser condescendentes com o Sistema Primitivo, e nem estamos acometidos de crises de ortodoxia; apenas estamos sendo imparciais em relação ao fato histórico, da mesma forma que seremos em relação aos demais Sistemas. Em relação a estes, reconhecemos o mérito da contribuição dada para o progresso da Sociedade Humana, não obstante também reconhecermos, como no caso presente, que o “modus vivendi” por ele sugerido, inviabilizado diante dos novos desafios trazidos pelo progresso humano, nos diz: chegou a hora de mudar.

Capítulo 33

Teoria da Origem do Poder (Liderança Legítima)

Consideramos ingênuo qualquer estudo ou teoria que pretenda provar a origem do homem no globo terrestre desvinculando-o da origem do próprio globo dentro do sistema solar, e deste, na sua galáxia e no Universo.

Permitimo-nos, assim, evitar qualquer discussão com aqueles que, mesmo diante das evidências, ainda insistem em considerar a Terra como centro do Universo. Razão por que vemos nosso pequeno planeta como um habitat modesto de homens orgulhosos, egoístas e pouco inteligentes; mas, que apesar disso, caminha a passos lentos, rumo ao progresso, o que é um fato incontestável.

Deixemos, pois, de lado essa discussão, que ainda hoje divide os homens, para darmos início aos nossos estudos, a partir de um ponto que nos permita fundamentá-lo somente em constatações lógicas, muito embora cuidando para que se preserve a necessária coerência com aquilo que, mesmo de forma hipotética, ficou para trás.

Caminhem nas entrelinhas da história.

Voltemos às cavernas, habitat do homem primitivo, que nas florestas se alimentava de raízes, frutos, sementes, peixes e caças; cuja família era a horda e onde a sociedade ainda desconhecia Governo, Religião, Educação etc., vivendo sob a égide do primeiro Sistema Econômico, Cultural, Político, Social, Moral e Educacional, a partir de quando se teve conhecimento da Sociedade Humana no Planeta.

À proporção que o tempo passava, a população ia crescendo, fazendo crescer o consumo de alimentos, que mais rapidamente iam se tornando escassos, obrigando o homem a mudanças cada vez mais freqüentes.

As incertezas, o medo e os incômodos experimentados nessas mudanças, evidenciaram a inviabilidade da vida nômade, e foram as dificuldades daí decorrentes que levaram o homem a buscar uma “IDEIA” capaz de oferecer solução para esse grave problema, que entre tantos outros inconvenientes, lhe impunha a inadiável revisão na forma de como conseguir meios para o atendimento de uma das suas necessidades fisiológicas mais primárias: a alimentação.

Com a própria sobrevivência em jogo, o homem recorre à proteção do Ser Supremo, que intuitivamente traz consigo, e começa a meditar em busca de uma “IDEIA”. Observando à sua volta percebe uma planta que vem despontando no chão com duas folhinhas e “aparentemente” duas metades de uma semente semelhante àquelas encontradas no fruto que, há pouco, saboreou. Observação concluída, ideia obtida, experiência sugerida. E esse foi o passo seguinte: observação, hipótese, experiência, conclusão, Ciência. Estava descoberta a Agricultura. A partir dessa ideia, iniciava-se o primeiro processo de transformação da Sociedade. O homem poderia trocar a vida nômade para se tornar sedentário. O alimento, outrora escasso e incerto, agora seria seguro e abundante. O incômodo das mudanças freqüentes acabara e um futuro promissor despontara para todos.

Ao Autor de tamanho feito, nada mais justo, do que o reconhecimento unânime de todos e o tratamento especial digno de um Chefe Legítimo.

Interrogado sobre como obtivera tamanho feito, eis a resposta:

“Preocupado com a nossa sobrevivência pedi a proteção de Deus. Penso que Ele me atendeu”, pelo que o grupo concluiu: “Eis o nosso Salvador, nosso Chefe, nosso Líder, nosso Rei, pelas graças de Deus”.

Não vamos aqui questionar a alegoria que fizemos, se foi ou não a proteção de Deus, como o Rei insinuou que fosse, ou como o seu povo assim concluiu que tivesse sido. Vamos, sim, analisar o fenômeno do sofrimento forçando a busca e o uso da inteligência até ao ponto onde residia a ideia, e esta se convertendo em relevante serviço prestado, fonte de onde jorram o reconhecimento público e o respeito, essências do Poder, força extraordinária que exclusivamente deles decorre, e que espontaneamente congrega, além do poder em si, a autoridade e a influência indispensáveis ao exercício, com legitimidade, daquilo que é o papel do bom líder.

Capítulo 34

A Origem da Estratificação Social

O rei não era um líder ocasional como aqueles de outrora, pois os seus serviços também não eram ocasionais, mas permanentes. Ademais, a vida agora seria diferente e a cada dia novos problemas a reclamar novas soluções que o rei teria de encontrar. Iniciada a **divisão do trabalho**, uns estariam diretamente empenhados no **trabalho produtivo**, enquanto o rei cuidava de uma nova atividade que surgia: o **trabalho administrativo**. Quem estava ligado diretamente ao trabalho produtivo recebia como remuneração o produto do seu trabalho. E o rei? O rei cujo trabalho beneficiava a todos, como deveria ser remunerado? Muito simples a explicação: cada componente da tribo, beneficiários que eram dos seus trabalhos, deveria oferecer uma porcentagem da sua produção como contribuição espontânea para o rei. Seria a remuneração pelo seu trabalho e pelos serviços prestados à comunidade.

Admirado, querido e respeitado, o rei recebia as contribuições dos seus concidadãos, cada dia mais felizes e satisfeitos com o seu rei escolhido livremente por todos. Paralelamente, mais e mais o rei se empenhava em melhor servir, o que demonstrava grande identidade entre todos e, sobretudo, grande sensibilidade nascida da comunhão de origens, aflições, dificuldades e tantos outros sofrimentos partilhados por todos, num passado recente.

O tempo passava, crescia a população, crescia a produção e cresciam naturalmente as contribuições ao rei. E cresciam essas contribuições em desproporção com as necessidades fisiológicas da família real, resultando daí um inevitável acúmulo de riquezas. Normal seria esperar que o bondoso rei, uma vez atendidas as necessidades fisiológicas suas e da sua família, começasse a redirecionar as riquezas que se acumulavam, para atendimento das necessidades de segurança suas, da sua família e do grupo que liderava. Em outras palavras, deveria ele adotar a lei maior que determina: **“AMARÁS A DEUS SOBRE TODAS AS COISAS E AO TEU PRÓXIMO COMO A TI MESMO”**. No entanto, após atendidas as necessidades de segurança suas e de sua família, continuou, em prejuízo do grupo e descumprimento da lei, acumulando-as egoisticamente para si, num flagrante **distúrbio de comportamento** que além de ter sido o principal causador das desigualdades sociais ainda hoje vivenciadas pela humanidade, representou a institucionalização do **MATERIALISMO**, uma vez que, descumprindo a segunda parte do mandamento que manda amar ao próximo como a si mesmo, na prática, o rei preferiu o **amor às riquezas**, em detrimento do **amor a Deus** que antes o inspirara.

A partir de então, não apenas teríamos dois tipos distintos de famílias, a família real e as demais famílias, mas também uma mais rica do que as outras; e a estratificação social a cada dia ficava mais nítida e consolidada. Merece destaque o fato de que o surgimento da estratificação social precedeu a formação da segunda **Pirâmide Social** permanentemente hierarquizada e tendo como referencial riquezas materiais.

Queremos dizer que primeiro surgiram na terra os ricos e os pobres, e só depois é que a sociedade se organizou de forma piramidal, conferindo status dentro da pirâmide segundo a posse das riquezas materiais possuídas, sem considerar o mérito de seus possuidores. Importante também é notar que o acúmulo de riquezas que fez surgir a primeira classe rica, veio no bojo dos acontecimentos que desencadearam a formação do embrião do primeiro governo. Do que podemos concluir que essa coisa chamada **“governo”**, ainda hoje tem muito a ver com o acúmulo de riquezas e as desigualdades e injustiças entre os homens.

Capítulo 35

O Nascimento do Absolutismo (A 2ª Pirâmide)

Já vimos como surgiu o primeiro governante e a forma como este pobre tornou-se rico de forma lícita e digna. Observamos seu êxito como chefe fazendo uso apenas do **“poder legítimo”**, sem que para isso tivesse que recorrer ao uso da **“autoridade constituída”**, instituição que até então era desconhecida.

Neste ponto, chamamos a atenção para um fato extremamente importante: os critérios utilizados pelos cidadãos de então e os fatores que pesaram decisivamente na bem sucedida escolha do primeiro rei.

FATORES QUE PESARAM NA DECISÃO DOS CIDADÃOS

I - O justo reconhecimento ao mérito do rei, cuja sensibilidade para com os problemas do grupo foi cabalmente demonstrada, pela perseverante busca e encontro da alternativa capaz de promover a felicidade e a paz social do grupo. O êxito ao encontrar essa alternativa converteu-se em relevante serviço prestado, que é a fonte de onde jorra o mérito, sempre digno de reconhecimento.

II - A competência para o exercício do cargo baseada não em experiência anterior, mas na grandeza e abrangência das ideias e sugestões oportunamente apresentadas.

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ESCOLHA

- a) O governante escolhido era um homem comum, do meio do povo e plenamente identificado com as dificuldades por todos vividas;
- b) excluíram-se os antecedentes e as tradições familiares;
- c) o poderio econômico, então inexistente, não exerceu qualquer influência;
- d) a escolha do candidato e a eleição do rei se processaram através do voto universal, livre e aberto. Viveu-se, assim, o primeiro processo eleitoral genuinamente democrático.

Estava, assim, pronto o esboço do que seria a primeira forma de organização política do homem sedentário. Marchava-se rumo ao progresso, no espaço e no tempo. A partir de então, o tempo foi registrando os fenômenos, mostrando os caminhos e o homem vivendo e os escolhendo. De repente, um fato importante ficou constatado: o rei querido e amado por todos envelhecera. A previdência que demonstrara ter quando jovem, agora também lhe seria útil. A sua fortuna, acumulada ao longo de muitos anos de muita luta e sacrifícios, ficaria para o seu filho; e isso era justo e lícito, pois o fazia usando da liberdade a que todo homem tem por direito. Com isso, se deu ênfase ao que viria a ser, hoje, o direito de posse sobre os bens legitimamente adquiridos, mesmo em excesso, e instituiu a **HERANÇA ECONÔMICA**.

A velhice, a doença e a futura e inevitável morte do velho monarca desencadeariam, irreversivelmente, a inédita sucessão governamental. Na iminência do fato, começou-se a especular sobre como viria a ser o primeiro processo sucessório, sobre o qual falaremos no Capítulo a seguir.

Capítulo 36

A Primeira Sucessão Governamental

Natural seria que um novo governante fosse escolhido. E, mais ainda, dentro dos mesmos critérios e observando-se os mesmos fatores da primeira e tão bem sucedida escolha. Todavia, algumas variáveis novas entraram em cena. Por exemplo:

NO PROCESSO ELEITORAL

I - O processo eleitoral conheceu sua primeira deformação, o que tirou a sua característica genuinamente democrática, pois a eleição do rei seria pelo voto universal, livre e aberto, **mas a prévia escolha do candidato, “NÃO”**. Seria, assim, um jogo de cartas marcadas, a exemplo do que ainda hoje ocorre.

II - O poderio econômico agora existia, e a herança econômica instituída pelo rei, certamente teria a sua importância e influência dentro do processo sucessório.

III - Os antecedentes e as tradições familiares por diversas razões, como gratidão, respeito e até mesmo por medo do rei, pesaram na decisão dos cidadãos, dando origem à **HERANÇA POLÍTICA**.

IV - O governante não seria mais **um homem do meio do povo**, identificado com as dificuldades desse povo, mas **um homem do meio político**, identificado com problemas políticos e governamentais. Substituíam-se, assim, o político de vocação, pelo político por profissão ou tradição.

NOS FATORES DETERMINANTES DA ESCOLHA

a) Quanto à competência para o exercício do cargo, raciocinou-se: **“Filho de gato é gatinho”**. Esqueceram que filho de gato preto também nasce pardo, o que significa dizer que, qualificações não se herdam, se adquirem com estudo, esforço e trabalho;

b) reconhecimento ao mérito por serviços prestados? Pensou-se: “o mérito do pai e os serviços que prestara já seriam suficientes”. A legitimidade do governo entrava assim em decadência;

c) quanto à sensibilidade para com os problemas sociais, ficava por conta dos conselhos, da experiência e do sofrimento do pai. Foi erro atribuir igual importância entre uma história ouvida e uma história vivida. Alguma diferença há de se esperar na forma de sentir e pensar de um rei nascido numa caverna, comparando-o a um outro nascido, com toda pompa, num berço de ouro.

Certo é que todas essas novidades não foram senão a criação daquilo que hoje chamamos de **“CASUÍSMOS”**; e essa legislação em causa própria não terminaria dando outra coisa senão o filho do rei sendo o novo rei a assumir o trono.

Iniciara, assim, o **“CONTINUÍSMO”**, e se imaginarmos o contingente de jovens que na época, certamente, estava a meditar, pensar e buscar, fervorosamente e por vocação, outras tantas alternativas de progresso para a humanidade, veremos que **os casuísmos e o continuísmo** lhes arrebataram um direito sagrado que ao tomar forma se refletiu no mal que hoje vivemos e que conhecemos como **DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES**.

As mudanças no critério de escolha dos governantes, que ensejaram as **DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES** e que seriam repetidas muitas vezes e utilizadas para os casos seguintes, trouxeram, por consequência, o surgimento das injustiças e das tensões sociais.

Capítulo 37

A Consolidação do Sistema Absolutista

Organizada a sociedade do homem sedentário, agora com governo e processo sucessório definidos, estava ela a um passo para ter consolidado completamente o que seria o segundo **“Sistema Político, Econômico, Social, Moral, Educacional e Cultural”** que a humanidade conheceu e que seria o **SISTEMA ABSOLUTISTA**.

O rei, que optara pelo acúmulo de riquezas, agora não apenas pretendia alcançar o Poder; e ao aceitar as regras do processo sucessório demonstrava também interesse pela perpetuação sua e de seus descendentes nele. O modelo político se consolidara a partir de quando o processo sucessório, demonstrando eficácia, garantiu a permanência da família real no Poder por várias gerações, e a institucionalização das desigualdades de oportunidades manteve os homens privados de crescerem em influência e Poder. Ressentia-se, no entanto, o rei, da falta do imprescindível controle sobre o modelo econômico, pois ele tinha consciência de que foi por aí que tudo começou. A hipótese de uma possível concorrência precisaria ser afastada.

Recordamos bem, que tudo começou com o descobrimento e desenvolvimento da agricultura, o que implicava, na época, numa economia eminentemente agrícola, onde o monopólio da terra se apresentava ideal como instrumento de dominação. A essa altura, a legitimidade passava longe do palácio real e o **poder legítimo** gradativamente havia sido substituído pela **“autoridade constituída”**, instituição que o rei criou e que se apoiava na força e nas armas da fiel guarda real, produto do poderio econômico por ele agora detido.

A quem sempre faltou escrúpulos para a ocupação ilegítima do governo, não faltaria, agora, para a posse ilegítima da propriedade. E foi assim, com a terra. O rei, que já se consagrara senhor dos homens, a quem tornou seus súditos, se tornou também o proprietário das terras, as quais delimitou e chamou reino, instituindo, assim, o primeiro **ESTADO**.

Estava delineada, finalmente, a segunda pirâmide social, na qual a sociedade conferia valores aos homens, segundo um referencial (a posse da terra). No topo da pirâmide estaria o rei, e na base, seus súditos desafortunados. Estava consolidado o **Sistema Absolutista**.

Inegavelmente, esse **SISTEMA**, não obstante apoiado em bases ora injustas, ora antinaturais, deu sua parcela de contribuição ao progresso da humanidade. Não podemos esquecer que nele também aconteceram importantes transformações na estrutura social, como por exemplo, o surgimento da família constituída em substituição à horda, o surgimento da religião, da educação, e de notável progresso nas artes, esportes e demais hábitos e costumes de um modo geral. Foram muitos séculos de lutas e trabalho e muitos os reis justos e amados, como outros tantos foram tiranos e insensíveis.

O que é certo é que um Sistema que se apóia em bases injustas e artificiais, mais cedo ou mais tarde se desgasta e se exaure. Isso foi o que ocorreu com o Absolutismo, cuja decadência apresentou como principais sinais o agravamento das injustiças e das tensões sociais, cujas consequências futuras viriam a determinar a decadência e queda do Sistema.

Capítulo 38

A Origem das Injustiças e das Tensões Sociais

Muitas gerações se sucederam e, por diversas vezes, o processo sucessório, manipulado e casuístico, se repetira dando forma às dinastias que, favorecidas pelo modelo econômico e pelas desigualdades de oportunidades, se tornavam cada vez mais poderosas. Para que tenhamos uma clara ideia das consequências daí advindas, comparemos as características e o modo de agir do primeiro rei com os seus sucessores:

o primeiro rei - era um homem comum, que nasceu pobre numa caverna e não tinha qualquer tradição familiar;

os sucessores diziam: - “Deus nos fez rei, senhores dos homens e proprietários das riquezas da terra”;

O primeiro rei - exercia o Poder legitimamente conquistado como uma decorrência natural de relevantes serviços prestados;

os sucessores - sem qualquer legitimidade, fazendo uso do poderio econômico e com ele financiando seus exércitos, exerciam, pela força, a autoridade constituída, instituição criada para substituir o poder legítimo;

O primeiro rei - acumulou riqueza recebendo contribuições que eram consensualmente pagas pelos seus concidadãos, em reconhecimento pelos benefícios da sua obra e do seu trabalho, a todos extensivos;

os sucessores - acumularam riquezas através da cobrança de tributos, ora pelo uso da terra, ora pela proteção que ofereciam ou pela perseguição que prometiam evitar;

O primeiro rei - era identificado, e, por isso, sensível para com os problemas sociais;

Os sucessores - distanciados dos problemas sociais, com eles não se identificavam e para com eles eram insensíveis;

o primeiro rei - por ser legítimo tornou-se amado;

Os sucessores - por serem ilegítimos tornaram-se odiados.

As injustiças sociais cada vez mais crescentes, realimentadas seguidas vezes pelo processo sucessório casuístico, pelas desigualdades de oportunidades políticas e econômicas, também agravadas pela insensibilidade e despreparo governamental, obstavam o progresso humano gerando a inconformação popular e as tensões sociais.

A população, agora, era bem maior, e quanto mais crescia, maiores eram os seus problemas. O homem entra novamente em dificuldades e mais uma vez está em jogo a sua sobrevivência. Antes, era a vida nômade e predatória a lhe cobrir de incertezas e inconvenientes; agora era um Sistema cruel, que além de lhe obstar o progresso criando dificuldades, lhe subtraía parte do seu trabalho em forma de tributos que eram destinados às mordomias de um governo tirano e insensível.

Em meio aos sofrimentos, começaram a germinar no seio do povo as lideranças que, apresentando propostas legitimadas pela vontade popular, cresceram em importância, ameaçando o Sistema e levando o rei a avaliar suas possibilidades de vitória na eventualidade de um confronto. A inferioridade numérica da guarda real, quando comparada ao contingente de insatisfeitos, levou o rei à mesa de negociação, de onde saiu a solução que classificamos como o principal sintoma da decadência do Sistema e uma tentativa desesperada do rei para se manter no Poder. Que fez ele? Repartiu o reino em pedaços de terra que foram

denominados feudos, e os senhores feudais foram nomeados como seus donatários. Entre estes, naturalmente, estariam todos os líderes do povo que, ao aceitarem o cargo, assumiam, assim, características assemelhadas àquelas apresentadas pelo primeiro rei, melhor dizendo, um homem vindo do povo e no exercício do Poder legítimo. Iniciava, assim, o Feudalismo.

Capítulo 39

O Feudalismo e a Decadência do Sistema Absolutista

Ao contrário do que pretendem mostrar alguns historiadores, o feudalismo não se constitui propriamente um sistema, mas apenas um artifício do Sistema Absolutista, com o intento de se manter viável. Não obstante essa realidade, teremos de concordar que ele trouxe consigo profundas alterações na estrutura da sociedade, o que lhe valeu a menção que lhe reservou a história.

Como era de se esperar, a descentralização da autoridade e a confiança depositada nos senhores feudais, muito embora o controle permanecesse centralizado nas mãos do rei, atendeu à reclamada distensão social que se fez legitimada pelos senhores feudais. Conhecedores das variáveis que ensejavam as tensões sociais – de um lado as aspirações populares e de outro as condições impostas pelo rei – os primeiros senhores feudais viabilizaram a tentativa de perpetuação do Sistema durante muitos anos. Os tributos agora seriam cobrados pelo rei, mas através de senhores feudais, funcionando estes, como um colchão amortecedor da resistência dos súditos contra os tributos. Afinal, o primeiro senhor feudal era gente amiga, conhecida, que tinha méritos por relevantes serviços prestados e a quem se devia respeito e consideração. Outrossim, agora as queixas e as dificuldades dos súditos eram discutidas e solucionadas mais perto de casa e sob os auspícios do senhor feudal. Inúmeras eram as vantagens do feudalismo e não menos importantes foram as mudanças sociais havidas.

A descentralização da autoridade e a participação dos senhores feudais na arrecadação dos tributos, com o passar do tempo, deu origem à concentração de riquezas noutras esferas. Os castelos feudais foram surgindo como centros de influências regionais, em todos os feudos, onde os camponeses, agricultores e servos iam freqüentemente, ora para levar seus tributos, ora para dirimir dúvidas e solucionar questões do dia-a-dia no campo.

A abertura econômica, permitida pelo rei e pelos senhores feudais, deu origem a outras categorias de trabalhadores, dentre elas a dos mercadores. Estes, percebendo o trânsito existente nas imediações do castelo feudal, foram aí se estabelecer dando origem aos burgos, que eram vilas localizadas nas imediações do castelo feudal. Os seus habitantes, por esse motivo, foram denominados burgueses. Uma mudança significativa na estratificação social tivera início. Agora já daria para se perceber nitidamente a classe rica, constituída da família real; a classe pobre, constituída de camponeses e servos, e uma classe média, dividida em duas partes, uma baixa e outra alta, constituídas respectivamente de mercadores burgueses e senhores feudais, ambos habitantes das cidades embrionárias que surgiam.

Muitas gerações se sucederam até que o feudalismo viesse mostrar a que realmente veio. Uma análise fria da situação permitia ver nitidamente que o modelo econômico eminentemente agrícola se mantinha e o controle rígido da propriedade da terra ainda era o grande instrumento de dominação do sistema.

As desigualdades de oportunidades continuavam obstando a participação de homens capazes de contribuir eficazmente para o progresso da humanidade. O processo sucessório havia sido mantido, e com ele trouxe as mesmas conseqüências do passado, ou seja: o primeiro senhor feudal, chefe legítimo,

amigo e considerado por todos, a exemplo do primeiro rei, fora substituído, com o passar do tempo, por descendentes tiranos, insensíveis e depravados.

Voltaram à cena de forma mais intensa as injustiças, e, com elas, o inevitável recrudescimento das tensões sociais. Dessa vez, a área de atrito atingia também as cidades, e eram os burgueses, agora fortes e influentes que, em nome dos pobres e empunhando a bandeira da luta contra as injustiças sociais, se batiam com os senhores feudais.

No discurso bonito da burguesia, o clamor contra as injustiças sociais, escondia a verdadeira intenção dos burgueses, que era chegar ao Poder respaldados na vontade das massas pobres do campo. Iniciava-se, assim, a MENTIRA POLÍTICA, ainda hoje inescrupulosamente veiculada através dos meios de comunicação e, principalmente, nos palanques, às vésperas das eleições. Foi essa forma sutil e matreira das raposas políticas de então, que levou o rei, mais uma vez, a sentar na mesa de negociação e ceder. Desta feita, a solução encontrada seria a criação de uma entidade que abrigasse esses incômodos e ricos linguarudos, os quais, ao lado dos agora fiéis senhores feudais, poderiam discretamente discutir as suas conveniências em local mais discreto e distante do povo. As matérias discutidas iriam para aprovação e sanção por parte do rei. Dividia-se, a partir de então, o Poder Legislativo, antes exclusivo do rei, com o agora recém-nascido PARLAMENTO, segundo sintoma da decadência do Sistema. O modelo político responsável pela consolidação e sustentação do Sistema Absolutista e do Regime Monárquico, que até então só conhecia uma única legenda – a dos conservadores, liderada e representada pelo rei e senhores feudais –, com o surgimento do parlamento, conheceria a sua segunda legenda: a dos liberais, representada pelos burgueses que se autoneomaram, desde então, legítimos representantes do povo.

Nada mais paradoxal, do que os burgueses ocuparem o parlamento na condição legítima de representantes do povo. Mas ocorreu. Exatamente os mais insensíveis agiotes, oportunistas e exploradores desse povo acabavam de aplicar o “CONTO DAS INJUSTIÇAS SOCIAIS” e se instalavam no governo com autoridade para criar as leis que iriam doravante regulamentar a ação do Estado e da Sociedade. Santa ingenuidade das massas, acreditar que essas leis viriam ao encontro de seus anseios de liberdade.

Legislando em causa própria, como era de se esperar, os burgueses, a pretexto de cumprirem os compromissos de campanha, trataram habilmente de desenvolver algumas leis que, aparentemente atendendo aos anseios populares, em verdade resguardavam os seus reais interesses. Uma delas dizia respeito à redução de impostos e concessão de facilidades fiscais, cuja consequência natural seria o aumento dos seus lucros e a maior concentração de riquezas em suas mãos. Outra, instituía o monopólio do Estado na emissão de moeda, mediante lastro. Não foi por acaso que os burgueses “liberais” criaram essas leis. Habitados como estavam à prática intensa do comércio em expansão, e principalmente da agiotagem, com essas duas leis enfraqueceram a base econômica de seus adversários, os conservadores senhores feudais, reduzindo-lhes a arrecadação de impostos e retirando-lhes a autoridade de emitir moeda, ensejando a consequente valorização do capital. Cresceram, a partir daí, em influência diante do rei, a ponto de verem os seus adversários conservadores reduzidos, nos castelos, a meros participantes dos acontecimentos sociais.

Certamente que o rei gostou imensamente da ideia de concentrar em suas mãos a emissão de moeda, pois agora dispunha não apenas de um instrumento de dominação, mas de dois; pois, como veremos adiante, o monopólio do dinheiro ou capital viria a se tornar um poderoso e eficaz instrumento de dominação dos homens que, até então, já amargavam as consequências do monopólio da terra. O Sistema Absolutista conhecia o seu apogeu, mas tinha os seus dias contados; e seria a burguesia, inspiradora e defensora fiel da valorização do capital, a principal protagonista da derrocada final do Absolutismo no mundo.

Capítulo 40

O Nascimento do Capitalismo (A 3ª Pirâmide)

A queda iminente do feudalismo era o mais óbvio sintoma do destino inexorável do Sistema Absolutista.

Era esse o quadro de então:

a) um Governo Monárquico do Sistema Absolutista, que se nutria de impostos e das rendas da terra (**aluguéis**) e que detinha a exclusividade da emissão de capital(**moeda**) – o que poderemos considerar como monopólio do capital, mas um monopólio apenas de direito; isso porque na época, a emissão de moeda ainda estava sujeita à existência de lastro em ouro ou pedras preciosas.

b) Uma Nobreza falida (senhores feudais).

c) Uma classe rica e influente, a Burguesia, que detinha o monopólio do capital, e das outras atividades empresariais (podemos chamá-las comércio e indústria, esta última em surgimento).

É muito importante observar que a Burguesia se constituía de duas classes distintas. Uma, que vivia do lucro da atividade empresarial (comércio) cujos integrantes eram mais conhecidos como mercadores; e outra, que explorava a atividade financeira e que vivia da cobrança de ágio sobre o capital: eram os agiotas, conhecidos como banqueiros.

Essas duas categorias de burgueses disputavam entre si a influência e o Poder, quando teve início a Revolução Industrial. A partir de então, os mercadores se dividiram em duas categorias empresariais. Uma, a dos mercadores que, a partir de então, se dedicariam exclusivamente ao comércio e que seriam, portanto, chamados comerciantes; e outra, a dos mercadores que, atraídos pela coqueluche do momento, que era a indústria, iriam se dedicar exclusivamente a essa nova atividade, o que lhes valeria no futuro o nome de empresários da indústria ou industriais. Com essa opção dos mercadores pela atividade empresarial, que lhes exigia tempo integral e muitas viagens, os agiotas, também instalados no **PARLAMENTO**, ficaram mais livres para exercitarem a influência política junto ao governo. A expansão do comércio e da indústria, a exigir mais capital em circulação, despertava nos banqueiros o desejo por maiores ganhos; mas o governo, que era exercido pelo rei, significava um grande obstáculo aos seus intentos. E isso foi o bastante para que os banqueiros começassem a conspirar contra o Governo Monárquico do Sistema Absolutista. Calculando que o maior volume de recursos arrecadados pelo rei provinha do arrendamento da terra, nada mais lógico do que iniciar por aí. Objetivando enfraquecer economicamente o governo, os banqueiros decidiram de forma sigilosa, financiar as lutas no campo, que levantavam a bandeira da reforma agrária, resultando daí uma forte tensão social. Entra, assim, o rei em xeque-mate. De um lado, debilitado na arrecadação de impostos pela influência e poder dos mercadores; de outro, pelo monopólio do capital nas mãos dos banqueiros. E sua última fonte de receitas, que era a terra, entrava em colapso sob o efeito de dois grandes acontecimentos: um deles, as lutas pela posse da terra por parte daqueles que nelas viviam e trabalhavam, que além de ser um direito de todos, contava com o estímulo dos astuciosos banqueiros; e outro dizia respeito ao êxodo rural provocado pelo crescimento da indústria, que então surgia e exercia forte atração sobre o homem do campo, com suas promessas de melhores oportunidades.

Debilitado economicamente, o governo do rei experimentaria na própria pele a força do capital; este, agora, partiria para corromper o Exército, que até então mantinha impecável a autoridade do soberano. A essa altura, a perda, de fato, da posse da terra já se consumara, e o capital vivia o seu teste de fogo como eficaz instrumento de dominação. O extraordinário poder de persuasão do dinheiro logo mostrou sua eficácia e a conspiração final rapidamente se delineou nos bastidores do palácio real. Deflagrada a rebelião que empunhava a bandeira da **República**, caía o débil governo do rei, último marco da existência do Sistema Absolutista no mundo.

A terceira pirâmide social ganhava forma; e dessa vez, a sociedade iria conferir valores aos homens conforme a posse do capital. Sendo assim, no topo da pirâmide estariam os banqueiros que preferiam ser chamados de capitalistas e na base, os mesmos desafortunados do Sistema anterior. O instrumento de dominação, agora, naturalmente, era o **capital** e o Poder exercido por um governo central que se alternaria de tempos em tempos. Para regulamentar a ação do governo central, e do Exército que garantiria a sua autoridade, criou-se a “**CONSTITUIÇÃO**”, à qual ambos jurariam fidelidade; e essa Constituição, é claro, seria elaborada pelo **PARLAMENTO** de onde jamais sairiam os banqueiros.

Estava consolidado o **Sistema Capitalista** ou **Capitalismo**, (conjunto de padrões, normas, leis etc., econômicas, políticas, sociais, morais, educacionais e culturais) sistema que confere aos homens valores dentro da sociedade em função da posse do capital. Em outras palavras: o homem vale o que tem; se muito tem, muito vale, se nada tem, nada vale.

Abafados os últimos focos de resistência, o capitalismo lançou imediatamente a lei que o fez sonhar com o Poder: substituir o “**lastro ouro, pelo lastro lei**”, criando o **PAPEL-MOEDA** que é o nosso atual dinheiro.

Para que tenhamos noção do que seja “**O CAPITAL**”, convém que conheçamos um pouco da sua história.

Capítulo 41

O Que é Capital e o Que é Capitalista

CAPITAL é dinheiro, moeda, muito embora a palavra capital venha sendo largamente utilizada para denominar bens de produção, imóveis, outros tipos de riquezas etc. Queremos deixar bem claro que todo e qualquer uso da palavra capital para denominar outra coisa que não seja dinheiro em espécie, deve ser considerada imprópria.

CAPITALISTA é a denominação que se deve dar ao homem que vive da exploração do capital. Ou seja, aquele cuja atividade principal é cobrar ágio sobre o capital que empresta. Hoje em dia, esse ágio é denominado “**juros**”. Capitalista é o mesmo que “**agiota**”, muito embora os capitalistas não gostem de ser assim chamados.

Fica pois assim compreendido:

CAPITAL = dinheiro (moeda ou cédula)

JUROS = ágio cobrado sobre o dinheiro emprestado

CAPITALISTA = agiota

Conheçamos a origem e história do capital.

O homem primitivo das cavernas certamente não necessitava de dinheiro (capital) tanto quanto o homem moderno. Vivia em pequenas tribos e o trabalho se limitava ao atendimento das necessidades mais preliminares. Com o passar do tempo e o acúmulo de experiência, alguns homens se revelaram melhor dotados para a caça, enquanto outros se sobressaíam na pesca. O surgimento dessa natural e embrionária divisão do trabalho, traz, por consequência, a produção de excedentes de caça para uns e pesca para outros, cujo desfecho óbvio levaria ao intercâmbio desses bens. Imaginando-se o desenvolvimento do homem sedentário, a complexificação e diversificação de produtos e excedentes, o bom senso nas relações de troca levaria à escolha de um bem que seria utilizado como referencial nessas transações. Foi aí que surgiram as primeiras (moedas) como a “cabeça de gado”, entre outras a que os estudiosos denominaram “**Moeda Mercadoria**”. Passa o tempo, cresce a população, diversificam-se as necessidades,

complexificam-se as relações produção-consumo. O que antes era produzido para o consumo, agora se produz primeiro para troca ou venda em mercado. Cresce, assim, a importância da moeda, que de simples “ponto de referência” passa a meio de pagamento de uso corrente nas trocas.

As novas atribuições da moeda, agora como meio de pagamento de aceitação por todos, impõem certos requisitos como: ser divisível, facilmente transportável, de difícil falsificação, entre outros. Foram os metais que no primeiro momento, preencheram os requisitos que a moeda estava a exigir. Partindo inicialmente do metal bruto, chegou-se à **“Moeda Metálica”** e, depois, aos metais preciosos onde o **“ouro”** ocupou lugar de destaque. O ouro foi indiscutivelmente o grande ponto de partida para a expansão do capitalismo, pois foi ele o grande inspirador da ideia que teve como desfecho o surgimento do atual sistema financeiro mundial. O fato ocorreu assim:

Um certo rico e esperto senhor, a pretexto de oferecer aos cidadãos da época segurança para o seu ouro, então escondido debaixo dos colchões, enterrado em potes debaixo da cama, enfiado em buracos nas paredes, atrás de quadros, escondido, enfim, numa infinidade de locais os mais exóticos, decidiu construir um prédio seguro, equipado com uma caixa-forte, um balcão e alguns móveis. Na fachada do prédio, uma placa onde se lia **“BANCO”**.

A ideia era simples: ao invés de esconder o ouro, expondo-o a inúmeros riscos, o seu possuidor se dirigia ao banco e lá depositava esse ouro, pagando uma certa importância pelo serviço e recebendo um documento chamado **“Recibo”** como comprovante daquele depósito. Todas as vezes que o depositante precisava do seu ouro, voltava ao banco onde apresentava o seu comprovante de depósito e recebia o seu ouro de volta.

Os incômodos das constantes idas e vindas ao banco, do “deposita e retira”, “cancela e prepara recibos”, levaram o esperto dono do banco a aprimorar os seus serviços. Desta vez, para uma certa porção de ouro depositado, em vez de um único recibo do valor integral, o banco emitia dez ou vinte **“Recibinhos”** menores e negociáveis. Com essa inovação, todas as vezes que o dono do ouro precisasse realizar qualquer transação, não seria preciso ir ao banco, bastava repassar um dos seus recibinhos e o banco se encarregaria de efetuar o pagamento ao novo portador daquele documento. Surgiu, assim, o que depois ficou conhecido como **“MOEDA-PAPEL”**.

A boa-nova trouxe consigo duas consequências importantes: a primeira delas foi a retirada quase total do ouro de circulação, e esse ouro ficou armazenado na caixa-forte do banco servindo apenas como lastro para os populares e práticos recibinhos emitidos pelo banco; e a segunda foi o inevitável enriquecimento do dono do banco, até então conhecido apenas como banqueiro. Vejamos como isso ocorreu: percebendo que as reservas de ouro da comunidade haviam chegado ao seu limite, pois o depósito de ouro havia se estabilizado, o banqueiro decidiu aumentar suas receitas.

Conhecedor das oportunidades que o mercado oferecia, dada a sua posição privilegiada que lhe permitia tudo saber acerca dos negócios que eram realizados, resolveu emprestar, a princípio, apenas as suas reservas, pelo que cobraria um ágio do interessado. O surpreendente resultado fez crescer a ambição por maiores resultados, e o agora **“agiota”** decidiu lançar mão das reservas de ouro que lhe foram confiadas e emprestá-las. O resultado não poderia ser outro: em pouco tempo, todo o ouro pertencia ao dono do banco e os recibinhos também. Conforme vimos no Capítulo anterior, com o monopólio do capital, o banqueiro, instalado no governo, promovia a substituição do **“lastro ouro”** pelo **“lastro lei”**, criando o papel-moeda que hoje conhecemos.

Com essa iniciativa, os capitalistas tornavam o capital um bem público, porém, a serviço dos seus interesses particulares.

Isso jamais alguém ousou dizer; todavia, a lógica nos leva a seguinte conclusão:

Se o Estado é um patrimônio da Sociedade e o capital pertence ao Estado, logicamente esse capital também pertence à Sociedade. Não justifica, portanto, que os resultados decorrentes do seu uso e aplicação venham favorecer a um restrito grupo de capitalistas.

Disso, decorre que são ilícitas as políticas de contenção de crédito e emissão de moeda, a pretexto de controle da Economia, pois agindo assim, podemos afirmar, à luz da Lei da Oferta e da Procura, que estão a favorecer os capitalistas em prejuízo do crescimento e desenvolvimento econômico que convém a toda Sociedade, sendo, pois, criminosa a ação dos governos que com isso compactuam. Em outras palavras: o **Sistema Capitalista** tem sido espúrio e podemos creditar a esse possível conchavo entre governos e banqueiros, a responsabilidade pelo agravamento e persistência das desigualdades econômicas e sociais, hoje vivenciadas pela humanidade. Aliás, essa possibilidade muito bem justifica o envolvimento notório das classes mais favorecidas, principalmente os banqueiros, nos momentos decisivos da escolha dos representantes para os diversos cargos nos governos.

Capítulo 42

A Ordem Econômica Através dos Tempos

A existência de ricos e pobres no mundo não teve por causa, fatores de ordem natural. Ao contrário do que pretendem muitos ricos, não foi DEUS na sua infinita bondade, justiça e sabedoria o Autor de tamanha aberração. Os homens, estes sim, como já vimos, é que tomados de orgulho, vaidade e principalmente, egoísmo, vêm acumulando sucessivos erros e injustiças ao longo dos tempos. É a esses graves erros que devemos creditar todas as consequências decorrentes do estado de miséria absoluta a que se acha submetida uma grande parte da humanidade na Terra.

Diante das desigualdades econômicas e sociais que se acentuam – ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres – perguntamos:

I - Se, de um lado, a natureza tem tantas riquezas por explorar, e de outro, há tantos homens sem ter como trabalhar, por que não pôr um fim a essa ociosidade natural e humana, viabilizando a exploração dessas riquezas naturais pelo trabalho do homem?

II - Havendo recursos suficientes na natureza, conforme nos prova a Teoria da Suficiência, por qual razão esses recursos não têm sido suficientes sequer para o atendimento das necessidades básicas mais preliminares de grande parte da população?

III - Estarão sendo bem direcionados os recursos oriundos da natureza e do trabalho dos homens? O que dizer das estatísticas que informam: os investimentos em material bélico são suficientes para erradicar a pobreza do mundo?

IV - E a existência de ricos extremamente ricos, e pobres na mais absoluta miséria, não caracterizam a má distribuição das riquezas?

Apenas como ilustração, a questão que trata da má distribuição das riquezas é a preferida dos discursos demagógicos dos partidos políticos do modelo antigo. Esta, porém, é a menos importante pelas razões seguintes: a simples redistribuição das riquezas não seria suficiente para tornar todos os homens ricos, mas antes seria capaz de torná-los todos pobres. Seria um nivelamento por baixo que só **Robin Hood** naquela época não percebia. A utilização plena dos recursos, tanto nos continentes, como nos oceanos e no espaço, isto, sim, seria capaz de tornar todos os homens ricos, bastando, para tanto, que fosse levada a sério a ideia da suficiência, o direcionamento dos recursos para fins pacíficos e, principalmente, a libertação da Sociedade da tutela do capital. A redistribuição das riquezas atuais se tornaria uma questão secundária, senão desnecessária, para tranqüilidade dos ricos de hoje, cujo apego às suas fortunas só se justifica pelo medo de um dia virem a ser pobres.

Diante das informações esclarecedoras em torno do Modelo Econômico em vigor, e afastados os receios dos ricos ante a expectativa do advento de uma nova ordem econômica, resta considerar irracional qualquer resistência a mudanças nesse campo; salvo se por profunda ignorância, ou para resguardar

interesses egoísticos individuais em prejuízo de toda uma Sociedade que de pronto deverá recusar com veemência, por ser este um procedimento absolutamente inadmissível.

Até aqui, os argumentos nos evidenciam os erros existentes e as alternativas capazes de reverter o quadro de distorções verificado. A dificuldade central, porém, consiste em mostrar de forma persuasiva como isso poderia ser levado à prática de forma eficiente. Para ser mais claro, o grande desafio consiste em conciliar os interesses de trabalhadores, empresários, capitalistas e proprietários, recompensando-os de forma justa na Economia, de tal modo que os seus legítimos direitos sejam resguardados; e estes, batidos pela consistência de uma argumentação bem fundamentada, cedam nas suas posições e se curvem ante o advento de uma ordem fraterna que esteja respaldada na experiência histórica, na verdade, na liberdade plena e na mais absoluta justiça.

A história nos apresenta a ordem econômica vivida em quatro fases:

Na primeira delas, dentre os fatores de produção, o trabalho – e entenda-se trabalho como emprego de esforço predominantemente físico – mereceu todos os privilégios, dentro de uma ordem econômica vigente, haja vista a produção de cada trabalhador que lhe pertencia integralmente. Muito embora isso nos pareça justo, indubitavelmente trata-se de um critério de distribuição de riqueza **ingrato**, imprevidente e egoísta. Ingrato por não restituir as riquezas que o trabalhador consumiu enquanto criança, quando não tinha força ou entendimento para o trabalho; **imprevidente** por não levar em conta o futuro, quando a perda do vigor físico tornará o trabalhador uma vez mais dependente de outrem; e **egoísta** por pretender premiar com exclusividade o indivíduo sem qualquer noção de conjunto, como se o homem não fosse um ser social.

A prova incontestável de que os privilégios exagerados conferidos ao trabalho, quando da primeira ordem econômica, não foi uma boa política econômica, é que a sociedade de então se caracterizou por ser uma sociedade primitiva, que teve sua sobrevivência e progresso inviabilizados dentro dos parâmetros dessa primeira ordem, só vindo a retomar a sua marcha evolutiva com o advento do trabalho intelectual, que tem como marco o descobrimento da agricultura e a organização da sociedade do homem sedentário, quando então conhecemos a segunda ordem econômica.

A segunda ordem econômica tem início com o surgimento do primeiro líder organizador do trabalho, ao qual denominamos rei, nos Capítulos iniciais. O fato de o havermos denominado rei foi apenas para tornar mais fácil a compreensão naquele momento, pois achávamos impróprio falar de líder organizador do trabalho ou empresário, antes de termos falado de Economia. Fica, assim, explicada a aparente incoerência de falar do surgimento do rei sem que tenha surgido ainda o reino; pois, como vimos nos Capítulos que se seguiram, só mais tarde é que o rei se apropriou das terras, criando o primeiro reino.

Agora, fica mais fácil dizer que quem se apropriou das terras, criou o primeiro Estado ao qual denominou reino, e do qual se fez rei mediante o uso da autoridade – produto do poderio econômico acumulado ao longo dos tempos – foi, em verdade, o empresário. Também agora está mais fácil explicar que aquelas contribuições espontâneas ao rei e que inspiraram, mais adiante, a cobrança de impostos, de rendas da terra (aluguéis) e até dos juros, em verdade era o famoso **“lucro”** remunerando a atividade empresarial por força de um pacto informal celebrado entre trabalhadores (físicos e intelectuais).

Disso tudo, podemos concluir que a concessão de privilégios à capacidade empresarial (trabalho intelectual) a exemplo do que ocorreu com o trabalho (trabalho físico) durante a vigência da primeira ordem econômica, se constitui uma política econômica inaceitável devido à sua vulnerabilidade diante do egoísmo do homem.

Depõem favoravelmente a esse argumento alguns fatos incontestáveis. Lembremo-nos de quando (no Capítulo que trata do acúmulo de riquezas e a estratificação social) houve um momento em que crescia a população, crescia a produção e cresciam naturalmente contribuições ao rei e cresciam as contribuições em desproporção com as necessidades da família real, daí resultando um inevitável acúmulo de riquezas. Muito embora o pacto celebrado entre o líder e os seus liderados não houvesse estabelecido um limite para as contribuições, com certeza o senso de justiça do rei deverá ter lhe sugerido a hipótese de reverter os

excedentes em prol da comunidade, retirando para si apenas o que lhe era suficiente para se manter dentro do padrão de vida do grupo. Teria assim instituído a co-gestão e evitado, com o seu ato de justiça, as causas da estratificação social, das tensões sociais e da violência. Agindo de modo contrário, ou seja, preferindo tornar exclusivamente sua, a propriedade sobre os excedentes, corrompeu-se e sucumbiu ante a tentação do conto enganoso do Poder e do brilho ofuscante das riquezas.

Esquivando-se da prática da solidariedade – que o inspirara e o conduziu à condição de líder organizador do trabalho e que se constitui condição imprescindível para o progresso da vida em sociedade – o empresário, tomado de egoísmo e vaidade, inconseqüente e inconscientemente leva ao colapso a ordem econômica que o teve como arquiteto, pondo fim ao período de existência da humanidade na Terra, no qual o trabalho (ora físico, ora intelectual) teve papel preponderante dentro da ordem econômica.

A Sociedade, já organizada de forma sistematizada e sob a égide do Sistema Absolutista, conhece o apogeu de uma terceira ordem econômica, na qual, dentre os fatores de produção, sobressai-se a propriedade da terra. O excesso de privilégios concedidos aos proprietários de terra de então, deu por consequência, de um lado, o agravamento de uma já exagerada concentração de riquezas e poderes nas mãos de poucas pessoas – os reis – e de outro, um grande contingente de insatisfeitos, vítimas da miséria e da exploração dos soberanos. As tensões sociais daí decorrentes, conforme já vimos, acabaram por levar o Sistema Absolutista à bancarrota, e com ele a ordem econômica vigente.

Uma quarta ordem se instala, desta feita dentro do Sistema Capitalista que sucedera ao Absolutismo recém-desfeito; e os privilégios antes conferidos aos empresários e proprietários (reis) foram transferidos para os capitalistas (banqueiros). A lição dada aos empresários e proprietários (reis) parece ter sido esquecida pelos detentores do capital, e o resultado está aí: o aprofundamento das desigualdades econômicas, retratado numa estratificação social inconcebível; e o recrudescimento das tensões sociais, em todos os pontos do globo, se refletindo num quadro tenebroso de violência desenfreada e cada vez mais crescente a cobrar intransigentemente e com urgência, o advento de uma nova ordem econômica, onde não existam privilégios mas somente justiça social.

Capítulo 43

O Paradigma SOCOCA

Na terceira parte deste livro apresentamos o conceito de Sistema como sendo o conjunto total das leis naturais que disciplina o comportamento da Sociedade como um todo e, por consequência, de cada indivíduo em particular. Nos parece uma definição simples; no entanto, ao longo das nossas pesquisas e sondagens de opiniões, percebemos que muitas pessoas tinham dificuldade em entender aquilo que conceituávamos como Sistema. Decidimos então recorrer a uma analogia bastante simples, com a qual percebemos que as pessoas entendiam melhor o que pretendíamos transmitir quando falávamos sobre a ideia de Sistema.

Invariavelmente, o nosso método consistia na seguinte explanação: imaginemos um Sistema como se ele fosse uma roda de bicicleta. Nela podemos observar a existência de diversos componentes como o aro, os diversos raios, o cubo, os rolamentos e um eixo. Podemos imaginar essa roda com mais de um aro, da mesma forma como é possível admiti-la com um número maior ou menor de raios, e até mais de um cubo ou rolamento, sem que o seu movimento natural, que é um movimento circular em torno do seu eixo, fique prejudicado. O mesmo, porém, não acontece quando tentamos imaginá-la com mais de um eixo. E perguntamos: quem já viu uma bicicleta cujas rodas têm mais de um eixo, funcionando perfeitamente bem, com suas rodas mantendo em harmonia o seu movimento circular em torno desses eixos?

Do mesmo modo é um Sistema, cujo eixo é representado pelo Regime de Governo, que é o centro do Poder, que garante o equilíbrio do Sistema. Do mesmo modo que a lógica não nos permite conceber uma roda com dois eixos, também não nos permite imaginar a existência de um Sistema com dois Regimes de Governo.

O Quadro Sinóptico da Evolução Histórica dos Sistemas nos mostra as seguintes constatações: No Sistema Primitivo havia apenas um Regime de Governo que era a Anarquia; igualmente, no Sistema Absolutista havia também apenas um, a Monarquia; e no atual Sistema Capitalista temos por Regime de Governo exclusivamente a Oligarquia.

Em sendo assim, perguntamos: qual o regime de governo do dito “Sistema Socialista”? E no dito “Sistema Comunista”? Indubitavelmente, em ambos os casos, o Regime de Governo é uma Oligarquia. Isso significa dizer que, nem Socialismo nem Comunismo se constituem Sistemas distintos, mas apenas variações ou facções integrantes de um mesmo paradigma, vigente em todo o mundo, denominado Sistema Capitalista. Foi por essa razão, que também o denominamos Paradigma SOCOCA, que quer dizer: “SO” de Socialismo, “CO” de Comunismo e “CA” de Capitalismo. Quisemos, assim, deixar bem claro o nosso entendimento acerca do que seja um Sistema, bem como o nosso pensamento a respeito dos pseudo-sistemas Socialista e Comunista.

Existem diferenças entre Socialismo, Comunismo e Capitalismo? Diríamos que sim, em relação à forma como as riquezas são administradas na Economia; todavia, em relação à sua essência, diríamos que não.

Melhor explicando: quando nos referimos à forma como as riquezas são administradas na Economia, queremos dizer que essas diferenças residem no simples fato de que, nos países ditos Socialistas e/ou Comunistas, os meios de produção estão centralizados nas mãos do Estado, enquanto o Estado está subordinado aos interesses de grupos que se escondem por trás da cortina estatal. Enquanto isso, nos países ditos Capitalistas, os meios de produção estão distribuídos entre grupos privados, que os monopolizam, com a conivência e a proteção do Estado que, com eles se acha comprometido. Em outras palavras, no primeiro caso, o Estado se põe na frente e os grupos dominadores ficam por trás da cortina e, no segundo, os grupos dominadores é que ficam na frente, enquanto o Estado, escondido por trás da cortina, age, assegurando-lhes o necessário apoio e proteção.

Existem exceções? Sim, as Ditaduras, que monopolizam sozinhas os meios de produção e distribuem as riquezas e as oportunidades da Economia na Sociedade da forma como lhes parece mais adequada.

Falamos das diferenças, e agora falaremos das semelhanças. Para começar, diremos que em ambos os casos, o rigoroso controle e as restrições ao crédito são indiscutíveis. Com isso, são inevitáveis os prejuízos decorrentes dos grilhões impostos à livre iniciativa. O status social continua sendo conferido em função da posse do capital; em outras palavras, o Trunfo utilizado para controle dos cidadãos e da Sociedade continua sendo o Capital. O Estado Violento não está a serviço do cidadão, mas de interesses contrários a ele, por isso, cerceia-lhe a liberdade e se compraz com a violência institucionalizada.

Existem ainda muitos outros sintomas próprios do Sistema Capitalista, cujas presenças nos países Socialistas e Comunistas nos atestam a veracidade das nossas constatações. Por exemplo: a corrupção, as desigualdades de oportunidades, a ausência de um indexador sério para a moeda corrente, a instabilidade dos preços e do câmbio, a aceitação tácita da Teoria da Escassez, a censura, o rígido controle dos meios de comunicação de massa, a manipulação de informações para distorção sobre a verdade dos fatos, entre outros.

Não estamos questionando aqui o que é mais certo ou mais errado, se Socialismo, Comunismo ou Capitalismo, se Oligarquia ou Ditadura. Estamos apenas assegurando, sim, que tanto Socialismo, como Comunismo e Capitalismo, são farinhas do mesmo saco, isto é, são um mesmo Sistema.

Dê-se a ele o nome que se quiser dar, que isso em nada o mudará na sua essência. Ou seja, será sempre um Sistema que confere aos homens e à Nação que eles compõem, um status segundo a posse do Capital, ou se preferirem, segundo a riqueza que possui. Noutras palavras: se tem dinheiro tem valor; se não tem, nada vale.

Capítulo 44

Socialismo e Comunismo e a Decadência do Capitalismo

Já dissemos que nem Socialismo nem Comunismo se constituem Sistemas, mas, no máximo, facções internas de um mesmo Paradigma. Isso até pode parecer uma dedução precipitada para quem não se deteve, como nós, a analisar a experiência histórica que nos revela a ocorrência de semelhante fato no passado. Na época, vigorava o Sistema Absolutista quando, sob o efeito das tensões sociais em ebulição no seio da Sociedade, o Rei promoveu uma descentralização da autoridade, instituindo o Feudalismo, que os historiadores, inadvertidamente, consideraram um Sistema.

Naquela ocasião, o Monarca foi compelido a dividir o reino em pedaços de terra, aos quais denominou feudos, e nomeou os líderes do povo para administrá-los sob seu comando. Surgiram daí os Senhores Feudais. Esse foi um artifício adotado pela Monarquia com o propósito exclusivo de recuperar a legitimidade perdida pela coroa e, assim, procrastinar a derrocada do já debilitado Sistema Absolutista.

O Feudalismo, muito embora os historiadores o tenham considerado um Sistema, em verdade nunca chegou a sê-lo. Ao contrário, indiscutivelmente se constituiu o principal sintoma da decadência do Sistema Absolutista. Senão vejamos: se a Monarquia, que era o Regime de Governo vigente no Sistema, se considerasse, na época, suficientemente segura da sua capacidade de resistir às tensões sociais, não teria ido à mesa de negociação; e, muito menos, cedido às exigências das classes insatisfeitas de então. Se é que assim procedeu, é por que reconheceu a sua debilidade diante da força da Sociedade que se organizava para reivindicar direitos até então negados pelo Sistema. Esse raciocínio, na época, era muito simples de se fazer: bastava que contássemos os soldados do rei, com suas lanças e escudos, de um lado, diante da possibilidade de enfrentamento de um contingente, dez ou cem vezes maior, de camponeses armados de machados, foices, enxadas, pás e picaretas.

Do mesmo modo que o Feudalismo foi um artifício do Sistema Absolutista para prorrogar a sua existência, o Socialismo e o Comunismo nada mais são do que artifícios do Sistema Capitalista, com o propósito de recuperar a legitimidade perdida, à semelhança do que já aconteceu no passado. Obviamente que as fórmulas são diferentes, mas as intenções são as mesmas.

Vendo por esse prisma, podemos afirmar que o Feudalismo está para o Sistema Absolutista, assim como o Socialismo e o Comunismo estão para o Sistema Capitalista. O propósito continua sendo o mesmo: recuperar a legitimidade perdida do Sistema, e mais uma vez procrastinar a queda do agonizante Sistema Capitalista.

Olhando por este ângulo, mais uma vez veremos que o conflito Leste-Oeste sempre foi uma farsa, e os veementes debates dos partidos de esquerda e direita não passam de propaganda enganosa do Sistema, objetivando manipular a opinião pública em prol dos seus escusos interesses.

Quem se aventura a participar do processo político atual, sem as necessárias cautelas e o indispensável senso crítico, certamente irá se expor ao ridículo de ser considerado massa de manobra, ou inocente útil nas mãos dos donatários do Sistema.

E não vale aqui o argumento do voto de protesto, nem as discussões em torno desse ou daquele Partido ou candidato; pois, embarcando nessa onda, tenhamos a certeza de que não estaremos fazendo outra coisa que não cometendo a incoerência de legitimarmos uma política contrária aos nossos próprios interesses.

O equívoco dos historiadores em relação ao Feudalismo também tende a se repetir, atualmente, em relação ao Socialismo e ao Comunismo, que igualmente nunca chegaram a ser um Sistema, mas, talvez, o principal sintoma da decadência do Sistema Capitalista. Senão vejamos. Se o Capitalismo, que se considera “todo-poderoso”, estivesse totalmente seguro da sua capacidade de resistir às tensões sociais, teria admitido pacificamente uma oposição que lhe ameaçasse a hegemonia no mundo atual? Se é que assim procedeu, é porque reconheceu não somente a sua debilidade diante da força da Sociedade, que se organiza a cada dia para reivindicar direitos sempre negados pelo Sistema, como, também, percebe que o Socialismo e o Comunismo – diferente do que sempre, falsamente, apregou em sua propaganda política – jamais ofereceram perigo para os seus interesses.

Oxalá, que não tenhamos deixado atônitos os nossos leitores, nem tampouco diminuído as suas esperanças de um tempo melhor. Chegamos na metade deste livro e, a partir de agora – mais precisamente a partir da quinta parte – passaremos a falar somente de coisas boas, que nos acendem as esperanças, que nos falam de alternativas e que, enfim, nos mostram as saídas para todas as nossas angústias em relação a esse doloroso momento de transição que se avizinha, quando deixaremos para trás as velhas ideias do Sistema Capitalista para desfrutarmos das novas ideias de um novo sistema: o Sistema do Mérito.

QUINTA PARTE – A IDEOLOGIA DO MÉRITO (A 4ª Pirâmide)

Capítulo 45

Introdução à 5ª Parte

Com certeza o leitor está curioso, e quiçá alimente uma expectativa em torno da IDEOLOGIA DO MÉRITO, principalmente se até ao momento leu com atenção os Capítulos anteriores. Isso nos parece bastante natural, haja vista o grande manancial de informações trazidas ao seu conhecimento até agora. Entendemos até se, em suas expectativas, imaginarem um conjunto de ideias mirabolantes, e até extraterrestres com as quais jamais conviveu. A Ideologia do Mérito, no entanto, como todas as coisas boas e verdadeiras, se constitui de um conjunto de ideias simples e de fácil entendimento. Quando lidamos no campo da verdade, bastam-nos métodos e fórmulas simples para solucionarmos plenamente grandes problemas. Do lado oposto, isto é, no campo da mentira e dos sofismas, por menores que sejam os problemas, carecemos recorrer a providências mirabolantes e de alto custo, que nunca conseguem oferecer soluções satisfatórias. Quando Moisés subiu ao Monte recebeu o Decálogo como alternativa para solução de todos os problemas da Humanidade. Uma lei simples, constituída de dez artigos que se resumem, na prática, em apenas dois:

Art. 1º - “Amarás ao teu Deus sobre todas as coisas”;

Art. 2º - “Amarás ao teu próximo como a ti mesmo”;

e revogam-se as disposições em contrário.

Não temos dúvidas de que o grande erro da Humanidade, em todos os tempos, foi subestimar a sabedoria contida nessa lei julgando-a apenas pela forma singela e pura como nos foi apresentada. Aqui, uma advertência: incorrerá em grave erro quem subestimar a sabedoria contida no conjunto de ideias que

compõem a Ideologia do Mérito, julgando-as pela forma simples como pretendemos apresentá-las. Neste momento gostaríamos de possuir a lucidez e a capacidade de síntese dos maiores radicais da história da Humanidade, entre os quais destacamos Moisés e Jesus Cristo, para transmitir, com o mínimo de palavras, o resultado dos nossos muitos anos de reflexões, estudos e pesquisas devotados à busca de soluções para os problemas da Humanidade atual e das gerações futuras. Tentaremos não ser prolixos para não cansar nem confundir o leitor; procuraremos, no entanto, não ser demasiadamente sucintos de tal modo a omitir informações, prejudicando, assim, a clareza da exposição que agora faremos sobre a Ideologia do Mérito.

Capítulo 46

A Ideologia do Mérito (A 4ª Pirâmide)

Iniciaremos este Capítulo falando das grandes dificuldades e contradições vividas pela humanidade, neste raia do terceiro milênio da Era Cristã. A princípio isso parecerá pessimismo; no entanto, o que de fato pretendemos é apresentar uma justificativa para a ocorrência desse fenômeno e levar a mensagem de otimismo que mais nos parece oportuna.

Impossível negar o estágio de desenvolvimento experimentado pela Sociedade Humana nesses últimos 500 anos, sob a égide do Sistema Capitalista. No entanto, é flagrante, hoje, que a humanidade enfrenta uma situação deveras vexatória, que se evidencia em sucessivos paradoxos e controvérsias, pondo o homem em xeque-mate, ora agredindo, ora sendo agredido, gastando a sua existência inteira, dedicando-se mais à solução de problemas do que aproveitando as oportunidades que a vida lhe oferece.

Nesse emaranhado de dificuldades, ressepte-se a Sociedade, da falta dos pensadores que foram tragados pela epidemia do individualismo, da concorrência predatória, do consumismo, do imediatismo, do conformismo, do medo e do comodismo que o Sistema disseminou. E assim, a cada dia, pela falta de grandes ideias, de ideias libertadoras, todas as instituições, já em adiantado estágio de decomposição, entram em colapso e a Sociedade atônita caminha para o caos.

Ora desiludida, de braços cruzados, ora a seguir falsos profetas, a humanidade assiste estarecida a paranóia dos seus homens públicos a usarem os recursos do trabalho do povo para fins bélicos que só se prestam à destruição da vida. Esvaziaram-se os discursos e o homem público já não tem mais credibilidade. Ante as injustiças sociais e às restrições à liberdade, cresce a insatisfação social e a violência se exacerba, desafiando, a todo instante, a competência dos governos.

A inépcia e a incompetência do poder público não conseguem operacionalizar a utilização racional dos recursos disponíveis, levando milhões de analfabetos a percorrem os caminhos escuros da ignorância, enquanto centenas de milhares de professores são condenados a meros figurantes das estatísticas do desemprego.

Outros milhões perecem de inanição, enquanto as terras ociosas a nada se prestam, além de servir aos distúrbios de comportamento dos detentores da PI.

As Universidades restringem as vagas, dificultando o acesso ao conhecimento e à pesquisa científica, enquanto as Nações carentes de tecnologia amargam a dependência dos monopólios e dos cartéis.

Como se ainda fosse pouco, os donatários do Sistema, monopolistas dos meios de comunicação, ainda se arvoram do direito de distorcer as informações e pregar o conformismo, com a intenção velada de matar a esperança do povo e despojá-lo dos seus legítimos anseios de liberdade e justiça.

Todos esses fatos, porém, malgrado nos mostrarem a imagem do caos, são apenas sintomas claros da derrocada do Sistema Capitalista que agoniza, ante a efervescência e o crescimento de ideias libertárias, que se constituem a sua antítese, o seu germe destruidor, de que nos fala a dialética. São, em verdade, também,

sinais da ruptura da semente que germina debaixo da terra prenunciando o nascimento de uma nova árvore; ou as escaramuças da pedra fundamental da construção da Quarta Pirâmide, representativa do quarto Sistema Econômico, Cultural, Político, Social, Moral e Educacional, ao qual denominaremos de Sistema do Mérito.

O Sistema do Mérito marcará o início de uma nova era de harmonia e prosperidade para a Humanidade, quando vivenciaremos novas regras, novos desafios, novas oportunidades, e outras tantas novidades, compondo um “modus vivendi” diferente, uma nova experiência de convívio social, livre dos grilhões do materialismo e dos trunfos artificiais que, nos últimos tempos, vêm definindo a injusta hierarquia que confere status ao homens em função da posse de bens materiais exteriores, em detrimento de outros valores mais nobres.

Certamente que continuará havendo uma hierarquia dentro da Pirâmide Social do Mérito; mas nessa hierarquia, o **Trunfo** não será um instrumento de dominação material, como o foi a **Terra** dentro do Sistema Absolutista e, mais recentemente, o **Capital** no Sistema Capitalista – que, devido ao seu caráter eminentemente artificial, não suportou por muito tempo os efeitos da evolução intelectual, psíquica e moral, incentivadas e difundidas no bojo do desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação – mas um Trunfo que funcionará como instrumento de libertação, inspirado em princípios de natureza psíquica e espiritual, que fará com que se cumpra a máxima segundo a qual os últimos serão os primeiros.

Organizada sob os auspícios de um novo paradigma, a Sociedade evoluirá e assumirá o seu status de Sociedade Civilizada. Com as suas Necessidades Básicas materiais plenamente atendidas, o espaço ficará aberto para que busquemos o atendimento das Necessidades de Auto-Estima e Auto-Realização. Será desse fenômeno que resultará, enfim, o consenso na eleição do “**Mérito**” como o novo **Trunfo**, elemento que norteará a institucionalização da hierarquia dentro da nova Pirâmide Social. O “**Mérito**” de cada cidadão, decorrerá naturalmente do **serviço prestado** que para ele ensejará, além do reconhecimento social, a possibilidade para o exercício da liderança legítima, num mundo de muito amor e paz.

Apesar de estarmos falando do “**Mérito**”, a consequência mais natural de um “**serviço prestado**”, como algo novo, queremos aproveitar esta oportunidade para revelar que essa ideia já tem mais de dois mil anos e nos foi sugerida pelo Homem mais inteligente e atual de todos os tempos, que em relação a ela assim se expressou:

“Vós sois o sal da terra; e se o sal for insípido, com que se há de salgar? Para nada mais presta senão para se lançar fora, e ser pisado pelos homens.”

Disse-nos, dessa forma, o Mestre: assim como o sal da terra deve servir para salgar, nós também deveremos servir aos nossos semelhantes, à Sociedade e à Natureza, pois quem não vive para servir, assim como o sal insípido, para nada mais servirá, a não ser para ser lançado fora e ser pisado pelos homens. Mais adiante, Ele, também nos orientou: “Vós sois a luz do mundo: não se pode esconder uma cidade edificada sobre o monte; Nem se acende a candeia e se coloca debaixo do alqueire, mas no velador, e dá luz a todos que estão em casa.

Desse modo, nos ensinou uma das mais belas e importantes maneiras de servirmos uns aos outros: dar luz, transmitir o saber, romper os grilhões da ignorância, transmitir as nossas boas experiências, transferir tecnologia.

Quando e como se dará, concretamente, o início do processo de transição do Sistema Capitalista para o Sistema do Mérito?

Esta, sem dúvida, tem sido uma das perguntas mais freqüentes que ouvimos ao longo de todos os anos em que nos dedicamos à pesquisa, ao estudo e, ocasionalmente, ao debate e à difusão dessas ideias. Pudemos notar que, por trás dessas perguntas, não havia apenas a simples curiosidade das pessoas, que atenciosamente nos ouviam, mas também o desejo sincero de ainda estarem vivas e sadias na época em

que for desencadeado o processo de transição, tanto para participarem desse momento histórico, como para usufruírem dos benefícios anunciados pela boa nova.

Precisar exatamente quando esse processo de transição do Sistema Capitalista para o Sistema do Mérito iria ser desencadeado, até bem pouco tempo atrás seria mais difícil; no entanto, hoje, já podemos, categoricamente, afirmar que, nos primeiros anos do terceiro milênio, dois sinais marcantes determinarão os decisivos passos nessa direção. O primeiro deles será a divulgação da nova Ideologia do Mérito, oficialmente publicada na primeira edição deste livro, intitulado “Semente de Democracia”; e o segundo será o início do registro do Partido do Mérito, desencadeado com a publicação do seu Estatuto e Programa no Diário Oficial da União. Estão pois aí, os fatos históricos, demarcatórios do início da transição, para o registro da história.

A publicação do livro “Semente de Democracia” objetiva nos dizer que agora temos à nossa disposição uma Ideologia, uma saída, um conjunto de ideias que nos indica uma direção a seguir, uma alternativa que se opõe, com seriedade e maturidade, à Ideologia dominante e capaz de subsidiar os nossos argumentos e decisões. Mas representa, antes de tudo, um desejo ardente de servir à Humanidade, neste momento de angústia e incertezas.

O registro do Partido do Mérito é um fato político que extrapola os limites do convencional — que é o simples registro de mais um Partido Político nos moldes do atual Sistema — pois ele se traduz como o registro do primeiro Partido Político concebido dentro dos parâmetros de um novo Modelo Político e, conseqüentemente, de um novo Sistema.

Com esses dois fatos, podemos afirmar que o Sistema do Mérito já entrou em vigor; muito embora a sua consolidação só venha a se operar a partir de quando o Partido, chegando ao Poder, implementar completamente a nova ideologia. Isso, porém, não deve nos desencorajar, pois, malgrado sabermos que transformações sociais de tamanha magnitude carecem de prazo para a sua total consolidação, acreditamos que o grande momento dessa consolidação, também, esteja próximo, bastando, para isso, levarmos em conta que ela se dará na razão direta do desenvolvimento das comunicações, dos transportes e, principalmente, da crescente insatisfação e vontade popular, hoje completamente inclinada a absorver rapidamente, toda e qualquer ideia que represente uma boa mudança.

Uma prova concreta dessa iminente ocorrência poderemos ver nas evidências fornecidas pela História, na qual encontramos a seguinte cronologia:

Do século 44.000 a.C. ao século 50 a.C. – vivemos, aproximadamente, **4.395.000 anos** sob a égide do **Sistema Primitivo**.

Do século 50 a.C. ao século XV d.C. – vivemos em torno de **6.500 anos** dentro dos parâmetros do **Sistema Absolutista**.

Do século XV até o século XXI – contamos atualmente com pouco mais de **500 anos** de **Sistema Capitalista**.

O que percebemos é que os espaços de tempo observados entre as transformações e sucessões dos diversos Sistemas vêm caindo, de Sistema para Sistema, o que nos leva a ter maior segurança nas nossas conclusões.

Achamos importante tecer algumas considerações acerca de como toda essa transição se dará; e mais uma vez, aqui se evidenciam as grandes diferenças entre o Sistema do Mérito e os seus antecessores.

Enquanto os demais Sistemas não tiveram anunciadas as suas chegadas – simplesmente foram acontecendo ao sabor das lutas pelo Poder e dos interesses em jogo – o Sistema do Mérito já se apresenta como previamente anunciado, se não na sua concepção integral, mas pelo menos nos seus princípios fundamentais e nos seus passos decisivos.

Outra importante diferença é que o Sistema do Mérito se consolidará apoiado em princípios naturais e verdadeiros, e não em expedientes artificiais, como foi o caso dos Sistemas Absolutista e Capitalista, que por essa razão se exauriram em tão pouco tempo, ratificando o adágio popular, segundo o qual **“a mentira tem pernas curtas”**.

Uma outra característica importante do **“Mérito”** é que ele se inspira, desde a sua concepção até à sua consolidação e posterior existência, na Não Violência, na Paz, na Verdade, na Justiça, na Liberdade, enfim, somente no Bem. Isso faz com que todos os adeptos do novo Sistema saibam distinguir, a priori, o que é e o que não é decisão do Sistema, ou seja, o que comunga e o que não comunga com os seus princípios; e de uma forma didática onde nos basta uma simples consulta à nossa consciência. Por exemplo: uma mensagem de paz, sempre estará intimamente ligada aos princípios do Sistema do Mérito; uma conclamação à guerra, jamais. A Justiça e a Liberdade fazem parte dos princípios do novo Sistema; as injustiças e as restrições à liberdade, em hipótese alguma. A verdade é abraçada incondicionalmente pelo novo Sistema; a mentira e a hipocrisia serão abominadas. A transparência nas ações do Governo e dos cidadãos será incentivada, protegida e respeitada; os subterfúgios e as manobras nocivas e sub-reptícias serão condenadas, e assim por diante. Logo, não temos nada a temer, vamos, portanto, à Quarta Pirâmide, ao Sistema do Mérito.

Capítulo 47

A Grande Anistia

A Grande Anistia vem se constituir a pedra fundamental que dará início à consolidação da Ideologia do Mérito. Vem desencadear o processo de transição definitiva do Sistema Capitalista para o Sistema do Mérito.

A Sociedade, neste início de milênio, vive reiteradamente a clamar por liberdade, justiça e paz. O Sistema do Mérito, atendendo a esse clamor geral e entendendo como imperiosa a necessidade de pacificação social, quebra, com a decretação da Grande Anistia, perversos grilhões, fonte de tanta corrupção, de tanta violência e de tanta injustiça, desnecessariamente sofridas, apenas para atender à tentativa malograda do Sistema Capitalista de se manter vivo, contrariando as aspirações populares e as imposições naturais advindas da Lei do Progresso.

De tanto ser conclamada à competição predatória, à luta, ao combate, à guerra, linguagem corrente dentro do violento Sistema Capitalista, a Sociedade vive exausta, dentro de uma verdadeira e fratricida guerra em defesa da sobrevivência. Por essa razão, o desafio do novo paradigma, não é competir, lutar, combater, ou declarar guerra contra o cerceamento das liberdades individuais, a injustiça, a violência, a corrupção, a miséria etc., mas, simplesmente, acabar com todas essas mazelas de uma vez por todas, para, assim, atender plenamente aos legítimos anseios sociais.

Mais uma vez, ao contrário do que sempre fez o paradigma SOCOCA, o Sistema do Mérito, decretando a Grande Anistia está convidando os cidadãos para a grande festa democrática a que ela dá início, fazendo-os esquecer aquelas esdrúxulas conclamações para as quais já não vemos mais sentido.

A decretação da **Grande Anistia** não significa o incondicional perdão de todos os crimes cometidos pelos cidadãos nem de todas as dívidas atuais contraídas por empresas e cidadãos. Significa sim:

Com relação a todas as penas cominadas para os crimes cometidos pelos cidadãos até a data em que o Sistema do Mérito chegar ao Poder, que essas penas serão cumpridas de conformidade com o novo Código Penal e a nova Lei das Execuções Penais do Sistema do Mérito, podendo o cidadão infrator reclamar em seu benefício, como atenuante, o fato de o crime ter acontecido sob a égide do Sistema Capitalista.

Com relação às dívidas contraídas pelo Estado, pelas empresas e pelos cidadãos, até à data em que o Sistema do Mérito chegar ao Poder, estas serão tratadas observando-se a seguinte classificação: a) dívidas do Estado e da Sociedade, contraídas de forma lícita e decorrentes do intercâmbio de bens e serviços, bem como de empréstimos internos e externos; e b) dívidas da Sociedade para com o Erário Público, decorrentes da cobrança de impostos, contribuições, taxas e multas etc.

Com relação às primeiras, deixarão de valer as regras do Sistema Antigo a partir da data da implantação do Novo Sistema. A seguir, sem prejuízo para a parte credora, serão trazidas para dentro do Novo Sistema Financeiro e renegociadas segundo os novos critérios de prazos e juros fixos, respeitando-se a real capacidade de pagamento do devedor.

Aquelas contraídas mediante coação, dolo e principalmente corrupção do credor, serão sumariamente anistiadas sem qualquer ônus para o devedor.

Com relação às últimas, aquelas da Sociedade para com o Erário Público, decorrentes da cobrança de impostos, contribuições, taxas e multas etc., serão anistiadas na sua totalidade. Isto porque o Sistema do Mérito considera que o Estado, tem se portado mais a serviço do Sistema Capitalista do que da Sociedade, e não apenas abusou da capacidade de tributação que a Sociedade lhe outorgou, como também, preferindo a corrupção, deixou de resgatar a dívida social contraída para com ela (a Sociedade). Em sendo assim, para fazer justiça, a dívida fiscal da Sociedade para com o Estado fica compensada com a dívida social do Estado para com a Sociedade.

Com a Grande Anistia, o Sistema do Mérito pretende desencadear a operação “Limpa Nome” extensiva a todos os cidadãos, hoje inadimplentes e, assim, catalogados nos registros de cartórios e de outras tantas organizações autodenominadas de “serviços de proteção ao crédito”. Com essa medida, visa, também, libertar os cidadãos do cutelo das restrições cadastrais que tantos prejuízos tem trazido para o país, principalmente aos empreendedores, os mais vulneráveis às turbulências da Economia — decorrentes do mau planejamento, da má administração, da má direção, do mau comando e do descontrole do Governo, — pela característica de vanguardistas da livre iniciativa e da criatividade que impulsiona o crescimento e o desenvolvimento econômico e social da Nação.

SEXTA PARTE – O NOVO MODELO ECONÔMICO

Capítulo 48

A Nova Ordem Econômica (Novos Conceitos e Novas Formas de Pensar)

A experiência da política de privilégios, presente na história das ordens econômicas, provou que não atende aos anseios da humanidade; e hoje, nem trabalhadores, nem empresários, nem proprietários e nem capitalistas podem se queixar de que não tiveram a sua oportunidade de provar o contrário, restando-lhes, pois, aceitar a evidência da necessidade de uma nova ordem à altura das exigências da sociedade civilizada, e principalmente do **“HOMEM NOVO”** que haverá de estar nascendo dentro de cada leitor deste livro.

Antes de iniciarmos a exposição da nova ordem econômica defendida pelo Sistema do Mérito, queremos fazer duas ADVERTÊNCIAS:

Primeira: – Se os princípios da nova ordem econômica forem bem entendidos e não forem aceitos, sem restrição, por parte do leitor, é sinal que ainda dentro dele não habita o HOMEM NOVO, para quem ela se destina. Se, caso contrário, forem bem entendidos e aceitos, fica clara a sua disposição sincera de nascer de novo. Sendo assim, recomendamos uma leitura mais demorada deste livro – com tempo suficiente para meditação e para uma análise mais serena, Capítulo por Capítulo, fazendo uma profunda

reflexão sobre os fatos passados, presentes e futuros que envolveram, envolvem e poderão vir a envolver você, seus familiares e descendentes, a sociedade como um todo e principalmente as gerações futuras – para, no final, fazer um juízo imparcial sobre a conveniência de aceitar ou não como ideal o novo modelo de convivência social sugerido pelo Sistema do Mérito.

Após haver tomado ciência do ideário que este livro contém, um fenômeno, inevitável, haverá de ter acontecido com o leitor. É que o espaço do seu pensamento, antes preenchido exclusivamente com muitas desesperanças e desilusões, que o induziam à crítica e até à condenação do Sistema Capitalista, passou a ser dividido, a partir de agora, com uma nova onda de esperanças e ilusões em relação ao Sistema do Mérito. Isso implica em dizer que um conflito interior intenso — que não poderá se tornar eterno condenando-o a uma vida infeliz, porque repleta de insatisfações e frustrações — tomou conta da sua vida, e aí permanecerá até ao momento em que o leitor, por não mais poder ficar em cima do muro, tomar compulsoriamente, uma das duas decisões a seguir:

Reconhecer-se e aceitar-se como adepto fiel do Sistema Capitalista ou como adepto fiel do Sistema do Mérito.

Reconhecer-se e aceitar-se como adepto fiel de um sistema significa concordar sem restrições com os seus princípios. É trabalhar sempre objetivando o aprimoramento do seu programa, e em vez de criticá-lo, assumir na condição de co-partícipe, a responsabilidade pelos seus erros e a glória pelos seus acertos.

A segunda: – Convém não esquecer que o que caracteriza o **HOMEM NOVO** são, essencialmente, **NOVOS HÁBITOS**. Novos hábitos de agir e principalmente de pensar. Mas é preciso lembrar que mudanças de hábitos arraigados não ocorrem da noite para o dia e carecem de muito esforço e determinação. Para que tenhamos uma ideia de quanto é difícil mudar formas milenares de pensar, bastanos o exemplo do Planeta Terra, que outrora foi, para os homens, o centro do Universo, em torno do qual, se dizia, giravam todos os astros celestes. Vejam bem, mesmo hoje, após as descobertas de Galileu Galilei e o domínio da Ciência da Astronomia, malgrado termos conhecimento de outra verdade, aqui e acolá nos surpreendemos raciocinando como se o minúsculo ponto que é o nosso modesto Planeta Terra ainda fosse aquele centro do Universo de muitos séculos atrás.

Esta advertência encontra uma razão na nossa pretensão de apresentar dentro da nova ordem econômica, conceitos novos que mudam hábitos milenares como é o caso das concepções de Propriedade, Prioridades, Orçamentos, Sistema Financeiro, Crédito Público, Domicílio Bancário, Poupança, Inflação, Deflação, Especulação, Corrupção, Quatro Mercados, Política Cambial, Salário e Moeda, os quais serão objeto de estudos nos Capítulos seguintes.

Desde os primórdios dos tempos, aprendemos que: o trabalho nos dá o direito de propriedade sobre os bens e serviços que produzimos e esses bens e serviços, quer por força de um pacto, quer pela simples aceitação dos hábitos correntes, são substituídos pelo dinheiro (capital). Ou seja, **o capital passou a ser a expressão monetária da propriedade**, e a propriedade, por conseguinte, a representação do trabalho. Muito embora isso nos pareça óbvio, precisamos levar em conta que, a exemplo do que ocorreu com o Planeta Terra, a realidade sobre o conceito de capital, na sociedade dos nossos dias, também mudou; e o raciocínio que foi válido para uma sociedade primitiva não satisfaz, quando falamos de sociedade civilizada. Hoje, já não se trabalha, como antigamente, diretamente para se adquirir a propriedade sobre determinados bens, mas para se adquirir o capital e através dele adquirir os diversos bens e serviços à nossa disposição na Economia. Por isso, a concepção nova que pretendemos dar ao capital, diz que **o Capital é a expressão Monetária do Trabalho**; e todos se perguntarão: e a **Propriedade**? A resposta virá num Capítulo mais adiante, escrito especialmente sobre o tema. Será a partir dessa nova concepção de capital, que exigiremos para ele o mesmo respeito que deveremos devotar ao trabalho, ao qual ele deverá estar permanentemente indexado. E indexado de tal modo que jamais um seja atingido sem que o outro, na mesma proporção, também o seja.

Quando no início deste Capítulo falamos de política de privilégios, dissemos em outras palavras que a injustiça sempre esteve presente dentro dos critérios de distribuição de riquezas que conhecemos como ordem econômica. Mas não apenas a essa forma nociva podemos atribuir os fiascos observados nas quatro

ordens conhecidas. Merece destaque, também, o grande erro que foi **promover a distribuição das riquezas como recompensas em função das atividades exercidas pelos homens e não em função das necessidades básicas desses homens**. Quisemos dizer que, agindo-se assim, atribui-se mais valor ao trabalho do homem do que ao próprio homem.

Corrigindo essa aberração, a nova ordem econômica despreza a prática dos métodos convencionais, optando por ir ao encontro da pessoa humana, visando primordialmente atendê-la plenamente, segundo as suas necessidades básicas, adotando um critério científico pautado na racionalidade e na lógica onde se observa o respeito aos princípios de liberdade plena e justiça absoluta. A ela, um desafio se impõe: persuadir trabalhadores, empresários, proprietários e capitalistas a assumirem novas posições dentro da sociedade, através de uma argumentação consistente, capaz de vencer a intransigência, o egoísmo e tantas outras vicissitudes responsáveis pela proliferação das chagas sociais de que se acha acometida a humanidade.

É a Ciência da Psicologia quem nos mostra o caminho seguro a ser seguido em busca de um critério justo de distribuição das riquezas em função das necessidades básicas do homem. Como sabemos, essas necessidades básicas são seis: necessidades fisiológicas, culturais, de segurança, sociais, de auto-estima e de auto-realização. Ainda segundo a Psicologia, a busca da satisfação dessas necessidades se processa observando-se uma escala de prioridades, na qual se sobressaem em primeiro plano as necessidades fisiológicas, seguidas das culturais, de segurança, sociais, de auto-estima e auto-realização, numa cadeia onde, à proporção que uma necessidade começa a ser atendida num nível satisfatório, uma outra se inicia, numa seqüência que vai das necessidades fisiológicas às de auto-realização em cada indivíduo, ocupando cada uma um certo grau de importância, a cada momento, de acordo com a intensidade com que se manifesta e exercendo, cada qual por sua vez, o papel de determinante do comportamento nas decisões que dão solução aos conflitos.

Considerando que as necessidades fisiológicas e de segurança são necessidades eminentemente materiais, isto é, necessidades que só podem ser atendidas mediante a utilização das riquezas materiais, em torno das quais giram os fatores determinantes do grande conflito da humanidade ainda hoje, cabe à nova ordem econômica, como desafio primeiro, encontrar a fórmula capaz de pôr fim a esse atraso, que é o não atendimento satisfatório dessas necessidades, para que as necessidades mais nobres possam se manifestar livremente, dando à humanidade uma oportunidade real de continuar a sua marcha evolutiva. Dessa fórmula trataremos no Capítulo 50, onde apresentaremos a **“MATRIZ DE INAIRO”**.

Uma coisa será certa: a nova ordem econômica não concederá privilégios para essa ou aquela categoria produtiva, seja a dos trabalhadores ou dos empresários, seja a dos capitalistas ou dos proprietários. Para ela, também, não importa que sejam micros, pequenos, médios ou grandes os participantes do jogo econômico. Importa, sim, que tudo seja fundamentado em princípios lícitos de liberdade plena e de justiça absoluta.

Capítulo 49

Teoria da Escassez x Teoria da Suficiência

“Os recursos são escassos e as necessidades cada vez mais crescentes”, diz a Teoria da Escassez, no fim do século XX e início do século XXI. “Enquanto a produção cresce em progressão aritmética, a população cresce em progressão geométrica”, disse Malthus, dois séculos antes, no fim do século XVIII e início do século XIX, quando a sua constatação, que o tornou célebre, foi atropelada pela Revolução Industrial e caiu no vazio.

A analogia entre a Teoria da Escassez e o Pensamento Malthusiano nos mostra que as diferenças são meramente semânticas, pois na sua essência o conteúdo é o mesmo. Por isso, fica muito difícil acreditar

que os capitalistas, as grandes águias da Economia Política do mundo atual aceitem a Teoria da Escassez como verdade definitiva. Mas uma coisa é certa, esta muito lhes convém; e não apenas por lhes permitir atender aos seus anseios de riqueza e poder com exclusividade, mas sobretudo porque a verdade, que a ela se opõe, conduz necessariamente à derrocada o agonizante Sistema Capitalista, que hoje deixa sem respostas as principais questões da humanidade.

Sem respostas para tantas questões, temos a certeza absoluta de que, neste exato momento da história, a humanidade encontra-se atormentada, quiçá até desesperada, na busca de um “modus vivendi” alternativo mais justo e que não apenas responda a todas as questões, mas que solucione os problemas que hoje dão causa a tantas aflições. Este é o grande desafio do momento. Encontrar a porta que dá acesso ao caminho da paz e do progresso humano acelerado em nosso planeta, e que conduzirá à celebridade o seu descobridor. Alternativa esperada com ansiedade pelos famintos de todo o mundo — vítimas da violência, da miséria, das injustiças sociais e de todas as mazelas do subdesenvolvimento — pelas gerações futuras, enfim, por todos quantos desejam ver este mundo transformado num reino de paz e felicidade.

Até então, os nossos escritos buscaram, nas entrelinhas da história, os fundamentos para as constatações feitas e as explicações para o momento em que vivemos. A partir de agora, eles dão início à realização da tarefa à qual se propõe: a apresentação da alternativa que não apenas venha a se opor ao Sistema Capitalista decadente em vigor, seguindo a rotina improdutiva da crítica, mas que traga receitas novas e eficazes, suficientes para subsidiarem a construção de uma QUARTA PIRÂMIDE, na qual predominem a liberdade e a justiça na institucionalização de uma hierarquia humana, segundo o MÉRITO do trabalho desenvolvido por cada homem.

Ao pessimismo da Teoria da Escassez, que é a teoria do egoísmo, da ganância, da inveja, da preguiça, da incompetência, da covardia e da conveniência dos adoradores do dinheiro, responderemos com o otimismo da “Teoria da Suficiência”, que é a teoria do altruísmo, do trabalho, da inteligência, da coragem, da verdade e da determinação, que são virtudes próprias dos homens de fé.

Muito embora a Teoria da Escassez jamais tenha sido submetida ao crivo da lógica e da ciência, hoje, em todo o mundo, ela é aceita como verdade absoluta. Isto se deve à publicidade intensa, patrocinada pelos grandes e escusos interesses a quem serve, indiferente às consequências desastrosas que produz.

Fica, assim, lançado o desafio a todos os adeptos desse sofisma denominado Teoria da Escassez, para que a comprovem, cientificamente, para em seguida contestarem a verdade que denominaremos “Teoria da Suficiência”, a qual assim enunciamos: “As necessidades são naturalmente limitadas e controláveis e os recursos são infinitos. Pré-requisitos: Liberdade, Educação e Justiça”.

Diferente do que aconteceu com a Teoria da Escassez, que jamais passou de teoria, transformaremos a Teoria da Suficiência em tese, com o respaldo científico necessário, e em duas etapas. Na primeira delas, provando porque as necessidades são limitadas e controláveis (ou seja, têm um limite natural e podem ser controladas artificialmente) e na segunda parte, porque os recursos são infinitos.

I – As necessidades são limitadas e controláveis

A Psicologia, dentro do Sistema do Mérito, nos ensina que são seis as necessidades básicas do homem. Elas:

A. Necessidades Fisiológicas (as mais primárias)

B. Necessidades Culturais

C. Necessidades de Segurança

D. Necessidades Sociais

E. Necessidades de Auto-Estima e

F. Necessidades de Auto-Realização.

Quando afirmamos que as necessidades são limitadas, estamos dizendo claramente que todas as necessidades do homem têm um limite. Isto mesmo, um limite. Mesmo aquelas de origem meramente psicológica ou espiritual. É bom lembrar que quando Malthus anunciou a sua descoberta, ele estava falando de Economia e somente de necessidades materiais, da mesma forma que a Teoria da Escassez. No nosso caso, porém, estamos falando de necessidades materiais, mas também de necessidades psíquicas e/ou espirituais, pois é assim que consideramos as necessidades de auto-estima e de auto-realização.

Ainda segundo a Psicologia, a busca de satisfação para essas necessidades no homem, se processa observando-se uma escala de prioridades — na qual se sobressaem em primeiro plano as necessidades mais primárias que são as Fisiológicas, seguidas das Culturais, de Segurança, Sociais, de Auto-Estima e, por último, as de Auto-Realização, — seguindo uma cadeia onde à proporção que uma necessidade começa a ser atendida, num nível satisfatório, uma outra se inicia, numa seqüência que vai da Fisiológica à Auto-Realização.

Isso tudo acontece, também, de tal modo que, a cada momento, e de acordo com a intensidade com que se manifestam, as necessidades básicas exercem no indivíduo, cada qual por sua vez, o papel de determinantes do comportamento, nas suas decisões que visam a solução dos seus conflitos. Exemplo: as necessidades de alimentação exercem uma grande influência sobre o comportamento do homem até o momento em que ele enche o estômago. A partir daí, as suas preocupações se voltam para outras coisas, como a repetição dos procedimentos que lhe asseguraram a alimentação na hora da fome. Depois disso, começa a se preocupar com a certeza do dia de amanhã etc., e assim por diante.

Os Limites das Necessidades Fisiológicas

Consideradas as mais primárias, isto é, as que primeiro surgem. Tomemos o exemplo da alimentação. Qual seria a necessidade diária de consumo de alimento de um homem? Médicos e nutricionistas podem muito bem nos dizer, nas proporções ideais, o quanto de vitaminas, proteínas, sais minerais, lípidios, carboidratos etc., carecemos para viver bem. Agora digamos que num cardápio variado constasse em média o consumo diário de 100 ou 200 gramas de carne para um certo indivíduo. A insuficiência da sua renda poderia levá-lo a consumir menos que isso; mas, certamente, sua renda, por maior que ela fosse, jamais conseguirá fazê-lo consumir 100 Kg de carne por dia, pois isto estaria fora do seu limite natural e que é a capacidade de absorção de seu organismo. De forma idêntica, por mais rico que fosse um homem, não trocaria de roupa mil vezes por dia — com certeza isso lhe seria muito incômodo — pois o seu tempo seria insuficiente para tanto. Seria assim, o tempo, o limite natural para esse caso.

Até agora falamos dos limites das Necessidades Fisiológicas de apenas um homem. E qual seriam os limites dessas mesmas necessidades para toda humanidade? Numa equação simples, teríamos: a necessidade de consumo diário médio de um homem, multiplicada pela quantidade de homens que habitam o nosso planeta, será igual à necessidade de consumo médio diário de toda a humanidade. Restar-

nos-ia, num planejamento de longo prazo, considerar o crescimento vegetativo da população, hoje perfeitamente previsível e com tendência à estabilização num futuro, quando a educação dos homens e os limites naturais do organismo humano indicarem a sua quota ideal de reprodução e existência na terra, livre dos atropelos da superpopulação, da violência, dos acidentes, doenças e epidemias.

Os Limites das Necessidades Culturais

Todos nós, seres humanos, demonstramos, no nosso dia-a-dia, uma tendência natural a repetir determinados comportamentos e atitudes que contribuem positivamente para a satisfação dos nossos desejos ou para o alcance dos nossos objetivos na vida. A aplicação sistemática e com sucesso desses procedimentos, com o passar do tempo, vai se tornando automática, dando origem a certos padrões comportamentais, aos quais denominamos hábitos e costumes. O conjunto integral dos hábitos e costumes de uma sociedade define a sua cultura. Logo, o que determina o limite de uma necessidade cultural individual é apenas a obtenção de um padrão comportamental individual, uma simples rotina, que assegure o sucesso da nossa ação individual sem maiores esforços todas as vezes que determinada situação venha a se repetir. Do mesmo modo, o limite das Necessidades Culturais de uma sociedade é determinado pela obtenção de um padrão comportamental social, uma rotina social, que, igualmente, assegure o sucesso das ações coletivas da sociedade diante de situações que se repetem. O que caracteriza uma necessidade cultural desatendida é a ausência de um procedimento padronizado eficaz (seja um folkway, um mos ou uma lei) contra o incômodo da sensação de impotência que nos invade quando nos defrontamos com certos problemas e dificuldades sociais que nos agridem e que parecem nos dizer: para mim não tem solução.

Os Limites das Necessidades de Segurança

No momento em que as Necessidades Fisiológicas e Culturais começam a ser atendidas, surgem outras necessidades. O sofrimento vivido hoje começa a despertar nos indivíduos o sentimento de busca de alternativas que possam evitar a sua repetição no dia de amanhã. São as Necessidades de Segurança que começam a se manifestar e a dirigir o comportamento dos homens. O instinto de auto-preservação, que antes os induziam a buscar alimentos, agora os levam a buscar a integridade física e pessoal, a integridade do patrimônio material e a certeza de oportunidades no porvir.

Podemos dizer que as Necessidades de Segurança são como que um prolongamento das Fisiológicas manifestadas de uma forma indireta, mas que no fundo, o que está predominando é o instinto de preservação da espécie. E os seus limites onde estão?

Tomemos o exemplo de integridade física pessoal. Diríamos que essa necessidade se esgotaria no momento em que o cidadão, ao sair à rua para trabalhar, ir à escola, se divertir, fazer compras etc., seja durante o dia, seja à noite, faria em paz o seu percurso, certo de que não estaria exposto à ação violenta de quem quer que seja. Igualmente, a integridade do patrimônio estaria atendida no momento em que este estivesse livre da apropriação indébita de outros ou da ação de malfeitores. Também a certeza de oportunidades futuras seria uma necessidade que seria atendida com a existência de escolas adequadas e suficientes para todos.

A essas duas necessidades, Fisiológicas e de Segurança, poderemos classificar como necessidades essencialmente materiais. O homem, para atendê-las, busca recursos do meio para si, diferentemente das Necessidades de Auto-Estima e Auto-Realização, quando o homem é envolvido pela necessidade de se tornar útil à sociedade, buscando dentro de si uma forma de servir ao meio.

Os Limites das Necessidades Sociais

Já foi dito inúmeras vezes: “O homem é um ser social”. Já foi dito, também, que viver em sociedade é uma necessidade básica que acomete o ser humano e que o impulsiona para constituir uma família, uma comunidade, uma sociedade e para com ela interagir, etc., etc., etc. O que não foi dito, ainda, é que essa necessidade tem o seu limite. E mais: que esse limite, uma vez atingido, faz cessar essa necessidade naturalmente, salvo em casos caracterizados como distúrbios de comportamento. Desse modo, necessidades como aquelas que nos induzem a buscar a companhia de outra pessoa, para com ela interagir e compartilhar os nossos sentimentos e até segredos mais íntimos, são atendidas através do namoro e atingem seu limite no casamento.

Com o casamento, preenchemos mais uma lacuna no âmbito das nossas necessidades sociais mais imediatas. Nesse instante, se nos detivermos a observar, veremos, por trás de nós, os nossos pais; do nosso lado direito os nossos irmãos; do lado esquerdo, lado do coração, a nossa esposa; e, à nossa frente, um vazio reservado para os nossos filhos, sugerindo-nos que é chegada a hora da procriação. Todas essas pessoas em torno de nós são agentes que contribuem diretamente para o atendimento das necessidades que sentimos de conviver com alguém (as quais denominamos Necessidades Básicas Sociais) mas, ao mesmo tempo, são importantes coadjuvantes no atendimento de outras necessidades, como por exemplo: os nossos pais, na retaguarda e empenhados em colaborar conosco no atendimento das nossas Necessidades Fisiológicas, Culturais e de Segurança; os nossos irmãos, num primeiro momento, do nosso lado direito, e a nossa esposa, posteriormente, do nosso lado esquerdo, favorecendo o atendimento das nossas Necessidades de Auto-Estima; e à nossa frente, por fim, os nossos filhos, nos indicando o caminho para o atendimento das nossas Necessidades de Auto-Realização. Observem que a constituição de uma família atende aos ditames de uma Necessidade Social e delinea claramente os limites dessa necessidade, que é integrar e interagir com uma sociedade.

E se viermos a perguntar: por que e para que constituir uma família? Somente para integrá-la e para com ela interagir? E interagir com ela para quê? A resposta não poderia ser mais óbvia: para, através dela, atendermos todas as nossas necessidades básicas menores; e, uma vez atendidas essas necessidades menores, percebermos com clareza a beleza e a grandeza do nosso ser e da nossa verdadeira família que é toda a humanidade, onde os nossos ancestrais são os nossos pais, nossos contemporâneos são nossos irmãos e esposas e os jovens e as gerações futuras são nossos filhos, netos, bisnetos etc. Somos assim, como bem diria Waldo Vieira, “uma importante Mini-Peça dentro do Maxi-Mecanismo Social e Universal”. A percepção lúcida dessa realidade estabelece o limite final das Necessidades Sociais.

Os Limites das Necessidades de Auto-Estima

O simples desejo de ver reconhecida, por um grupo de pessoas, o valor e a utilidade de serviços prestados, ocupa, em certas ocasiões, a condição de determinante do comportamento humano, relegando a segundo plano outras necessidades outrora mais importantes. É o triunfo da inteligência sobre a preguiça, querendo levar o homem a dizer: “Vejam como eu sou importante, sou livre e auto-suficiente, já não dependo mais de ninguém para atendimento das minhas necessidades básicas mais primárias. Já posso contribuir muito bem com o meu trabalho, a minha iniciativa, a minha inteligência. Posso e quero ajudar ao meu próximo. Por isso, preciso e mereço ser amado, admirado e respeitado”.

A simples aceitação habitual de um homem como apto ao exercício de determinada atividade, o reconhecimento formal através de um certificado de habilitação ou diploma, ou até mesmo um mero elogio, poderá significar o limite de uma necessidade dessa natureza.

Os Limites das Necessidades de Auto-Realização

Compreendemos a Necessidade de Auto-Realização de um homem como um sentimento profundo de intensidade superior ao instinto de preservação. Guiado pelos parâmetros da vocação, é ele que torna o homem determinado no cumprimento do seu desiderato de servir à humanidade.

Não devemos confundir a necessidade de Auto-Realização, com a ganância do ter. A primeira se funda no desinteresse material absoluto e na vontade de bem servir para o registro exclusivo da posteridade; a segunda, na paranóia do acúmulo inconseqüente de tesouros a serviço exclusivo do egoísmo de certos materialistas, portadores de distúrbios de conduta onde se sobressai a insegurança crônica como determinante do comportamento.

O limite da Auto-Realização é o próprio limite da existência. Ela finda, quando expira a vida.

Mas as necessidades não são apenas limitadas. Elas são também controláveis, tanto do ponto de vista do atendimento parcelado, quanto do ponto de vista da substituição. São as capacidades de adaptação e resistência do homem determinantes dessa flexibilidade.

II – Os Recursos São Infinitos

Um grão de arroz, trigo, milho, feijão, soja ou outro cereal, plantado adequadamente, se reproduzirá em uma quantidade considerável. Digamos que um grão viesse a se reproduzir em cem. A lógica nos leva a concluir que um milhão de toneladas desse mesmo grão, recebendo o mesmo tratamento, reproduzirá cem milhões de toneladas, e assim por diante, numa progressão geométrica que tenderá para o infinito.

A experiência dos grãos igualmente será válida para a pecuária, piscicultura etc.; em outras palavras, para alimentos, vestuários, calçados etc.

No globo terrestre, precisamos ter em mente, que a grande maioria das terras ainda está ociosa; o subsolo, os oceanos, nem se fala, e a parte aérea mal se cogitou da sua utilização.

Ora, se os recursos dos reinos vegetal e animal se multiplicam e tendem para o infinito, vemos mais infinitos ainda, os recursos minerais, que não apenas estão no solo e subsolo da terra, mas também no fundo dos oceanos, nos demais planetas do sistema solar, enfim, na imensidão do Universo.

Diante da suficiência de recursos e das imensas riquezas existentes no planeta, onde residem as causas da escassez? Questionamos, assim, o atendimento aos pré-requisitos de liberdade, educação e justiça.

Liberdade plena, para que os homens possam ter livre acesso à terra e ao capital, para exercerem a livre iniciativa e o trabalho, sem os grilhões das conveniências escusas dos monopólios de qualquer natureza. Sem a tutela descabida do Estado corrupto. Liberdade, enfim, para exercerem com plenitude os seus direitos, e contribuir com os seus trabalhos segundo as suas vocações, potencialidades e diferenças individuais, conduzindo, assim, a humanidade rumo ao progresso harmonioso e pacífico.

Educação para que o conhecimento e a experiência humana sejam transmitidos com eficiência às gerações futuras, sem os “garrotes” que obstam o acesso aos centros de excelência e sem a famigerada Lei de Patentes, possibilitando a continuidade da marcha das ciências e do progresso humano no Planeta.

Justiça, para que haja igualdade na distribuição das oportunidades e equanimidade na distribuição das riquezas segundo o mérito de cada um, dando-nos a certeza de um equilíbrio e de uma paz duradoura entre os homens.

Conhecendo, agora, a Teoria da Suficiência, que se opõe de forma veemente ao sofisma da Teoria da Escassez, vemos que a verdadeira intenção dos patrocinadores desse sofisma é inculcá-lo nos homens para transformar em hábito corrente e natural, nas transações comerciais, o expediente escuso da especulação, institucionalização do oportunismo criminoso, que ignorando os limites da justiça abocanha gananciosamente o orçamento do cidadão indefeso, sejam eles pequenos trabalhadores, empresários, capitalistas e proprietários.

Pretende-se com a Teoria da Escassez, de modo espúrio, justificar a elevação dos preços dos bens na Economia, alegando-se a elevação do custo do serviço de aquisição de um produto em período de escassez. Convém ressaltar, alto e em bom tom, que o “serviço” realmente se constitui um custo, mas o oportunismo criminoso da especulação não é serviço, mas antes um “desserviço” à sociedade; e, sendo assim, não merece qualquer remuneração ou recompensa – muito pelo contrário –, antes o repúdio de todos. Mormente agora, quando sabemos que toda escassez é ocasional, salvo as decorrentes dos distúrbios de comportamento dos grupos monopolistas — que obstando de forma insensível e insensata a livre iniciativa, restringindo inescrupulosamente o crédito e a liberdade dos homens, ensejam a flagrante injustiça que nos denuncia a miséria de milhões e milhões de crianças morrendo de inanição por todo o mundo; famílias e famílias sem habitação buscando abrigos sob viadutos, masmorras e palafitas; um sem-número de inocentes úteis encarcerados; milhões de deficientes físicos a reclamarem atenção; as ruas repletas de mendigos e menores abandonados, tudo isso, apenas para atender à insanidade desses grupos – cujo comodismo e ambição desenfreados pelo Poder não os deixa perceber que o Sistema Capitalista caducou e já não atende aos anseios da Humanidade.

Capítulo 50

A Matriz de Inairo

“A Matriz de Inairo”, ver página 425, nos traz como importantes novidades:

1ª) A indexação da Unidade Monetária Padrão do Sistema do Mérito, simultaneamente, à expectativa de vida média de um indivíduo, ao custo das suas necessidades básicas materiais (custo de vida), à sua vida economicamente ativa, ao valor do seu Salário Anual, à sua Jornada de Trabalho Anual e por fim ao Valor do Salário/Hora. Em síntese, estamos indexando a Moeda ao Salário/Hora, ou seja, estabelecendo como política econômica para o Sistema do Mérito a seguinte equação: Uma Hora de Existência Humana Dedicada ao Trabalho = Uma Unidade Monetária Padrão.

Deste fato, resultará desnecessária e irracional qualquer alteração nos preços dos bens e serviços produzidos, uma vez que, alterando-se esses preços, alterar-se-á necessariamente, e na mesma proporção, o salário e por conseguinte, a moeda. A estabilização dos preços, entre outros benefícios, facilitará a gestão do sistema econômico, no qual as variáveis da inflação, da deflação e principalmente da especulação deixarão de constar na equação dos preços. Constituir-se-á crime o ataque especulativo à moeda, pois ele atenta contra a dignidade do trabalho e, em especial, da pessoa humana que nele se empenha.

2ª) O cálculo do preço do salário/hora levando em conta o atendimento satisfatório de todas as necessidades básicas materiais, mas ao mesmo tempo vinculando-o a uma expectativa de vida média e à vida economicamente ativa de cada indivíduo.

Com este procedimento, impõe-se ao homem a busca constante da eficiência, pelo uso da inteligência, a serviço do desenvolvimento econômico e social, como condição imprescindível para se alcançar o máximo em termos de padrão de vida e bem-estar social com o mínimo de esforço físico e sacrifício. Aqui o trabalho deverá assumir a sua condição verdadeira de sacrifício útil, e não de diversão ou passatempo, como pretendem demagogicamente difundir os atuais exploradores do trabalho.

3ª) A definição clara de: **“O QUE, QUANTO, QUANDO e até COMO PRODUZIR”**, os bens e serviços da Economia, indispensáveis à sobrevivência material e ao desenvolvimento da humanidade.

A partir daí, tudo fica mais fácil, tanto para o povo como para os governos definirem e escolherem as prioridades, metas e planos de governo; e isso é fundamental para a Democracia, pois é bom saber que numa Democracia a participação popular primeiro se faz indispensável na definição de: “O que, quanto e quando fazer”, antes mesmo da escolha de a quem caberá fazer, sendo esta, portanto, uma questão secundária.

4ª) A nova concepção de salário como ganho, verdadeiramente suficiente, para atendimento das necessidades básicas e jamais como mera remuneração subjetiva do trabalho — sem regras claras (ora vinculada à função exercida, ora ao cargo ocupado, ora à tarefa executada, ora, quiçá, à simpatia do chefe pelo subordinado) — guardando a relação “para cada um ano de trabalho ganho suficiente para dois anos de existência”.

Essa nova concepção de salário nos assegura como principais vantagens:

a) viabilização do Crédito Pleno e Público ao cidadão e a conseqüente independência econômica de todas as pessoas indistintamente desde o nascimento até à morte. Ou seja, o fim de fato do Paternalismo. No Capítulo 55, onde trataremos do Crédito Pleno e Público, daremos uma explicação detalhada de como isso será operacionalizado.

b) a conseqüente libertação do homem para crescer em toda a sua plenitude, vocação e talento; e, desta vez, priorizando o atendimento das necessidades de auto-estima e auto-realização.

c) a efetiva possibilidade da regulamentação de todas as profissões.

Mas além das novidades encontradas na “Matriz de Inairo”, merecem igual atenção aquelas em relação à Propriedade, Prioridades, Orçamentos, Sistema Financeiro, Crédito Público, Domicílio Bancário, Poupança, Inflação, Deflação, Especulação, Corrupção, Quatro Mercados e à Política Cambial, as quais serão objeto de estudos nos Capítulos seguintes.

Capítulo 51

A Nova Concepção de Propriedade (PN, PL e PI)

Expressões como: isto é meu, ou isso é de Fulano, ou aquilo pertence a Cicrano e aquilo outro foi de Beltrano, são talvez as mais comuns no nosso dia-a-dia. As nossas Leis, em sua grande maioria, têm sido feitas objetivando preservar o direito de posse e propriedade sobre certas riquezas materiais. E a nossa Justiça, quando funciona, é para dirimir dúvidas, conciliar interesses, reconhecer ou transferir consensual ou compulsoriamente, a propriedade sobre certos bens materiais, e até intangíveis, de uns cidadãos para outros. O produto resultante de todo esse rio de confusões, deságua nos cartórios e arquivos do Poder Judiciário, exóticas repartições que — empanturradas de alfarrábios, escrituras, carimbos, muita poeira e mofo — tentam desesperadamente cumprir a impossível missão de registrar e preservar com toda fidelidade, através dos tempos, os pactos, celebrados pelos homens que tiveram a sua credibilidade desgastada pelo Sistema Capitalista e a transmissão da posse de milhares e milhares de bens dos quais nós, os homens, nos imaginamos donos.

Somos realmente donos, ou tudo isso não passa de um jogo de faz-de-conta? Se nos detivermos a analisar bem os fatos concluiremos que a propriedade que dizemos ter sobre certos bens não passa de uma grande ilusão, sendo que, na maioria dos casos, quando muito, o que temos é o direito de usufruto, e não raro, adquirido de forma ilícita, levando-se em conta a procedência do bem adquirido, desde a sua origem. Fazamos uma reflexão sobre a origem da propriedade.

Imaginemos a concepção do primeiro homem, independente dela ter ocorrido segundo as teorias criacionista ou evolucionista. Será fácil admitir que desde a sua concepção o homem traz consigo uma primeira propriedade. A essa propriedade denominaremos **PROPRIEDADE NATURAL (PN)** por ser ela uma dádiva da natureza, decorrência natural do nosso existir. Nascermos com ela e dela; enquanto vida terrena tivermos, jamais poderemos nos separar. Trata-se do conjunto harmônico dos nossos órgãos que compõem o nosso **CORPO FÍSICO**, único bem material, na Terra, em comunhão permanente e inseparável com o nosso **“EU”**. E por estar assim tão intimamente ligado ao **“EU”** (EM EU) é que o homem poderá chamá-lo **“MEU”**.

Contudo, jamais deveremos esquecer que, mesmo a PROPRIEDADE NATURAL (PN) que é o nosso CORPO FÍSICO, não nos pertence incondicionalmente, tanto assim que sobre ela não nos é dado o direito de destruição ou de uso para fins contrários àqueles aos quais se destina; nem essa posse nos é concedida sem que para isso tenhamos que concorrer com um mínimo de trabalho para a sua manutenção em estado saudável, como por exemplo a higiene. É a utilidade prática da PROPRIEDADE NATURAL (PN), tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, quem justifica a necessidade de se aceitar e se respeitar a privacidade desse tipo de propriedade; daí porque todas as leis que se prestam a preservar a integridade física do cidadão deverão ser objeto de aprimoramento constante, mas sobretudo de rigorosa observância pelos indivíduos e pela sociedade.

Falaremos agora sobre um segundo tipo de propriedade, uma propriedade que é adquirida após o nascimento do homem, a qual denominamos de PROPRIEDADE LEGÍTIMA (PL). As razões que nos levam a considerá-la adquirida foram apenas para dar mais ênfase ao momento da aquisição, e com isso estabelecer com maior clareza as diferenças em relação à PROPRIEDADE NATURAL (PN); pois enquanto esta se consolidou na concepção do homem, a PROPRIEDADE LEGÍTIMA (PL) só veio tempos depois, como contrapartida do trabalho. Esta é a primeira condição que a torna legítima, sendo a segunda a sua destinação exclusiva para o atendimento das necessidades básicas do homem. Dessa forma, poderemos melhor identificar a PROPRIEDADE LEGÍTIMA (PL) por três características fundamentais, a saber:

I) DO PONTO DE VISTA DO TEMPO:

Enquanto a PN tem início na concepção, a PL se inicia quando o indivíduo começa a sua vida pós-uterina, vindo a se consolidar durante a vida economicamente ativa.

II) DO PONTO DE VISTA DA ORIGEM:

A PL provém exclusivamente do trabalho do indivíduo.

III) DO PONTO DE VISTA DA FINALIDADE:

A PL se destina exclusivamente ao atendimento das necessidades básicas materiais, fisiológicas e de segurança do indivíduo.

A exemplo do que ocorre com a PN, é a utilidade prática e as razões de sobrevivência e progresso da humanidade, às quais se destina a PL, que justificam a preservação da sua privacidade pelo indispensável amparo legal e a rigorosa observância dessas leis.

Após o conhecimento da nova concepção de salário e moeda, demonstrada na “Matriz de Inairo” e dessas duas formas de propriedade, chegaremos à conclusão de que nada mais falta ao homem, que justifique a sua pretensão de possuir algo mais em termos materiais; pois, de acordo com o que nos

prescreve a Ciência da Psicologia, se são as Necessidades Básicas as determinantes do comportamento e estando o homem plenamente atendido nas suas necessidades fisiológicas e de segurança, o óbvio seria esperar que este concentrasse, doravante, os seus esforços, na busca do atendimento das necessidades de auto-estima e auto-realização, imaginando-o agindo de uma forma sadia. A realidade atual, porém, nos mostra a humanidade totalmente desorientada, perdida no labirinto de uma ordem econômica que não oferece opções de saída para a caminhada inexorável do progresso humano; e os homens, em pleno limiar do terceiro milênio da Era Cristã, ainda morrem de fome e de medo, em consequência de um distúrbio de comportamento herdado dos seus ancestrais, ocorrido pela primeira vez há muitos séculos, quando o homem instituiu a causa da grande polêmica e da grande prisão do momento a qual denominaremos PROPRIEDADE IRRACIONAL (PI).

O que vem a ser a PROPRIEDADE IRRACIONAL (PI)? Como e quando ela surgiu?

Os maiores exemplos que temos são: **a propriedade sobre os recursos e jazidas naturais e sobre o conhecimento** em todo o planeta, dos quais alguns homens se dizem donos, mas que jamais o foram, são ou serão, e, por isso, não passam de desonestos, egoístas e meros usufrutuários dessas riquezas; **a propriedade sobre a terra**, pela qual muitas lutas já foram registradas na história e muito sangue já foi derramado; e **a propriedade sobre o capital**, que é um bem público e que os banqueiros resolveram transformar num bem de uso “extremamente” privado.

Ora, se essa é a verdade, uma grande transformação haverá de se processar em toda a humanidade, para que as coisas cheguem ao seu devido lugar. Para que tenhamos uma ideia do alcance dessas transformações bastaria estabelecer que só será lícito ao homem cobrar recompensas pelo serviço que presta através daquilo que legitimamente lhe pertença. Ora, se a propriedade sobre a terra, sobre os recursos e jazidas naturais, sobre o conhecimento e o capital, nem de fato nem de direito pertencem aos homens, evidentemente que por eles os homens nada podem cobrar, quer pela terra, quer pelos metais, quer pelo petróleo, quer pelos seus derivados, quer pelo capital, quer pelas patentes etc., e, dessa forma, o custo de todos os bens se restringe ao custo da mão-de-obra empregada para produzi-los, entendendo-se como produzir o ato de levar o bem ou serviço à condição de utilização ou consumo pela sociedade.

A prova mais evidente de que o homem não passa, na maioria das vezes, de mero usufrutuário das riquezas terrenas enquanto aqui se encontra, é o fato mais certo e corriqueiro da sua existência terrena: o seu nascimento e sua morte. Quando o homem nasce, nasce nu e despojado de todo e qualquer bem material e quando morre, aqui deixa tudo que acumulou durante sua breve passagem. Não temos notícias de um só homem sequer que aqui tenha chegado ou daqui tenha saído quer trazendo, quer levando, grandes bagagens de tesouros e escrituras. Tudo o que aqui se faz, para nosso desencanto, aqui fica, como prova da nossa santa ignorância. Da nossa pequenês.

A Propriedade Irracional, para fazer jus ao nome que recebe, deve ter como característica, a sua razão de ser totalmente irracional. Isso é o que iremos provar.

Inicialmente, vamos excluir totalmente a possibilidade de uma propriedade legitimamente adquirida vir a ser considerada irracional. Para que isso seja evitado é preciso que estabeleçamos limites bem claros o que poderemos fazer por exclusão. Assim por exemplo: a Propriedade Legítima, dentro da nova ordem econômica provirá sempre do rendimento do trabalho, enquanto a Propriedade Irracional provirá de outros meios que não o trabalho. A primeira destina-se, exclusivamente, ao atendimento das Necessidades Básicas do indivíduo, enquanto a segunda destina-se a outros fins.

Agora sabemos que os rendimentos gerados pela PI são outros que não aqueles provenientes do trabalho e que, de acordo com a Matriz de Inairo, o salário proveniente do trabalho nos assegura tudo o que necessitamos para viver bem e nos desenvolvermos durante toda a nossa existência. Perguntamos então: para que nos servirão esses outros rendimentos e a que fins servirá essa propriedade? A isso é o que chamamos de irracional, pois o ter por ter não faz sentido, haja vista inexistir nisso qualquer vantagem prática para o proprietário, a menos que com esse expediente pretendesse apenas fugir do sacrifício do trabalho, a todos igualmente imposto. Este porém seria um expediente mesquinho, digno de um parasita, jamais de um homem altruísta.

Mas que fatores teriam levado o homem a instituir a Propriedade Irracional (PI)? A história nos apresenta o surgimento da propriedade em três estágios: no primeiro deles, surge a Propriedade Natural (PN) juntamente com o primeiro ser humano no globo terrestre; num segundo momento, as necessidades fisiológicas e de segurança determinam o surgimento do trabalho e com ele a Propriedade Legítima (PL); e a Propriedade Irracional (PI) como já vimos, veio mais adiante, filha da autoridade constituída, que por sua vez é um sub-produto do poderio econômico. Dediquemos a ela, para reflexão, um estudo mais aprofundado.

A PROPRIEDADE IRRACIONAL (PI)

Conhecendo-se a **PN** e a **PL**, será fácil identificar a **PROPRIEDADE IRRACIONAL (PI)** basta por exclusão concluir: o que não é **PN** ou **PL** é **PI**.

São três os tipos de PI que assim classificamos:

- a. Propriedade Irracional Sobre as Empresas
- b. Propriedade Irracional Sobre a Terra (ou Imóveis)
- c. Propriedade Irracional Sobre o Capital

Pela classificação adotada, podemos concluir: sendo irracionais as propriedades sobre as empresas, terra (imóveis) e capital, também irracionais serão os rendimentos daí decorrentes, quais sejam: o lucro, o aluguel e o juro.

O fato de havermos denominado e considerado irracionais esses tipos de propriedades, bem como os méritos delas decorrentes, tem uma razão de ser, e essa razão se estende desde a sua origem até a sua destinação, senão vejamos: sendo o salário suficiente para atendimento de todas as necessidades básicas materiais de que necessita o homem, que outras razões o levariam a conseguir outros bens materiais, sem utilidade prática a não ser **“o ter pelo simples prazer de ter”**, o que não vemos como uma atitude racional.

Mas que razões, que causas, teriam originado a PI?

Voltando as nossas vistas à maneira como a sociedade se organizou, e analisando o seu comportamento à luz da Psicologia, diagnosticamos como causa da origem da PI, num primeiro momento, um distúrbio de comportamento, seguido de abuso do poder econômico, abuso de autoridade e oportunismo. Vejamos porque: de acordo com o mecanismo psicológico das necessidades básicas, atuando como guia do comportamento, era de se esperar que o primeiro empresário/rei, como líder organizador do trabalho, ao receber as primeiras contribuições espontâneas dos seus concidadãos, utilizasse-os para atendimento pleno das suas necessidades fisiológicas; e o fez. Crescendo em quantidade essas contribuições, o comportamento normal a se esperar seria que ele destinasse esses recursos ao atendimento das suas necessidades de segurança, o que de fato aconteceu. Daí para a frente, continuando o crescimento das contribuições e não havendo mais necessidades materiais que justificassem sua posse, o normal seria esperar a redistribuição dos excedentes com o grupo, dando início, assim, à busca do atendimento das Necessidades de Auto-Estima, através da prática da solidariedade e abrindo o caminho para conseguir, através do progresso geral de todos, a satisfação das Necessidades de Auto-Realização.

Adotando um comportamento diferente do esperado, ou seja, o comportamento anormal de continuar acumulando riquezas desnecessárias para si, em detrimento do grupo social do qual fazia parte, adentrou pelo caminho do distúrbio de comportamento (medo extremo) que, num primeiro momento o induziu a assim proceder, e que num segundo momento o manteve obcecado pela posse das riquezas materiais, que não se prestavam mais ao atendimento de necessidades materiais já atendidas. Foi esse distúrbio de comportamento que deu origem à PI, ou seja, à propriedade sem razão de ser, o **ter por ter**, sem que para isso existisse uma razão lógica. Daí termos denominado de PROPRIEDADE IRRACIONAL à propriedade sobre esses bens materiais que não se destinam ao atendimento das

necessidades básicas do seu possuidor. A irracionalidade da PI também se configura no fato de esta representar excedentes inúteis para poucos e carência absoluta para muitos.

O distúrbio de comportamento que deu origem à PI, assim se consolidou: num primeiro momento proporcionou o acúmulo de riquezas, o que possibilitou o surgimento e o exercício do poder econômico. O abuso desse poder econômico corrompeu os legisladores, fazendo surgir os casuísmos na legislação e no processo sucessório dos governos, gerando o continuísmo, que por sua vez inspirou a criação da autoridade constituída. Foi pelo abuso da autoridade que o homem adquiriu a posse da terra e sobre essa posse passou a cobrar rendas. A cobrança de rendas sobre a propriedade inspirou a cobrança de rendas sobre o capital (juros) cuja origem já conhecemos; e foi a cobrança de juros que elevou o capital, da condição de simples referencial no intercâmbio de bens à condição de propriedade geradora de rendas, com todos os privilégios da condição inicial. O binômio meio de pagamento/propriedade geradora de rendas foi o inspirador de grandes lances de oportunismo econômico e político que, conforme já vimos, deram origem aos monopólios sobre o capital.

O conhecimento da genealogia da PI já seria suficiente para que uma sociedade civilizada repudiasse a ideia de convivência com uma instituição originada de um distúrbio de comportamento e desenvolvida sob os auspícios do abuso do poder econômico, da autoridade e do oportunismo. Mas se isso já seria suficiente à sua repulsa, o que dizer de uma instituição que durante toda a sua existência no meio da sociedade humana, não teve outra finalidade que não a de servir de obstáculo ao desenvolvimento econômico e social da humanidade, prestando-se a servir como instrumento de dominação dos homens e sendo causa de tensões e violência de toda sorte?

Imaginemo-nos numa sociedade civilizada. Seria racional admitir uma fábrica com mil operários famintos, trabalhando para manter a opulência, os gastos excessivos e até a tara por acumular riquezas inúteis, de um patrão, apenas pelo fato de esse patrão se dizer dono de uma organização que de fato não lhe pertence, haja vista sua procedência desonesta, produto do favorecimento ilícito de uma ordem econômica, oriunda de tantas aberrações?

Seria justo e racional admitir valores diferentes para o tempo de existência empregado por seres humanos iguais na realização de tarefas complementares e, por isso, de igual importância?

Seria, também, racional aceitar a maior parte da sociedade faminta, a existência e a persistência dos estarrecedores índices de miséria na África Negra, nas periferias dos grandes centros e no Nordeste brasileiro, enquanto as terras ociosas se prestam ao serviço de latifundiários que dela nada querem, exceto o prazer doentio de dizer “tenho tantos hectares de terra” e nada mais?

Seria igualmente racional admitir que os governos no comando dos Estados soberanos se esquivassem de emitir capital (dinheiro), que, como todos sabemos, se trata de um pedaço de papel impresso nos mimeógrafos da Casa da Moeda, apenas com o propósito de provocar escassez de capital em circulação e assim favorecer a exploração dos banqueiros através da elevação das taxas de juros?

Igualmente, seria racional admitir que todo e qualquer intercâmbio de bens continue dependendo da intermediação descabida de banqueiros sem consciência, que de forma escusa se fizeram monopolistas do capital, do qual se dizem donos sem jamais terem sido, e que, através de manobras políticas e mecanismos econômicos, continuem monitorando, em proveito próprio, a economia de todas as nações do mundo? Não!

Ora, se numa sociedade civilizada não cabe os absurdos da PI, e a marcha irreversível do progresso humano caminha nessa direção, convém que nos preparemos para a iminente extirpação desse mal que ela constitui, bem como para a experiência de um novo modelo de convivência social, no qual se sobressairá o mérito decorrente de serviços prestados, como instrumento, não de dominação, mas de norteamento para a consolidação de uma hierarquia consensual que se observará na construção da Quarta Pirâmide.

Capítulo 52

A Definição de Prioridades

Para quem tudo é **prioritário**, nada é **prioritário**.

Os governos, no Sistema do Mérito, embora cômicos da suficiência de **recursos** para aplicação em todas as atividades, os aplicarão **priorizando** de início, estrategicamente, o Crescimento e o Desenvolvimento Econômico e Social, não obstante reconheça a importância dos demais campos de ação, aos quais destinará os **recursos** suficientes, mas sem a conotação **prioritária** atribuída aos setores selecionados.

Os motivos para essa estratégia repousam nos seguintes fatos: a realidade atual brasileira e do mundo, é de muita miséria e ignorância. Por essa razão, entendemos que de nada adiantará **priorizarmos** atividades voltadas para o atendimento das Necessidades de Auto-Estima e de Auto-Realização, quando tratamos com uma população carente de Educação, e de nada valerão os **recursos** aplicados na Educação de uma população faminta e subnutrida.

Observem que mal começamos este Capítulo e a palavra **“recurso”** já foi mencionada quatro vezes e aquelas que lembram **“prioridade”**, cinco. E sabem por quê? Porque as palavras **“PRIORIDADE”** e **“RECURSO”** – e aqui recurso significando **“DINHEIRO”** –, em se tratando de gestão governamental, são palavras indissociáveis; de sorte que, a partir de agora, sempre que falarmos em **PRIORIDADE**, o leitor deverá associá-la à ideia de **DINHEIRO**. Isso mesmo, maior quantidade de **DINHEIRO**, destacado no orçamento, para ser aplicado em uma determinada atividade. Quanto será essa quantidade maior de dinheiro, vai depender do percentual atribuído à prioridade, do tamanho do orçamento, da dimensão do problema a ser enfrentado e do tempo estabelecido para a normalização definitiva desse problema. Atingida a normalidade, destina-se no orçamento a importância necessária à sua manutenção e seleciona-se outra prioridade. Dessa forma, passo a passo, é que se promove com harmonia o crescimento e o desenvolvimento econômicos e sociais de uma Nação.

No começo deste Capítulo, dissemos que os Governos do Sistema do Mérito priorizarão o Crescimento e o Desenvolvimento Econômico e Social, e no Capítulo 53 falaremos da existência de dois orçamentos: **Orçamento Monetário**, destinado ao financiamento das atividades econômicas e **Orçamento Fiscal**, destinado ao custeio das atividades sociais. O fato da existência de dois orçamentos e de dois campos de aplicação distintos nos sugerem a ideia de duas prioridades, sendo uma para cada orçamento. Ou seja: uma **Prioridade Econômica** no âmbito do **Orçamento Monetário** e uma **Prioridade Social** dentro do **Orçamento Fiscal**.

Apenas para facilitar o nosso exemplo, admitamos que definimos como Prioridade Econômica, a Agricultura, e como Prioridade Social, a Educação. Admitamos também que para a Agricultura – levando-se em consideração a dimensão do desafio a ser enfrentado – atribuímos como valor a ser destinado a essa prioridade o equivalente a 25% do Orçamento Monetário; e que, seguindo também critérios justos e lógicos, chegamos à conclusão de que 37% do Orçamento Fiscal seria o ideal para a Prioridade Social. Vejamos como uma decisão dessa natureza seria refletida nos gráficos exibidos na Décima Segunda Parte, páginas 426 e 427.

Na prática, a prioridade diz claramente para onde se dirige o foco da atenção primária do governo e essa atenção deverá ser dirigida, sempre, ouvindo-se previamente a sociedade. A participação popular **“durante”** a elaboração do programa governamental, e principalmente no momento da escolha da prioridade, é de fundamental importância para o sucesso da ação do Estado e para o harmônico crescimento e desenvolvimento econômico e social da Nação. Esta é uma das premissas indispensáveis para que haja a tão esperada Democracia. Evidentemente que essa participação popular não pode ser eventual ou esporádica; ela precisa ser contínua, intensa, de tal sorte que não haja descontinuidade das ações do Estado, nem também o barco ande à deriva ou a revelia da vontade nacional. Para tanto, é que

existem os Partidos Políticos, cuja função primordial é organizar os cidadãos para o exercício do Poder. O Partido Político que não tem isto como meta principal, não pode ser considerado um Partido Democrático e principalmente honesto. É essa a preocupação número um da Ideologia do Mérito, quando apresenta, na oitava parte deste livro, a semente da estruturação de um Novo Modelo Político.

Capítulo 53

A Visão Moderna da Administração dos Orçamentos

Depois de conhecermos a Teoria da Suficiência e compará-la à Teoria da Escassez, poderemos perceber com nitidez as linhas que separam o Sistema do Mérito, do Sistema Capitalista. Enquanto a Teoria da Escassez, no seu enunciado - “Os recursos são escassos e as necessidades cada vez mais crescentes” - procura nos convencer de que sempre haverão ricos e pobres no mundo, a Teoria da Suficiência - “As necessidades são limitadas e controláveis, e os recursos são infinitos” - nos convence de que somos todos ricos, uma vez que existem recursos suficientes para atendimento de todas as nossas necessidades. Em sendo assim, ser rico ou pobre depende única e exclusivamente de uma decisão política de cada um de nós, decisão esta que consiste em optarmos pela continuidade do Sistema Capitalista com a sua **Teoria da Escassez** ou de optarmos pelo **Sistema do Mérito** que defende a **Teoria da Suficiência**.

Todas as vezes que tentamos mostrar para as pessoas que não há razão para o desemprego, para a fome, para a miséria e outras mazelas vivenciadas pela humanidade nos dias de hoje, ouvimos a seguinte pergunta: de onde virão os recursos destinados ao atendimento de tantas necessidades? Aqui estamos falando exclusivamente de necessidades materiais. A resposta não poderia ser mais óbvia: do trabalho de cada indivíduo. Ratificando o nosso pensamento, lembramos de Ulysses Guimarães, que certa vez afirmou: “Só existe um lugar no mundo onde a **Riqueza** vem antes do **Trabalho**: o Dicionário”.

Mas não basta o trabalho para a produção da riqueza; é preciso que exista alguém que acredite nele, pois essa crença é que o valoriza. Neste ponto, o Sistema do Mérito — mais uma vez se opondo ao paradigma SOCOCA (Socialista/Comunista/Capitalista), que defende a teoria de que todo homem é **DESONESTO**, até prova em contrário — enuncia sua nova teoria, segundo a qual todo homem é **HONESTO**, até prova em contrário, abrindo, assim, o espaço necessário para que demos um voto de confiança à humanidade atual e a todas as gerações futuras.

Evidentemente, imaginamos que o leitor não iria se conformar em apenas acreditar que a simples decisão política de optar pelo Sistema do Mérito resolveria todos os seus problemas; com certeza cobraria a prova da viabilidade técnica da decisão. Será dessa viabilidade técnica, a qual nos apresenta uma visão moderna de como administrar os orçamentos da União, que iremos falar agora.

Quando nós, cidadãos, constituímos um Estado Soberano, como é o caso do Brasil, o fazemos para que esse Estado, que é uma empresa e que nos pertence, atenda às nossas necessidades em obediência às nossas decisões. O atendimento a essas necessidades há de ser feito mediante a boa administração dos recursos orçamentários do Estado.

Analisando-se esses recursos sob o aspecto das suas fontes, destinações e objetivos, classificaremos os orçamentos em dois tipos principais a saber: **Orçamento Monetário** e **Orçamento Fiscal**.

Enquanto o **Orçamento Monetário** tem por fonte os recursos oriundos da Casa da Moeda, e a sua aplicação se destina exclusivamente ao financiamento da atividade econômica, objetivando a promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico, o **Orçamento Fiscal** tem por fonte o produto da arrecadação tributária, e se destina com exclusividade ao custeio dos gastos do Governo e das atividades sociais, objetivando a promoção do crescimento e do desenvolvimento social. Aliás, consideramos oportuno lembrar que, no Sistema do Mérito, teremos apenas dois tipos de impostos e um tipo de taxa que serão permanentes: Imposto de Renda Pessoa Física, Imposto de Renda Pessoa Jurídica – cujos limites máximos não ultrapassarão a marca dos 10% sobre as suas respectivas receitas – e a Taxa

Reguladora de Preços, que tem por objetivo tornar os preços únicos, em todo o território nacional. Afora estes, todo e qualquer outro tributo deverá ser temporário e em forma de Contribuições de Melhorias, cujas finalidades não poderão ser desviadas para outros fins, nem ultrapassados os seus limites de prazo.

Apenas a título de esclarecimento, informamos que quando falamos em **crescimento**, econômico ou social, nos referimos a valores quantitativos; e quando nos referimos a **desenvolvimento**, referimo-nos ao aspecto qualitativo.

Agora pedimos ao leitor especial atenção, porque vamos falar de um assunto da maior relevância e que não apenas revela a amplitude dos horizontes oferecida pelo Sistema do Mérito, como também denuncia a corrupção que dá sustentação ao velho Sistema Capitalista.

Diante do grande contingente populacional que hoje constitui a humanidade, e no ponto a que chegamos, quando falamos em crescimento e desenvolvimento econômico percebemos de antemão que estes pressupõem a necessidade imperiosa de tecnologia. Sabemos, também, que tecnologia só se conquista com educação e pesquisas científicas, atividades estas que só produzem resultados a longo prazo. É verdade que a Educação integra o rol das atividades sociais e que o crescimento e o desenvolvimento dessas atividades sociais, atualmente, encontram-se atrelados à arrecadação tributária, que, por sua vez, também depende da produção de riquezas geradas a partir do exercício da atividade econômica. Se permitirmos que seja condicionado o crescimento e o desenvolvimento econômico ao crescimento e desenvolvimento social, ou vice-versa, concomitantemente, da forma como o Sistema Capitalista vem impondo, irresponsavelmente ou maldosamente, aos países pobres, através do FMI, permaneceremos indefinidamente diante do prejudicial e injustificável impasse conhecido como **ciclo vicioso da pobreza**, que nos revela:

Permaneceremos pobres — Enquanto não produzirmos riquezas suficientes; não produziremos riquezas suficientes, enquanto não dispusermos de tecnologia; não disporemos de tecnologia, enquanto não investirmos em educação e pesquisas científicas; não investiremos em educação e pesquisas científicas, enquanto não arrecadarmos tributos para financiá-las; não arrecadaremos tributos para financiá-las, enquanto não produzirmos riquezas suficientes; não produziremos riquezas suficientes, —**enquanto permaneceremos pobres**.

Para a quebra desse pernicioso **ciclo vicioso da pobreza** que o Sistema Capitalista, **curiosamente**, não adota para os países do primeiro mundo, mas que veementemente prescreve, e até desumanamente impõe aos países ditos pobres ou em desenvolvimento, através do seu preposto maior, o FMI, o Sistema do Mérito, partindo da premissa de que todo homem é honesto até prova em contrário, propõe como remédio eficaz a adoção das seguintes medidas:

- 1) O Orçamento Monetário deverá ser tão grande, quão grandes forem as necessidades determinadas pelo crescimento e pelo desenvolvimento econômico;
- 2) o Orçamento Fiscal deverá ser tão grande, quão grandes forem as necessidades determinadas pelo crescimento e pelo desenvolvimento social;
- 3) ocorrendo no Orçamento Fiscal déficit orçamentário (o famoso Déficit Público) decorrente dos descompassos naturais entre o crescimento e o desenvolvimento econômico e social, esse déficit deverá ser tão grande, quão grandes forem esses descompassos, de tal modo que não haja prejuízos para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social;
- 4) o financiamento do Déficit Público deverá ser feito diretamente com recursos do Orçamento Monetário, sem a intermediação do setor privado (Banqueiros Corruptos), de tal modo a não onerá-lo com encargos financeiros indevidos nem realimentar a **Fonte da Grande Corrupção**, esteio que dá sustentação ao carcomido e caduco Sistema Capitalista.

Queremos enfatizar, deixando bem claro que – para ser considerado verdadeiro adepto do Sistema do Mérito – o cidadão jamais poderá discordar dessas quatro recomendações, principalmente daquela que

faz referência à não realimentação da **Fonte da Grande Corrupção do Sistema Capitalista**. E sabem por quê?

1º) Sem a primeira medida, inviabilizaremos a tese do crédito pleno e público defendido pelo Sistema do Mérito, prejudicando, conseqüentemente, o crescimento e o desenvolvimento econômico a que todos temos direito; pois a livre iniciativa, as vocações e os talentos individuais das gerações atuais e futuras, continuarão tolhidos pela artificial escassez de capital, as escorchantes taxas de juros, os prazos exíguos impostos pelos Banqueiros, tudo isso para que continuemos submetidos aos caprichos do pacto das elites e à exploração dos monopólios conquistados e mantidos sob a tutela de governos corruptos eleitos pelo Sistema Capitalista para esse fim.

2º) A medida de número dois vem para nos livrar da dependência tecnológica, para nos assegurar o crescimento e o desenvolvimento sustentável e livrar-nos inclusive da famigerada lei de patentes, que chega ao cúmulo de colocar os interesses econômicos e financeiros dos grupos monopolistas acima até da vida humana das gerações atuais e futuras. Inadmissível continuarmos a ver milhares de cidadãos morrerem de AIDS, câncer etc., apenas porque os descobridores da cura e do medicamento se recusam a liberar a descoberta para uso e bem-estar de todos, apenas porque ainda não conseguiram uma forma de ganhar muito dinheiro com ela.

3º) Abrir mão da providência terceira seria o mesmo que perpetuar o ciclo vicioso da pobreza.

4º) A medida de número quatro representa a consolidação do Sistema do Mérito e o conseqüente fim do Sistema Capitalista. Adotar ou não essa medida, seria, na prática, o mesmo que decidir entre as duas seguintes situações:

Um grupo de cidadãos se reuniu e de forma lícita constituiu um Estado Soberano. Na sua constituição, decidiram de comum acordo adquirir uma máquina de fabricar o dinheiro que seria adotado como moeda corrente no País. Essa máquina seria montada na Casa da Moeda, pertencente a uma instituição denominada Banco Central. Os cidadãos decidiram que todas as vezes que precisassem de dinheiro emprestado, para si ou para suas empresas, o Banco Central deveria emitir os recursos para atendimento dessas necessidades, fossem para as pessoas físicas, fossem para as jurídicas.

Se for para haver justiça, perguntamos agora:

a) Os empréstimos a serem concedidos aos cidadãos deverão ser feitos de modo **direto** pelo Banco Central, para pagamento a taxas de juros e prazos previamente fixados por este e compatíveis com as possibilidades das empresas e dos cidadãos? Ou

b) Os empréstimos a serem concedidos aos cidadãos deverão ser feitos de modo **indireto** pelo Banco Central, ou seja, através de intermediários (Banqueiros) que receberiam do Banco Central os empréstimos a taxas de juros e prazos certos, para repassar aos cidadãos e às empresas a taxas de juros maiores e prazos mais curtos nos níveis que bem lhes conviessem?

Na resposta a essas questões reside o divisor de águas que separa um sistema do outro. Quem preferiu a letra “a” fez a opção pelo Sistema do Mérito; quem optou pela “b” preferiu a corrupção do Sistema Capitalista.

Corrupção esta que, como já anteriormente dissemos, além de se constituir o esteio que dá sustentação ao carcomido e caduco Sistema Capitalista, é também responsável por toda a miséria hoje existente no mundo. Estão certos os compositores Gabriel o Pensador e seus parceiros Tiago Mocotó, Aninha Lima e Liminha, quando, em sua música, dizem: **“A miséria só existe porque tem corrupção”**.

Tão grande e tão poderoso é o lobby de banqueiros dentro do Sistema Capitalista que em alguns países, como o Brasil por exemplo, chegam ao cúmulo de institucionalizarem essa corrupção na própria Constituição do país como é o caso dos Art. 164 § 1º e Art. 166 § 3º Inciso II alínea “b” da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que traduzidos em linguagem popular dizem:

Art.164 §1º - O Banco Central pode emitir moeda, mas emprestar aos cidadãos só se for através dos Banqueiros.

Art. 166 § 3º II b – Ao apreciarem o orçamento anual, as duas Casas do Congresso Nacional só podem aprovar Emendas que tratem do remanejamento de despesas de uma finalidade para outra, mas desde que tais despesas não se refiram aos juros dos Senhores Banqueiros.

Em outras palavras: despesas com Educação, Pesquisas Científicas, Saúde, Transportes, Comunicações, Justiça, Segurança Pública, Forças Armadas, Previdência, Agricultura, Indústria, Comércio, Energia, Meio Ambiente etc., podem ser cortadas no orçamento da União. Mas os juros dos Senhores Banqueiros, não!

Invariavelmente, todas as vezes que tivemos a oportunidade de debater sobre as medidas aqui sugeridas, duas perguntas nos foram dirigidas:

- a) A emissão de moeda não gera inflação?
- b) O déficit público também não causa inflação?

A resposta para ambas as perguntas será **NÃO**. E dizemos mais: se fossem verdades científicas e não sofismas (mentiras) essas afirmações, o País que mais emitisse moeda no mundo seria aquele que teria a maior taxa de inflação. Do mesmo modo, o País que tivesse o maior **Déficit Público** também seria o que estaria amargando os maiores índices inflacionários. Esse País hoje seria, para ambos os casos, os Estados Unidos da América, seguido, indiscutivelmente, dos seus aliados mais ricos considerados do primeiro mundo, onde não existem a famigerada instabilidade monetária nem a temida inflação.

Evidentemente que a concessão de créditos aos cidadãos deverá observar critérios justos de probidade e competência, e o volume de moeda em circulação terá que seguir as recomendações prescritas no Capítulo especialmente reservado para o tema, “O Novo Sistema Financeiro”.

Capítulo 54

O Novo Sistema Financeiro

O Novo Sistema Financeiro terá como objetivos primordiais, entre outros:

- 1º) Promover o equilíbrio da balança da oferta e da procura de capital dentro do sistema, de tal modo a obter o preço justo para o capital, em estrita observância às leis de mercado;
- 2º) implementar e executar a política de domicílio bancário único;
- 3º) implementar e executar a política de concessão do Crédito Pleno e Público;
- 4º) controlar a Poupança Comum, a Poupança Interna, a Poupança Previdenciária e o Meio Circulante.

Do alcance dos objetivos do Sistema Financeiro decorrerá que:

- a) Fica totalmente abolido o método de controle da demanda de outros bens na economia — seja pela via da contenção artificial da oferta de capital, seja pela via pura e simples do aumento artificial das taxas de juros — quer a demanda seja de caráter sazonal, quer de natureza especulativa, sendo esta última considerada atentado contra a estabilidade econômica e financeira, e por essa razão enquadrada como crime e punida com a aplicação da Lei do Vácuo Jurídico contra o especulador.

b) Cada pessoa física e cada pessoa jurídica terá, em todo o âmbito nacional, um e apenas um domicílio bancário, no qual realizará, independentemente de onde se encontre, todas as operações bancárias e financeiras, necessárias ao pleno exercício da cidadania e dos negócios empresariais. Inexistirá o Sigilo Bancário; no entanto, qualquer acesso ou consulta à movimentação financeira das pessoas físicas ou jurídicas, seja pelo governo, por pessoas físicas ou jurídicas, terão que ser instruídas com o nome completo do responsável pelo acesso à informação, seu endereço completo, a data e o período consultado, além da finalidade da consulta. O titular da informação consultada será previamente comunicado, e o solicitante da consulta responderá por danos materiais e/ou morais pelas consequências prejudiciais advindas desse ato.

c) O Sistema Financeiro abrirá uma e somente uma conta corrente para cada Pessoa Física; e uma e somente uma conta corrente para cada Pessoa Jurídica, em todo o âmbito nacional. A abertura dessa conta corrente é direito de todo cidadão. Para sua abertura exigir-se-á, como único requisito, para as contas de pessoas físicas, a apresentação do DIC (Documento de Identificação do Cidadão) e para as pessoas jurídicas, a apresentação do DIPJ (Documento de Identificação da Pessoa Jurídica) além do DIC da pessoa física que a representa. A abertura da conta corrente é que dá início à concessão do Crédito Pleno e Público.

d) Caberá privativamente ao Sistema Financeiro o controle das Contas Correntes, sobre cujos saldos, sejam positivos ou negativos, fará incidir as mesmas taxas de juros básicos, estabelecidas para toda a Economia pelo Banco Central, juros esses que serão contabilizados e mantidos dentro do próprio sistema. Esses saldos, quando positivos, denominar-se-ão Saldos Superavitários e quando negativos Saldos Deficitários.

O somatório de todos os Saldos Superavitários denominar-se-á Superávit Corrente, do mesmo modo que o somatório de todos os Saldos Deficitários denominar-se-á Déficit Corrente. O diferencial entre o Superávit Corrente e o Déficit Corrente será conhecido como Poupança Interna. Quando nula, isto é, igual a zero, denominar-se-á Ponto de Equilíbrio do Sistema Financeiro, e se constituirá o divisor de águas entre a inflação e a recessão. Quando positiva prenunciará **Inflação** e quando negativa **Recessão**.

Na gestão do Novo Sistema Financeiro, para efetivo controle do meio circulante e objetivando atingir a meta de estabilidade dos preços do capital, apresentaremos a metodologia a ser aplicada pelo Sistema Financeiro, dentro do Sistema do Mérito, iniciando com a ilustração observada na Décima Segunda Parte, página 428, a qual denominaremos doravante “DINHEIRÔMETRO”; e onde visualizamos, além dos três setores básicos da economia, — Setores Primário, Secundário e Terciário — os instrumentos de controle do gestor: A Casa da Moeda, O Banco Central e a Poupança Interna, além das conexões, por onde flui o meio circulante e a torneira que se abre e fecha para controlar o fluxo do capital a ser injetado na economia, ora procedente da Casa da Moeda, ora da Poupança Interna.

O critério para injeção de capital na economia será por demais simples; basta observarmos o comportamento da Poupança Interna para decidirmos acertadamente o que fazer. As nossas opções serão as seguintes:

1ª Acontecendo da Poupança Interna ficar com saldo negativo, abre-se imediatamente a torneira da Casa da Moeda até o momento em que o saldo da Poupança Interna fique nulo, ou seja, igual a zero.

2ª Acontecendo o contrário, ou seja, aparecendo saldo positivo na Poupança Interna, fecha-se incontinenti, a torneira da Casa da Moeda até que a Poupança Interna volte a zero.

Em simples palavras, o nosso esforço há de ser sempre no sentido de manter a Poupança Interna com saldo “zero”, ou seja, evitando tanto a **Inflação** como a **Recessão**.

Observe-se no DINHEIRÔMETRO que não existe torneira entre a Poupança Interna e os Setores Básicos da Economia, e que ela está posicionada estrategicamente acima deles, de tal modo a permitir que o excesso de capital que ali chegar, possa descer, automaticamente, como que por gravidade, todas as vezes que o crescimento econômico determinar a capacidade de absorção de mais capital pelos Setores Básicos da Economia.

Observe-se também que o mecanismo de compensação dos juros dentro do Sistema Financeiro, fazendo com que o Déficit Corrente remunere o Superávit Corrente, permitirá a presença da atividade privada no âmbito do Sistema Financeiro. Dessa forma, esta não fica abominada; ao contrário, será incentivada, mas sem corrupção, a exemplo do que acontecerá com todas as demais atividades consideradas lícitas. Terá, no entanto, que se submeter às leis de mercado a exemplo das demais atividades econômicas vivenciadas dentro do Sistema do Mérito.

Observe-se, ainda, que existem duas conexões que interligam a Poupança Interna ao Banco Central e à Casa da Moeda. Através dessas conexões correrão dois fluxos que sinalizarão excessos e escassez de capital na Economia, e que atua, ora abrindo e fechando a torneira, ora ligando ou desligando, automaticamente, conforme o caso, os disjuntores dos mimeógrafos da Casa da Moeda.

Capítulo 55

O Crédito Pleno e Público

Os fundamentos do Crédito Pleno e Público nascem da **Teoria da Honestidade**, defendida pelo **Sistema do Mérito, segundo a qual** – Todo homem é honesto até prova em contrário. Os céticos em relação a essa teoria certamente estão embasados na realidade atual, onde vemos a corrupção inserida de modo pernicioso na cultura das gerações dos nossos dias. Não esqueçamos, porém, que, essa corrupção, essa desonestidade dos “cidadãos” atuais, decorre, como já tivemos inúmeras oportunidades de provar, dos efeitos danosos do Sistema Capitalista que, ao conferir status dentro da pirâmide social em função do capital, sugere-nos como normal a regra do **mais vale quem mais tem**, induzindo-nos, assim, ao **topa tudo por dinheiro** como condição para fugirmos à discriminação econômica e à miséria reservada para aqueles que vivem espremidos na base da pirâmide social. Este, seguramente, não é o caso do Sistema do Mérito, que parte de uma premissa totalmente oposta ao Sistema Capitalista responsável pelo atual estado de miséria e corrupção dominantes no mundo, nos últimos tempos.

O Sistema do Mérito, ao defender corajosamente a **Teoria da Honestidade**, dá às gerações atuais e futuras um voto de confiança, partindo de duas importantes conclusões, a saber:

a) Não foi justo, da parte das gerações antepassadas, quer por imperícia, imprudência ou negligência, admitir que prejudicassem como desonesta a geração dos nossos pais; e nem da parte desta omitir-se, permitindo que tal injustiça recaísse também sobre nós, quando, ainda no útero das nossas mães, não nos era dado sequer o sagrado direito de defesa.

b) Não será justo, igualmente, da parte das gerações atuais – depois de já terem experimentado o sabor amargo dessa injustiça, e principalmente agora, depois de tempestivamente advertida pelo Sistema do Mérito – permitir a continuidade dessa violência contra nossos filhos, netos, bisnetos, enfim, contra todas as gerações, tanto atuais quanto futuras.

A ideia do Crédito Pleno e Público vem para quebrar mais esse paradigma e estender seus benefícios, tanto para as gerações atuais, não obstante estas já terem sido vítimas do desgaste imposto à sua credibilidade pelo Sistema Capitalista, como para as gerações futuras, e da forma a seguir:

Em relação às gerações atuais:

Num primeiro momento, a decisão do Sistema do Mérito, após a pacificação da sociedade, através da decretação da **Grande Anistia**, será o enquadramento de cada cidadão no Crédito Pleno e Público, observando-se os mesmos critérios prescritos para as gerações futuras. Nesse enquadramento levar-se-á em consideração, para fins exclusivos do Crédito Público, a idade de cada cidadão, tanto para efeito da contabilização dos direitos obtidos, quanto das obrigações contraídas.

Num segundo momento, igualmente após a **Grande Anistia**, se fará o enquadramento das empresas, pessoas jurídicas, cujos débitos contraídos de modo lícito e justo, serão refinanciados pelo sistema financeiro, dentro das novas regras do Sistema do Mérito. E por falar em regras, é bom lembrar que a instituição do Crédito Pleno e Público e do DIC – Documento de Identificação do Cidadão, acaba de uma vez por todas com pesquisas de informações cadastrais aos famosos Serviços de Proteção ao Crédito, avais, hipotecas, alienação fiduciária, reservas de domínio e todas as formas de restrições creditícias, hoje praticadas pelo Sistema Capitalista. A partir desse momento, todas as compras realizadas serão feitas mediante ordens de pagamento à vista (cheques, cartão etc.), sempre nominais ao vendedor, em cuja conta corrente obrigatoriamente terá que ser creditada a importância relativa ao pagamento.

Independentemente de qual seja o saldo da conta corrente de um emitente de ordem de pagamento à vista (seja cheque ou cartão de crédito) esta será honrada pelo Sistema Financeiro, salvo se houver ordem judicial em contrário, determinando a suspensão temporária ou definitiva do Crédito Pleno e Público do cidadão ou empresa, em decorrência da prática de delito cuja punição enseje tal suspensão. Preservar-se-á da ressalva o credor de boa fé.

Em relação às gerações futuras:

O Sistema do Mérito cuida inicialmente de, democraticamente, oficializar e manter atualizado, de acordo com a tendência natural da sociedade, **A Matriz de Inairo** (Indexadora da Expectativa de Vida Média dos Cidadãos, das Necessidades Básicas Materiais, do Salário e da Moeda). Ver Capítulo 50 e página 425.

Aprovada democraticamente pela sociedade, **“A Matriz de Inairo”**, fica automaticamente definida a política salarial adotada pelo Sistema do Mérito. O Partido do Mérito, entidade política, legitimamente constituída para defender e implementar a Ideologia do Mérito, sugere de início que, partindo da hipótese de uma **Expectativa de Vida Média de 80 Anos** e de uma **Vida Economicamente Ativa de 40 anos**, adotemos a seguinte política de salário e forma de pagamento:

Seja a Expectativa de Vida Média = 80 Anos e a Vida Economicamente Ativa = 40 anos:

Política Salarial:

“Para cada ano de trabalho, salário anual suficiente para dois anos de existência digna.”

Forma de Pagamento:

De 0 a 20 anos: O cidadão não trabalhará; receberá, no entanto, a título de adiantamento por conta de salários futuros, uma importância a ser creditada na sua conta corrente, a cada ano, correspondente a um salário anual. Sobre esses adiantamentos não incidirão encargos financeiros de qualquer natureza. Durante esse período, ele fará uso desse salário para atendimento satisfatório e pleno de todas as suas necessidades básicas materiais. Economicamente, não dependerá de ninguém para que se torne um cidadão independente e apto a retribuir à sociedade, com relevantes serviços, o voto de confiança que recebeu em forma de crédito. Desse modo, após devidamente instruído e preparado, ingressará na Vida Economicamente Ativa onde, trabalhando, dará continuidade à sua evolução pessoal, enquanto lucidamente contribui para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do País, e, por conseguinte, para a paz e o progresso humano no planeta. Os adiantamentos concedidos contabilizar-se-ão a crédito da conta corrente do cidadão e a débito da sua Poupança Previdenciária.

De 20 a 40 anos: Nessa primeira etapa da Vida Economicamente Ativa, trabalhará; e para cada ano de trabalho, conforme a política salarial sugerida pelo Partido do Mérito, ganhará o suficiente para dois anos de existência. Destinará 50% do seu ganho anual para atendimento das suas necessidades e 50% para pagamento da dívida contraída durante os 20 primeiros anos de existência, amortizando, assim, o saldo devedor da sua Poupança Previdenciária.

De 40 a 60 anos: Na segunda metade da Vida Economicamente Ativa, continuará trabalhando e ganhando para cada ano de trabalho, conforme a política salarial sugerida pelo Partido do Mérito, o suficiente para dois anos de existência. Destinará, agora, 50% do seu ganho anual para atendimento das suas necessidades e 50% para depósito na sua Poupança Previdenciária, dando início a sua fase de saldo positivo, de tal modo que, na velhice, possa desfrutar de uma aposentadoria digna.

De 60 a 80 anos: O cidadão estará aposentado e livre para fazer bom uso da sua aposentadoria, sacando do saldo da sua Poupança Previdenciária as importâncias no exato valor dos depósitos efetuados durante os últimos vinte anos de Vida Economicamente Ativa. Trabalhar para ele será opcional e os salários auferidos durante esse período ser-lhe-ão creditados 50% na sua conta corrente (ficando ele totalmente livre para decidir sobre a sua destinação, desde que lícita) e 50% na sua Poupança Previdenciária. Ficará ciente, desde então, que essa importância terá dupla finalidade, a saber: primeira, prorrogar seu período de aposentadoria se vier a ter necessidade; e segunda, contribuir para o equilíbrio econômico financeiro do sistema, compensando os saldos devedores das Poupanças Previdenciárias dos inválidos. O Sistema do Mérito, além dessa providência, orientará e incentivará os cidadãos, nesses casos, para investirem objetivando o atendimento das suas próprias necessidades de auto-realização e fará ampla divulgação para que se saiba que o aposentado merecerá respeito pelo fato de já ter dado, durante a sua vida, importante contribuição para o progresso humano no planeta e para a paz universal. Destacará especialmente aqueles que optarem por continuar trabalhando, não somente pelo fato de ainda se prontificarem a continuar contribuindo, não obstante a missão já cumprida, mas sobretudo pelo fato de, conscientemente, estarem contribuindo para o bem-estar de seus concidadãos que enfrentam nesta vida o infortúnio da invalidez absoluta.

A Suspensão do Crédito Pleno e Público ao cidadão, por decisão judicial, se dará em decorrência do cometimento de delitos, tanto de natureza penal como civil, e perdurará até à revogação da decisão.

A revogação da decisão judicial poderá ser, a critério do órgão que a decretou, temporária ou definitiva, sendo que em caráter definitivo somente quando julgado o delito que ensejou a suspensão. A suspensão temporária implicará restrições a serem impostas, conforme o caso, pelo órgão que a decretou; isto implica, nesses casos, que o crédito deixará de ser pleno.

A suspensão do Crédito Pleno e Público ao cidadão o privará também do acesso ao Sistema Financeiro e será extensivo a todo aquele que seja co-autor do delito ou que, direta ou indiretamente, uma vez sabedor do delito cometido, da denúncia ou punição imposta ao delinqüente, venha de qualquer forma ou por qualquer meio, favorecê-lo na fuga ao cumprimento do dever legal de se apresentar à autoridade judiciária para se submeter ao seu julgamento.

A autoridade judiciária, sempre que informada do cometimento de qualquer delito, determinará como medida preliminar, simultaneamente à intimação do acusado, a suspensão do Crédito Pleno e Público e o correspondente bloqueio da conta corrente do acusado. A cominação de pena, civil ou penal, decorrente do cometimento de delito, salvo as exceções de natureza legal, determinará a reabertura do Crédito Pleno e Público, dando ao infrator a oportunidade de reparar o erro. A reincidência não passará impune.

Capítulo 56

O Domicílio Bancário Único

A multiplicidade de domicílios bancários apenas serve para onerar os custos financeiros das operações bancárias, bem como, principalmente, para favorecer a corrupção. Sendo o Sistema do Mérito contrário a toda e qualquer forma de desperdício e corrupção, e tendo como um dos seus princípios basilares a **Transparência Absoluta das Ações**, não poderia deixar de incluir, como medida eficaz de controle do Crédito Pleno e Público, a adoção do Domicílio Bancário Único. E se nos detivermos a analisar, à luz da ampla tecnologia, hoje à nossa disposição, concluiremos que é absolutamente desnecessária a ideia de múltiplos domicílios.

Convém esclarecer que a ideia do **Domicílio Bancário Único** não exclui a participação da iniciativa privada na administração do Crédito Pleno e Público e nem em qualquer outra atividade da esfera de competência do Sistema Financeiro; ou seja, não devemos confundir a ideia do **Domicílio Bancário Único** com a ideia da existência de um único banco.

Poderemos ter infinitos bancos, mas operaremos em apenas uma e somente uma agência bancária. Será da livre escolha do cidadão a agência com a qual pretenda operar, podendo ser esta da rede bancária oficial ou privada.

A ideia do **Domicílio Bancário Único** combinada com a **Transparência Absoluta das Ações** e com o **Fim do Sigilo Bancário**, abraçados como princípios basilares pelo Partido do Mérito, vem extirpar um conjunto de hábitos e privilégios nocivos, amplamente cultivado dentro do paradigma SOCOCA. Como por exemplo:

- a) o fazer tudo às escondidas
- b) a burla do fisco
- c) a exclusividade para os banqueiros de informações privilegiadas dentro da Economia e do Sistema Financeiro
- d) a remessa de lucros para o estrangeiro
- e) a remessa de dinheiro subtraído dos cofres públicos para bancos internacionais localizados em paraísos fiscais
- f) a emissão de cheques sem a necessária provisão de fundos
- g) enfim, toda sorte de corrupção.

Jamais esqueçamos que, no Sistema do Mérito, **todo homem é honesto até prova em contrário**. E se somos honestos, por que ficarmos por aí escondendo o produto do nosso trabalho? Medo de quê? Medo de quem? Se até mesmo a inveja das nossas posses financeiras deixará de existir a partir de quando todas as oportunidades estiverem disponíveis e com equanimidade para todos? Mesmo para quem acredita que o segredo é a alma do negócio, é importante lembrar: uma coisa é negócio, outra coisa é corrupção. Todas as agências bancárias, da rede oficial e privada, para fins de controle do Sistema Financeiro, trabalharão interligadas e sob as normas do Banco Central.

Capítulo 57

A Poupança Comum, a Poupança Interna e a Poupança Previdenciária

No entendimento convencional do Sistema do Mérito conheceremos três tipos de poupanças: A Poupança Comum, a Poupança Interna e a Poupança Previdenciária.

Denominaremos Poupança Comum aquela poupança pertencente a cada cidadão ou empresa, resultante da sua decisão individual de fazer com que a sua despesa seja menor que a sua receita. Dentro do Sistema do Mérito esta se refletirá em forma de saldo positivo na conta corrente do cidadão ou empresa, sobre cujo saldo médio mensal incidirá, em favor dos seus titulares, os juros básicos da Economia.

A Poupança Comum, por se constituir um bem, cuja propriedade decorre do trabalho e se destina ao atendimento de necessidades básicas, será considerada Propriedade Legítima, e por conseguinte, merecerá

a proteção do Estado, ficando os seus titulares livres para delas fazerem o uso que bem lhes aprouver, desde que lícitos.

Chamaremos Poupança Interna, como vimos no Capítulo que trata do Novo Sistema Financeiro, aquela resultante da seguinte equação:

$$PI_n = SSs - SDs$$

Onde:

PI_n = Poupança Interna

SSs = Somatório dos Saldos Superavitários das Contas Correntes

SDs = Somatório dos Saldos Deficitários das Contas Correntes

(considerando-se aqui as contas correntes, tanto das pessoas físicas como das pessoas jurídicas).

A Poupança Interna se constitui um importante instrumento de sinalização para o gestor do Sistema Financeiro, no cumprimento da sua nobre e delicada missão de manter o equilíbrio da balança da oferta e da procura do capital, e assim, via Lei de Mercado, estabilizar o preço do capital representado pela taxa de juros dentro do Sistema Econômico.

Com a Poupança Previdenciária, pensamos no dia de amanhã, trabalhando com a hipótese muito provável do atendimento de necessidades futuras. Partindo-se da premissa de uma expectativa de vida média de oitenta anos, a Poupança Previdenciária, cujo controle será individualizado para cada cidadão, começa a se formar a partir do primeiro dia do vigésimo primeiro ano de trabalho e se completa no último dia do quadragésimo. Segundo o Mestre, “nem as aves do céu guardam em celeiros”, logo, essa poupança também não ficará estática em depósito num cofre fechado. Por essa razão é que ela se constitui um fundo dinâmico, que se destina ao atendimento de necessidades de segurança dos cidadãos, mas sem esquecer as necessidades de segurança da sociedade como um todo. Por esse motivo é que haverá um Fundo de Compensação, para cuidar do equilíbrio do Sistema Previdenciário, harmonizando os descompassos e incidentes naturais que venham a ocorrer, como por exemplo:

- a) os saldos devedores daqueles que ainda não completaram a idade de ingresso na vida economicamente ativa;
- b) os saldos devedores daqueles que já ingressaram, mas que ainda não completaram a primeira fase da vida economicamente ativa;
- c) os saldos credores daqueles que já ingressaram, mas que ainda não completaram a segunda fase da vida economicamente ativa;
- d) os saldos credores daqueles que já se aposentaram, mas que ainda não sacaram totalmente o saldo da sua Poupança Previdenciária;
- e) os saldos devedores daqueles que falecerem sem completar a idade de ingresso na vida economicamente ativa;

- f) os saldos devedores daqueles que falecerem sem completar a primeira fase da vida economicamente ativa;
- g) os saldos credores daqueles que falecerem sem completar a segunda fase da vida economicamente ativa;
- h) os saldos credores daqueles que falecerem, já aposentados, mas sem terem sacado completamente o saldo da sua Poupança Previdenciária;
- i) os saldos devedores dos inválidos totalmente incapazes de ingresso na vida economicamente ativa, e por fim,
- j) os saldos credores das Poupanças Previdenciárias dos aposentados que optarem pela continuação na vida economicamente ativa.

Capítulo 58

Inflação, Deflação, Especulação, Corrupção

Para tratarmos dos temas objetos deste Capítulo não precisaremos recorrer a qualquer tratado sobre matéria econômica; satisfaz-nos plenamente o Aurélio, no qual, Inflação, Deflação, Especulação e Corrupção têm, entre outras, as seguintes acepções:

Inflação: Aumento geral de preços (em geral acompanhado por um aumento na quantidade de meios de pagamento) com conseqüente perda do poder aquisitivo do dinheiro.

Deflação: 1) Redução geral de preços; Desinflação; 2) Redução da demanda (procura) global por mercadorias e serviços resultante de medidas de política econômica, em geral visando reduzir a inflação.

Especulação: Negócio em que uma das partes abusa da boa fé da outra.

Corrupção: Devassidão, Depravação, Perversão.

Iniciamos nossas considerações solicitando gentilmente ao Aurélio e a todos os demais dicionaristas do mundo, que, nas próximas edições dos seus dicionários, procedam as seguintes retificações e acréscimos:

Inflação: Para o Sistema Capitalista Aumento geral de preços (em geral acompanhado por um aumento na quantidade de meios de pagamento) com conseqüente perda do poder aquisitivo do dinheiro.

Inflação: Para o Sistema do Mérito Excesso na oferta de bens — Trabalho, Capital, Imóveis e Produtos e/ou Serviços, — em relação à procura desses mesmos bens, à disposição dos consumidores dentro do Sistema Econômico.

Deflação: Para o Sistema Capitalista 1) Redução geral de preços; Desinflação; 2) Redução da demanda (procura) global por mercadorias e serviços resultante de medidas de política econômica, em geral visando reduzir a inflação.

Deflação: Para o Sistema do Mérito 1) Escassez na oferta de bens — Trabalho, Capital, Imóveis e Produtos e/ou Serviços, — em relação à procura desses mesmos bens à disposição dos consumidores dentro do Sistema Econômico; Desinflação; 2) Resultado de medidas de política econômica — adotadas dentro do Sistema Capitalista, por governos corruptos e/ou incompetentes — que reduz artificialmente a demanda (procura) global por mercadorias e serviços, com o pretexto de reduzir a inflação, mas que, a rigor, só favorece a prática da especulação e da corrupção.

Especulação: Para o Sistema Capitalista Negócio em que uma das partes abusa da boa fé da outra.

Especulação: Para o Sistema do Mérito procedimento criminoso contra a ordem econômica, em que uma das partes abusando da boa fé da outra – aproveita-se dos fenômenos naturais e/ou ocasionais de instabilidade ora na oferta, ora na demanda de Trabalho, de Capital, de Imóveis e de Produtos e/ou Serviços da Economia – aumenta ilícita e artificialmente os valores dos Salários, as taxas de Juros, os preços dos Aluguéis ou os Lucros à sua disposição, em proveito próprio ou de outrem, adulterando, assim, todos os índices oficiais de inflação e desinflação do Sistema Econômico.

Corrupção: Para o Sistema Capitalista Devassidão, Depravação, Perversão.

Corrupção: Para o Sistema do Mérito 1) Devassidão, Depravação, Perversão; 2) Economia à Prática perniciosa e generalizada da especulação, admitida dentro do Sistema Capitalista — por se constituir o esteio que lhe dá sustentação — responsável pela manutenção do ciclo vicioso da pobreza, pela miséria e pelas desigualdades econômicas e sociais entre indivíduos e Nações.

Das definições apresentadas pelo Sistema do Mérito podemos extrair as seguintes conclusões:

1ª - Os novos conceitos de inflação e deflação apresentados pelo Sistema do Mérito – e que, respectivamente, nos falam de Excesso e Escassez na oferta de bens (Trabalho, Capital, Imóveis e Produtos/Serviços) em relação à procura desses mesmos bens – nos sugerem a existência de quatro tipos distintos de inflação e Deflação, a saber:

- a) Inflação e Deflação de Trabalho
- b) Inflação e Deflação de Capital
- c) Inflação e Deflação de Imóveis e
- d) Inflação e Deflação de Produtos/Serviços.

2ª - Igualmente, os novos conceitos de especulação e corrupção nos advertem sobre as quatro faces da instabilidade dos preços, quais sejam:

- a) Instabilidade dos Preços dos Salários que remuneram o Trabalho;
- b) instabilidade dos Preços dos Juros que remuneram o Capital;
- c) instabilidade dos Preços dos Aluguéis que remuneram Imóveis e;
- d) instabilidade dos Preços dos Lucros que remuneram Bens/Serviços.

3ª - O Sistema do Mérito poderá conviver com a inflação e a desinflação, como fenômenos naturais sob controle, e até como consequência de pequenos erros ocasionais e involuntários resultantes da falibilidade humana; mas com a instabilidade dos preços, principalmente quando decorrente da especulação e da corrupção, jamais. Por ser assim é que para cada um desses males recomenda os seguintes remédios e providências:

Contra a Inflação e Deflação de Trabalho adotar as seguintes medidas:

Preventivas

- a) planejamento e controle de curto, médio e longo prazos, do crescimento vegetativo da População, das faixas etárias e da população economicamente ativa;
- b) valendo-se da Matriz de Inairo*, planejar e controlar no curto, médio e longo prazos a demanda global da população, por produtos e serviços;
- c) manter informado o Modelo Educacional sobre a demanda de curto, médio e longo prazos da população por bens e serviços, de tal modo a que ele possa compatibilizar a sua produção de tecnologia e mão-de-obra especializada com essa demanda;
- d) implementar esforços constantes no sentido de compatibilizar a Oferta com a Demanda de Trabalho;
- e) instituir o Seguro Desemprego como instrumento de controle do índice de Inflação de Trabalho na Economia.

*N.A. a Matriz de Inairo indexa a Expectativa de Vida Média, as Necessidades Básicas Materiais, a Vida Economicamente Ativa, a Jornada de Trabalho Anual e o Salário do Ser Humano para definir a Moeda do Sistema do Mérito.

Corretiva.1 Ocorrendo inflação, estimula-se o aumento da produção de bens e/ou serviços, objetivando a ocupação de mão-de-obra e priorizando sempre a seguinte orientação: primeiro, a produção de bens/serviços necessários para o consumo de curto prazo; segundo, idem, de médio prazo; e, por último, os destinados ao consumo de longo prazo. É hora de se promover o crescimento econômico.

Corretiva.2 Ocorrendo deflação, a solução clássica e mais simples será o inverso da medida anterior, qual seja: desaquecimento da produção, observando-se, sempre, a seguinte orientação: primeiro, a produção de bens/serviços necessários para o consumo de longo prazo; segundo, idem, de médio prazo e por último, os destinados ao consumo de curto prazo. No entanto, não devemos esquecer que, neste momento, vivemos a realidade do pleno emprego e esse fato nos concede o privilégio de escolher entre desaquecer a produção, mantendo a mesma jornada de trabalho e paralisando algumas atividades produtivas de bens de consumo de longo prazo já em curso; ou, simplesmente, manter todas as atividades já em curso, sem paralisar totalmente o seu progresso, e reduzindo-se a jornada de trabalho. A hora, como já dissemos, é de pleno emprego e propícia para a promoção do desenvolvimento econômico. Considerando-se este como sendo um fenômeno capaz de nos proporcionar o máximo de conforto com o mínimo de desconforto, ou o máximo de produção com o mínimo de esforço, parece-nos que a segunda opção é a mais viável; muito embora, tecnicamente, a outra também esteja correta e possa vir a ser adotada conforme as circunstâncias. Observe-se que em nenhum momento mencionamos a hipótese de aumento de preço do salário. E sabem por quê? Porque dentro do Sistema do Mérito o que determina o preço do salário não é a maior ou menor

importância ou dificuldade da tarefa que se executa, mas as necessidades básicas materiais que são comuns a todos os seres humanos e que independem do trabalho e/ou da função que estes desempenham.

Contra a Inflação e Deflação de Capital adotar as seguintes medidas:

Preventiva. Para ambos os casos um planejamento bem elaborado de curto, médio e longo prazos será capaz de evitar qualquer descompasso nessa área de atividade; porém, no caso de falhas, poderão ser tomadas, entre outras, as seguintes medidas corretivas:

Corretiva.1 Ocorrendo inflação, suspende-se incontinenti a emissão de moeda (meio de pagamento) capta-se o excesso através da Poupança Interna e aguarda-se o crescimento econômico absorver o excedente de capital ali depositado, até ao momento em que o saldo dessa poupança voltar a ser nulo.

Corretiva.2 Ocorrendo deflação, abre-se incontinenti a torneira da Casa da Moeda e emite-se moeda até a satisfação plena do nível de capital circulante dentro do Sistema Econômico.

Observem que em nenhum caso mencionamos a elevação ou redução das taxas de juros como medida de contenção da inflação ou da deflação, da forma como corriqueiramente acontece no Sistema Capitalista. Isso porque não existe razão lícita para que essa elevação dos preços do Capital venha a ocorrer, salvo por motivos de especulação ou corrupção, que o Sistema do Mérito não admite. E sabem por que não admite? Porque da mesma forma que a corrupção é o esteio de sustentação do Sistema Capitalista, a Ética e a retidão dos procedimentos são os arrimos que dão sustentação ao Modelo Econômico do Sistema do Mérito; portanto, é a própria sobrevivência de ambos os sistemas que está em jogo.

Contra a Inflação e Deflação de Imóveis adotar as seguintes medidas:

Preventiva. A exemplo do que ocorre com o capital, também para ambos os casos, um bom planejamento de curto, médio e longo prazos é capaz de evitar desacertos nesse campo de atividade. Ocorrendo falhas, no entanto, entre outras, as seguintes medidas corretivas deverão ser adotadas:

Corretiva.1 Ocorrendo inflação, e em se tratando de imóveis residenciais e comerciais, a medida clássica é o desaquecimento da construção civil de imóveis para esse fim (aluguéis), enquanto se aguarda a retomada do crescimento da demanda. Em se tratando de terras, estimula-se atividades de curto, médio e longo prazos, como a produção agrícola, a pecuária e as atividades de reflorestamento segundo as vocações regionais.

Corretiva.2 Ocorrendo deflação, em se tratando de imóveis residenciais e comerciais, a medida clássica será o estímulo à construção civil de imóveis para esse fim (aluguéis), e em se tratando de terras, o governo deverá priorizar a otimização do solo, estimular a produção de bens de maior rentabilidade e redirecionar a mão-de-obra do setor primário para outras atividades nos setores Secundário e Terciário.

Contra a Inflação e Deflação de Produtos/Serviços, adotar as seguintes medidas:

Preventiva De modo idêntico, como nos casos anteriores, o cuidado com o planejamento, igualmente se constitui um remédio eficaz contra os descompassos naturais entre a oferta e a procura por produtos e serviços na Economia. Existem, porém, nesse caso, algumas particularidades, como os fenômenos naturais das geadas, tempestades, secas, terremotos, pragas etc. – além das sazonalidades e outros fenômenos artificiais como guerras e até mesmo a exaustão definitiva de fontes de matérias-primas indispensáveis à produção de certos bens – os quais tanto podem ocorrer em regiões ou países produtores como em outros

que são consumidores, e que são capazes de provocar, ora inflação, ora deflação de certos produtos e serviços. Nessas horas, medidas corretivas devem entrar em vigor, como as que a seguir recomendamos:

Corretiva.1 Ocorrendo inflação, decorrente de fatores temporários, de curto e médio prazos, como por exemplo, as sazonalidades agrícolas e comerciais, o caminho natural é o armazenamento dos bens produzidos em excesso nos períodos de safra, para desova nos períodos de entressafra. Em sendo essa inflação proveniente de fatores definitivos, ou mesmo de longo prazo, o recomendável será o desaquecimento da produção dos bens em questão e o redirecionamento do esforço produtivo para outros produtos ou segmentos.

Corretiva.2 Ocorrendo deflação, sendo ela causada por fatores sazonais de curto e médio prazos, num primeiro momento busca-se suprir a demanda excedente, com os estoques armazenados nos períodos de safra para, num segundo momento, estimular-se o aumento da produção. Tratando-se de mudanças no perfil do mercado e em sendo essa mudança visível como um crescimento de longo prazo da demanda ou em caráter definitivo, o momento será propício para incentivo à produção, através de novos investimentos. Caso a deflação decorra da exaustão definitiva das fontes produtoras de certas matérias-primas, a substituição definitiva desses bens por outros será a solução.

Observem que, até aqui, não mencionamos o aumento ou a redução de preços como solução para nenhum problema decorrente de excesso ou escassez de bens e serviços na Economia. E sabem por quê? Porque o expediente das oscilações de preços somente decorrem da especulação e da corrupção, expedientes esses que não serão tolerados dentro do Sistema do Mérito. E se nos perguntarem: haverá o congelamento dos preços? Responderemos, NÃO, pois essa política engessa o mercado e cerceia a liberdade necessária à criação, à evolução e aos ajustes naturais reclamados pela Economia; mas o tabelamento dos preços, isto é, a impressão dos preços ao consumidor, feita pelo fabricante na embalagem de todos os produtos, bem como uma tabela de preços ao consumidor de todos os produtos e serviços da Economia, adotada, não como medida restritiva da liberdade, mas como medida disciplinar de proteção ao consumidor, isso será inevitável dentro do novo Sistema.

Contra a Especulação e a Corrupção: Aplicação severa da Lei Penal e do Vácuo Jurídico conforme o caso.

Capítulo 59

A Visão dos Quatro Mercados

No campo da Economia, tomando como ponto de referência o Brasil, o Sistema do Mérito, objetivando o pleno emprego, o progresso, a paz, o crescimento e o desenvolvimento econômicos e sociais, estimulará as atividades econômicas e sociais visando o atendimento das necessidades básicas materiais da Nação Brasileira e de toda a humanidade, no presente e no futuro. Decorre daí, a sua Visão dos Quatro Mercados, a saber: Os Mercados Interno e Externo atuais — que atenderão às gerações presentes — e os Mercados Interno e Externo futuros — que atenderão aos nossos filhos, netos, bisnetos, no mínimo, às próximas dez gerações. Para maior clareza procuraremos melhor explicar a Visão dos Quatro Mercados:

a) Mercado Interno Atual: Estamos nos referindo ao mercado existente dentro dos limites territoriais de um Estado Soberano, como é o caso do Brasil. Este é um mercado mais simples de ser desenvolvido, visto que, num sistema de governo democrático, como é o caso defendido pelo Sistema do Mérito, as leis são elaboradas pelos próprios cidadãos. Ou seja, se nós decidirmos fortalecê-lo para o nosso próprio benefício, e o nosso querer for verdadeiro, nada nos impedirá de materializar essa vontade, pois numa democracia há de prevalecer sempre a vontade soberana da Nação.

b) Mercado Externo Atual: Referimo-nos, neste caso, ao mercado situado fora dos limites territoriais de um Estado Soberano como o Brasil. A tarefa de atender às necessidades desse mercado é mais complexa, pois dependerá sempre das leis e da vontade de outras Nações. Isto é, não nos bastará querer, careceremos sempre, em respeito à sua soberania (das outras Nações) da prévia e consensual formação de parcerias que contemplem interesses mútuos, para que o trabalho das Nações envolvidas seja bem aceito.

c) Mercado Interno Futuro: Este mercado existe dentro dos limites territoriais de todo Estado Soberano como o Brasil. É de todos, talvez, o mercado mais simples de ser desenvolvido, porque além de seguir as mesmas regras do **Mercado Interno Atual**, os bens que ele consome têm uma característica muito marcante, a longevidade. Obviamente não podemos produzir frutas frescas para consumo das gerações que advirão nos próximos cem anos; mas residências, cidades modernas, infra-estrutura para abastecimento de água, energia, transportes, comunicações etc., são produtos que essas gerações certamente consumirão. Decidir sobre o legado a ser deixado para as novas gerações não apenas é tarefa nossa, mas sobretudo é uma tarefa que se reveste da maior responsabilidade, e não somente porque temos a obrigação de nos esforçarmos ao máximo para decidirmos acertadamente, mas, também, porque dessa nossa decisão depende, além da nossa própria felicidade, a felicidade das gerações futuras, o equilíbrio ecológico do nosso planeta e nele, o progresso e a paz da humanidade.

d) Mercado Externo Futuro: Dos quatro, o mais complexo, pois, além da complexidade observada em relação ao **Mercado Externo Atual**, envolve o atendimento de necessidades de gerações futuras, sobre as quais ainda se estendem, convencionalmente, os limites territoriais em forma de fronteiras nacionais, convencionalismo este que a evolução humana um dia haverá de abominar, decretando sua queda, em favor do surgimento de outros quatro mercados globais. Nestes, em vez de termos como referencial um Estado Soberano, como o Brasil, teremos todo o Planeta Terra, dentro do qual vislumbraremos dois mercados globais internos — sendo um deles denominado “mercado interno global das gerações atuais” e outro denominado “mercado interno global das gerações futuras” — e todo o Universo compondo dois Mercados Externos, onde, igualmente, atender-se-ão as necessidades das gerações atuais e futuras.

Neste ponto, o Sistema do Mérito nos conclama à cura de um distúrbio de comportamento, ao nos ensinar que as fronteiras nacionais nada mais são do que uma necessidade básica de segurança das Nações, injustificável réplica ampliada das nossas necessidades de segurança.

No campo econômico, o Sistema do Mérito idealiza o mundo como uma grande colméia, onde, em harmonia, trabalham rainhas e operárias e onde a produção suficiente, atende com equanimidade todas as necessidades básicas materiais; de tal modo que os cidadãos do nosso planeta possam priorizar, em seus comportamentos pessoais, o atendimento de necessidades mais nobres como a auto-estima e a auto-realização. Chegou, segundo o Sistema do Mérito, o momento do nosso planeta evoluir a passos mais largos, para deixar de ser purgatório de espíritos atrasados, ignorantes, famintos, violentos e, ainda, carentes de atendimento de necessidades fisiológicas e de segurança, as mais elementares, tais como, alimentação, habitação, transporte, saúde, educação, seguridade etc., e com um mínimo de dignidade.

Capítulo 60

A Nova Política Cambial

A partir do momento em que constatamos a existência dos quatro mercados, torna-se inevitável imaginarmos a realidade do intercâmbio de bens entre eles, intercâmbio esse que, hoje, desencadeia uma verdadeira balbúrdia financeira pelo mundo afora, capaz de deixar atônitos do mais leigo cidadão, ao mais experiente e conceituado economista.

O Sistema do Mérito, para acabar com toda essa balbúrdia, nos apresenta a sua unidade monetária, denominada **MÉRITO**, cujo símbolo será **M\$**, como moeda única a ser adotada como índice, tanto nas

transações comerciais e creditícias nacionais e internacionais, como nas simples operações de câmbio internas e externas.

Isso em nada impede que cada país tenha a sua própria moeda e que os preços dos bens e serviços ali produzidos e comercializados continuem expressos, como hoje, na moeda da sua preferência. Importa, sim, que ela (a moeda que for escolhida) sempre esteja indexada ao **MÉRITO**, a fim de que o país tenha um parâmetro que indique o grau de importância conferida ao trabalho do ser humano no seu âmbito, enquanto a dignidade do trabalho humano aguarda a sua vez de ser respeitada de modo unânime em todo o mundo. Ou seja, o dia em que os homens de todo o mundo reconhecerem, de uma vez por todas, que **uma hora de existência humana** – dedicada ao trabalho, ao serviço voltado para o bem-estar da sociedade, seja essa hora de existência dedicada por um ser humano de qualquer sexo, idade, raça, religião, nacionalidade, situação econômica etc. – **em qualquer parte do mundo tem o mesmo valor**, pois, por trás dessa hora de trabalho está o ser humano, nosso irmão, cuja vida é tão digna de respeito quanto a de cada um de nós.

Para os países que optarem por moeda própria, no ato das suas exportações e importações de bens e serviços, os preços serão convertidos em **MÉRITOS**, e os valores dessas exportações e importações serão lançados a débito e a crédito nas contas correntes mantidas pelos países importadores e exportadores, respectivamente, de tal modo que a balança de pagamento entre ambos reflita, em **MÉRITOS**, o déficit e o superávit corrente de ambos a cada momento.

Para facilitarem o intercâmbio de bens e serviços entre si, os países celebrarão previamente acordos bilaterais e operações creditícias expressas em **MÉRITOS**, objetivando garantirem e desburocratizarem as transações comerciais e as operações de câmbio a serem realizadas pelas suas empresas e cidadãos. Os contratos celebrados nessas operações creditícias poderão ensejar, a critério das partes, a emissão de Letras de Câmbio, endossáveis e negociáveis com outros países, objetivando o equilíbrio das suas respectivas balanças de pagamentos. Essas letras de câmbio, caso constem do contrato, poderão ficar restritas a negociações com países com quem o país devedor mantenha relações diplomáticas e comerciais.

Todas as transações comerciais e cambiais realizadas entre empresas e cidadãos de países parceiros, serão realizadas à vista e por conta dos contratos bilaterais, realizados entre esses países, de tal modo que, no âmbito externo, os débitos contraídos serão entre os Estados Soberanos e não entre as empresas e cidadãos desses Estados; e no âmbito interno de cada país, esses débitos serão das empresas e cidadãos para com o seu país de origem.

Os débitos contraídos pelos países e expressos em **MÉRITO** não prescreverão; no entanto, sobre eles não incidirão juros de qualquer natureza. Dessa forma, os débitos de um país para com outro refletirão sempre o valor principal da dívida como decorrência do fornecimento de bens e serviços úteis e necessários ao crescimento e ao desenvolvimento econômico e social do país devedor, não justificando, portanto, iniciativas como moratórias ou outros expedientes que visem a obtenção do perdão da dívida.

A moeda **MÉRITO**, observará sempre o padrão original que lhe foi atribuído pela **Matriz de Inairo**, qual seja, M\$ 1,00 = 01 hora de trabalho, de tal modo que esse valor jamais fuja à seguinte paridade: para cada hora de trabalho, um ganho suficiente para 9,365 horas de existência digna; ou seja, para cada ano de trabalho, um ganho suficiente para dois de existência digna, considerando-se que a jornada de trabalho diária-padrão será sempre de seis horas e entendendo-se como existência digna, aquela na qual o ser humano tem plenamente atendidas todas as suas necessidades básicas materiais.

A nenhum país será concedido o privilégio da exclusividade na emissão da moeda **MÉRITO**, nem ela poderá ficar subordinada à política interna de um só país, a exemplo do que hoje acontece com o dólar, evitando-se, assim, que numa transação comercial realizada entre Estados Soberanos, haja, desnecessariamente, a intervenção de um terceiro, em nada interessado no sucesso da operação, e às vezes até contrário a que isso ocorra.

A paridade da moeda interna de cada país com o **MÉRITO** refletirá não apenas o grau de desenvolvimento tecnológico do país, mas sobretudo o valor atribuído pelo Estado ao trabalho de cada

cidadão e, principalmente, à sua dignidade. As desvalorizações cambiais com o pretexto de aumentar exportações não serão aceitas e nem poderão afetar os débitos contraídos até a data da sua ocorrência.

Será lícito aos cidadãos de cada país, no âmbito interno deste, constituir sua poupança comum em **MÉRITOS**, em moeda corrente do país ou em qualquer outra moeda, sendo que, neste último caso, será obrigatória a intermediação do Estado para lhe assegurar a legalidade, constituindo-se crime contra a ordem econômica, as operações de câmbio realizadas em mercado paralelo, pois presumir-se-ão o “*iter criminis*” para sonegação fiscal, para a remessa ilegal de lucros para o estrangeiro, para a fraude na transferência de divisas, para o desvio de recursos provenientes de operações criminosas ou ilegais.

SÉTIMA PARTE – O NOVO MODELO CULTURAL

Capítulo 61

O Novo Modelo Cultural

Hábitos e costumes não se planejam, eles simplesmente acontecem e se repetem. Certo ou errado? Errado. Na verdade, é muito difícil prevermos a criatividade nas respostas da sociedade, manifestadas em forma de Arquitetura, Literatura, Arte, Música, Pintura, Folclore etc. Mas precisamos compreender que não é apenas esse conjunto de manifestações culturais que representam o que consideramos a Cultura de uma Sociedade. Existem outros hábitos e costumes, que acontecem tão intensamente em nossas vidas, que a miopia do Sistema Capitalista não nos deixou, até agora, analisá-los como as mais genuínas manifestações culturais de uma Sociedade. E tão grande é o automatismo no qual estamos mergulhados que, ao longo da nossa existência, não raro, só percebemos que estamos indo na direção errada, paradoxalmente agindo contra nossos próprios interesses, quando o radar da saúde nos avisa tardiamente que o nosso avião está irreversivelmente numa rota de colisão.

Nos referimos aos nossos hábitos alimentares, habitacionais, de urbanismo, de vida nas cidades, migratórios etc., cujas transformações serão mais largas ou estreitas dependendo dos parâmetros estabelecidos dentro dos demais modelos, e de modo especial, dos Modelos Econômico e Político, que respectivamente antecedem e sucedem ao Modelo Cultural, no campo das necessidades básicas. Depois de uma leitura detalhada das transformações prenunciadas nos demais modelos, e em especial nos Modelos Econômico e Político, teremos uma ideia da dimensão das mudanças que nos esperam dentro do Modelo Cultural.

Com as mudanças nos hábitos alimentares, o Sistema do Mérito pretende, num primeiro momento, a melhoria da saúde da população e o conseqüente aumento da expectativa de vida. Preferindo o caminho científico, num segundo momento, pretende fazê-lo de modo mais agradável, saudável e menos custoso.

No plano habitacional serão decisivas as contribuições de arquitetos, engenheiros, ambientalistas e outros cientistas vinculados à área. Além disso, o planejamento urbano idealizará ruas compatíveis com as necessidades de locomoção e transporte da Sociedade do Terceiro Milênio, bem como a quantidade e dimensão das cidades; e não apenas no aspecto urbano em si, mas principalmente em relação às suas localizações, densidades demográficas e controle das correntes migratórias para que não venham, no futuro, acontecer as verdadeiras intoxicações urbanas observadas, hoje, nas periferias dos grandes centros urbanos brasileiros.

A cada um desses temas dedicaremos algumas considerações nos Capítulos seguintes.

Capítulo 62

A Alimentação

Para falarmos sobre como será a Alimentação dentro do Sistema do Mérito, torna-se imperioso tecer algumas comparações com o que hoje acontece no Sistema Capitalista, onde o padrão varia do glutão ao subalimentado, da fome e da miséria absoluta ao mais flagrante e inconcebível desperdício.

É até divertido afirmar que, no limiar do Terceiro Milênio, os homens aprenderam a comer, mas ainda não aprenderam a se alimentar. Comer é simples: basta abrir a boca e jogar a comida no saco estomacal; alimentar-se é bem diferente, pois antes de abriremos a boca, precisamos lucidamente saber o que o nosso organismo está a carecer em termos de vitaminas, proteínas, sais minerais, lipídios, carboidratos etc., e quais os alimentos que nos podem fornecer esses nutrientes nas quantidades corretas e suficientes para uma saudável manutenção do nosso organismo.

Na verdade, este Capítulo, como todos os demais, traz apenas sementes, que deverão ser aprofundadas pelos leitores especialistas no assunto, no caso, nutricionistas, médicos, profissionais da área de educação física, entre outros.

Atualmente, saber cozinhar é saber fazer uma comida gostosa que nos induza à glotonaria. É ser especialista em produzir obesos e anêmicos, em obstruir nossas artérias com colesterol e triglicérido, em intoxicar nosso sangue de glicose, ácido úrico, e até em nos encher de vermes e bactérias, quando não nos matar de infecções intestinais.

O pior de tudo, é que fazemos tudo isso com o argumento de que é mais barato comer em casa do que num restaurante. E de fato, no Sistema Capitalista temos essa falsa impressão, não porque fazer comida em casa seja mais barato, mas porque a alimentação no restaurante, devido às poucas quantidades produzidas e da forma como é fabricada, realmente se torna muito mais cara.

No Sistema do Mérito a alimentação será prioritariamente fabricada por especialistas em restaurantes e em marmitarias, e servida de modo a orientar o consumidor a respeito dos teores de nutrientes contidos em cada alimento e as quantidades sugeridas para que ele saiba decidir acertadamente sobre a escolha da dieta adequada para cada caso. Aliás, no currículo escolar, constará para ser ministrada ao cidadão, desde a idade mais tenra, uma Cadeira de Práticas Educacionais e Alimentares; para que ele, chegando à idade adulta, já saiba se alimentar e não apenas comer. Isso não quer dizer que não tenhamos o direito de optar pela comida feita em casa; mas certamente que, mesmo assim, a orientação técnica deverá ser observada, de tal modo que nem hajam desperdícios nem prejuízos para a saúde do consumidor.

Capítulo 63

A Habitação e a Moradia

Sob a égide do Sistema do Mérito, indiscutivelmente ocorrerão mudanças profundas no padrão habitacional e nos diversos tipos de moradia. A interferência do Estado nessa atividade será grande, objetivando evitar, além da ocupação desordenada do solo, a construção de casas incompatíveis com as necessidades das gerações presentes e futuras.

Será condição imprescindível, para construção de qualquer imóvel residencial ou comercial, a chancela de especialistas como: arquitetos, engenheiros, ambientalistas, sanitaristas, bombeiros, entre outros, de tal sorte que as habitações sejam construídas, observando-se, criteriosamente, uma boa localização, uma bela estética, o conforto interno e externo, o eficiente aproveitamento das energias naturais para iluminação, calefação e ventilação, a segurança e o bem-estar dos moradores que a idealizaram, como também dos seus sucessores ou dos que nela algum dia vierem a morar. E aqui, temos que pensar em pelo menos dez gerações à frente.

O Crédito Pleno e Público, que também será destinado à construção, terá condicionada a sua liberação ao cumprimento dessas exigências, de tal sorte que nada se faça em prejuízo do interesse coletivo.

Quanto ao tipo de moradia, alguns haverão de preferir a casa individual; outros preferirão as construções em condomínios fechados, enquanto outros mais optarão por prédios de apartamentos ou simplesmente morarem em “apart-hotéis”. A escolha será livre; o que não poderá haver é gastos excessivos, desperdícios, ou construções desordenadas de masmorras, palafitas, mansardas, tugúrios e favelas, hoje tão comuns nos guetos e periferias dos grandes centros.

Nas áreas destinadas a cada prédio residencial, sejam eles de convívio coletivo ou individual, serão reservados espaços suficientes para atividades de jardinagem e reflorestamento.

Na elaboração dos projetos de loteamentos, onde serão construídas as novas residências, as ruas serão amplas ao máximo, de modo a permitir fluência ao tráfego e estacionamentos amplos, e não apenas para os veículos convencionais atuais, mas também para os possíveis avanços tecnológicos que advirão no campo dos transportes.

Mais uma vez, deixamos a complementação deste Capítulo para os especialistas no assunto, os quais até hoje não foram contemplados com a liberdade de ação necessária para mostrarem os seus talentos e criatividade; agora, no entanto, sob a égide do Sistema do Mérito, receberão essa tarefa como um grande e motivador desafio.

Capítulo 64

As Cidades

São muito comuns nos programas jornalísticos da Televisão, as notícias sobre inundações das nossas cidades. Por que será que isso acontece com tanta frequência? Ora, porque as nossas cidades estão construídas às margens dos rios. E sabem por que estão construídas às margens dos rios? Porque essa foi a herança cultural dos nossos antepassados que viviam nas cavernas. Vejam só, foi o homem das cavernas – ao descobrir a agricultura e decidir migrar do sopé das montanhas, onde tinha a caverna como habitat, para as margens dos rios, onde as terras para a prática da agricultura eram mais viáveis, e isso, pasmem, nos últimos dias do Sistema Primitivo e nos primeiros do Sistema Absolutista – quem nos legou o projeto de construção das nossas atuais cidades. Imaginem que de lá para cá ninguém tomou a iniciativa de corrigir esse hábito, e os resultados estão aí: cidades mais quentes, expostas a freqüentes inundações, rios poluídos, impactos ambientais gravíssimos, problemas de toda sorte etc.

Para agravar ainda mais o quadro, a expansão das nossas cidades, ainda hoje, não seguem uma lógica urbanística. Ela ocorre como consequência do sedimento de uma migração desordenada dos sem-terra, sem-pão e sem-teto, fugidos da total falta de assistência dos programas governamentais, e que é despejado nas suas periferias, ensejando o surgimento de favelas monumentais, onde se agravam os problemas de saneamento básico, saúde, educação, violência etc.

Em outras palavras: o arquiteto do plano piloto das nossas atuais cidades foi o homem das cavernas, e os arquitetos que os sucederam e sucedem até hoje, são os flagelados da corrupção e do descaso governamental, mais conhecidos como os sem-terra, sem-teto, sem-pão, bóias-frias etc. O seu “modus operandi” é muito simples: chegam aos terrenos baldios, sob os viadutos, em qualquer outro lugar da periferia, e ali armam seus barracos, constroem as suas gambiarras de energia e água, até o dia em que começam a receber a visita dos políticos para lhes “fazer a caridade” de um calçamento da rua em troca de votos. Assim se constrói cidades dentro do Sistema Capitalista.

No Sistema do Mérito, as cidades serão previamente planejadas, e somente após a conclusão de toda a infra-estrutura básica começa-se a edificação dos prédios comerciais e residenciais; tudo em estrita

observância dos melhores padrões ambientais, técnicos e científicos. Serão construídas de preferência nas regiões mais elevadas, onde o clima é mais ameno e o impacto ambiental possa ser produtivo. Aos especialistas nesse assunto, a tarefa de dar continuidade a mais esse Capítulo.

Capítulo 65

A Arquitetura, a Literatura, as Artes, a Música, a Pintura, o Teatro, o Folclore e os Esportes

Com o advento do Sistema do Mérito, as manifestações culturais tanto no campo da Arquitetura como da Literatura, das Artes, da Música, da Pintura, do Teatro, do Folclore e dos Esportes, durante a primeira fase, apenas refletirão os desejos e aspirações contidos pela censura e pela mais absoluta falta de condições econômicas e financeiras indispensáveis à sua livre e total expressão. Daí porque não poderemos considerá-las como manifestações culturais genuinamente concebidas dentro do novo paradigma, pois, na verdade, as suas inspirações aconteceram ainda sob a tutela do Sistema Capitalista.

Muito embora o novo Sistema já comece impondo novas regras, o “feedback” da Sociedade, a ser registrado como manifestações culturais próprias e genuinamente pertencentes ao Sistema do Mérito, demandará algum tempo até que elas tenham completamente delineado o seu perfil. O que se pode antever, porém, é que as manifestações culturais de uma Sociedade que ainda se acha no estágio atrasado da busca de atendimento de Necessidades Fisiológicas e de Segurança – como é o caso da Sociedade atual, que se acha submetida à tutela do paradigma SOCOCA – decerto serão completamente diferentes daquelas de uma outra cujo foco é o atendimento das Necessidades de Auto-Estima e Auto-Realização.

Algumas tendências também poderemos anunciar. Por exemplo: a Arquitetura vislumbrará o bem-estar das gerações presentes, mas incluirá nos seus projetos os interesses das gerações futuras; a Literatura registrará o “boom” de transformações e mostrará a Sociedade antes, durante e depois da transição, desde a fase do estarecimento ante as imensas oportunidades, à do medo de perdê-las, até à fase da sobriedade e da lucidez, quando os propósitos do Sistema se mostrarem bons e eficazes; as Artes, a Música, a Pintura e o Teatro caminharão do campo emocional para o mental, do tangível para o mais abstrato e, nessa trajetória, deixará claro o que é de um e de outro paradigma; o folclore, como sempre, contará as suas lendas e nelas nos mostrará o atraso em que nos encontrávamos, bem como os nossos lenitivos, raros momentos de lazer diante das injustiças e da violência institucionalizada pelo Capitalismo; nos esportes, veremos decair o interesse e às vezes até o fanatismo pelas práticas que estimulam o espírito de competição entre os seres humanos, enquanto ascenderão aqueles que objetivam o aumento da longevidade, da saúde e da beleza física do corpo somático. Isso porque o homem se conscientizará de que está na hora de erradicar o hábito da “antropofagia energética”, que ele inconscientemente pratica nas ocasiões em que esses esportes acontecem, e em que ele se envolve, na condição de torcedor.

OITAVA PARTE – O NOVO MODELO POLÍTICO

Capítulo 66

O Novo Modelo Político

O conceito de Modelo Político, segundo o Sistema do Mérito, nos sugere um conjunto integrado e harmônico de regras de natureza política, ou seja, regras que regulamentam todas as formas de organização da Sociedade objetivando o acesso, a ocupação e o exercício do Poder Político. Entendamos aqui acesso, ocupação e exercício do Poder Político, como todos os esforços que culminam com a investidura na

função pública, cujo início se dá com a ocupação do cargo de timoneiro do Estado, para administrá-lo, promovendo a paz, o bem comum, a distribuição equânime das riquezas e a justiça social.

Para o Sistema do Mérito, tentar modificar ou modernizar o Modelo Político adotado pelo paradigma SOCOCA, seria o mesmo que tentar reformar uma casa velha, cujos alicerces, paredes, madeiras, instalações e telhados estão em ruínas, para compelir uma família a continuar morando nela, isto é, na mesma casa, não obstante essa família haver crescido e se modernizado, tendo, portanto, o direito de aspirar a condições melhores e mais compatíveis com o seu atual estágio evolutivo. Seria, também, tentar recuperar um veículo modelo 1960, totalmente enferrujado, para torná-lo ágil, bonito, confortável, econômico e seguro, como aqueles de última geração, mesmo sabendo dos riscos de insucesso, da inviabilidade econômica do empreendimento e até da recusa dos atuais donos em querer continuar a possuí-lo.

A ideia de construção de um novo Modelo Político parte da premissa de que o Modelo Político vigente, que já deu sua contribuição para a evolução da Sociedade, ficou totalmente obsoleto, e por essa razão já não atende aos desafios da Sociedade dos nossos dias. Deve, portanto, continuar a viver os seus últimos dias, tal como está, até que venha a se exaurir completamente, para ceder lugar ao novo modelo em construção, dentro dos parâmetros de um novo Sistema.

A proposta de construção de um novo Modelo Político está íntima e inseparavelmente ligada à ideia de implantação de um novo Regime de Governo. De conformidade com as observações contidas no Capítulo que trata da evolução histórica dos diversos regimes, será a Democracia ou Demarquia, pela seqüência natural dos acontecimentos, que se impõe como inevitável, o que significa dizer que, a Oligarquia caminha para o seu fim, cabendo igual destino ao Modelo Político vigente que a sustenta.

A Democracia, convém lembrar, nos leva inicialmente à Grécia, onde se tem notícia desta ter sido levada a efeito tal qual fora originalmente idealizada, quando os cidadãos influíam de forma direta nas decisões do Estado. Muito menos pela vontade do povo, do que pela conveniência dos líderes daquele tempo, o que se sabe é que a ideia não frutificou, e seu insucesso veio a se constituir, em nossos dias, num argumento poderoso e favorável às “pseudodemocracias representativas” que hoje conhecemos e que se autodenominam democracias.

Todas as vezes em que ousamos sugerir a efetiva participação do povo nas decisões governamentais, os “pseudo-representantes do povo” logo contra-argumentam: “Isso é utopia” ou “isso já foi tentado na Grécia Antiga e não deu certo”.

Certa vez, recordamo-nos bem, numa tentativa de participação na administração de um certo Estado brasileiro, a Sociedade Civil, atendendo a convite publicamente formulado pelo Governador eleito, tão logo tomava as primeiras iniciativas para esse fim, deparou-se, estarrecida, com a incompreensível reação dos seus “pseudo-representantes” eleitos Deputados, que, num gesto patético de indignação e de repúdio àquela louvável iniciativa, disseram: “A Sociedade Civil já fez o seu papel ao eleger-nos. A vez agora é nossa”. Em outras palavras: o povo só tem o direito de participar antes e depois do mandato cumprido; durante este, nem pensar.

Ora, se durante o desenrolar do mandato governamental é quando os impostos são recolhidos e as aplicações e gastos de vultosas quantias dos recursos públicos acontecem, perguntamos: por que razão convém a esses pseudo-representantes, manter o povo distante desses fatos? Não é diante da iminência do ataque dos lobos, sobre o indefeso rebanho, que mais se faz necessária a presença dos pastores?

Para quem ainda não sabe, convém lembrar que Democracia, no modo de ver do Sistema do Mérito, começa com a decisão do povo de participar efetivamente de tudo o quanto lhe disser respeito. Ao tomar essa decisão, cada cidadão assume individualmente a responsabilidade e a função de dirigir e comandar seu próprio destino. O resultado dessa atitude é que ela, ao se organizar, dá força e capacidade à ação coletiva para bem dirigir e comandar a administração pública.

Nada obsta que a Democracia seja representativa; convém, entretanto, que essa representatividade tenha bem definido o limite da sua autoridade e bem claras as suas atribuições.

Estabelecer as responsabilidades, definir claramente as atribuições e os objetivos a serem alcançados, bem como delegar o grau suficiente de autoridade ao Governo para bem administrar o Estado, mas mantendo sobre ele, um rígido controle, de tal modo que sejam atendidos os anseios do povo, se constitui no grande desafio de uma Sociedade Democrática, enquanto que, organizar essa Sociedade para torná-la capaz de realizar essa tarefa deverá ser o objetivo primordial do novo Modelo Político.

Partindo-se da premissa de que a saída política tem por requisito a solução da questão social e que esta solução reside na prática da igualdade de oportunidades, é lógico que o novo Modelo Político norteará os seus passos dentro dessa filosofia. Tratando-se de um novo modelo que se predispõe a implantar a Democracia, é de se esperar que o passo seguinte caminhe na direção da efetiva participação popular. Operacionalizar essa participação pode parecer uma complicada tarefa que se impõe ao novo modelo. Dissemos aparentemente complicada, mas não complicada ou impossível. Essa aparente complicação a que nos referimos, reside na falta de prática atual, bem como no despreparo da população. Isso, contudo, são soluções que apenas demandam algum tempo, e esse tempo poderá ser mais ou menos longo, a depender do fator disposição para mudança e para o trabalho de implantação de uma estrutura organizacional compatível com o desafio que temos que enfrentar.

A disposição para mudança está relacionada com o grau de satisfação ou insatisfação do povo para com o modelo em vigor, e a estrutura organizacional depende de um trabalho de implantação, paciente e determinado, de todos quantos queiram participar desde os primeiros momentos.

Será a estrutura organizacional do partido político do novo modelo quem vai permitir à Sociedade tornar-se participativa, caso assim o deseje. E não só participativa, mas sobretudo capaz de delegar poderes, definir objetivos e principalmente cobrar os resultados que haverão de decorrer da eficácia dos governos. Para essa estrutura organizacional é de se esperar atuação permanente, e que seus tentáculos, suas extremidades, venham a se localizar tanto quanto possível no seio do povo, oferecendo a todos quantos desejem o livre acesso à vida pública e a todos os cargos dentro da estrutura funcional do partido, observando-se, para tanto, exclusivamente, o critério do mérito decorrente de serviços prestados.

Pautado na justa filosofia da igualdade de oportunidades e devidamente estruturado para permitir a efetiva participação do povo, o novo Modelo Político está assim pronto para mostrar sua real importância e a grande diferença de procedimento existente entre o seu modo de agir e o modo de agir do modelo em extinção. No caso do velho e decadente modelo, os políticos às vésperas das eleições, abrem seus comitês, fazem propaganda dos seus candidatos, corrompem eleitores, pintam e bordam numa verdadeira parafernália publicitária. Contados os votos e conhecidos os eleitos, eles simplesmente desaparecem; e todo o trabalho de preparação dos planos de governo, dos projetos de leis, sua aprovação, execução e fiscalização ficam a critério dos pseudo-representantes eleitos, ficando a Sociedade sem qualquer amparo e controle, totalmente à margem do processo.

Em se tratando do novo modelo, tudo será bem diferente. Tanto os planos de governo, como os projetos de leis, são elaborados pela Sociedade organizada, que, para tanto, fará uso da estrutura do Partido, restando aos representantes eleitos a execução dos planos e programas de governo, bem como a homologação dos projetos de leis para, assim, transformá-los em leis.

No que diz respeito à fiscalização do patrimônio público, e da ação dos governos, esta também competirá à Sociedade, a qual apresentará suas denúncias, tanto diretamente aos Congressos Constituintes como aos Diretórios do Partido, que as formalizará legalmente através dos seus representantes nos Congressos Constituintes, segundo a esfera de competência cabível para cada caso, com o seguinte detalhe, principalmente durante o exercício dos mandatos governamentais.

Aparentemente difícil a princípio, a estrutura organizacional dos partidos políticos, do novo Modelo Político é mais simples do que se poderia imaginar. Sua implantação pode até parecer uma tarefa gigantesca, se formos imaginá-la como tarefa para um único homem; todavia, distribuindo-a convenientemente, por toda a Sociedade, como bem convém aos princípios democráticos, veremos que se trata de uma tarefa simples e exequível a depender somente do nosso querer.

Já temos a ideia de que dentro do novo Modelo Político tudo será diferente, razão por que, de nada nos adiantará continuarmos raciocinando como se permanecêssemos dentro do paradigma SOCOCA, nem tentando contestar as ideias novas tomando-se por base a experiência superada do velho Sistema Capitalista. Essa advertência é de grande valia neste momento, não apenas para que nos despojemos dos vícios e da dependência do paradigma SOCOCA, que já deixamos no passado, mas sobretudo porque passaremos a perceber que o Poder Político que carecemos, para implementarmos o novo modelo, só começa a crescer dentro de cada um de nós, e a se fortalecer, a partir de quando, juntos, começarmos a pensar em sintonia com a Ideologia do Mérito. E mais: que só conseguiremos pensar em sintonia uns com os outros e todos com a Ideologia do Mérito, quando percebermos claramente e aceitarmos que os nossos interesses são comuns, formando, assim, uma desejável e importante unidade. A formação dessa unidade de pensamento em torno de um ideal comum deverá ser adotada como uma decisão irreversível e inegociável, não obstante possamos preservar a nossa necessária diversidade e individualidade, relacionadas com as nossas vocações, talentos, gostos, preferências e outras tantas variáveis que integram o conjunto das nossas diferenças individuais.

Importa-nos muito reconhecer que se trata de dois modelos políticos de objetivos e métodos totalmente opostos, e essa oposição poderá ser traduzida numa forma bastante prática de proceder. A premissa inicial é que o único subsídio a ser buscado na experiência do modelo antigo é o seguinte:

Tudo que hoje é comum no Modelo Político atual, ou será inadequado ou será o contrário no novo Modelo Político.

Ou, se preferirmos, basta-nos que tomemos como referencial o modo de agir dos atuais Partidos Políticos e procedamos exatamente de forma contrária. Ou seja, adotando procedimentos totalmente inversos aos dos Partidos Políticos do modelo antigo. Por exemplo:

O Modelo Antigo - Por ser injusto, privilegia uns e discrimina outros, dentro dos quadros partidários, e não define claramente os critérios de promoções no âmbito dos Partidos.

O Novo Modelo - Por ser justo, adota a igualdade de oportunidades no acesso aos quadros partidários, e define claramente como critério de promoção e ascensão nos Partidos, o mérito por serviços prestados.

O Modelo Antigo - Não admite a participação efetiva do povo na administração pública, principalmente durante a gestão governamental.

O Novo Modelo - Não só permite, mas estimula a participação popular, tanto na administração pública como em tudo que lhe diga respeito, antes, durante e depois de cumpridos os mandatos governamentais.

O Modelo Antigo - Compõe-se de Partidos Políticos que não têm uma estrutura organizacional compatível com as necessidades de organização da Sociedade, limitando-se a abrir comitês sem qualquer finalidade louvável, durante os períodos pré-eleitorais.

O Novo Modelo - É composto de Partidos Políticos que têm uma estrutura organizacional definida, cuja atuação é permanente.

O Modelo Antigo - Organiza comícios e concentrações, convida o povo para fazê-lo de tolo e ouvir suas mentiras, suas promessas falazes e demagogias, cujo direito de participação, limita-se a gritar e bater palmas.

O Novo Modelo - Não organizará comícios nem concentrações; recomenda ao povo que não sirva de massa de manobra apenas para fazer número e prestigiar demagogos que usam esse espetáculo como argumento para compra de votos, e limita-se a reuniões esclarecedoras, dando a todos o direito de participação.

O Modelo Antigo - Admite a continuidade de pessoas em cargos eletivos do governo, especialmente Senadores, Deputados e Vereadores, por várias legislaturas, tornando a função de representante do povo num verdadeiro meio de vida.

O Novo Modelo - Torna obrigatória a alternância de pessoas nesses cargos; e para todos os cargos, legislativos principalmente, defende a ideia do mandato pertencendo ao povo e administrado pelo Partido, ficando os seus ocupantes subordinados ao regimento interno da organização partidária.

O Modelo Antigo - Indica nomes a serem homologados e depois obedecidos.

O Novo Modelo - Apresenta ideias a serem seguidas, e depois pessoas para executá-las, fielmente vinculadas a um compromisso formal.

O Modelo Antigo - Abstém-se de organizar e politizar o povo para que, tornando-o presa fácil das suas artimanhas, possa permanecer indefinidamente no Poder como sustentáculo da Oligarquia.

O Novo Modelo - Preocupa-se principalmente com a politização e organização do povo, a quem pretende conduzir pacífica e ordeiramente ao Poder, para que se estabeleça finalmente a Democracia.

O Modelo Antigo - Por ser favorável à mentira, ao medo e à corrupção eleitoral, prega o “VOTO SECRETO”.

O Novo Modelo - Por estar comprometido com a verdade, defende o “VOTO ABERTO”.

O Modelo Antigo - Defende a imunidade parlamentar, inclusive em relação ao povo.

O Novo Modelo - Admite a imunidade parlamentar em relação às autoridades constituídas e dentro dos parâmetros da lei; jamais, em relação ao dono do mandato, que é o povo.

O Modelo Antigo - Com seus casuísmos, adultera a representatividade popular e admite essas distorções como fato natural.

O Novo Modelo - Contesta a legitimidade das representações populares forjadas pelos casuísmos do modelo antigo, e defende como uma das condições para a legitimidade popular as amostras da população embasadas no censo demográfico.

O Modelo Antigo - Aceita e estimula a prática de coligações (conchavos) em torno de nomes, negociando, nessas oportunidades, a ocupação de cargos do governo, financiamentos subsidiados, privilégios nas concorrências públicas, entre outras falcatruas e improbidades.

O Novo Modelo - Repudia toda forma de conchavos e negociatas, considerando inegociáveis as ideias e as decisões do povo referendadas nos planos de governo.

O Modelo Antigo - Elege primeiro seus candidatos, e só após as eleições é que eles apresentam os seus planos de governo. Ou seja: primeiro o candidato ocupa o cargo, e só depois diz o que vai fazer.

O Novo Modelo - Primeiro apresenta o seu plano de governo submetendo-o à apreciação e ao julgamento do povo. Após eleito, o candidato se limita a executar o plano referendado. Ou seja: primeiro o candidato diz o que vai fazer, para depois ocupar o cargo.

O Modelo Antigo - Privilegia e só favorece os grupos oligárquicos.

O Novo Modelo - Serve a todos indistintamente.

O Modelo Antigo - Nele, as pessoas é quem são titulares dos seus mandatos eletivos, verdadeiros donos desses mandatos; e, quando deixam os Partidos, levam-nos consigo para a nova legenda que os receber.

O Novo Modelo - Nele, os mandatos pertencem ao Partido. Caso um filiado, que esteja a exercer um mandato eletivo, deixe-o, perderá, incontinenti, o mandato no qual esteja investido.

Poderíamos nos alongar numa infinidade de outros exemplos, mas isso apenas nos levaria à conclusão de que, por exclusão, o Modelo Político que se vai nos fornecer um perfil nítido e ideal de um novo Modelo Político. Isso é o mesmo que dizer que o ceticismo, a desconfiança, a falta de credibilidade nos homens públicos e nos governos, os votos de protesto, as críticas aos representantes do povo, entre outras tantas formas de contestação, são manifestações desconexas de quem se vê sem alternativas, mas que, uma vez orientadas, serão, com certeza, convertidas em práticas de adeptos desse novo modelo.

Sem dúvida, a obsolescência, os vícios e principalmente os resultados nada satisfatórios do antigo, desgastado e decadente modelo já seriam suficientes para justificar a necessidade de construção de um novo Modelo Político; mas ainda restam três argumentos que merecem ser mencionados:

O primeiro deles corrige uma distorção que é visível no campo social: é que o novo Modelo Político nos traz a primeira grande oportunidade de acabarmos, de uma vez por todas, com o discurso incoerente e hipócrita de vivermos dizendo que somos iguais, quando, na prática, nos comprazemos em sermos

desiguais. De que adianta ficarmos só no discurso, sabendo que de nada adiantará compreender e aceitar que somos iguais, sem que pratiquemos ou sequer nos permitamos experimentar a salutar igualdade?

O segundo argumento acontece no campo político, do qual o novo modelo nos permite extirpar uma outra grande incoerência. A incoerência de vivermos clamando pela Democracia e, ao mesmo tempo, incentivando e legitimando a Oligarquia.

O terceiro argumento premia o campo econômico. Como vimos, o advento de um novo Modelo Econômico é uma decisão técnica que carece de ser precedida por uma decisão política para viabilizá-lo. O novo Modelo Político é essa decisão imprescindível, que fará com que a humanidade possa desfrutar de uma mais justa, fraterna e nova ordem econômica.

Capítulo 67

O Poder Constituinte Permanente

Nos Capítulos que tratam da evolução histórica dos Sistemas e, em especial, dos Modelos Políticos, deixamos claro que é chegado o momento do Sistema do Mérito e da Democracia ou **Demarquia**.

(Demarquia - Neologismo aceito pelo Sistema do Mérito, como mais apropriado para significar a verdadeira Democracia; Regime de Governo, cujo poder de decisão, em última instância – antes, durante e após o exercício dos mandatos das autoridades constituídas – permanece sempre nas mãos dos cidadãos).

A referência ao neologismo é proposital, para deixar bem claro que a **Demarquia** à qual nos referimos não é aquela **pseudodemocracia** de uso freqüente no discurso demagógico do paradigma SOCOCA, cujo Regime de Governo sempre foi a **Oligarquia**. Em outras palavras, a tão propalada **Democracia** jamais existiu; e, por esse motivo, decidimos pesquisar e descobrir a sua Semente, que ora se materializa no ideário deste livro.

A ideia da Democracia, como Regime de Governo a ser plantado no epicentro do Sistema do Mérito, começa, íntima e indissolúvelmente, ligada à ideia do Poder Constituinte Permanente. Com a parábola a seguir, explicaremos em detalhes:

Os **Donos** de uma **Grande Empresa** contrataram um **Gerente** para administrá-la. Depois de algum tempo de serviço, o **Gerente**, percebeu que os **Donos** estavam desorganizados e não exerciam sobre ele o necessário controle. Apesar de ganhar e receber, regularmente, um polpudo salário, o **Gerente** corrompeu-se. Imaginando-se mais importante que os próprios **Donos**, “deixou crescer as asas”, passando a usar a **Empresa** em prol de interesses pessoais e de estranhos, de modo totalmente contrário e prejudicial aos legítimos interesses dos **Donos**.

Indagamos: Para fazerem justiça, como os **Donos** deverão proceder em relação ao **Gerente**? E em relação à **Empresa**, no presente e no futuro, o que deverão fazer para preservá-la da corrupção?

Agora imaginemos um Estado Soberano, o **Brasil** por exemplo, como sendo essa **Grande Empresa**; **nós, os cidadãos**, como seus legítimos **Donos**, e o **Governo** como sendo o Gerente. Perguntamos: O que fazer com o **Governo**? E o que fazer com o **Brasil**, para acabar, no presente e no futuro, com a corrupção, os desmandos administrativos e as decisões que priorizam os interesses internacionais em detrimento dos interesses nacionais? A resposta não poderia ser mais óbvia: **1) Substituir o Governo; 2) Implantar um novo Regime de Governo, dotado de mecanismos que permitam aos cidadãos maior influência sobre as ações do Estado e um maior controle sobre os Poderes Constituídos a ele outorgados.**

Como isso poderia acontecer?

Dizem-nos os conhecidos adágios populares: “**Quem quer vai e quem não quer manda**” e “**quem engorda o boi é o olho do dono**”. É comungando com a sabedoria popular, que o Sistema do Mérito defende a tese do Poder Constituinte Permanente, como última instância decisória, a todo tempo e sobre tudo o que diga respeito aos interesses nacionais.

O Poder Constituinte Permanente é a instituição que representa a presença assídua e marcante dos **Cidadãos (Donos)** no âmbito do **Estado (Empresa)** e que coloca o **Governo (Gerente)** no seu devido lugar. Lugar que haverá de ser de respeito, obediência e submissão ao Poder Maior.

Quatro serão as atribuições principais do Poder Constituinte Permanente:1ª) Recebimento de Proposições 2ª) Fiscalização 3ª) Deliberações e 4ª) Ética.

1ª) **Recebimento de Proposições:** no exercício dessa atribuição, as sugestões e propostas dos cidadãos, sejam do seu interesse pessoal, sejam do interesse da coletividade, encontrarão facilmente o canal competente para recebê-las e encaminhá-las convenientemente, para apreciação e tomada de providências pelos órgãos competentes. Em vez de ficarmos nas ruas criticando ou lamentando a falta de atendimento aos nossos anseios, simplesmente nos encaminharemos ao Congresso Constituinte mais próximo, e lá apresentaremos nossa proposta, sugestão, reclamação, crítica etc.

2ª) **Fiscalização:** a atribuição de fiscalização visa assegurar que os programas governamentais estejam sendo cumpridos a contento e num nível máximo de probidade e competência.

3ª) **Deliberações:** competirá privativamente ao Poder Constituinte Permanente, legislar sobre todas as matérias, inclusive as de natureza constitucional, aprovar ou rejeitar toda e qualquer emenda aos programas governamentais, bem como todas as demais decisões de interesse nacional que não estejam enquadrados nos parâmetros dos planos e programas de governo, já referendados durante as campanhas eleitorais.

4ª) **Ética:** Julgar, em última instância, todas as questões que versarem sobre a ética na política, as ações governamentais e até as ações individuais dos cidadãos, quando envolvidos em delitos em que a legislação civil ou penal indicarem esse Poder como foro competente para tal.

O Poder Constituinte Permanente se organizará em Congressos Constituintes, distribuídos por todo o território nacional, e em quatro níveis hierárquicos a saber: Nível Nacional, Nível Regional (Estadual), Nível Municipal e Nível Comunitário. No âmbito interno de cada Congresso Constituinte, os congressistas se organizarão formando dois tipos de células: ordinárias e extraordinárias.

Tanto as células ordinárias como as extraordinárias terão um coordenador e serão especializadas em uma determinada matéria. A diferença entre elas reside no fato de que, enquanto as células ordinárias serão especializadas nas mesmas matérias que norteiam a formação da estrutura organizacional do Poder Executivo, que por sua vez está subordinada aos Planos e Programas Governamentais devidamente referendados pelo povo durante a campanha eleitoral que haverá de ter conduzido o Partido Político ao Poder, as extraordinárias cuidam de todos os demais temas que não dizem respeito aos Planos e Programas Governamentais, podendo ser eventuais ou definitivas.

Os cargos de coordenação nos Congressos Constituintes serão idênticos, não obstante os diferentes níveis hierárquicos dos diversos congressos, tomando-se sempre como modelo o nível nacional. Em sendo assim, por exemplo, se no Congresso Constituinte Nacional forem vinte e uma células ordinárias e, por conseguinte, vinte e um cargos de coordenação, igualmente vinte e um serão, também, os cargos de coordenação nos demais congressos constituintes, os quais terão as mesmas denominações e atribuições; obviamente, cada um dentro do seu nível de abrangência. Cada Congressista Constituinte pode participar de no máximo duas células, uma ordinária e uma extraordinária, mas só poderá coordenar uma delas.

A competência de cada Congresso Constituinte, do mesmo modo que a instância decisória, será definida em razão da matéria e do âmbito de interesse sobre o qual ela trate. Em sendo assim, se a matéria for de interesse nacional, será decidida no Congresso Constituinte Nacional; do mesmo modo que sendo

esta de interesse regional, municipal ou comunitário, será decidida, respectivamente, pelos Congressos Constituintes Regionais, Municipais ou Comunitários.

O Poder Constituinte Permanente, dentro do Sistema do Mérito, é o Poder por excelência, único e indivisível, que emana diretamente do Povo e por **ele** será exercido. Note-se bem que estamos dizendo **“por ele será exercido”**, muito diferente do que acontece hoje no Regime Oligárquico, onde se diz que “o Poder emana do Povo e **em seu nome será exercido”**.

Do modo como o Modelo Político atualmente se acha estruturado, isso é o mesmo que dizer: o poder, realmente, emana do povo, mas será sempre exercido por **“procuradores”**, a quem foram entregues procurações, com poderes ilimitados e em caráter irrevogável e irretratável.

Recentemente, em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, no seu Parágrafo Único do Art. 1º, inovou dizendo: “Todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Não deixa de ter sido um avanço que, apesar de não poder ser interpretado como: “Todo o poder emana do povo e **com ele será exercido”**, da forma como alguns constitucionalistas quiseram, podemos interpretar, mais ou menos assim: “Todo o poder emana do povo, mas continuará a ser exercido por **“procuradores”**, a quem foram entregues procurações, com poderes ilimitados, em caráter irrevogável e irretratável; ou diretamente pelo povo, cujas condições para tanto serão restritas às imposições da Constituição”.

Parece uma situação engraçada, entretanto real, na qual, os papéis mais uma vez se inverteram, e o **Gerente** se permitiu regulamentar e restringir a participação dos **Donos** na gestão da **Empresa**.

A ideia do Poder Constituinte Permanente, como o Poder por excelência, único e indivisível, que emana do **Povo** e por ele sendo exercido, põe por terra a tão decantada Teoria dos Freios e Contrapesos, que é o reconhecimento tácito da fragilidade e corruptibilidade do Sistema Capitalista e, por extensão, do Regime Oligárquico que lhe dá sustentação. Ela é uma ideia que contém, no seu maior teor de sua pureza, a essência da verdadeira Democracia ou Demarquia, tão comentada e defendida, mas que somente agora, no Sistema do Mérito passaremos a conhecer.

Será uma grande mudança? Ninguém tenha dúvidas. Haverá razões para termos receios ou medo? Não vemos motivos para tanto. Todavia, respeitamos as limitações daquelas pessoas que serão induzidas ao erro e ao medo, pela propaganda enganosa do Sistema Capitalista, principalmente se não tiverem o necessário discernimento e se deixarem manipular por ela.

Essa propaganda enganosa, à qual nos referimos, é especializada em confundir a opinião pública, principalmente nos momentos em que esta é levada a conhecer os limites que separam uma Ditadura de uma Democracia. A sua forma de convencer é simples e se baseia neste pseudo-axioma:

“O que o Sistema Capitalista prega é a Democracia, e o que não é a Democracia que ele prega, é a Ditadura.”

O artifício enganoso, embutido no falso axioma por ela utilizado, vai desde o falso conceito de Democracia defendido pelo Sistema Capitalista, até à omissão total do que seja a Ditadura. Ora, se por diversas vezes já repetimos e provamos que no Sistema Capitalista o Regime de Governo vigente é a Oligarquia, e a sua propaganda enganosa insiste em afirmar, falsamente, que a Oligarquia é Democracia, isso significa dizer que, a distinção entre Ditadura e Democracia, difundida pelo Sistema Capitalista, também é falsa.

Vamos, então, agora colocar “em pratos limpos” os reais conceitos e, por ilação, as devidas diferenças entre Ditadura, Oligarquia e Democracia, que o Sistema do Mérito nos oferece.

Na Ditadura, vulgarmente conhecida, a vontade que prevalece é a de uma só pessoa. Num Estado Ditatorial, ou seja, onde vigora uma Ditadura, a vontade do Ditador é que se impõe à Nação, não importando saber se ela está ou não em consonância com a vontade nacional. A Ditadura, dentro do Sistema Capitalista, não é um Regime de Governo em si; ela nada mais é do que um disfarce saudosista da Oligarquia, utilizado por grupos ortodoxos que ainda não se despiram da experiência monárquica. Dissemos que é um disfarce, pelo fato de que, por trás de um Ditador, a sustentá-lo, sempre estão os grupos monopolistas e oligopolistas, que são os verdadeiros beneficiários da sua ação ditatorial. Por isso, poderemos, também, chamá-la de: Ditadura Vulgar, Oligarquia Mascarada, Oligarquia Maquiada, Oligarquia Dissimulada, Oligarquia Infame, Oligarquia Bifronte etc.

No Estado Ditatorial, o fato de se tornar mais restrita a participação popular tanto na constituição do Estado como nas ações governamentais, e por ter um Governo dependente dos Grupos Monopolistas, é onde se observa maior instabilidade econômica e política, que só se evidenciam, na sua totalidade, com o desaparecimento do Ditador. Na Ditadura Vulgar, o Direito Positivo pode até existir, mas pelo fato de ter sido imposto pela força, não podemos cogitar da existência de uma legalidade consentida. Mas o que bem caracteriza a Ditadura Vulgar são os baixos índices de popularidade do Governo determinados pela mais absoluta falta de legitimidade.

Na **Oligarquia**, regime que vigora no Sistema Capitalista, a vontade que prevalece é a de “Grupos de Pessoas”, “Grupelhos” ou “Panelas”. Num Estado Oligárquico – como por exemplo, o Brasil e demais países do mundo atual – em que vigora a Oligarquia, a vontade dos Grupos Monopolistas ou Oligopolistas é que se impõe à Nação, não importando saber se ela está ou não em consonância com a sua vontade. Podemos chamar a Oligarquia pelo nome de Oligarquia Assumida, Ditadura de Grupos, Ditadura Compartilhada, Ditadura de Classes, Ditadura do Proletariado, Ditadura de Grupelhos, Ditadura de Panelas etc., onde são comuns os conchavos, pactos, alianças, coligações, frentes políticas etc.

Consideramos a Ditadura Vulgar como um artifício que atende à necessidade de legitimação da Oligarquia; do mesmo modo que o “claro” precisa do “escuro” e o “certo” precisa do “errado” para se fazerem entender, disputarem e ganharem a preferência das pessoas, a “**Oligarquia**” também precisa da “**Ditadura Vulgar**” para se mostrar boa perante a opinião pública, diante de algo pior, para que possa ser comparada, entendida, aceita e, assim, legitimada pelos incautos.

Na Oligarquia, o Direito Positivo existe, mas, indubitavelmente, repleto de casuísmos, que servem aos interesses espúrios dos grupos. Devido a isso, não podemos cogitar da existência de uma legalidade saudável e nem tampouco de uma legitimidade genuína, mas de uma legalidade e legitimidade doentes, mantidas à custa das “meizininhas” artificiais da corrupção.

Na **Democracia ou Demarquia**, e aqui estamos nos referindo à verdadeira Democracia defendida pelo Sistema do Mérito, a vontade que prevalece é a de “TODOS”, e aqui estão incluídas, obviamente, as minorias.

Num Estado Democrático, com o qual a humanidade ainda não teve o prazer de conviver até hoje, quando então vigorar a Democracia, a vontade a ser imposta à Nação é aquela que, inspirada na Liberdade Plena e na Justiça Absoluta, vier atender aos anseios de todos os cidadãos. Diferente da Ditadura Vulgar e da Oligarquia, importará que ela esteja sempre em consonância com a vontade geral da Nação.

De todas as vontades, a mais poderosa é aquela que denominamos “Vontade Soberana da Nação”, e que, por ser constituída do somatório das potências individuais dos cidadãos, dá à Democracia toda a energia positiva de que ela carece para se fazer eficaz, consensualmente aceita e respeitada. E não poderia ser diferente, mormente se considerarmos que a vontade de uma só pessoa, como a de um pequeno grupo de pessoas, jamais será capaz de irradiar a energia que a vontade bem sincronizada de uma Nação inteira é capaz de fazê-lo. Por esse motivo é que podemos chamar a Democracia de Ditadura da Nação ou Ditadura Nacional, sendo ela, dos três tipos já citados, a mais enérgica.

Falamos, a propósito, de três tipos de Ditaduras:

A Ditadura da vontade de uma só pessoa – Ditadura Vulgar

A Ditadura da vontade de grupos (de panelas) – Oligarquia e

A Ditadura da vontade da Nação (de todos) – Democracia.

Falamos Ditaduras, porque entendemos, também, como acepção da palavra Ditadura, todo e qualquer Regime de Governo que congrega, em si, a força que **dita**, de modo enérgico, a vontade que emana de um indivíduo, de um grupo ou de uma Nação, com a qual se propõe a comandar, direta ou indiretamente, um Estado.

Não obstante termos relacionados três tipos de Ditaduras, elas se resumem a duas; pois, como vimos, a Ditadura Vulgar nada mais é que uma variedade de Oligarquia (Oligarquia Maquiada) e, portanto, mais um engodo do Sistema Capitalista, criado para lesar e “lascar” os incautos, os néscios.

A proposta trazida pelo Sistema do Mérito, de um Poder Constituinte em atividade permanente, como Poder Único e Indivisível por excelência, vem para destruir a Teoria dos Freios e Contrapesos, incapaz que foi de alcançar os fins a que originalmente se propôs. Aliás, se a teoria, por um lado, continua incorrendo no grave erro de conceder importância exagerada aos Poderes Constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário como Poderes autônomos e independentes), imaginando-os capazes de prevenir, combater ou reprimir a corrupção no âmbito do Estado, por outro, persevera subestimando a importância do Poder originário que os estabeleceu.

Não estamos aqui fazendo a apologia do fim do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, pelo fato de considerarmos inadequada a sua classificação como Poderes autônomos e independentes; estamos, sim, dizendo que no Sistema do Mérito, Executivo, Legislativo e Judiciário, não serão Poderes autônomos e independentes, mas funções interdependentes e inerentes ao Estado, e, com certeza, terão maior importância do que hoje têm dentro do Sistema Capitalista. Estarão, porém, enfeixadas, juntamente com outras importantes funções do Estado, dentro de um único Poder Constituído que, como não poderia deixar de ser, estará subordinado ao Poder Maior Único e Indivisível, que é o Poder Constituinte Permanente, a ser exercido, sempre e permanentemente, pelo Povo.

Capítulo 68

O Poder Executivo Constituído

O que hoje conhecemos como Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ditos autônomos e independentes, nem são Poderes, nem são autônomos e nem independentes. São, em verdade, funções do Estado, estabelecidas pela Constituição e enfeixadas num único Poder Executivo Constituído, subordinado a um Poder Único que emana diretamente dos cidadãos, e que conhecemos como Poder Constituinte.

O Poder Executivo Constituído tem por objetivo a execução de Planos e Programas Governamentais, nos quais, teoricamente, deveríamos encontrar materializadas aquelas mesmas intenções, aspirações e ideias que motivaram a fusão das vontades e das energias potenciais dos cidadãos, levando-os a constituírem a Organização Estatal.

Dissemos **“teoricamente”** porque, no Sistema Capitalista, nem sempre as intenções, aspirações e ideias originais de uma Nação que constitui um Estado, são as que prevalecem no exercício das funções a Ele confiadas. Esse desvio de finalidade ocorre, entre outros, pelos seguintes motivos:

1º) o Regime Oligárquico, travestido de Democracia, tudo tem feito para inibir o exercício permanente do Poder Constituinte;

2º) os Partidos Políticos do Sistema Capitalista nem esclarecem nem organizam o Povo, para assim mantê-lo longe do Poder;

3º) estando o Povo desorganizado e longe do Poder, as portas ficam abertas para a prática da corrupção. A partir daí, as funções Executiva, Legislativa e Judiciária do Estado, tanto podem atender aos ditames do Poder Constituinte, que, através da Constituição as estabeleceu, como aos interesses de Estados estrangeiros, que, dessa forma, além de estarem praticando uma ingerência na administração do outro – não obstante a anuência de governos corruptos – ferem e afrontam a sua soberania. Aliás, no Sistema Capitalista, é muito frequente ouvirmos sérias reclamações dos cidadãos pelo fato de o Estado priorizar interesses de Nações estrangeiras, em detrimento dos interesses e direitos legítimos da Nação que o constituiu.

Observemos bem que, num primeiro momento, os cidadãos, através de um ato de vontade, criam e dão força a uma Organização, para que essa Organização, num segundo momento, fazendo uso dessa força, execute os Planos e Programas que lhe são confiados. Ora, se os “ditos” Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário fossem oriundos da mesma fonte do Poder Constituinte, e não apenas funções estabelecidas artificialmente pela Constituição, não haveria como esse Estado desviar a sua finalidade, indo contrariar os interesses dos mesmos cidadãos que o constituíram; pois seria logicamente inaceitável que os cidadãos criassem um Estado e, ao mesmo tempo, levassem esse Estado, ou mesmo aceitassem, que ele viesse a exercer sua atividade para cercear-lhes a própria Liberdade e Justiça que os inspirou e os induziu ao ato da sua criação. Perguntamos, em outras palavras: seria lógico aceitarmos, pacificamente, criarmos uma cobra para nos picar?

Esta é a razão pela qual defendemos a seguinte tese: o Poder Executivo Constituído deverá se posicionar, o tempo todo, sob as vistas do Poder Constituinte Permanente, até porque sendo diferente, teremos um Estado incompleto, defeituoso, lento, sem criatividade, susceptível à corrupção, e sobretudo incapaz de atender aos anseios nacionais, nesse momento de transição e de grandes transformações por que passa toda a Humanidade.

No Sistema do Mérito, portanto, não mais falaremos: “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”; mas apenas em um, e somente um, Poder Constituinte Permanente, e um, e somente um, Poder Executivo Constituído, ou simplesmente, Poder Executivo que ao primeiro se subordinará. Não estamos com isso fazendo a apologia do fim dessas importantes funções do Estado, mas apenas vendo-as com a lucidez que a realidade atual nos permite, só que de uma perspectiva diferente. Vejamos porque: enquanto a visão do Sistema Capitalista, em relação ao Executivo, Legislativo e Judiciário, se restringe a vê-los como se fossem apenas três pirâmides distintas, a visão do Sistema do Mérito, em relação ao Poder Executivo Constituído, é de uma única pirâmide bem maior, dentro da qual vislumbramos além dessas três importantes pirâmides, outras de igual magnitude, todas voltadas para a perfeita execução de Planos e Programas que visam ao atendimento das necessidades e anseios nacionais.

A exemplo do que acontece com os Congressos Constituintes, encarregados do exercício do Poder Constituinte Permanente, o Poder Executivo Constituído também estará estruturado em todo o território nacional, para executar os Planos e Programas Governamentais, em quatro níveis, a seguir mencionados: Nacional, Regional (Estadual), Municipal e Comunitário.

Para bem executar esses Planos e Programas Governamentais, o Poder Executivo Constituído adotará uma estrutura organizacional dinâmica, inspirada nesses Planos e Programas, os quais, desde o início das suas execuções, já estarão devidamente referendados pelo Povo, fato esse ocorrido durante a campanha eleitoral que conduziu o Partido Político ao Poder.

Por uma questão de boa técnica administrativa, e considerando que as ações do Governo deverão repercutir conveniente e simultaneamente, em todo território nacional, é que essa estrutura organizacional, tal qual se observa, também, no âmbito interno dos Congressos Constituintes, serão idênticas em todos os níveis; de tal modo que, a cada cargo previsto na estrutura organizacional do Poder Executivo Nacional, que servirá de padrão a ser seguido pelos Poderes Executivos dos níveis inferiores, corresponderá um cargo com as mesmas atribuições, observados, obviamente o respectivo âmbito administrativo. Por

exemplo: se no Poder Executivo Nacional existir um cargo de Ministro da Educação, a ele deverá corresponder, nos níveis Regionais, Municipais e Comunitários os cargos respectivos de Secretários de Educação Regionais, Municipais e Comunitários, de tal modo que haja uma perfeita sintonia entre as ações governamentais, todo tempo, em todos os âmbitos e em todo o território nacional.

Capítulo 69

A Estrutura Organizacional do Estado, do Governo e do Partido do Mérito

Conhecendo os Poderes **Constituinte** e **Constituído** do Estado, será fácil montarmos a estrutura organizacional ideal para o Estado Democrático idealizado pelo Sistema do Mérito. Será isso que vamos fazer agora.

Primeiramente, vislumbremos os dois Poderes do Estado como dois grandes órgãos de forma piramidal, bem distintos. Posicionemos, em seguida, as duas Pirâmides, uma delas sobre a outra, em posição invertida. A figura formada, lembra-nos uma ampulheta e sugere-nos a hierarquia existente entre elas. A Pirâmide Superior, cuja base se apresenta voltada para cima, representa o órgão mais importante do Estado, que delibera, manda cumprir, julga e decide em última instância, sobre todas as matérias, denominado Poder Constituinte Permanente; e a outra pirâmide, a ela subordinada, cuja base se apresenta voltada para baixo, representa o órgão que cumpre as decisões e delegações dali emanadas, denominado Poder Executivo Constituído.

Em ambas as pirâmides vislumbramos quatro instâncias a saber: Nacionais, Regionais (Estaduais), Municipais e Comunitárias.

As posições em que se encontram as diversas instâncias dentro das pirâmides sugerem a hierarquia existente entre elas. Por exemplo, enquanto a Instância Comunitária, dentro da pirâmide do Poder Executivo Constituído, é a que detém menor autoridade, na outra pirâmide do Poder Constituinte Permanente é a mais importante.

Além das oito instâncias, que subdividem as pirâmides no sentido horizontal, vislumbramos, também, nítidas divisões no plano vertical, onde vemos, bem distribuídas, as diversas atribuições que visam o fiel e competente cumprimento dos Planos e Programas Governamentais.

As grandes pirâmides representativas dos Poderes Constituinte e Constituído do Estado, juntamente com as oito instâncias decisórias — que, na prática, são representadas por oito pirâmides menores superpostas, compondo as pirâmides maiores — representam a parte estática da Organização Estatal, em cima das quais deverá se fundamentar o Direito Positivo, ao redigir os princípios fundamentais e a legislação mais estável que haverão de nortear os passos futuros do Estado dentro do Sistema do Mérito.

As divisões observadas no plano vertical retratam a divisão de funções e a distribuição de atribuições que constituem a parte mais dinâmica da Organização Estatal — sempre voltada para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social, para promoção do bem comum e da justiça social, enfim, para atendimento dos anseios de paz, progresso, liberdade e justiça da Nação — representadas pelos Planos e Programas Governamentais, que, por sua vez, inspiram a formação da estrutura organizacional do Governo.

Atuando em meio a tudo isso, com o seu Programa Partidário, estará o Partido do Mérito, como agente ativo, tanto da manutenção como da modernização da estrutura organizacional própria, bem como da estrutura organizacional do Estado e do Governo. E não apenas restringindo sua ação aos parâmetros da legalidade, mas preferindo o caminho da legitimidade, subvertendo, assim, a ordem institucional a serviço do Progresso, da Justiça, da Liberdade, da Paz e do Desenvolvimento Econômico e Social da Nação.

Diante dessas exposições, podemos concluir que, no Sistema do Mérito, as estruturas organizacionais ideais a serem adotadas, para o Estado, para o Governo e para os Partidos Políticos, deverão ser estrutural e funcionalmente compatíveis, cabendo aos Partidos Políticos, daí por diante, a tarefa maior de mantê-las sempre atuais, modernas e capazes de atender aos desafios impostos pelo progresso humano, tendente, ultimamente, a se acelerar em todo o Planeta.

Mais adiante, na Décima Segunda Parte deste livro, às páginas 430 a 437, encontraremos oito relações de cargos, onde estão definidos os órgãos, as instâncias, os níveis e as atribuições de cada cargo dentro do Partido do Mérito, perfeitamente compatibilizados com o seu Programa Partidário e com os cargos correspondentes no Governo; como, também, as credenciais que deverão apresentar, os filiados que a eles pretendam concorrer. Esse exemplo nos dá uma ideia de como montar uma estrutura organizacional considerada estrutural e funcionalmente compatível.

Convém lembrar que, no Sistema do Mérito, a criação desses cargos, que no seu conjunto formam a estrutura organizacional, só faz sentido se inspirada num Programa Partidário previamente estabelecido com o propósito de ser convertido em Planos e Programas de Governo, tão logo o Partido alcance o Poder. Isso implica em dizer que é imprescindível a existência de um Partido Político, munido de um Programa Partidário, para, pela via da legitimidade alcançar o Poder, e, em alcançando o Poder, converter o seu Programa Partidário em Planos e Programas de Governo, e no Governo implantar a estrutura organizacional que transformará esses Planos e Programas em realidade.

Como consequência natural da nova estrutura organizacional do Estado e do Governo, e como medida administrativa que objetiva a justiça social e o fim da corrupção nessa área, teremos a unificação da folha de pagamento do Estado, que será uma em todo o território nacional. Disso decorre que, não obstante tenhamos quatro instâncias administrativas, quais sejam, federal, regional (estadual), municipal e comunitária, todos os funcionários públicos atuais, sem qualquer prejuízo para os seus direitos adquiridos, passarão para a esfera administrativa federal.

Em sendo assim, um auxiliar de escritório lotado na Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, poderá, por exemplo, dependendo da existência de vaga, solicitar transferência para ocupar cargo compatível com as suas aptidões, na Prefeitura de Curitiba, Estado do Paraná, ou no Estado de Rondônia, e vice-versa, sem que isso signifique promoção ou rebaixamento para o servidor público que assim proceder.

Com esse exemplo, dá para compreender que não apenas ficarão mais fáceis o atendimento das preferências e conveniências dos cidadãos, como, também, a política salarial não distingue o trabalhador em face do cargo ou da instituição onde ele se encontra lotado.

Poderá ocorrer a ocupação de no máximo dois cargos públicos pelo mesmo servidor, desde que a necessidade assim o determine e que o ocupante desses cargos realmente exerça as funções a ele inerentes, e sempre em horários distintos. O que não pode acontecer, por ser absolutamente desnecessária, é a ocupação de mais de um cargo público mal remunerado, a título exclusivo de complemento da renda familiar, nem, em hipótese alguma, a corrupção conhecida como **“funcionários fantasmas”** protagonizada por políticos e seus familiares, que figuram nas folhas de pagamento das entidades públicas sem jamais terem pisado nelas para prestar qualquer serviço.

Com a folha de pagamento unificada, esse tipo de corrupção será extinta, principalmente naquela modalidade em que os políticos **“A”** e **“B”**, correligionários de Partido, mas com influência em Estados e/ou Municípios distintos, trocam favores com o dinheiro público da forma a seguir: o político **“A”** inclui na folha de pagamento do seu Estado e/ou Município os familiares do político **“B”** e este, em reciprocidade, inclui na folha do seu Estado e/ou Município os familiares do político **“A”**.

Se formos nos referir ao âmbito militar ou judicial, o raciocínio será o seguinte: todos os cargos serão federais. Não teremos, assim, como atualmente no Brasil, juizes e policiais, sejam estes civis ou militares, pertencentes a esferas federais e estaduais. Isso em nada impede que sejam dispostos em áreas distintas conforme a especialização de cada um. Por exemplo, no caso dos juizes: juizes federais da área trabalhista,

da área cível, da área penal, da área administrativa, etc.; e no caso dos militares: policiais civis (investigação), policiais militares (prevenção), policiais de trânsito, policiais rodoviários, policiais do Exército, policiais da Aeronáutica, policiais da Marinha, policiais bombeiros etc.

Os concursos para provimento de cargos do serviço públicos serão realizados sempre em âmbito nacional, nos quais serão indicados as disponibilidades de vagas por localidades, nas quais os candidatos obrigar-se-ão a assumir. Haverá apenas uma estrutura de cargos e carreira para todo o serviço público, que será exclusivamente federal, não obstante prestado nas diversas instâncias da administração pública.

Capítulo 70

Das Credenciais, dos Cargos e da Carreira Política no Partido do Mérito

O Partido do Mérito fornecerá credenciais aos seus filiados que quiserem ingressar nas fileiras do Partido para se dedicarem à vida Pública, nas quais, além da qualificação completa do seu possuidor e de um número seqüencial único, constarão:

- 1) o órgão partidário ao qual está ou já esteve vinculado;
- 2) o nível (instância) do cargo ocupado;
- 3) a especialização do cargo a que se dedicou;
- 4) o grau de instrução política e/ou intelectual do filiado (GI);
- 5) o T.S.H. ou Tempo de Serviço em Horas;
- 6) e a data da filiação e a data da opção pelo órgão.

1) O órgão partidário aludido no item 1, constante na credencial do filiado, indicará se ele freqüenta ou freqüentou o Conselho de Deliberação e Ética, cuja abreviatura na credencial será “CDE”, ou se o Diretório Executivo, cuja abreviatura será “DEX”. Cada um desses órgãos se constitui uma academia de práticas políticas e administrativas, verdadeiros laboratórios especializados na preparação dos filiados para o exercício de funções públicas, de tal modo que, a escolha do órgão partidário no ato do ingresso do filiado na carreira política, é que definirá a sua habilitação ou carreira.

2) O nível (instância) do cargo ocupado indicará a instância na qual o filiado prestou ou está a prestar serviços – se nos níveis Comunitário, Municipal, Regional ou Nacional – os quais serão representados, respectivamente, pelas letra “A”, “B”, “C”, e “D”.

3) Quanto à especialização a que o filiado tem se dedicado, esta indicará: Educação, Saúde, Planejamento, Segurança etc., as quais serão representadas pelos números constantes da tabela na página 429.

4) O grau de instrução política e/ou intelectual, referido no item 4, servirá como indicador da aptidão do filiado para o exercício de determinados cargos no Conselho de Deliberação e Ética e no Diretório Executivo, que requeiram especialização compatível com as atribuições do cargo público correspondente no Governo. Entenda-se grau de instrução intelectual, como o 1º, 2º, e 3º graus, mestrados, doutorados etc. Por grau de instrução política, deveremos entender a formação adquirida pelo filiado através dos

cursos ministrados pelos Institutos de Formação Econômica, Cultural, Política, Social, Moral e Educacional, que o Partido do Mérito manterá como uma das suas principais atribuições. Durante a fase de fundação do Partido do Mérito, o grau de instrução intelectual suprirá as exigências de formação política e vice-versa, até que o Partido do Mérito e o seu Instituto de Formação, acima referido, se estruturarem completamente, tornando-se capazes de oferecer todos os cursos de formação, nos seus dez níveis, a todos os filiados interessados. A partir daí, o requisito grau de instrução política passará a ser obrigatório para todos filiados do Partido do Mérito que desejarem obter credenciais para ingresso ou permanência na vida pública.

5) O T.S.H. ou Tempo de Serviço em Horas, representará a freqüência e a carga horária dedicadas pelo filiado aos cargos dos dois órgãos (Academias). Muito embora cada um dos órgãos do Partido se constitua numa Academia de Formação de Homens Públicos, o Partido prefere considerar a freqüência e a carga horária dedicadas a elas, dado o sentido prático das incumbências, tarefas e responsabilidades assumidas pelos seus freqüentadores (filiados), como relevantes serviços prestados, decorrendo daí o mérito de cada um.

Para efeito de cálculo do T.S.H. (Tempo de Serviço em Horas) que será expresso na credencial, seguir-se-á o padrão de 360 horas para cada ano de serviço.

6) A data da filiação indicará o dia, mês e ano do ingresso do filiado no Partido e conferirá mérito ao possuidor da credencial, servindo como ponto para desempate nas disputas onde houver igualdade de méritos entre os pretendentes a uma mesma oportunidade. A data da opção pelo órgão indicará o dia, mês e ano em que o filiado fez a sua primeira e segunda opção pela carreira política dentro do Partido. No caso da segunda opção, será esta data e não a data da filiação, que vai servir de referência para desempate nas disputas onde houver igualdade de méritos entre os pretendentes a uma mesma oportunidade.

Constitui-se requisito para ocupação de qualquer cargo dentro do Partido do Mérito, a aquisição e a manutenção da posse de uma credencial que habilite o filiado para tal. A relação completa dos cargos e respectivas credenciais, seus pré-requisitos e os critérios de formatação dessas credenciais, constam nas páginas 429 a 437.

O T.S.H., combinado com o grau de instrução, o nível da credencial, a especialização e o órgão que define a carreira política constituirão, no seu conjunto, o pré-requisito que dará ao filiado o direito de pleitear, na época própria, dentro do órgão ao qual está vinculado, cargo de nível imediatamente superior.

A todo filiado será assegurado o direito de obter duas habilitações, como se fossem duas formaturas – uma pelo Conselho de Deliberação e Ética e outra pelo Diretório Executivo – as quais constarão numa mesma e única credencial. Para tanto, porém, terá que freqüentar as duas Academias. Dentro de cada uma dessas duas habilitações, o filiado poderá obter tantas especializações e tantos níveis quantos lhe sejam possíveis.

A aquisição e manutenção da posse de uma credencial, bem como das Habilitações, dos Níveis, das Especializações, do T.S.H. e do GI, nela constantes, não obstante se constituírem direitos adquiridos permanentes do filiado, serão passíveis de suspensão, rebaixamento e perda, diante da prática de corrupção ou infidelidade partidária.

Capítulo 71

O Processo Seletivo de Candidatos aos Cargos do Governo

O processo seletivo de candidatos para concorrerem, nas eleições, à ocupação dos diversos cargos do Governo, dentro do Sistema do Mérito, observará sempre o critério do Mérito, da Transparência das Ações (Regras Claras) e da Igualdade de Oportunidades entre os candidatos, do mesmo modo que o critério seletivo de candidatos para ocupação dos cargos internos do Partido. Existem, porém, importantes particularidades que precisam ser esclarecidas, antes de entrarmos na explicação completa do processo seletivo de candidatos aos diversos cargos do Governo.

Entre elas, destacamos a que diz respeito à legislação eleitoral antiquada, e que, por essa razão, não prevê completamente as novas regras do Sistema do Mérito. Isso quer dizer que teremos que enfrentar um período de transição legal, que só terminará quando o Partido do Mérito chegar ao Poder e implementar as alterações na Lei Eleitoral para que a normalidade se restabeleça.

Dentre as principais regras eleitorais do Sistema do Mérito que a Lei Eleitoral atual não contempla, destacamos:

a) No Sistema do Mérito não se vota em candidatos, mas nos Planos e Programas dos Partidos. Dessa forma, o mandato é conferido à Organização Partidária. Estas é quem indicam os seus representantes para executar esses Planos e Programas, que aliás já se acham previamente aprovados pelo referendun popular. Se um representante indicado não desempenha com fidelidade, eficiência e eficácia as suas funções, o Partido que o indicou pode e deve, durante o cumprimento do mandato, exonerá-lo e nomear um substituto. A Lei Eleitoral, hoje, nos obriga a tolerar maus representantes até ao seu último dia de mandato e os Partidos Políticos nada podem, e, quando podem, nada querem fazer para nos livrar dessa mazela do atual Sistema;

b) A Lei Eleitoral atual regulamenta eleições majoritárias para o Executivo e para parte do Legislativo, e eleições proporcionais para o restante do Legislativo. No Sistema do Mérito, todas as eleições serão majoritárias para ambos os Poderes, de tal modo que, vencendo o Partido, vencerão também, por consequência, todos os seus candidatos;

c) A Lei Eleitoral atual não estabelece normas para controle da fidelidade partidária, nem para cumprimento das promessas assumidas pelos candidatos e Partidos durante as campanhas eleitorais. No Sistema do Mérito, a fidelidade partidária e o cumprimento dos Planos e Programas Governamentais, que já foram referendados pelo povo, são pontos inegociáveis, cuja inobservância ensejará punições sérias, que vão da simples exoneração do cargo ocupado até à expulsão do representante dos quadros do Partido;

d) A concepção da Lei Eleitoral atual foi inspirada na ideia de três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; e no caso do Brasil, por exemplo, o Legislativo adota o sistema bicameral. No Sistema do Mérito haverá apenas um Poder Constituinte Permanente e um Poder Executivo Constituído. Além disso, o Poder Constituinte Permanente, muito embora o processo de escolha dos seus integrantes seja diferente, será unicameral;

e) A Lei Eleitoral prevê eleições no nível municipal, em data diferente das eleições de níveis nacionais e estaduais. No Sistema do Mérito, as eleições acontecerão numa única data, em todos os níveis. Além disso, a Legislação Eleitoral vigente prevê apenas três instâncias (nacional, regional e municipal), enquanto o Sistema do Mérito prevê quatro (nacional, regional, municipal e comunitária);

f) A Lei Eleitoral permite que a administração do País seja feita, simultaneamente, por Partidos antagônicos, cujos programas são incompatíveis entre si. No Sistema do Mérito haverá o pluripartidarismo; mas a um só Partido, por vez, será confiada a administração do País em todos os níveis.

A ideia de confiarmos a administração do País a um só Partido pode parecer estranha para a Oligarquia dominante que nada pode argumentar em contrário, porque tem se mostrado desastrada, ineficiente e ineficaz na condução da administração do País através dos seus grupos. No Sistema do Mérito a administração pública, não obstante ser confiada a uma só Organização Partidária, terá maior controle devido à mudança do Regime de Governo que passa a ser a Democracia ou Demarquia. Não devemos esquecer que no Regime Democrático defendido pelo Sistema do Mérito, os partidos políticos também

serão verdadeiramente democráticos, onde o povo se fará presente e bem organizado, antes, durante e depois do exercício dos mandatos eletivos.

Vejamos, agora, como será, passo a passo, o processo seletivo de candidatos aos diversos cargos do Governo, adotado pelo Partido do Mérito:

- 1) O Diretório Executivo do Partido, através de Edital, convocará uma convenção, abrindo de imediato as inscrições para preenchimento das vagas e convocando todos os filiados a se inscreverem;
- 2) As convenções poderão ser ordinárias e extraordinárias. Serão ordinárias aquelas que acontecem, regularmente, em datas constantes do calendário oficial do Partido, estabelecido pelo Diretório Nacional, e que abrem inscrições para preenchimento de todas as vagas no âmbito do Diretório que a convocou. Ou seja, que implicam numa seleção de candidatos suficiente para que o Partido possa concorrer a todos os cargos do Governo. As convenções ordinárias podem ser de nível nacional, regional, municipal ou comunitária. Serão extraordinárias aquelas que não constam do calendário oficial do Partido, e que abrem inscrições para preenchimento de vagas em âmbito restrito. Ou seja, que implicam numa seleção de candidatos suficiente apenas para que o Partido possa concorrer em eleições que se restringem a certas localidades, poderes, níveis, especialidades etc.;
- 3) No Edital constarão: o tipo de convenção, se ordinária (nacional, regional, municipal ou comunitária) ou extraordinária; as datas e horários de abertura e encerramento das inscrições; os locais e horários onde estas poderão ser feitas; as vagas existentes por Poderes, Níveis, Especializações e demais requisitos exigidos;
- 4) O filiado interessado, comparecerá nas datas, locais e horários estabelecidos, onde, após apresentação da sua credencial ou comprovante de filiação ao Partido, receberá a necessária orientação a respeito do cargo ou cargos a que está apto a concorrer no momento. Logo após, realizará sua inscrição para todos os cargos a que pretenda concorrer e para os quais esteja credenciado, pelo que receberá um comprovante;
- 5) Encerradas as inscrições, o Partido divulgará a lista total dos inscritos, por cargos pretendidos, e com as suas respectivas classificações em função dos méritos de cada um, observados no ato das suas respectivas inscrições. Os inscritos constantes dessa lista classificatória que não vierem a ser contemplados devido à insuficiência de vagas, ficarão na suplência conforme a mesma ordem de classificação observada na lista;
- 6) Publicada a lista dos inscritos com as suas respectivas classificações, o Presidente do Diretório Executivo marcará a data da convenção que irá: 1) homologar o nome dos classificados e respectivos suplentes, para os cargos de Direção e Coordenação, os quais serão indicados pelo Partido; e 2) realizar a escolha dos candidatos que irão concorrer aos cargos complementares dos Congressos Constituintes, escolha essa que será feita mediante sorteio entre todos os filiados regulares com o Partido. Tantos serão os escolhidos, mediante sorteio, quantas forem as vagas remanescentes disponíveis;
- 7) O Diretório Executivo Nacional manterá em seus arquivos a lista dos classificados até a convocação do último colocado. Salvo comprovado erro humano observado na sua elaboração, a lista de classificados, uma vez publicada, não poderá sofrer alteração na sua ordem. Será, portanto, definitiva para todos os fins. Caso venha ocorrer mudança de mérito de qualquer classificado, em data posterior à sua inscrição, isso não ensejará direito a mudança na sua classificação já devidamente publicada na lista dos classificados;
- 8) Havendo empate entre os méritos dos filiados concorrentes, a decisão final irá para sorteio.

O mérito de cada candidato, será avaliado com base nas anotações contidas na sua credencial, no ato da sua inscrição para a convenção do Partido, a qual seguirá critério assemelhado ao adotado para a seleção interna do Partido. Sendo assim, a orientação e avaliação, tanto no ato da inscrição como na elaboração da lista de classificados, observará os seguintes critérios:

- a) O candidato deverá provar, através da anotação na credencial, que fez opção e portanto está vinculado ao órgão que prepara o filiado para a vaga que está sendo oferecida, em data anterior ao edital de

convocação publicado pelo Partido. Atendido esse requisito, a avaliação prossegue. Caso contrário, o candidato será orientado a aguardar nova oportunidade, quando esse requisito estiver atendido, ou a concorrer a outro cargo para o qual este requisito não seja impeditivo;

b) O nível (instância) constante na credencial, no ato da inscrição, poderá ser superior ou igual ao nível do cargo pretendido, mas nunca inferior, tal qual se acha definido nas relações dos cargos constituintes e executivos. Assim, quem tiver nível “B” poderá concorrer a cargos de níveis “A” ou “B”, mas não poderá concorrer a um cargo de nível “C” ou “D”;

c) A especialização constante na credencial deverá ser compatível com a especialização do cargo pretendido. Ou seja, quem possui credencial que o habilita para a Política, não pode, no meio do caminho, mudar para a Comunicação. Para tanto, teria que reiniciar todo processo. Tal qual o estudante de Ciências Políticas que decidisse mudar seu curso para Comunicação Social: teria que se submeter a novo Vestibular para ingressar no primeiro ano do novo curso;

d) O grau de instrução (GI) do filiado, que varia de “00” a “10”, influenciará a posição do candidato na lista classificatória. Sendo assim, aquele que, havendo preenchido os requisitos anteriores, tiver um GI igual a “08” (GI=08), terá melhor classificação do que aquele que tem um GI igual a “05” (GI=05);

e) O T.S.H. será considerado para desempatar os méritos, quando estes coincidirem em relação ao órgão, nível, especialização e grau de instrução (GI). Por esse critério, considerar-se-á vitorioso o filiado que, estando empatado nos quesitos anteriores, tiver maior tempo de serviço em horas (T.S.H.) prestado ao Partido;

f) Após avaliado o mérito do filiado, conforme a seqüência até aqui apresentada, inclusive o T.S.H., e persistindo empate entre os méritos dos concorrentes, será a data da filiação mais antiga que fará o desempate. Persistindo o empate a decisão será por sorteio.

No caso dos iniciantes, ou dos filiados que ainda não estiverem na posse das suas credenciais definitivas, o comprovante de filiação suprirá a falta da credencial no ato da inscrição.

Realizada a convenção e homologados os nomes dos candidatos, os Diretórios do Partido cuidarão do registro das candidaturas e dos trâmites legais para esse fim.

Capítulo 72

O Processo Seletivo de Candidatos aos Cargos do Governo

O processo seletivo de candidatos para concorrerem, nas eleições, à ocupação dos diversos cargos do Governo, dentro do Sistema do Mérito, observará sempre o critério do Mérito, da Transparência das Ações (Regras Claras) e da Igualdade de Oportunidades entre os candidatos, do mesmo modo que o critério seletivo de candidatos para ocupação dos cargos internos do Partido. Existem, porém, importantes particularidades que precisam ser esclarecidas, antes de entrarmos na explicação completa do processo seletivo de candidatos aos diversos cargos do Governo.

Entre elas, destacamos a que diz respeito à legislação eleitoral antiquada, e que, por essa razão, não prevê completamente as novas regras do Sistema do Mérito. Isso quer dizer que teremos que enfrentar um período de transição legal, que só terminará quando o Partido do Mérito chegar ao Poder e implementar as alterações na Lei Eleitoral para que a normalidade se restabeleça.

Dentre as principais regras eleitorais do Sistema do Mérito que a Lei Eleitoral atual não contempla, destacamos:

a) No Sistema do Mérito não se vota em candidatos, mas nos Planos e Programas dos Partidos. Dessa forma, o mandato é conferido à Organização Partidária. Estas é quem indicam os seus representantes para executar esses Planos e Programas, que aliás já se acham previamente aprovados pelo referendun popular. Se um representante indicado não desempenha com fidelidade, eficiência e eficácia as suas funções, o Partido que o indicou pode e deve, durante o cumprimento do mandato, exonerá-lo e nomear um substituto. A Lei Eleitoral, hoje, nos obriga a tolerar maus representantes até ao seu último dia de mandato e os Partidos Políticos nada podem, e, quando podem, nada querem fazer para nos livrar dessa mazela do atual Sistema;

b) A Lei Eleitoral atual regulamenta eleições majoritárias para o Executivo e para parte do Legislativo, e eleições proporcionais para o restante do Legislativo. No Sistema do Mérito, todas as eleições serão majoritárias para ambos os Poderes, de tal modo que, vencendo o Partido, vencerão também, por consequência, todos os seus candidatos;

c) A Lei Eleitoral atual não estabelece normas para controle da fidelidade partidária, nem para cumprimento das promessas assumidas pelos candidatos e Partidos durante as campanhas eleitorais. No Sistema do Mérito, a fidelidade partidária e o cumprimento dos Planos e Programas Governamentais, que já foram referendados pelo povo, são pontos inegociáveis, cuja inobservância ensejará punições sérias, que vão da simples exoneração do cargo ocupado até à expulsão do representante dos quadros do Partido;

d) A concepção da Lei Eleitoral atual foi inspirada na ideia de três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; e no caso do Brasil, por exemplo, o Legislativo adota o sistema bicameral. No Sistema do Mérito haverá apenas um Poder Constituinte Permanente e um Poder Executivo Constituído. Além disso, o Poder Constituinte Permanente, muito embora o processo de escolha dos seus integrantes seja diferente, será unicameral;

e) A Lei Eleitoral prevê eleições no nível municipal, em data diferente das eleições de níveis nacionais e estaduais. No Sistema do Mérito, as eleições acontecerão numa única data, em todos os níveis. Além disso, a Legislação Eleitoral vigente prevê apenas três instâncias (nacional, regional e municipal), enquanto o Sistema do Mérito prevê quatro (nacional, regional, municipal e comunitária);

f) A Lei Eleitoral permite que a administração do País seja feita, simultaneamente, por Partidos antagônicos, cujos programas são incompatíveis entre si. No Sistema do Mérito haverá o pluripartidarismo; mas a um só Partido, por vez, será confiada a administração do País em todos os níveis.

A ideia de confiarmos a administração do País a um só Partido pode parecer estranha para a Oligarquia dominante que nada pode argumentar em contrário, porque tem se mostrado desastrada, ineficiente e ineficaz na condução da administração do País através dos seus grupos. No Sistema do Mérito a administração pública, não obstante ser confiada a uma só Organização Partidária, terá maior controle devido à mudança do Regime de Governo que passa a ser a Democracia ou Demarquia. Não devemos esquecer que no Regime Democrático defendido pelo Sistema do Mérito, os partidos políticos também serão verdadeiramente democráticos, onde o povo se fará presente e bem organizado, antes, durante e depois do exercício dos mandatos eletivos.

Vejamos, agora, como será, passo a passo, o processo seletivo de candidatos aos diversos cargos do Governo, adotado pelo Partido do Mérito:

1) O Diretório Executivo do Partido, através de Edital, convocará uma convenção, abrindo de imediato as inscrições para preenchimento das vagas e convocando todos os filiados a se inscreverem;

2) As convenções poderão ser ordinárias e extraordinárias. Serão ordinárias aquelas que acontecem, regularmente, em datas constantes do calendário oficial do Partido, estabelecido pelo Diretório Nacional, e que abrem inscrições para preenchimento de todas as vagas no âmbito do Diretório que a convocou. Ou seja, que implicam numa seleção de candidatos suficiente para que o Partido possa concorrer a todos os cargos do Governo. As convenções ordinárias podem ser de nível nacional, regional, municipal ou comunitária. Serão extraordinárias aquelas que não constam do calendário oficial do Partido, e que abrem

inscrições para preenchimento de vagas em âmbito restrito. Ou seja, que implicam numa seleção de candidatos suficiente apenas para que o Partido possa concorrer em eleições que se restringem a certas localidades, poderes, níveis, especialidades etc.;

3) No Edital constarão: o tipo de convenção, se ordinária (nacional, regional, municipal ou comunitária) ou extraordinária; as datas e horários de abertura e encerramento das inscrições; os locais e horários onde estas poderão ser feitas; as vagas existentes por Poderes, Níveis, Especializações e demais requisitos exigidos;

4) O filiado interessado, comparecerá nas datas, locais e horários estabelecidos, onde, após apresentação da sua credencial ou comprovante de filiação ao Partido, receberá a necessária orientação a respeito do cargo ou cargos a que está apto a concorrer no momento. Logo após, realizará sua inscrição para todos os cargos a que pretenda concorrer e para os quais esteja credenciado, pelo que receberá um comprovante;

5) Encerradas as inscrições, o Partido divulgará a lista total dos inscritos, por cargos pretendidos, e com as suas respectivas classificações em função dos méritos de cada um, observados no ato das suas respectivas inscrições. Os inscritos constantes dessa lista classificatória que não vierem a ser contemplados devido à insuficiência de vagas, ficarão na suplência conforme a mesma ordem de classificação observada na lista;

6) Publicada a lista dos inscritos com as suas respectivas classificações, o Presidente do Diretório Executivo marcará a data da convenção que irá: 1) homologar o nome dos classificados e respectivos suplentes, para os cargos de Direção e Coordenação, os quais serão indicados pelo Partido; e 2) realizar a escolha dos candidatos que irão concorrer aos cargos complementares dos Congressos Constituintes, escolha essa que será feita mediante sorteio entre todos os filiados regulares com o Partido. Tantos serão os escolhidos, mediante sorteio, quantas forem as vagas remanescentes disponíveis;

7) O Diretório Executivo Nacional manterá em seus arquivos a lista dos classificados até a convocação do último colocado. Salvo comprovado erro humano observado na sua elaboração, a lista de classificados, uma vez publicada, não poderá sofrer alteração na sua ordem. Será, portanto, definitiva para todos os fins. Caso venha ocorrer mudança de mérito de qualquer classificado, em data posterior à sua inscrição, isso não ensejará direito a mudança na sua classificação já devidamente publicada na lista dos classificados;

8) Havendo empate entre os méritos dos filiados concorrentes, a decisão final irá para sorteio.

O mérito de cada candidato, será avaliado com base nas anotações contidas na sua credencial, no ato da sua inscrição para a convenção do Partido, a qual seguirá critério assemelhado ao adotado para a seleção interna do Partido. Sendo assim, a orientação e avaliação, tanto no ato da inscrição como na elaboração da lista de classificados, observará os seguintes critérios:

a) O candidato deverá provar, através da anotação na credencial, que fez opção e portanto está vinculado ao órgão que prepara o filiado para a vaga que está sendo oferecida, em data anterior ao edital de convocação publicado pelo Partido. Atendido esse requisito, a avaliação prossegue. Caso contrário, o candidato será orientado a aguardar nova oportunidade, quando esse requisito estiver atendido, ou a concorrer a outro cargo para o qual este requisito não seja impeditivo;

b) O nível (instância) constante na credencial, no ato da inscrição, poderá ser superior ou igual ao nível do cargo pretendido, mas nunca inferior, tal qual se acha definido nas relações dos cargos constituintes e executivos. Assim, quem tiver nível “B” poderá concorrer a cargos de níveis “A” ou “B”, mas não poderá concorrer a um cargo de nível “C” ou “D”;

c) A especialização constante na credencial deverá ser compatível com a especialização do cargo pretendido. Ou seja, quem possui credencial que o habilita para a Política, não pode, no meio do caminho, mudar para a Comunicação. Para tanto, teria que reiniciar todo processo. Tal qual o estudante de Ciências Políticas que decidisse mudar seu curso para Comunicação Social: teria que se submeter a novo Vestibular para ingressar no primeiro ano do novo curso;

d) O grau de instrução (GI) do filiado, que varia de “00” a “10”, influenciará a posição do candidato na lista classificatória. Sendo assim, aquele que, havendo preenchido os requisitos anteriores, tiver um GI igual a “08” (GI=08), terá melhor classificação do que aquele que tem um GI igual a “05” (GI=05);

e) O T.S.H. será considerado para desempatar os méritos, quando estes coincidirem em relação ao órgão, nível, especialização e grau de instrução (GI). Por esse critério, considerar-se-á vitorioso o filiado que, estando empatado nos quesitos anteriores, tiver maior tempo de serviço em horas (T.S.H.) prestado ao Partido;

f) Após avaliado o mérito do filiado, conforme a seqüência até aqui apresentada, inclusive o T.S.H., e persistindo empate entre os méritos dos concorrentes, será a data da filiação mais antiga que fará o desempate. Persistindo o empate a decisão será por sorteio.

No caso dos iniciantes, ou dos filiados que ainda não estiverem na posse das suas credenciais definitivas, o comprovante de filiação suprirá a falta da credencial no ato da inscrição.

Realizada a convenção e homologados os nomes dos candidatos, os Diretórios do Partido cuidarão do registro das candidaturas e dos trâmites legais para esse fim.

Capítulo 73

A Composição dos Congressos Constituintes

Os Congressos Constituintes, que, como já vimos, são organizados nas quatro instâncias, (nacional, regional, municipal e comunitária) terão na sua composição dois tipos de congressistas: Congressistas Dirigentes e Congressistas Representantes. Serão denominados Congressistas Dirigentes os investidos nos cargos de Direção/Coordenação do Congresso Constituinte do qual fazem parte; e Congressistas Representantes serão aqueles que compõem um Congresso Constituinte de uma instância como representantes dos Congressos Constituintes das instâncias imediatamente inferiores.

No Sistema do Mérito, os Partidos Políticos adotarão dois critérios para preenchimento dos cargos nos Congressos Constituintes: o Critério de Mérito para seleção dos Congressistas Dirigentes e o Critério de Igualdade de Oportunidades para seleção dos Congressistas Representantes.

Na composição quantitativa de cada Congresso Constituinte, teremos: Uma quantidade de Congressistas Dirigentes compatível com a estrutura organizacional do primeiro escalão do Poder Executivo Constituído, o qual, por sua vez, deverá ser compatível com os Planos e Programas do Partido Político eleito para governar; mais três Congressistas Representantes de cada Congresso Constituinte da instância imediatamente inferior.

Sendo assim, no Congresso Constituinte Nacional, além dos Congressistas Dirigentes Nacionais, teremos três Congressistas Representantes de cada Congresso Constituinte Regional. Do mesmo modo, em cada Congresso Constituinte Regional, além dos Congressistas Dirigentes Regionais, teremos três Congressistas Representantes de cada Congresso Constituinte Municipal. E nos Congressos Constituintes Municipais, além dos Congressistas Dirigentes Municipais, teremos três Congressistas Representantes de cada Congresso Constituinte Comunitário; enquanto nestes últimos, teremos os Congressistas Dirigentes Comunitários e a comunidade em geral, de cidadãos, que se fazendo presente não precisará se fazer representar.

Para maior clareza, tomemos como exemplo o Partido do Mérito em cujo Programa Partidário atual defende a implementação de uma estrutura organizacional para o Poder Executivo Constituído, de Nível Nacional, composta de vinte e um membros e uma estrutura organizacional para o Poder Constituinte

Permanente compatível com a sua geopolítica que prevê duzentos e dois Congressos Constituintes Regionais.

Uma vez eleito para administrar o País, teremos, na composição do Congresso Constituinte Nacional, vinte e um Congressistas Dirigentes Nacionais, mais três Congressistas Representantes de cada um dos duzentos e dois Congressos Constituintes Regionais, o que dá um total de seiscentos e vinte e sete componentes. $(21 + (3 \times 202) = 627)$.

Seguindo-se o mesmo raciocínio, cada um dos duzentos e dois Congressos Constituintes Regionais, serão compostos, também, de vinte e um Congressistas Dirigentes Regionais, mais três Congressistas Representantes de cada um dos municípios integrantes das suas jurisdições. E, por conseguinte, os Congressos Constituintes Municipais, serão compostos de vinte e um Congressistas Dirigentes Municipais, mais três Congressistas Representantes de cada um dos Congressos Constituintes Comunitários que o integram. Estes últimos, além dos vinte e um Congressistas Dirigentes Comunitários, serão integrados por todos os cidadãos da comunidade, a ele vinculados.

Conhecidos os critérios de distribuição dos cargos nos diversos Congressos Constituintes, a fórmula utilizada para a composição da estrutura de cargos nesses Congressos, bem como a estrutura organizacional do Poder Constituinte Permanente, vamos agora explicar a metodologia a ser aplicada pelos Partidos, para o preenchimento das vagas, adotando-se os critérios do mérito e da igualdade de oportunidades na escolha dos Congressistas Dirigentes e Congressistas Representantes respectivamente. Esse critério acontece no âmbito interno dos Partidos, antes dos registros de candidaturas e da forma a seguir:

- a) Primeiramente, os Diretórios Comunitários dos Partidos indicam os candidatos a Congressistas Dirigentes Comunitários e seus suplentes, escolhidos com base no critério do Mérito; em segundo lugar, escolherá mediante sorteio, entre todos os seus filiados, três Congressistas Representantes e três Suplentes, para irem compor o quadro de candidatos ao Congresso Constituinte Municipal. A lista dos escolhidos será, em seguida, encaminhada ao Diretório Municipal;
- b) O Diretório Municipal, uma vez conhecedor da lista de todos os candidatos a Congressistas Representantes, indicados pelos Diretórios Comunitários, em primeiro lugar, com base no critério do Mérito, indicará os candidatos a Congressistas Dirigentes; em seguida, escolherá entre os Congressistas Representantes, mediante sorteio, três Congressistas Representantes e três Suplentes, para irem compor o quadro de candidatos ao Congresso Constituinte Regional. A lista dos escolhidos será, em seguida, encaminhada ao Diretório Regional. As vagas surgidas em decorrência da ascensão dos sorteados, ou por outras razões, serão preenchidas pelos seus respectivos suplentes;
- c) O Diretório Regional, com a lista completa dos candidatos a Congressistas Representantes, indicados pelos Diretórios Municipais, com base no critério do Mérito, iniciará indicando os candidatos a Congressistas Dirigentes; e, em seguida, escolherá entre os Congressistas Representantes, mediante sorteio, três Congressistas Representantes e três Suplentes, para irem compor o quadro de candidatos ao Congresso Constituinte Nacional. A lista dos escolhidos será em seguida encaminhada ao Diretório Nacional. Mais uma vez, as vagas surgidas em decorrência da ascensão dos sorteados ou por outras razões, serão preenchidas pelos seus respectivos suplentes;
- d) O Diretório Nacional, com a lista completa dos candidatos a Congressistas Representantes, indicados pelos Diretórios Regionais, seguindo o mesmo critério do Mérito, indicará os candidatos a Congressistas Dirigentes que, juntamente com os Congressistas Representantes, irão compor o quadro de candidatos ao Congresso Constituinte Nacional. As vagas porventura surgidas, a qualquer tempo, serão preenchidas pelos seus respectivos suplentes.

Como pudemos observar, a representação popular, dentro do Sistema do Mérito, sempre emanará das bases e fundamentar-se-á, sempre, no Mérito, na Transparência das Ações (Regras Claras) e na Igualdade de Oportunidades. Exceções, no entanto, serão observadas durante a fundação dos Partidos Políticos dentro do Sistema do Mérito, devido a questões meramente operacionais e em face do momento

de transição de um Sistema para outro; pois a legislação, como vimos, não regulamenta a ação e principalmente a fundação de partidos políticos genuinamente democráticos.

No caso do Partido do Mérito, acontecerão necessárias exceções para que o mesmo se adeque às exigências legais e operacionais vigentes na época da sua fundação. Uma delas, por exemplo, será o fornecimento das credenciais aos seus fundadores, obviamente vinculadas à prestação de relevantes serviços indispensáveis à sua criação e à implantação da sua estrutura por todo o território nacional. Não obstante tudo isto, a concessão dessas credenciais deverá estar vinculada, o quanto possível, aos princípios do Mérito, da Transparência das Ações (Regras Claras) e da Igualdade de Oportunidades. Serão, para esse caso, os serviços prestados pelos fundadores que lhes conferirão legitimidade.

Com essa estrutura montada e com seus cargos devidamente preenchidos, o povo estará bem organizado para exercer a genuína Democracia Representativa, onde a manifestação da vontade popular se fará sem distorções através dos canais competentes, especialmente criados para esse fim, e de acordo com as regras estabelecidas para o exercício da Democracia Representativa defendidas pelo Sistema do Mérito.

Capítulo 74

A Democracia Representativa no Sistema do Mérito

Explicaremos neste Capítulo a maneira como a vontade popular se manifestará e fluirá das bases das pirâmides para os topos que as interligam e vice-versa, sem que hajam distorções dessa vontade, permitindo, assim, a efetiva participação da Sociedade em tudo que lhe diga respeito, com rapidez e eficiência.

Os canais de comunicação da vontade soberana da Nação serão os Congressistas Representantes que auscultarão todas as manifestações e as deliberações oriundas da base da pirâmide do Poder Constituinte Permanente e as transmitirão, através das diversas instâncias, com total fidelidade, até que cheguem puras e intactas às instâncias encarregadas de compilá-las e mandá-las cumprir.

Sob a direção dos Presidentes dos Congressos Constituintes, as deliberações dentro desses congressos acontecerão da seguinte forma:

Seja uma matéria de interesse Nacional a ser votada (e que será a mais complexa de todas)

1) O Presidente do Congresso Constituinte Nacional, após certificar-se de que a matéria está redigida dentro dos padrões legais, atribuirá a ela um número de controle e uma data para votação e a distribuirá, via correio eletrônico, para conhecimento de todos os Presidentes de Congressos Constituintes, quais sejam: Nacional, Regionais, Municipais ou Comunitários, bem como aos Partidos Políticos;

2) Todos os Presidentes de Congressos Constituintes, por sua vez, distribuirão a matéria para apreciação de todos os Congressistas Constituintes, integrantes dos Congressos Constituintes por eles dirigidos, para que debatam sobre a matéria e esclareçam a Sociedade sobre a sua maior ou menor importância, bem como sobre as vantagens e desvantagens da sua aprovação;

3) Os Presidentes dos Congressos Constituintes Comunitários, em trabalho conjunto com todos os Congressistas Constituintes Comunitários, cuidarão de distribuí-la e divulgá-la; e, após isso, submetê-la à apreciação e à votação pela Comunidade, em local conveniente por ele escolhido e previamente publicado, e na data estabelecida pelo Presidente do Congresso Constituinte Nacional no ato da sua distribuição. Nesse momento, os Partidos Políticos também serão convocados a participarem da divulgação e dos debates esclarecedores da opinião pública;

4) Os votos da comunidade, que serão abertos, poderão ser dados pessoalmente, por Internet, fax, carta, telegrama ou qualquer outro meio que possa registrar com fidelidade e claramente a vontade do cidadão;

5) A comunidade se manifestará, ora dizendo **“SIM”** ou **“NÃO”** à proposta, ora votando em **Branco, Nulo** ou **Abstendo-se** de votar;

6) A votações acontecerão sob a supervisão dos Dirigentes dos Congressos Constituintes Comunitários, que se encarregarão da lavratura de atas e relatórios das votações;

7) Funcionarão como junta apuradora permanente, nos Congressos Constituintes Comunitários, nas votações de matérias de interesse nacional pelas comunidades, os três Congressistas que representam a comunidade no Congresso Constituinte Municipal. Um deles representará o **“SIM”**, outro representará o **“NÃO”** e o terceiro representará o **“BNA”**, que significa **Branco, Nulos e Abstenções**;

8) Serão os próprios integrantes da junta apuradora que se encarregarão de levar o resultado da votação para o Congresso Constituinte Municipal. Em lá chegando, os representantes do SIM, do Não e do BNA representarão a vontade popular, manifestando-se, respectivamente, em voto aberto da seguinte maneira:

“No Congresso Constituinte da minha comunidade, composto de 500 cidadãos, 250 deles, aqui por mim representados, em relação à matéria de número “tal”, disseram SIM”;

“No Congresso Constituinte da minha comunidade, composto de 500 cidadãos, 200 deles, aqui por mim representados, em relação à matéria de número “tal”, disseram NÃO”;

“No Congresso Constituinte da minha comunidade, composto de 500 cidadãos, 50 deles, aqui por mim representados, em relação à matéria de número “tal”, disseram BNA”;

(ou seja, Branco, Nulo e Abstenção)

9) Nos Congressos Constituintes Municipais, as votações das matérias acontecerão sob a supervisão do Presidente da Casa e dos seus demais Dirigentes, que se encarregarão da lavratura de atas e relatórios das votações;

10) Funcionarão como junta apuradora permanente nos Congressos Constituintes Municipais, nas votações de matérias de interesse nacional, os três Congressistas que representam os Congressos Constituintes Municipais perante os Congressos Constituintes Regionais. Um deles representará o **“SIM”**, outro representará o **“NÃO”** e o terceiro representará o **“BNA”**, que significa Branco, Nulos e Abstenções;

11) Serão os próprios integrantes da junta apuradora que se encarregarão de levar o resultado da votação para o Congresso Constituinte Regional. Em lá chegando, os representantes do SIM, do Não e do BNA representarão a vontade popular, manifestando-se, respectivamente, em voto aberto da seguinte maneira:

“No Congresso Constituinte do meu município, composto de 35.000 cidadãos, 20.000 deles, aqui por mim representados, em relação à matéria de número “tal”, disseram **SIM**”;

“No Congresso Constituinte do meu município, composto de 35.000 cidadãos, 12.000 deles, aqui por mim representados, em relação à matéria de número “tal”, disseram **NÃO**”;

“No Congresso Constituinte do meu município, composto de 35.000 cidadãos, 3.000 deles, aqui por mim representados, em relação à matéria de número “tal”, disseram **BNA**”;

12) Também nos Congressos Constituintes Regionais, as votações das matérias acontecerão sob a supervisão do Presidente e demais Dirigentes que se encarregarão da lavratura de atas e relatórios das votações;

13) Funcionarão como junta apuradora permanente nos Congressos Constituintes Regionais, nas votações de matérias de interesse nacional, os três Congressistas que representam os Congressos Constituintes Regionais perante o Congresso Constituinte Nacional. Um deles representará o “**SIM**”, outro representará o “**NÃO**” e o terceiro representará o “**BNA**”, que significa **B**ranco, **N**ulo e **A**bstencões;

14) Serão os próprios integrantes da junta apuradora que se encarregarão de levar o resultado da votação para o Congresso Constituinte Nacional. Em lá chegando, os representantes do SIM, do Não e do BNA representarão a vontade popular, manifestando-se, respectivamente, em voto aberto da seguinte maneira:

“No Congresso Constituinte da minha região, composto de 3.500.000 cidadãos, 1.900.000 deles, aqui por mim representados, em relação à matéria de número “tal”, disseram **SIM**”;

“No Congresso Constituinte da minha região, composto de 3.500.000 cidadãos, 1.200.000 deles, aqui por mim representados, em relação à matéria de número “tal”, disseram **NÃO**”;

“No Congresso Constituinte da minha região, composto de 3.500.000 cidadãos, 400.000 deles, aqui por mim representados, em relação à matéria de número “tal”, disseram **BNA**”.

No exemplo dado, a matéria foi aprovada e será considerada promulgada pelos cidadãos, para ser sancionada, sem vetos, pelo Presidente do Congresso Constituinte Nacional e para ser posta em prática da forma como foi votada, sem mais nenhuma alteração. As propostas derrotadas serão arquivadas e não mais poderão voltar à apreciação nacional, sem inovações que justifiquem uma segunda deliberação.

Em se tratando de matérias ou propostas de interesses Regionais, Municipais ou Comunitários, a metodologia será a mesma, mudando apenas as instâncias decisórias. Por exemplo, uma matéria de interesse municipal, não comporta o envolvimento das instâncias regional ou nacional.

Percebemos a importância dos Congressistas Constituintes Representantes para a prática democrática dentro do Poder Constituinte Permanente; mas as suas atividades não param por aí, pois eles também integram todas as células que são coordenadas pelos Congressistas Constituintes Dirigentes e que estão voltadas para o controle da execução fiel, eficiente e eficaz dos Planos e Programas a cargo do Poder Executivo Constituído.

Capítulo 75

O Partido do Mérito

O ato de fundação do Partido do Mérito representa muito mais do que a simples criação de mais um Partido. Ele simboliza o lançamento da pedra fundamental da construção de um novo Modelo Político.

É o primeiro dos Partidos a ser concebido nos moldes prescritos pelo Sistema do Mérito. Dissemos primeiro, porque certamente outros surgirão no futuro, pois o Sistema do Mérito não se opõe à tese do pluripartidarismo, até porque essa é uma decisão da competência exclusiva da Sociedade.

O Partido do Mérito não pretende ser único, mas será imenso, haja vista trazer consigo algo de muito especial — além de ter sido concebido na alcova da legitimidade e ter nascido no berço esplêndido dos anseios nacionais da Pátria do Evangelho — a sua filosofia, que não se contenta com a vulgar conquista de

votos e nem pretende ter os cidadãos simpatizantes como meros filiados ou eleitores, mas como um imenso contingente de grandes amigos.

Diferente em tudo do que estamos acostumados a ver, o Partido do Mérito veio para ensinar ao povo como se organizar para bem exercer o Poder. Não veio para combater nada, mas para **acabar, acabar mesmo**, com toda sorte de corrupção, miséria, injustiça e violência, principalmente a **Violência Institucionalizada**, que é a mãe de todas as violências, e que o paradigma SOCOCA, para ela, sempre fez vista grossa.

O Partido do Mérito não concederá privilégios nem discriminará quem quer que seja. Concederá as mesmas oportunidades a todos os que a ele se filiarem, sem quaisquer restrições. Exigirá, no entanto, a partir do ato da filiação, indistintamente, de todos os seus filiados, o compromisso ético de, politicamente, NASCER DE NOVO, a fidelidade partidária, e uma conduta política ilibada, dentro e fora do Partido, como condição indispensável para que sejam preservados o status e a credencial obtidos dentro da agremiação.

É entendimento pacífico dentro do Partido do Mérito: quem precisa dos votos dos cidadãos são os próprios cidadãos e não o Partido; estes, sim, é que reunidos constituem o Partido, são seus filiados, seus sócios, seus amigos, seus donos, que o criaram e que o mantêm, porque carecem dos seus importantes serviços. Daí porque, diferente dos Partidos Políticos comuns, que gastam fortunas para enganar os cidadãos reduzindo-os a meros eleitores, ele cobrará dos seus filiados uma anuidade para custeio das suas despesas que haverão de decorrer dos serviços que pretende prestar. O pagamento da anuidade ao Partido se constituirá uma obrigação de todo filiado, e sua manutenção em dia será exigida como requisito para que este disponha do seu direito de participar do processo seletivo, assegurado a todos os filiados, tanto para ocupação dos cargos no Partido como para registrar candidaturas e concorrer aos cargos eletivos do Governo.

A estrutura organizacional a ser adotada pelo Partido do Mérito se inspira em dois propósitos fundamentais — que além de já se tornarem prática comum e obrigatória no âmbito do Partido, são compromissos inalienáveis e inegociáveis deste, tão logo assuma o Poder — a saber: 1) **Acabar com a Corrupção** (e com todos os males dela decorrentes, como as Injustiças, a Miséria, a Violência etc.); e 2) **Gerir bem e distribuir com equidade as oportunidades e as riquezas nacionais**.

Para cada mal o seu veneno, para cada doença o seu remédio, e assim também será no Partido do Mérito, em cuja estrutura organizacional vislumbraremos dois órgãos de forma piramidal, bem distintos. As duas Pirâmides, uma delas posicionada sobre a outra em posição invertida, lembra-nos a figura de uma ampulheta e sugere-nos a hierarquia existente entre elas. A Pirâmide Superior representa o órgão mais importante do Partido, que delibera e manda cumprir, denominado Conselho de Deliberação e Ética; e a outra pirâmide, a ela subordinada, representa o órgão que cumpre as decisões dali emanadas, denominado Diretório Executivo.

Dentro de ambas as Pirâmides, teremos quatro instâncias: nacional, regional, municipal e comunitária, cujos cargos de direção ou coordenação, obrigatoriamente, serão os mesmos, embora em níveis distintos, tomando-se sempre como referencial o órgão de nível nacional. Por exemplo: se no Diretório Nacional existe um cargo de Diretor de Saúde, esse mesmo cargo deverá existir nos demais Diretórios Regionais, Municipais e Comunitários. Assim será, também, com todos os demais cargos, tanto nos Diretórios Executivos como nos Conselhos de Deliberação e Ética.

O Partido do Mérito será de âmbito nacional, e para efeito de sua organização interna adotará uma geopolítica própria. Será observando o critério territorial dessa geopolítica que o Partido elaborará seus Planos e Programas e implantará suas unidades representativas em todo o território nacional, em cujas estruturas organizacionais sempre constarão o Conselho de Deliberação e Ética e o Diretório Executivo.

São atribuições do Conselho de Deliberação e Ética: o recebimento de sugestões e propostas dos filiados e da Sociedade em geral; a fiscalização das ações do Diretório Executivo do Partido e do Governo; as deliberações que digam respeito à atualização das Normas, Regulamentos, Estatuto e Programas do

Partido; e o rigoroso controle da moralidade e da ética política e partidária, incluindo-se aí as decisões e julgamentos que impliquem punições, das mais leves às mais drásticas, como o rebaixamento de níveis das credenciais, a expulsão e até a cassação de mandatos de candidatos eleitos filiados ao Partido.

São atribuições do Diretório Executivo: a elaboração dos Planos e Programas de Governo dentro do Partido, a implantação e gerenciamento das unidades representativas do Partido em todos os níveis, a execução de todas as ações políticas do Partido, compreendidas desde o recebimento da filiação dos cidadãos até o registro de suas candidaturas aos cargos eletivos do Governo; a representação do Partido perante a Sociedade, o Estado e a Justiça em todos os âmbitos e instâncias; a coordenação e execução da propaganda política e eleitoral, e a administração dos recursos partidários.

Como empresa de prestação de serviços, que de fato é, terá funcionamento permanente, cumprindo o seu desiderato de servir à Sociedade, mantendo os cidadãos sempre bem informados e organizados, para exercerem o seu Poder, cumprirem as suas Obrigações e exigirem os seus Direitos.

No Partido do Mérito, o critério seletivo de candidatos aos diversos cargos políticos, acontecerá em dois momentos: no primeiro deles, o Partido fará seleção de candidatos para ocupação dos cargos internos, integrantes da sua estrutura organizacional; num segundo momento, a seleção de candidatos será para a ocupação dos cargos do Governo.

Será sempre o Mérito, a Transparência das Ações (Regras Claras) e a Igualdade de Oportunidades, que nortearão o critério seletivo de candidatos, nas épocas próprias, para ocupação de cargos no Partido. Os Capítulos 71, 72 e 73 deste livro foram dedicados exclusivamente à explicação detalhada de como esse critério seletivo de candidatos aos diversos cargos políticos acontecerá, tanto para ocupação dos cargos internos, integrantes da estrutura organizacional do Partido, como para a ocupação dos cargos externos, integrantes da sua estrutura organizacional do Governo.

Competirá privativamente ao Conselho de Deliberação e Ética a instauração de processo disciplinar para apuração das infrações aos Princípios, Regimento Interno, Estatuto e Programa do Partido, bem como a aplicação das penalidades que compreendem: advertência escrita, suspensão temporária de direitos, rebaixamento de credencial, expulsão, a suspensão e a cassação de mandatos de filiados punidos ou expulsos durante a investidura em cargos do Governo.

A instauração de inquérito para apuração de infração disciplinar poderá ser feita mediante petição, instruída com as necessárias provas, de qualquer cidadão filiado e em dia com suas obrigações para com o Partido, ou de qualquer dirigente de órgão do Partido, dirigida ao Presidente do Conselho de Deliberação e Ética competente.

O nível da credencial do acusado definirá a instância competente; e o domicílio partidário definirá a competência jurisdicional. Melhor esclarecendo: no caso de um filiado acusado, credenciado para cargos de nível nacional, a instância para instauração de inquérito e julgamento, será o Conselho de Deliberação e Ética Nacional; mas se for credenciado apenas para cargos de níveis regional ou municipal, precisaremos conhecer o seu domicílio partidário na Região ou no Município, para identificarmos a competência jurisdicional e, então, instaurar o inquérito disciplinar no Diretório Regional ou Municipal, conforme o nível da credencial. Por exemplo: para um filiado com domicílio partidário no Estado de Minas Gerais e possuidor de credencial de nível regional, o Conselho de Deliberação e Ética competente, será o Conselho de Deliberação e Ética Regional do Estado de Minas Gerais e nunca de outro Estado. Se, porém, a sua credencial for de nível municipal e seu domicílio partidário for no município de Olinda no Estado de Pernambuco, competente será, então, o Conselho de Deliberação e Ética Municipal de Olinda - PE.

Instaurado o inquérito, o Presidente do Conselho de Deliberação e Ética designará o Conselheiro Coordenador da Célula de Justiça para coordenar o andamento do processo, desde a citação do acusado, passando pela nomeação do relator, até ao julgamento final. Ao acusado será dado pelo Coordenador do processo o prazo de cinco dias úteis, para apresentação de defesa. Vencido esse prazo, o Coordenador terá mais cinco dias úteis para solicitar novas provas das partes, e mais cinco para concluir o processo e submetê-lo a julgamento. As votações serão abertas, e os votos no Conselho de Deliberação e Ética

poderão ser dados pessoalmente, por correspondência escrita, por fax, pela Internet e por telefone, diretamente aos Conselheiros nomeados para coordenarem a votação.

A absolvição do acusado extingue o processo. A sua condenação, no entanto, ensejará pelo mesmo Conselho que o condenou, a votação da pena a ser aplicada, de acordo com a gravidade da infração. A condenação por corrupção ou infidelidade partidária ensejará para o condenado, a expulsão sumária do quadro partidário, a conseqüente perda da credencial e dos cargos que esteja ocupando, bem como a perda do mandato eletivo que porventura esteja a exercer em nome do Partido.

Assegurar-se-á sempre ao acusado, o amplo direito de defesa, e às partes envolvidas no processo, o direito de recurso às instâncias superiores do Partido. Também, aos expulsos dar-se-á a oportunidade do arrependimento eficaz, podendo eles solicitarem a reintegração pela base, obtendo, para tanto, a credencial de filiado novo.

Todas as Receitas do Partido do Mérito, na sua integralidade, serão obrigatoriamente depositadas em contas correntes bancárias do Diretório Executivo Nacional, especialmente abertas para esse fim. Do mesmo modo, todos os desembolsos do Partido serão feitos, exclusivamente, mediante a emissão de cheques nominais aos favorecidos. Para fazer face ao pagamento de despesas que não justificam a emissão de um cheque, a Tesouraria do Diretório Executivo abrirá um Fundo Fixo de Caixa, de pequeno valor, para pagamento dessas pequenas despesas que não deverão exceder a 5% do valor do referido Fundo Fixo. Sempre que a soma das pequenas despesas atingirem 50% do valor do Fundo Fixo, o Caixa responsável pela sua guarda emitirá um relatório, ao qual anexará os comprovantes dos gastos, solicitando a necessária reposição, a qual será feita mediante a emissão de um cheque, cuja cópia será anexada ao Relatório de Fundo Fixo e, em seguida, encaminhada para escrituração pela contabilidade do Partido.

O Diretório Executivo Nacional manterá atualizada a Contabilidade Central do Partido a ser escriturada pelo método das partidas dobradas simples e compostas, e que se regerá pelos princípios contábeis universalmente aceitos, sob a responsabilidade de profissional regularmente habilitado.

Os demais Diretórios Executivos organizarão suas contabilidades seguindo o Plano de Contas do Diretório Nacional. Todos estarão sujeitos à fiscalização dos Conselhos de Deliberação e Ética das suas respectivas jurisdições.

Serão fontes de receitas do Partido do Mérito: os recursos do Fundo Partidário; as contribuições dos filiados; os donativos de simpatizantes; as receitas de campanhas, palestras e eventos organizados pelos diversos Diretórios; as receitas das vendas de brindes, materiais promocionais, cursos, livros, prestações de serviços etc.

Os limites de contribuições mínima e máxima dos filiados serão estabelecidos em Portarias, por decisão do Diretório Executivo Nacional, ouvido o Conselho de Deliberação e Ética Nacional.

A nenhum candidato será concedido o direito de realizar despesas com a própria campanha, pois no Sistema do Mérito, o mandato pertence ao Partido e não ao candidato. Não apenas os recursos do Fundo Partidário, mas todos os recursos do Partido do Mérito serão distribuídos entre os órgãos de níveis Nacional, Regional, Municipal e Comunitário que compõem o Partido, nas justas proporções dos seus filiados e arrecadações, e em conformidade com a estratégia de campanha do Partido. A competência para executar a distribuição desses recursos será do Diretório Nacional, cujos critérios serão definidos em normas estabelecidas pelo Conselho de Deliberação e Ética Nacional.

O Programa do Partido será dinâmico, e atualizado por iniciativa do Diretório Executivo, a cada campanha eleitoral a nível nacional; de tal modo, que todos os candidatos do Partido do Mérito, a qualquer cargo, defenderão sempre um mesmo e atualizado programa para todo o território nacional, onde as prioridades serão claras e as metas a serem alcançadas, bem definidas.

O Estatuto será estático e as suas reformas serão de iniciativa do Conselho de Deliberação e Ética.

Tanto a aprovação das reformas do Programa, como do Estatuto do Partido, em última instância, serão da competência do Conselho de Deliberação e Ética Nacional, em votações que decidirão por maioria simples.

Capítulo 76

Os Mandatos, as Sucessões e as Eleições no Sistema do Mérito

Lembremo-nos de que no Sistema do Mérito não se votam em pessoas para governarem o Estado, mas em organizações partidárias, e estas é que indicam as pessoas, segundo seus critérios internos, para ocuparem os cargos e exercerem a autoridade governamental em nome do Partido.

Partindo dessa premissa, veremos que no Governo ocorrerão dois tipos de sucessões, quais sejam: sucessão de pessoas e sucessão de partidos.

A **sucessão de pessoas**, diferente do que ocorre hoje no Regime Oligárquico do Sistema Capitalista, não estará vinculada ao cumprimento de um mandato eletivo completo, conferido a elas mediante uma decisão eleitoral, mas, exclusivamente, a uma decisão interna do Partido. Este poderá optar por manter ou não, uma ou mais pessoas em determinados cargos, por dois, três, cinco, dez ou mais anos, bastando, para tanto, que elas tenham mais ou menos méritos, decorrentes da prestação de bons serviços à Sociedade, que é quem mantém o Partido no Poder.

Em outras palavras, não importa, nesse caso, se as pessoas permanecem ocupando certos cargos por muito tempo; importa, sim, que elas estejam desempenhando eficaz e eficientemente as suas atribuições, prestando relevantes serviços e proporcionando, com eles, benefícios à Sociedade.

A **sucessão de Partidos**, sim: além de estar vinculada ao cumprimento de um mandato com prazo determinado, dependerá sempre de uma decisão acontecida dentro de um processo eleitoral, ocasião em que o Partido recebe a delegação para governar o Estado, conforme seu programa, já discutido, debatido e amadurecido durante a campanha eleitoral e devidamente referendado e legitimado pela sua eleição.

Como vimos, a sucessão de pessoas não se vincula totalmente à sucessão de Partidos, esta sim, implica necessariamente na sucessão de pessoas. Daí porque consideramos a sucessão de Partidos, no Sistema do Mérito, mais importante do que a sucessão de pessoas. Não pela maior ou menor importância que a cada uma delas seja dada, mas pelo simples fato de que na sucessão de pessoas, apenas algumas pessoas são substituídas, enquanto na sucessão de Partidos todas elas são removidas das suas posições.

No Sistema do Mérito, os mandatos outorgados aos Partidos serão de cinco anos e terão seus termos coincidentes com os anos múltiplos de cinco, ou seja, aqueles cujas terminações são iguais a “0” (zero) ou “5” (cinco). Por Exemplo: Se já estivéssemos vivendo sobre a égide do Sistema do Mérito, provavelmente teríamos eleições gerais, para escolha de um Partido Político, três meses antes do final de cada mandato, o que coincidiria sempre com o dia 30 de setembro dos anos de 2.005, 2.010, 2.015, etc.

Preferimos dizer “**provavelmente**”, em vez de “**certamente**”, porque no Sistema do Mérito, ao Partido no Poder será concedido o direito de pleitear a prorrogação do seu mandato, observando-se os seguintes critérios:

No ano que anteceder o final do mandato do Partido que estiver no Governo, o Presidente do Diretório Executivo Nacional desse Partido o submeterá ao julgamento nacional, requerendo ao Ministro do Departamento de Justiça a realização de um plebiscito, no dia 30 de setembro desse mesmo ano, para que os cidadãos se manifestem dizendo “SIM” ou “NÃO” à prorrogação do mandato do Partido por mais um período de cinco anos.

O requerimento aludido deverá estar instruído com o programa do Partido para o período seguinte, programa este que o Partido será obrigado a divulgar em campanha publicitária a ser levada a público durante o período de três meses que anteceder o plebiscito.

Realizado o plebiscito, e saindo vitorioso o “SIM”, o mandato do Partido será automaticamente prorrogado por mais um período de cinco anos, fazendo desaparecer a necessidade de realização de eleições no ano seguinte. Caso seja vitorioso o “NÃO”, as eleições gerais do ano vindouro estarão automaticamente convocadas, para realização na data regularmente prevista. Mesmo derrotado no plebiscito, o Partido poderá atualizar o seu Programa e, na data própria, pleitear a reeleição.

Considerando-se que a prorrogação de mandatos só será admitida por apenas um período, isso implica em dizer que, no máximo a cada dez anos, as eleições gerais haverá, obrigatoriamente, de acontecer, incentivando, assim, o florescimento de novos Partidos e ideias. Nesses momentos, para que não haja comprometimento da necessária continuidade das obras úteis já iniciadas, estas, compulsoriamente, terão que constar nos planos e programas de todos os Partidos concorrentes.

Na eleição, vencerá o Partido que obtiver, no seu primeiro turno, a maioria absoluta dos votos válidos dos cidadãos, ou seja 50% mais um. Caso nenhum dos Partidos contendores obtenham esse resultado, a eleição será decidida num segundo turno, entre aqueles dois Partidos classificados em primeiro e segundo lugares em relação aos votos válidos computados no primeiro turno.

Será lícito aos Partidos vencedores do primeiro turno absorverem nos seus programas, os itens dos programas dos Partidos já desclassificados no primeiro turno, desde que não sejam incompatíveis com os seus princípios nem com o seu programa original. Caso o façam, visando a campanha em curso, terão obrigatoriamente que divulgar as alterações que daí decorrerem nos seus programas durante a campanha do segundo turno.

Igualmente, será lícito ao Partido vitorioso no segundo turno absorver no seu Programa Partidário, a essa altura já convertido em Programa de Governo, os itens do programa do Partido derrotado no segundo turno; desde que, igualmente, não sejam incompatíveis com os seus princípios nem com o seu programa original. Nesse caso, haverá a necessidade de uma emenda ao Programa de Governo, que terá necessariamente que passar pelo crivo do referendun do Poder Constituinte Permanente.

Esta será uma das formas como a Democracia, no Sistema do Mérito, procura respeitar e atender, também, aos interesses das minorias.

Capítulo 77

Sistemas de Governo (Parlamentarismo X Presidencialismo)

Após discorrermos sobre regimes de governo e nos posicionarmos em defesa do Estado, agora se fazem oportunas algumas considerações a respeito dos Sistemas de Governo.

Ao falarmos de Sistemas de Governo, vem-nos à mente, no momento inicial, o processo de delegação de autoridade que a Nação faz aos que se propõem a dirigir os seus destinos, ocupando para tanto os cargos que, no seu conjunto, podemos denominar simplesmente Governo. Esse processo de delegação de autoridade, desde que o encaremos com a responsabilidade de que ele se reveste, em hipótese alguma poderá deixar de observar os seguintes pontos:

- 1) Que autoridade delegarmos e em que nível;
- 2) Que responsabilidades cobrarmos daqueles a quem delegamos autoridade, cuidando para que esta responsabilidade se equipare em nível à autoridade delegada;

3) Como delegarmos autoridade;

4) E, por último, a quem delegarmos autoridade.

A ganância, o individualismo e a obsessão pelo Poder, que inebriam os nossos atuais homens públicos, fazem com que os três primeiros itens sejam relegados a um segundo plano; e a Nação, ignorante e desorganizada, assiste, atônita, às discussões estéreis em torno, exclusivamente, de “a quem delegar a autoridade governamental”.

Surge, no bojo desse jogo de interesses, a tão decantada questão Presidencialismo x Parlamentarismo, que não passa de uma demonstração clara de ignorância, por parte dos contendores, acerca desse assunto, que faz parte do campo de estudo da Ciência da Administração, a qual nos ensina que, por um lado, a dualidade de comando é uma prática abominável e que, por outro, sem planejamento não se coordena, não se dirige, não se comanda, nem se controla uma organização.

Em outras palavras: os poderosos chefões e os caudilhos, defensores intransigentes do Presidencialismo, com os seus discursos insensatos, balofos, demagógicos e populistas, nada mais querem do que saciar a sua fome de Poder. Fossem eles verdadeiros homens de espírito público, antes estariam preocupados na organização da Nação para que esta viesse a fazer uma delegação de autoridade consciente. Quanto aos Parlamentaristas, esses coitados e inofensivos ainda não compreenderam por que um automóvel não possui dois volantes. Será que eles já imaginaram o que poderia ocorrer, todas as vezes que, em um carro com dois volantes, seus dois motoristas decidissem, em alta velocidade e numa bifurcação da estrada, optarem por seguir caminhos diferentes? Justificar o Parlamentarismo com a facilidade de se trocar o Governo, numa escolha indireta e num ambiente fechado, não seria institucionalizar o grande fosso que hoje separa o Estado da Nação? E, por acaso, os mandatos governamentais, ao contrário de breves tentativas desastrosas, não carecem de maior seriedade e longevidade quando estiverem dando certo?

Uma coisa nisso tudo precisa ser dita: está na hora de rompermos com a prática ilusória de nos limitarmos a escolher homens ditos “capazes” de solucionar os nossos problemas; precisamos, isto sim, de ideias grandiosas, em torno das quais possamos nos congregar e transformá-las numa alternativa capaz de resgatar a nossa Sociedade da situação de caos em que se encontra. E estejamos certos de que essa ideia e essa alternativa jamais virão daqueles que hoje integram as hostes dos Partidos Políticos do Sistema Capitalista.

Sempre claudicante entre o arbítrio e o desgoverno, o Regime Oligárquico do Sistema Capitalista jamais consegue administrar o aparelho estatal com uma regularidade duradoura. Instabilidade, esse é apenas mais um dos inúmeros problemas gerados, entre tantos outros, pela Oligarquia do Sistema Capitalista.

Esse fato, deveras notório, tem por causa principal a ausência absoluta do Poder Constituinte na atividade governamental, fazendo com que o Governo Presidencialista exerça um Presidencialismo Fraco, respaldado num Poder Executivo Constituído débil, que além de manietado por outros Poderes igualmente constituídos, manietados e fracos como ele, têm suas legitimidades totalmente discutíveis. Se fraco é o Governo Presidencialista, mais ainda o Governo Parlamentarista, que além de estar manietado pelas mesmas forças que inibem o Governo Presidencialista, sobrevive à mercê dos conchavos na hora da formação dos gabinetes.

No Sistema do Mérito, o Governo será Presidencialista, mas exercerá um Presidencialismo Forte, pois conforme a estrutura organizacional por ele preconizada, será respaldado diretamente pelo Poder Constituinte. Outro dado importante é a legitimidade das decisões que se amparam em Planos e

Programas previa e diretamente referendados pela Sociedade. Quanto à possibilidade de o Chefe do Executivo poder ser exonerado durante o cumprimento do seu mandato, isso só será possível se estiver agindo em desacordo com os Planos e Programas Governamentais; isto significa dizer que, estará imunizado contra os ataques desferidos pelos conchavos políticos próprios do Parlamentarismo Oligárquico que hoje conhecemos. Será, portanto, quando sério, um Governo Forte e Estável.

Capítulo 78

Em Defesa do Estado Não Violento

O surgimento do Estado propriamente dito tem como ponto de referência o momento em que o rei, já em pleno exercício do Governo e no Regime Monárquico, delimitou e se apossou da terra tornando-a propriedade sua, valendo-se, para tanto, da sua autoridade.

Esse fato, porém, não é suficiente para que subestimemos a importância do Estado, mesmo constituído da forma como o foi e do modo como hoje nós o vemos. Isso seria o mesmo que condenarmos um jovem, pelo simples fato de seus pais terem levado uma vida de perversões e orgias. É preciso, antes, que reflitamos e o olhemos com uma visão imparcial, para que venhamos a concluir pela sua importância ou total desnecessidade.

De princípio, é preciso isentar o Estado de responsabilidades pelas calamidades e injustiças sociais que presenciamos, pois estas, a nosso ver, são da exclusiva responsabilidade dos Regimes de Governos adotados pela Sociedade que, deliberadamente, vêm fazendo mau uso da organização estatal para servirem, de modo espúrio, a interesses ora individuais, ora de grupos, em detrimento dos interesses gerais.

A criação do Estado poderá ser vista de dois ângulos: o primeiro deles, que acreditamos ser mais próprio dos adeptos do neo-anarquismo e do marxismo, representa a subestimação das forças naturais, contidas no instinto de liberdade e no senso de justiça inerentes à pessoa humana, pela força artificial de uma organização gerida por seres imperfeitos, como é o caso dos homens; o segundo ângulo nos mostra o Estado de uma visão democrática, representando, da parte dos homens, o reconhecimento das suas fraquezas individuais, ante as vantagens do esforço coletivo bem administrado.

Não podemos concordar com o perfeccionismo simplista dos neo-anarquistas, que só vêem o Estado como uma perigosa arma nas mãos de uma autoridade, esquecendo que ele – imaginando-o como uma organização cujos fins sejam administrar de forma harmônica o esforço coletivo – uma vez bem gerido, tornar-se-á um poderoso instrumento a serviço do progresso.

Igualmente, não concordamos com o posicionamento ingênuo dos socialistas e marxistas que, demagogicamente, defendem o fim da propriedade e a queda das fronteiras nacionais reconhecidas pelo Estado, ignorando que, tanto uma como outra, estão intimamente ligadas ao mecanismo psicológico das necessidades básicas de cada indivíduo e, conseqüentemente, dos povos. É, sem sombra de dúvidas, uma necessidade de segurança, que não deixará de ser valorizada e preservada enquanto outras mais primárias não forem plenamente atendidas. Ninguém será capaz de nos convencer, pacificamente, a deixarmos de valorizar e simplesmente abandonarmos o nosso mocabo, se ainda somos miseráveis e passamos fome, e nem sequer podemos sonhar com uma moradia mais digna.

Defendemos o Estado como instituição válida, dentro de uma nova concepção, na qual ele, como uma Organização Empresarial bem gerida, como um Patrimônio da Sociedade, permaneça exclusivamente a seu serviço e jamais a serviço de interesses espúrios de indivíduos ou grupos.

Mas não se limita a isso a concepção nova a que nos referimos. Será preciso uma revisão profunda no “modus operandi” do aparelho estatal, mormente no que diz respeito ao exercício da coercibilidade hoje inspirada exclusivamente na Violência.

São duas as razões principais que nos levam a pensar assim. A primeira delas é o fato de considerarmos a Violência uma prática herdada das Sociedades Primitivas; imprópria, portanto, para uma Sociedade Civilizada. E a segunda, é que a ação repressora do Estado, inspirada na Violência e contaminada pelos casuísmos, injetados nas leis que regem suas ações, não apenas tem se mostrado ineficaz em todos os sentidos, mas, sobretudo, tem fomentado o crescimento da Violência Institucionalizada, responsável pelas reações violentas dos cidadãos às quais nos acostumamos erroneamente a denominar “violência”.

Cumpre-nos, agora, apresentar a Não Violência como alternativa inspiradora da ação do Estado, passando este da condição atual de Instrumento controlador e repressor dos cidadãos para a condição nova de Organismo incentivador e protetor da Sociedade.

Com a Não Violência, ao contrário do que hoje acontece, as leis haverão de prescrever, para os seus transgressores, em vez da repressão, a simples exclusão da aura protetora do Estado, bem como a privação do uso de todos os benefícios que este proporcionará àqueles que se encontram dentro dos ditames das leis estabelecidas pela Sociedade.

Por exemplo: a um comerciante que infringisse a lei do tabelamento dos preços, seria aplicada como medida punitiva, em vez de multa ou fechamento do seu estabelecimento, a simples suspensão do uso dos direitos e garantias que o Estado oferece. Com isso, o comerciante ficaria à mercê de marginais, caloteiros etc., e impossibilitado de usar os demais serviços públicos imprescindíveis ao funcionamento normal do seu negócio. Era como se ele houvesse mergulhado num “Vácuo Jurídico”, por deliberação própria, e do qual só sairia após reparado o dano causado à Sociedade.

Vê-se por esse exemplo, que a Não Violência no Sistema do Mérito não significa passividade ou omissão; mas uma ação enérgica do Estado Não Violento que, ao invés de usar a força da Sociedade contra o transgressor da lei, utiliza-se da força do próprio transgressor, para deixá-lo consciente de que o seu erro não foi um ato isolado em prejuízo de um único cidadão, mas uma ação que repercute na Sociedade como um todo, ação essa inaceitável pela Sociedade que, no Sistema do Mérito, encara o cidadão como parte importante e tão digno de respeito quanto respeitado deverá ser o todo social. Por este ângulo, também vemos grande importância do Estado como instrumento de educação dos homens, no que diz respeito ao conhecimento dos seus limites e à prática da Justiça.

Assegurada a eficácia do Estado na promoção da Justiça, ele se credenciará para cumprir o relevante papel de bem administrar o esforço coletivo da Sociedade, objetivando o exercício da liberdade plena na aplicação dos seus talentos.

Essa liberdade plena, a que nos referimos, tem início com a liberdade econômica, que nada mais é que a implantação do crédito pleno e público, única forma capaz de trazer as necessárias transformações de curto e médio prazos e viabilizar as demais de longo prazo, como por exemplo, a liberdade social, que principia com a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos desde a mais tenra infância.

Uma coisa, no entanto, precisamos deixar bem clara. A concepção de Estado do Regime Oligárquico é, não só incompatível, mas irreconciliável com a concepção de Estado do Regime Democrático, da mesma

forma que a Democracia jamais conviverá com o Sistema Capitalista que tem a Oligarquia como seu regime, seu esteio e seu sustentáculo.

Capítulo 79

O Vácuo Jurídico

Inspirado na Não Violência, o Vácuo Jurídico se apresenta como mais uma novidade trazida para o nosso conhecimento pelo Sistema do Mérito. Trata-se de uma figura completamente nova para o ordenamento jurídico atual, que se propõe como uma alternativa capaz de substituir com vantagens, em muitos casos, os tradicionais mecanismos de coercibilidade de que o Estado está habituado a lançar mão para fazer valer a sua vontade.

A ideia do Vácuo Jurídico nos sugere que, em vez de o Estado coagir o infrator das suas normas a obedecê-lo, mediante a aplicação de sanções punitivas – tais como multas, arrestos, seqüestros, interdição etc., mantendo-o, contudo, sob o beneplácito da sua aura protetora – que substitua as sanções tradicionais e aplique o Vácuo Jurídico a partir do seguinte entendimento:

Se o cidadão, intencionalmente, decidiu transgredir a lei, o Estado entenderá, com essa conduta, que este cidadão, enquanto agindo assim, estará também abdicando dos favores que emanam da sua aura protetora. Em sendo assim, será cabível a aplicação do Vácuo Jurídico, que consiste em permitir que o cidadão continue livre e fora dos rigores da lei, mas, também, excluído totalmente de seus favores. Responde-se, nesse caso, à violência do cidadão com a não violência do Estado.

Os efeitos do Vácuo Jurídico não se restringem ao campo do Direito Civil; pois ele invade a esfera, inclusive, do Direito Penal, quando suspende o uso e a posse do DIC (Documento de Identificação do Cidadão), de uso e porte obrigatórios no Sistema do Mérito, não apenas para usufruto do Crédito Pleno e Público, mas sobretudo para o livre e sagrado direito de ir e vir, de todo cidadão em pleno uso e gozo de seus direitos e garantias individuais constitucionalmente asseguradas.

Os efeitos do Vácuo Jurídico perduram, enquanto perdurarem a transgressão legal e os danos por ela causados; e cessará com o arrependimento eficaz do transgressor, que se caracterizará pelo seu retorno aos parâmetros legais, combinado com a indispensável reparação dos danos causados pela decisão impensada.

O Vácuo Jurídico nunca será parcial. Não haverá meio termo: ou o cidadão pretende, ou não pretende a tutela do Estado; e essa será uma decisão sua, pela qual terá que pagar o preço. Queremos dizer com isso, que o cidadão, sob o efeito do Vácuo Jurídico, não poderá reivindicar em seu favor, sequer a proteção à sua integridade física e até, nem mesmo, à sua vida. No entanto, o Estado não isentará da imputação penal aqueles que prevalecendo-se disso, igualmente transgredirem, em benefício próprio ou de outrem, os limites da lei.

Competirá à Autoridade Judiciária, sempre que a Notitia Criminis chegar ao seu conhecimento, por qualquer meio idôneo, a intimação do infrator e a decretação de imersão deste no Vácuo Jurídico, caso este não compareça incontinenti ao chamamento da Autoridade, ou, comparecendo, não provar a sua inocência ou ausência de dolo. Sendo a infração apenas culposa, impõe-se a reparação dos danos causados; e nesse caso, a recusa do infrator em fazê-lo caracteriza o dolo. A Notitia Criminis falsa ensejará para o seu autor as mesmas consequências que seriam imputáveis ao cidadão que seria por ela penalizado.

O Vácuo Jurídico, sem dúvida, nos impõe o desafio da revisão de todo o nosso ordenamento jurídico. No caso do Brasil, careceremos de novos juriconsultos à altura de Clóvis e Nelson, mormente se considerarmos as profundas transformações que advirão com o Sistema do Mérito, onde os juízes julgarão circunstâncias e provas, mas não prolatarão sentenças que serão formatadas pelo Direito Positivo; e este, aproximando-se cada vez mais da Justiça, determinará a uniformidade Jurisprudencial e o fim da Ditadura

do Judiciário. Sobressair-se-ão, também, no bojo de todas essas transformações, as inovações tanto no Direito Penal como na Lei das Execuções Penais, que tornarão obsoletos os cárceres, e mais humanas as vítimas do Sistema Capitalista, substituindo as famigeradas penas físicas pelas penas psíquicas e morais, dando ao cidadão uma oportunidade real de purgar o seu caráter permanecendo útil à sociedade.

O Vácuo Jurídico tem, com certeza, duas faces, uma delas, a que se volta contra o infrator do ordenamento jurídico vigente, para fazê-lo refletir sobre a sua decisão. Caso este não tenha a convicção de que ela é justa, não terá outra escolha, senão se penitenciar no caminho da volta e reparar os danos que a sua decisão imatura causou. Caso contrário, jamais voltará atrás, e assim conhecerá a outra face do Vácuo Jurídico, aquela que nos mostra que para o homem cômico dos seus deveres, direitos e obrigações, e perfeitamente sintonizado com os ideais de Liberdade Plena e Justiça Absoluta, não será mais preciso um ordenamento jurídico nem um Estado para tutelá-lo. Quiçá, nesta outra face, repouse a antítese do Sistema do Mérito e o caminho para a Anarquia do Homem Civilizado. Até lá, porém, ainda temos muito chão pela frente, e a certeza de que precisaremos vivenciar totalmente o Sistema do Mérito, pois segundo Emmanuel, psicografado por Chico Xavier, “a natureza não dá saltos”.

NONA PARTE – O NOVO MODELO SOCIAL

Capítulo 80

O Novo Modelo Social

Conhecendo, agora, os Novos Modelos Econômico e Político será fácil imaginarmos o impacto que eles serão capazes de provocar no âmago da Sociedade, cujos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade — que no Sistema Capitalista, a cada dia, caminhavam rumo à uma distante utopia — claramente se viabilizam pelo novo caminho oferecido pelo Sistema do Mérito.

Mudanças profundas e inevitáveis acontecerão no interior dos núcleos celulares da Sociedade que, não obstante a amplitude dos seus reflexos no comportamento do todo social, nos permitem traçar as linhas mestras do que virá a ser o novo Modelo Social.

Falamos de mudanças profundas; mas, para a nossa tranquilidade, tenhamos a certeza de que essas transformações, mesmo nos seus primeiros momentos, serão positivas, pois ninguém será rebaixado do seu status atual. Essa certeza provém da premissa defendida pelo Sistema do Mérito, segundo a qual o status geral, hoje conferido à Sociedade dos nossos dias pelo Sistema Capitalista, nos evidencia um estado de pobreza e atraso tal que, por piores que venham a ser os primeiros efeitos da transição, eles extrapolarão em benefícios e vantagens a realidade atual, haja vista a elevação do status geral que será conferido à Sociedade pelo novo Sistema.

As mudanças na estratificação social afetarão a hierarquia das camadas sociais — hoje dispostas, principalmente, segundo o poder econômico, a influência política e o prestígio social — a partir do instante em que:

- 1) o crédito pleno e público quebrar os grilhões do controle rígido do crédito, do paternalismo e da dependência econômica indiscriminada e desnecessária das pessoas, favorecendo o crescimento e o desenvolvimento econômico e social;

- 2) o novo Modelo Político implementar os critérios do mérito e da igualdade de oportunidades no processo seletivo de homens públicos, banindo a fraude, a corrupção e a influência do poder econômico do processo político, e assim podermos conviver com a justiça, a estabilidade política e a paz social;

3) a igualdade de oportunidades, viabilizada dentro do Modelo Educacional, libertar as gerações futuras do destino inexorável e injusto da ignorância, da miséria, da violência e de tantas outras mazelas legadas pelo atual Sistema; e, principalmente, quando a frequência à Pequena Escola, estreitar a convivência daqueles, tidos, hoje, como desiguais, fazendo-os perceber, uns nos outros, a beleza dos seus talentos e pendores revelados e burilados pela boa educação.

Com a influência do poder econômico enfraquecida na definição do status social, um considerável estreitamento se observará nos patamares que hoje separam as classes A, B, C e D — jamais pelo rebaixamento das classes superiores, mas, certamente, pela elevação das inferiores — atingindo duramente o preconceito econômico, desembaciando a nossa visão turvejada por ele, que é, indubitavelmente, o maior de todos os preconceitos, o qual será exterminado, gradativamente, no médio e longo prazos. Isto nos permitirá perceber a verdadeira dimensão de outros preconceitos que se manifestam em forma de sectarismo político, de fanatismo religioso, de formação de castas, de segregação racial, entre outros, em cuja base subsiste, para surpresa nossa, a segregação econômica, ora alimentando, ora reforçando o nosso egoísmo e outras emanações negativas do nosso caráter, decorrentes do nosso atraso intelectual e principalmente da nossa inferioridade moral.

O perfil de Sociedade livre, igualitária e solidária, que se consolidará com o advento do novo Modelo Social, para se tornar definitivo não poderá prescindir do tempo necessário, exigido pelo Modelo Educacional, para a tarefa de remoção da ideologia velha, subjacente nos currículos escolares; e de difusão, entre os seus usuários, de modo claro e transparente, da ideologia nova. Ideologia que, segundo o Sistema do Mérito, incentiva a coexistência pacífica e inteligente entre os tidos, antes, como desiguais, visando, além de outros objetivos nobres, a inibição dos preconceitos, cujos fundamentos artificiais não haverão de resistir por muito tempo aos efeitos da lucidez trazida pelo binômio conhecimento e convivência.

Vacinada contra os males da dependência econômica, que antes lhe infundia um comportamento voltado exclusivamente para o atendimento de necessidades básicas eminentemente materiais, a Sociedade priorizará, pelos ditames do novo Modelo Social, o atendimento de necessidades básicas de Auto-Estima e Auto-Realização, abdicando à visão obtusa, que a mantinha inebriada e irracionalmente condicionada à concorrência predatória, em prol de uma visão mais larga, que transcende, inclusive, a ideia de um todo social restrito a uma dimensão meramente física.

Sem classes, sem castas, sem preconceitos, a Sociedade preconizada pelo novo Modelo Social, além de uma estrutura sólida, cujos fundamentos se apóiam na evolução moral dos indivíduos que a integram, será um organismo saudável, leve e isento do peso da hipocrisia, do artificialismo e das incoerências, e em cuja base simples vislumbramos a família democrática, para a qual reservamos o Capítulo a seguir.

Capítulo 81

A Família Democrática

Da **família difusa**, que era a **horda**, evoluímos para o modelo de **família patriarcal**; e deste para a família **oligárquica**. O processo evolutivo não parou e prenuncia iminentes transformações na estrutura familiar vigente. A inevitável emancipação dos jovens coloca em xeque-mate a **oligarquia de papai e mamãe**, que dificilmente resistirá ao seu clamor por independência, justiça e liberdade. São sinais do modelo de família que está por vir, **afamília democrática**.

É natural que dentro da estrutura familiar, a cada dia, o poder de decisão tenda a ser cada vez mais compartilhado entre seus membros. Podemos, assim, concluir que, no próximo modelo de **família democrática**, **todos** terão poder de decisão, o que implica em dizer que **toda** a família, em harmonia, decidirá sobre **o que fazer** e, apenas por uma questão de boa técnica administrativa, um dos seus membros receberá a delegação para, democraticamente, fazer cumprir a decisão por **todos** tomada.

Este, no entanto, é apenas um dos aspectos da família democrática, que diz respeito ao poder decisório dentro da organização familiar, isento da dependência econômica tão comum à que estamos acostumados a ver. Existe, porém, uma outra dependência, que o novo modelo de família abominará, a dependência emocional, tanto dos filhos em relação aos pais, como destes em relação aos filhos, o que nos dará uma família equilibrada emocional e economicamente, em relação às outras famílias e à Sociedade como um todo.

Se a independência econômica vem atrelada às inovações trazidas pela nova ordem econômica, a independência emocional virá da coerência com os princípios inerentes ao novo Modelo Moral, onde o amor aos semelhantes haverá de ser maduro e desprendido, isento do sentimento de posse, tão forte e comum entre os homens unidos pelos laços de consangüinidade e de sentimentos inferiores como o ciúme, o despeito, a inveja, entre outros.

Por este ângulo, a visão do lar se confundirá com a da escola, que dele será apenas uma extensão, à semelhança dos internatos de antigamente, que ali recebiam temporariamente alunos-hóspedes, que para ali vinham à procura de conhecimento, mas que traziam na bolsa o dinheiro para pagar integralmente as despesas com a sua manutenção e instrução e exigir a correspondente prestação dos serviços que lhe foram oferecidos.

No Sistema do Mérito, o exercício do pátrio poder exigirá dos seus titulares a necessária sabedoria, tanto na busca da superação das próprias limitações, como corrigindo os próprios vícios para que haja coerência entre as palavras e o exemplo.

Precisaremos também entender que o simples fato de sermos pais, mães e filhos, não nos confere o direito de exercermos, uns sobre os outros, qualquer forma de repressão injusta ou desrespeito, seja ela de natureza econômica, seja de natureza emocional; em especial, no que tange à escolha das formas como pretendemos cumprir nossos desideratos nesta existência, bem como no que concerne à libertação dos nossos talentos. A união entre os membros da família democrática se formará a partir de valores mais sublimes, que estão além dos interesses econômicos mesquinhos, dos ciúmes mórbidos, das chantagens emocionais, e se consolidam na convivência saudável, na relevância dos serviços mutuamente prestados, na solidariedade sincera de todas as horas.

O modelo de família democrática assim constituída, emocional e economicamente independente, livre, igualitária e fraterna, ao se amplificar, mais uma vez ratificando a sentença de Rui, inspirará a constituição do novo Regime de Governo, a Democracia, com a qual conviveremos no Sistema do Mérito.

DÉCIMA PARTE – O NOVO MODELO MORAL

Capítulo 82

O Novo Modelo Moral

No primeiro instante em que decidi escrever esta obra, sentia-me totalmente capaz de fazê-lo; no entanto, uma grande dificuldade surgiu no meu caminho e me impôs, a despeito do meu orgulho e auto-suficiência, reconhecer as minhas limitações, na hora de fincar o esteio, a pedra fundamental da tarefa a ser realizada. Naquela ocasião, descobri a causa da grande dificuldade com que me deparava: a pedra fundamental deste trabalho, para ser consistente, haveria de estar encravada no âmago de um Modelo Moral que fosse capaz de suportar as teses a serem defendidas, cujos propósitos eram resgatar a humanidade, de uma vez por todas, dos males da incerteza, da indecisão e da estagnação material e moral dos quais se achava acometida, para reconduzi-la à senda do progresso material, intelectual e principalmente moral, do qual a cada dia se afastava.

Restaram-nos duas alternativas: desistirmos e morrermos afogados no mais profundo poço das frustrações, ou pedirmos auxílio a todos quantos pudessem contribuir para a superação desse grande desafio. Preferimos a segunda opção.

Foi assim, que iniciamos as consultas aos sábios, filósofos, estadistas, e tantos outros homens de reconhecidas reputação e inteligência, no presente e no passado, sem muito sucesso, até o dia em que consultamos o último nome da lista, Jesus de Nazaré.

Não foi uma consulta convencional, de um homem a outro, a priori considerado mais elevado; nem tampouco um diálogo entre pessoas distantes, do tipo prece, dirigida por um homem comum ao Filho de Deus. Mas uma conversa mais humana, de homem para homem, tête-à-tête, isenta, portanto, das conotações místicas e mais voltada para atendimento da curiosidade científica, daquelas do tipo: me prove que o seu discurso contém subsídios úteis à construção de um novo Modelo Moral.

Para nossa surpresa e felicidade, no seu discurso, proferido no monte situado nas cercanias de Cafarnaum, e reproduzido na íntegra por Mateus, nos seus Capítulos 5 a 7, não apenas encontramos os subsídios procurados e a inspiração para a realização de todo este trabalho, mas o próprio Modelo Moral do Sistema do Mérito, dentro do qual estão contidos poderosos argumentos, capazes de romper todos os paradigmas do Sistema Capitalista ao qual, textual e veementemente, no versículo 24 do Capítulo 6, Ele se opõe, quando diz: **“Ninguém pode servir a dois senhores... .. Não podeis servir a Deus e a Mamom”**.

Por serem absolutamente desnecessários retoques ou adendos, apresentaremos a seguir, o inteiro teor do famoso discurso, mais conhecido como **“O Sermão da Montanha”**, no decorrer do qual faremos anotações esclarecedoras, apenas mostrando os principais versículos que embasaram as nossas premissas, reflexões, teorias e teses apresentadas neste trabalho. Com isso, também pretendemos mostrar como foi possível harmonizarmos Ciência e Religião, como galhos que são de uma mesma árvore, e incentivar outros trabalhos de pesquisa científica pelos meandros compostos pelos cento e onze versículos desse belo e inteligente discurso.

O Sermão da Montanha (Mateus, Capítulos 5 a 7)

Capítulo 5

- 1) E Jesus, vendo a multidão, subiu a um monte, e, assentando-se, aproximaram-se dele os seus discípulos;
- 2) E, abrindo a sua boca, os ensinava, dizendo:
- 3) Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus;
- 4) Bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados;
- 5) Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra; (*)
- 6) Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles (*) serão fartos;
- 7) Bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia; (*)
- 8) Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus;
- 9) Bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados filhos de Deus;
- 10) Bem-aventurados os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus;
- 11) Bem-aventurados sois vós, quando vos injuriarem e perseguirem, e mentindo, disserem todo mal contra vós por minha causa.

- 12) Exultai e alegrai-vos, porque é grande o vosso galardão nos céus; porque assim perseguiram os profetas que foram antes de vós.
- 13) Vós sois o sal da terra; e se o sal for insípido, com que se há de salgar? para nada mais presta senão para se lançar fora e ser pisado pelos homens.(*)
- 14) Vós sois a luz do mundo: não se pode esconder uma cidade edificada sobre um monte;(*)
- 15) Nem se acende a candeia, e se coloca debaixo do alqueire, mas no velador, e dá luz a todos que estão na casa.(*)
- 16) Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus.(*)
- 17) Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim abrogar, mas cumprir.
- 18) Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da lei, sem que tudo seja cumprido.
- 19) Qualquer, pois, que violar um desses mais pequenos mandamentos, e assim ensinar aos homens, será chamado o menor no reino dos céus; aquele, porém, que os cumprir e ensinar será chamado grande no reino dos céus.
- 20) Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder à dos escribas e fariseus, de modo nenhum entrareis no reino dos céus.
- 21) Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; mas qualquer que matar será réu de juízo.
- 22) Eu, porém, vos digo que qualquer que, sem motivo, se encolerizar contra seu irmão, será réu de juízo; e qualquer que disser a seu irmão: Raca, será réu do sínédrio; e qualquer que lhe disser: Louco, será réu do fogo do inferno.
- 23) Portanto, se trouxeres a tua oferta ao altar, e aí te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti,
- 24) Deixa ali diante do altar a tua oferta, e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão, e depois vem e apresenta a tua oferta.
- 25) Concilia-te depressa com o teu adversário, enquanto estais no caminho com ele, para que não aconteça que o adversário te entregue ao juiz, e o juiz te entregue ao oficial, e te encerrem na prisão.
- 26) Em verdade te digo que de maneira nenhuma sairás dali enquanto não pagares o último ceitil.
- 27) Ouvistes que foi dito aos antigos: Não cometerás adultério.
- 28) Eu, porém, vos digo, que qualquer que atentar numa mulher para cobiçar, já em seu coração cometeu adultério com ela.
- 29) Portanto, se o teu olho direito te escandalizar, arranca-o e atira-o para longe de ti, pois te é melhor que se perca um dos teus membros do que seja todo o teu corpo lançado no inferno.
- 30) E, se a tua mão direita te escandalizar, corta-a e atira-a para longe de ti, porque te é melhor que um dos teus membros se perca do que seja todo o teu corpo lançado no inferno.
- 31) Também foi dito: Qualquer que deixar sua mulher, dê-lhe carta de desquite.

- 32) Eu, porém, vos digo que qualquer que repudiar sua mulher, a não ser por causa de prostituição, faz que ela cometa adultério, e qualquer que casar com a repudiada comete adultério.
- 33) Outrossim, ouvistes que foi dito aos antigos: Não perjurarás, mas cumprirás teus juramentos ao Senhor.
- 34) Eu, porém, vos digo que de maneira nenhuma jureis: nem pelo céu, porque é o trono de Deus;
- 35) Nem pela terra, porque é o escabelo de seus pés; nem por Jerusalém, porque é a cidade do grande rei;
- 36) nem jurarás pela tua cabeça, porque não podes tornar um cabelo branco ou preto.
- 37) Seja, porém, o vosso falar: Sim, sim; Não, não; porque o que passa disto é de procedência maligna.
- 38) Ouvistes que foi dito: Olho por olho, e dente por dente.
- 39) Eu, porém, vos digo que não resistais ao mal; mas, se qualquer te bater na face direita, oferece-lhe também a outra;
- 40) E ao que quiser pleitear contigo, e tirar-te o vestido, larga-lhe também a capa;
- 41) E, se qualquer te obrigar a caminhar uma milha, vai com ele duas.
- 42) Dá a quem te pedir, e não te desvies daquele que quiser que lhe emprestes.
- 43) Ouvistes que foi dito: amarás o teu próximo, e aborrecerás o teu inimigo.
- 44) Eu, porém, vos digo: Amai a vossos inimigos, bendizei os que vos maldizem, fazei bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos maltratam e vos perseguem;
- 45) Para que sejais filho do vosso Pai que está nos céus; porque faz que o seu sol se levante sobre maus e bons, e a chuva desça sobre justos e injustos.
- 46) Pois, se amardes os que vos amam, que galardão haveis? não fazem os publicanos também o mesmo?
- 47) E, se saudardes unicamente os vossos irmãos, que fazeis de mais? não fazem os publicanos também assim?
- 48) Sede vós pois perfeitos, como é perfeito o vosso Pai que está nos céus.

Capítulo 6

- 1) Guardai-vos de fazer a vossa esmola diante dos homens, para serdes vistos por eles; aliás, não tereis galardão junto de vosso Pai, que está nos céus.
- 2) Quando pois deres esmola, não faças tocar a trombeta diante de ti, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem glorificados pelos homens. Em verdade vos digo que já receberam o seu galardão.
- 3) Mas, quando tu deres esmola, não saiba a tua mão esquerda o que faz a tua direita;
- 4) para que a tua esmola seja dada ocultamente; e teu Pai, que vê em segredo, te recompensará publicamente.

- 5) E, quando orares, não sejas como os hipócritas; pois se comprazem em orar, em pé nas sinagogas, e nas esquinas das ruas, para serem vistos pelos homens. Em verdade vos digo que já receberam o seu galardão.
- 6) Mas tu, quando orares, entra no teu aposento, e, fechando a tua porta, ora a teu Pai que está em oculto; e teu Pai, que vê secretamente, te recompensará.
- 7) E, orando, não useis de vãs repetições, como os gentios, que pensam que por muito falarem serão ouvidos.
- 8) Não vos assemelheis, pois, a eles; porque vosso Pai sabe o que vos é necessário, antes de vós lho pedirdes.
- 9) Portanto, vós, orareis assim: Pai-Nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome;
- 10) Venha o teu reino, seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu;
- 11) O pão nosso de cada dia nos dá hoje;
- 12) E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores;
- 13) E não nos induzas à tentação; mas livra-nos do mal; porque teu é o reino, e o poder, e a glória, para sempre. Amém.
- 14) Porque, se perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai celestial vos perdoará a vós;
- 15) Se, porém, não perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai vos não perdoará as vossas ofensas.
- 16) E, quando jejuardes, não vos mostreis contristados como os hipócritas; porque desfiguram os seus rostos, para que aos homens pareçam que jejuam. Em verdade vos digo que já receberam o seu galardão.
- 17) Porém tu, quando jejuares, unge a tua cabeça, e lava o teu rosto,
- 18) Para não pareceres aos homens que jejuas, mas a teu Pai, que está em oculto; e teu Pai, que vê em oculto, te recompensará.
- 19) Não ajunteis tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem tudo consomem, e onde os ladrões minam e roubam;(*)
- 20) Mas ajuntai tesouros no céu, onde nem a traça nem a ferrugem consomem, e onde os ladrões não minam nem roubam.(*)
- 21) Porque onde estiver o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração.(*)
- 22) A candeia do corpo são os olhos; de sorte que, se os teus olhos forem bons, todo o teu corpo terá luz;
- 23) Se, porém, os teus olhos forem maus, o teu corpo será tenebroso. Se, portanto, a luz que em ti há são trevas, quão grandes serão tais trevas!
- 24) Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de odiar um e amar o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mamon.(*)
- 25) Por isso vos digo: Não andeis cuidadosos quanto a vossa vida, pelo que haveis de comer ou pelo que haveis de beber; nem, quanto ao vosso corpo, pelo que haveis de vestir. Não é a vida mais do que o mantimento, e o corpo mais do que o vestido?(*)

- 26) Olhai para as aves do céu, que nem semeiam, nem segam nem ajuntam em celeiros; e o vosso Pai celestial as alimenta. Não tendes vós muito mais valor do que elas?(*)
- 27) E qual de vós poderá, com todos os seus cuidados, acrescentar um côvado à sua estatura?(*)
- 28) E, quanto ao vestido, porque andais solícitos? Olhai para os lírios do campo, como eles crescem: não trabalham nem fiam;(*)
- 29) E eu vos digo que nem mesmo Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles.(*)
- 30) Pois, se Deus assim veste a erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada no forno, não vos vestirá muito mais a vós, homens de pouca fé?(*)
- 31) Não andeis pois inquietos, dizendo: Que comeremos, ou que beberemos, ou com que nos vestiremos?
- 32) (Porque todas estas coisas os gentios procuram). De certo vosso Pai celestial bem sabe que necessitais de todas estas coisas;
- 33) Mas buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas.
- 34) Não vos inquieteis, pois, pelo dia de amanhã, porque o dia de amanhã cuidará de si mesmo. Basta a cada dia o seu mal.

Capítulo 7

- 1) Não julgueis, para que não sejais julgados.
- 2) Porque com o juízo com que julgardes sereis julgados, e com a medida com que tiverdes medido vos hão de medir a vós.
- 3) E porque reparas tu no argueiro que está no lho do teu irmão, e não vês a trave que está no teu olho?
- 4) Ou como dirás a teu irmão: Deixa-me tirar o argueiro do teu olho; estando uma trave no teu?
- 5) Hipócrita, tira primeiro a trave do teu olho, e então cuidarás em tirar o argueiro do olho do teu irmão.
- 6) Não deis aos cães as coisas santas, nem deitei aos porcos as vossas pérolas; não aconteça que as pisem com os pés, e, voltando-se, vos despedacem.
- 7) Pedi, e dar-se-vos-á; buscai, e encontrareis; batei, e abrir-se-vos-á.
- 8) Porque, aquele que pede, recebe; e, o que busca, encontra; e, ao que bate, se abre.
- 9) E qual dentre vós é o homem que, pedindo-lhe pão o seu filho, lhe dará uma pedra?
- 10) E, pedindo-lhe peixe, lhe dará uma serpente?
- 11) Se vós, pois, sendo maus, sabeis dar boas coisa aos vossos filhos, quanto mais vosso Pai, que está nos céus, dará bens aos que lhos pedirem?
- 12) Portanto, tudo o que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lho também vós, porque esta é a lei e os profetas.
- 13) Entrai pela porta estreita; porque larga é a porta, e espaçoso o caminho que conduz à perdição, e muitos são os que entram por ela;

- 14) E porque estreita é a porta, e apertado o caminho que leva à vida, e poucos há que a encontrem.
- 15) Acautelai-vos, porém, dos falsos profetas, que vêm até vós vestidos como ovelhas, mas interiormente são lobos devoradores.
- 16) Por seus frutos os conhecereis. Porventura colhem-se uvas dos espinheiros ou figos dos abrolhos?
- 17) Assim, toda a árvore boa produz bons frutos, e toda a árvore má produz frutos maus.
- 18) Não pode a árvore boa dar maus frutos; nem a árvore má dar frutos bons.
- 19) Toda a árvore que não dá bom fruto corta-se e lança-se no fogo.
- 20) Portanto, pelos seus frutos os conhecereis.
- 21) Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos céus.
- 22) Muitos me dirão naquele dia: Senhor, Senhor, não profetizamos nós em teu nome? E em teu nome não expulsamos demônios? E em teu nome não fizemos muitas maravilhas?
- 23) E então lhes direi abertamente: Nunca vos conheci; apartai-vos de mim, vós que praticais a iniquidade.
- 24) Todo aquele, pois, que escuta estas minhas palavras e as pratica, assemelhá-lo-ei ao homem prudente, que edificou a sua casa sobre a rocha;
- 25) E desceu a chuva, e correram os rios, e assopraram os ventos, e combateram aquela casa, e não caiu, porque estava edificada sobre a rocha.
- 26) E aquele que ouve estas minhas palavras, e as não cumpre, compará-lo-ei ao homem insensato, que edificou a sua casa sobre a areia;
- 27) E desceu a chuva, e correram os rios, e assopraram os ventos, e combateram aquela casa, e caiu, e foi grande a sua queda.
- 28) E aconteceu que, concluindo Jesus este discurso, a multidão se admirou da sua doutrina;
- 29) Porquanto os ensinava como tendo autoridade; e não como os escribas.

*N.A. Versículos que inspiraram, respectivamente: a não violência, os princípios de justiça, a anistia, o serviço ao semelhante como fonte de poder, o Modelo Educacional, as restrições à lei de patentes, a oposição às ideias materialistas, o antagonismo entre a Ideologia Cristã e Ideologia Capitalista, a teoria da Suficiência.

Caso o leitor encontre, no curso do nosso trabalho, algo que venha a ser, comprovadamente, considerado incompatível com as prescrições do discurso do Mestre, tenha certeza de que reside nas limitações do autor a sua causa. A segurança com que fazemos essa afirmação é a mesma que nos leva a recomendar, aos adeptos do Sistema do Mérito, que as inovações que se fizerem necessárias no futuro, determinadas pela Lei do Progresso, sejam feitas de tal modo a que se preserve a coerência com os princípios morais contidos na pedra angular sobre a qual está e estará sempre edificada a Quarta Pirâmide.

Temos certeza de que o leitor, no seu íntimo, além de surpreso, está curioso, desejando receber uma explicação capaz de justificar a origem, a variedade, a profundidade e a grandeza das ideias novas que, até aqui, lhe foram apresentadas. Para atendê-lo nessa sua natural curiosidade, iremos informar algo que, só recentemente, nos foi revelado. Muito embora, repetidas vezes tenhamos nos referido ao Sistema do

Mérito como sendo um novo Sistema, queremos esclarecer que ele de fato é um corpo novo que abriga um espírito sábio e bastante maduro, pois, tem por suporte um Modelo Moral, cujas raízes estão fincadas na Sabedoria e no Amor pela Humanidade, demonstrados pelo “Mais Belo Rabi da Galiléia”, que em “SI” aglutina todas as experiências milenares de profetas da estirpe de um Buda e de um Krishna na Índia, de um Moisés no Egito, de um Abel na Fenícia, nos primórdios da civilização adâmica; e até de Antúlio, Anfião, Numo e Juno, nas longínquas Atlântida e Lemúria.

Capítulo 83

A Tríplice Aliança

Em determinado momento, quando discorriamos sobre a evolução histórica do Modelo Moral, dissemos que o conflito humano que se estrutura ora na crença, ora na descrença da existência de um ser supremo a quem denominamos **Deus**, tem sido a principal causa das turbulências sociais que se repetem na história da humanidade. Dissemos também que, somente a partir da decisão de todos os seres humanos, de optarem, sincera e definitivamente, pela existência ou inexistência de **Deus**, é que a humanidade conhecerá uma vida harmoniosa, sem turbulências, correndo suave dentro do seu leito natural.

O leitor poderia nos perguntar: por que existência ou inexistência de Deus? Responder a essa questão, no passado, poderia ser embaraçoso; mas, atualmente, com o avanço da Física Quântica, ficou muito fácil. Diríamos que, assim como os fótons são, comprovada e simultaneamente, **partículas** e **ondas** mutantes em função da simples preferência do observador, Deus, e já estamos acostumados a isso, é o **Alfa** e o **Ômega**, o **Princípio** e o **Fim**, o **Tudo** e o **Nada** e, portanto, a **Existência** e a **Inexistência** também. De sorte que será indiferente procurá-LO ou preferí-LO por qualquer caminho ou forma, pois, qualquer que seja a nossa escolha, ela será coroada de êxito, pois Ele é a fonte mais pura da expressão quântica de onde jorra o amor com todas as suas nuances e nobres manifestações, entre as quais destacamos a Liberdade Plena e a Justiça Absoluta.

Se Deus não fosse um ser quântico, certamente seríamos estáticos, e engessados por um determinismo injustificável. Ele, por conseguinte, nem seria tão sábio, nem tão bom e nem tão justo, pois suprimindo o nosso livre arbítrio para procurá-LO e encontrá-LO quando quiséssemos e pelo caminho e forma que bem entendêssemos, estaria o Criador pondo em dúvida a sabedoria da Sua própria criação, concebida à Sua imagem e semelhança, cuja magnitude atinge o seu ápice na sublime concessão das liberdades de pensamento e expressão.

Sabedor disso, o Sistema do Mérito resolve definitivamente esse conflito, em torno da existência ou inexistência de Deus, de um modo muito simples e objetivo, tomando a seguinte decisão positiva: **DEUS EXISTE**.

Solucionado o grande conflito, toda a caminhada da humanidade, enquanto sobre a égide do Sistema do Mérito, será orientada a partir dessa premissa; não fazendo mais sentido continuarmos olhando para trás, dependendo energia em comparações contraproducentes ou alimentando quimeras que ficaram no passado. Vamos, sim, objetivamente colher os frutos benéficos produzidos pela decisão tomada.

Agora abraçados a uma decisão firme, veremos que, na árvore de caule único, que outrora se bifurcara nas citadas ramificações, a **Religião** e a **Ciência**, e que haviam se distanciando, assumindo tarefas distintas e às vezes até antagônicas, se reaproximarão e se abraçarão nas pesquisas para descobertas que priorizarão acima de tudo o interesse coletivo.

Diante dessa nova postura, o conflito **materialismo** versus **espiritualismo** esmorecerá, vendo os **Homens da Ciência** mudarem o foco das suas atenções, antes direcionado para o campo negativo da pesquisa que procurava provar o que não existe, para dar ênfase ao campo positivo da pesquisa do que

existe, para – sem preconceitos, imbuídos de bons propósitos, abraçando com vigor as verdades relativas de ponta, atualmente sendo objetos de estudos da Física Quântica, da Medicina e Psicologia Modernas, da Conscienciologia etc. – mergulharem fundo na esfera probabilística, que está contida no campo da **Fé**, antes totalmente fechado e privativo da **Religião**.

Por outro lado, os **Homens da Religião**, reagirão, positivamente, contribuindo com sua vasta experiência nesse campo, oferecendo subsídios e preciosos conhecimentos para estudos e pesquisas sobre Deus e o Homem, guardados a sete chaves nos baús dos dogmas e dos temores da profanação. E assim, gradativamente, vão abdicando de procedimentos ilógicos em favor de uma irrefutável verdade sobre um **Deus** apresentado sob um enfoque racional, amparando-se em argumentos lógicos extraídos tanto da Teologia como da Filosofia e de todas as Ciências, mormente das Ciências Humanas, que doravante mais e mais estarão centrando suas pesquisas no campo religioso, notadamente na vida e doutrina de Jesus de Nazaré.

Indiscutivelmente, **Religião e Ciência**, mesmo atuando em campos opostos, já deram grande contribuição para o progresso humano no planeta. Forçoso, todavia, é reconhecer que essa contribuição será maior ainda quando estas avançarem nos estudos conjuntos que evitem o descompasso, sempre prejudicial, entre o progresso material e o progresso moral, que redundou no crescimento dos vícios que acometeram a sociedade oligárquica atual.

A decisão, em relação à existência de Deus, esposada pelo Sistema do Mérito, além de viabilizar a atuação conjunta da Ciência com a Religião, no enfrentamento dos desafios de uma nova era, também nos sugere que é chegada, afinal, a hora de convidarmos a todos para a celebração da Tríplice Aliança. E o que virá a ser a Tríplice Aliança?

Nada mais do que uma decisão firme, séria e sincera a ser tomada envolvendo três seres, sendo um divino e dois humanos, no qual um triângulo se forma, ensejando um pacto de amor solenemente celebrado, para que o cumprimento da Lei do Amor se realize e o Sistema alcance a sua viabilidade e sustentação.

Se a primeira decisão tomada dentro do novo Sistema foi muito importante, não menos o será esta segunda, sem a qual a primeira, sozinha, não se completa. Perguntamos: de que adianta acreditarmos na existência de um Deus se não for para amá-LO? E de que forma poderemos amá-LO, se nos insurgimos contra o Seu desejo de ver-nos unidos, solidários, integrando a Tríplice Aliança onde reciprocamente nos amamos uns aos outros?

Um dos grandes equívocos do Sistema Capitalista foi subestimar o Mandamento **“Amarás ao teu próximo como a ti mesmo”**, acreditando que o simples fato de dizer que acreditava em Deus, seria suficiente para viabilizar e dar sustentação ao Sistema. Resultado: está aí o Sistema Capitalista, com pouco mais de 500 anos, inviável e sem sustentação, de nada tendo adiantado difundir nas cédulas do Dólar o seu famoso **“IN GOD WE TRUST”**.

As cédulas, no Sistema do Mérito, também serão grafadas; mas, dessa vez, com a expressão: **“Acreditamos em Deus e Acreditamos nos Homens”**.

DÉCIMA PRIMEIRA PARTE – O NOVO MODELO EDUCACIONAL

Capítulo 84

O Novo Modelo Educacional

Vós sois a luz do mundo: não se pode esconder uma cidade edificada sobre um monte (Mt.5:14); Nem se acende a candeia, e se coloca debaixo do alqueire, mas no velador, e dá luz a todos que estão na casa (Mt.5:15). Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus (Mt.5:16).

Eis o princípio básico que norteará a construção do novo Modelo Educacional, onde não haverá represas nem restrições de qualquer natureza, sejam ideológicas, sejam econômicas ou financeiras, mas a total liberdade e equidade na pesquisa, aquisição, transmissão e distribuição da grande riqueza que é o conhecimento.

De início, queremos deixar bem claro que a atividade educacional será plena, isto é, no currículo escolar estarão englobados desde a educação alimentar e as diversas práticas educacionais mais elementares – passando, entre outras áreas, pela educação física, econômica, cultural, política, social, jurídica, psicológica, cívica e moral – até os conhecimentos científicos e morais mais profundos, que serão objeto da pesquisa, do ensino e da extensão praticados nos mais elevados centros de excelências. De sorte que, em se tratando de educação, nada deixará de ser incorporado ao currículo escolar para merecer a necessária atenção do Modelo Educacional.

O novo Modelo Educacional, além de ministrar uma educação plena e inovadora, cuidará para que ela também seja ministrada de forma integrada com a família, num primeiro plano, e com todas as demais instituições econômicas, culturais, políticas, sociais e morais, as quais atuarão como coadjuvantes no processo educacional. As instituições escolares serão, pois, estabelecimentos cujas portas estarão sempre abertas, tanto para receber como para transmitir a experiência e o conhecimento, fazendo-os fluir livres e intensamente a serviço do crescimento e do desenvolvimento das inteligências contidas no todo social.

Muito embora sob a supervisão diligente do Estado, todas as instituições educacionais serão confiadas à administração de pessoas jurídicas de direito privado, cujos titulares, em face da regulamentação das profissões, forçosamente serão os próprios mestres, aos quais não faltarão os incentivos e o necessário crédito para todos os investimentos que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento do sistema educacional, em todos os níveis.

Diante da completa privatização da atividade educacional, estará decretado o fim da divisão da Pequena Escola em Pública e Privada e completamente abominado o famigerado **“ensino público e gratuito”**, que nunca foi ensino, muito menos público e jamais gratuito, haja vista a baixa qualidade e as precárias condições dos serviços oferecidos; e também, aqui e acolá, as restrições impostas a uns e os privilégios concedidos a outros, bem como, e principalmente, o alto preço pago pela Sociedade em forma de escorchantes impostos e da contenção da renda familiar, sempre na contramão da especulação de preços patrocinada pelos defensores do atual Sistema.

Caso pretendamos traçar paralelos entre o que seja o **“ensino público e gratuito”** do Sistema Capitalista e o **“ensino privado e pago”** do Sistema do Mérito, para fazermos a melhor escolha, bastanos responder à seguinte pergunta:

O que seria preferível?

Entregarmos todo o nosso dinheiro ao Governo, ficando totalmente sem recursos, deixando que ele escolha o que bem lhe parecer melhor para nós e nossos filhos, em matéria de educação, desde a escola que deveremos freqüentar, até os livros, materiais escolares, fardamento, transporte, merenda escolar, professores, carreira etc., e ainda tendo que ficar devendo favores aos políticos?

ou

Ficarmos nós com o nosso dinheiro, dinheiro esse suficiente o bastante para custearmos o que existir de melhor em matéria de educação – desde a escola a tudo o mais que for preciso para uma educação do mais alto nível, à nossa disposição e a depender exclusivamente da nossa escolha, sem termos que ficar devendo favores a mais ninguém?

Quem se posicionar favorável à primeira opção estará preferindo o famoso **“ensino público e gratuito”** do Sistema Capitalista; se a segunda opção for a escolhida, estaremos preferindo o **“ensino privado e pago”** defendido pelo Modelo Educacional do Sistema do Mérito.

Considerando-se que as questões acima estão intimamente ligadas às filosofias de dois sistemas distintos, podemos assegurar que qualquer que seja a resposta dada, estaremos respondendo a muitas outras suscitadas a partir da comparação: serviços públicos versus serviços privados.

Afora a questão filosófica que acabamos de esclarecer, o novo Modelo Educacional nos trará como a mais audaciosa decisão, o extermínio da Grande Escola, o que significa dizer que, no Sistema do Mérito não existirá analfabetismo nem meninos de rua ou menores abandonados. E esse, além de ser um princípio do Sistema, também encontrar-se-á positivado no Direito Constitucional, impondo, aos que contra ele se insurgirem, as regras do vácuo jurídico bem como a suspensão do crédito pleno e público, tanto incidentes sobre os infratores, como sobre aqueles que corroborarem com esse fato considerado delituoso.

Esta pode ser considerada uma decisão drástica, mas não arbitrária, do Sistema do Mérito, que assim demonstra sua determinação no sentido de golpear profundamente a violência institucionalizada, objetivando acabar com ela e com as suas consequências delituosas, manifestadas em forma de reações violentas, oriundas da ignorância e da má formação do caráter dos homens.

Diferente da forma injusta, demagógica e até espúria como atualmente acontece no Sistema Capitalista, que nada esclarece e tudo cobra, no Sistema do Mérito, o cidadão, a depender da sua idade, nível de instrução e até certas circunstâncias, poderá argüir em seu favor o desconhecimento da Lei ou de alguns dos seus aspectos; mas não poderá se esquivar da obrigação de buscar dentro do Modelo Educacional, o necessário esclarecimento para o convívio harmônico e pacífico em sociedade.

Dentro do Modelo Educacional, as avaliações do processo ensino/aprendizagem não se circunscreverão à busca da simples constatação de que o aluno aprendeu a lição, mas se a mensagem que lhe foi transmitida, chegou fielmente, intacta, sem ruídos ou distorções ao seu conhecimento, e se o aprendiz compreendeu perfeitamente a sua aplicabilidade na vida prática. O insucesso do aprendiz será também o insucesso do mestre, da metodologia, da escola e de tudo o mais a quanto se tenha recorrido e aplicado para o êxito do processo ensino/aprendizagem.

O novo Modelo Educacional respeitará as diferenças individuais, as diferentes potencialidades e vocações, mantendo-se totalmente apto para atender a essas peculiaridades; mas, também, não descuidará de estimular o desenvolvimento das inteligências atroficas, objetivando ampliar a capacidade de percepção e compreensão, importantes para o desenvolvimento harmônico e integral do ser humano.

Tanto ao professor quanto ao aluno, serão incentivados a curiosidade científica e o aprofundamento do debate sobre todas as questões que suscitarem polêmica, principalmente quando essa prática estiver direcionada para o campo da atividade do pensar. Incluem-se, aqui, principalmente as que versarem sobre a Ideologia do Mérito que creditará a sua consolidação e sustentação ao aprimoramento decorrente da discussão madura e séria que se espera acontecer nas entranhas do Modelo Educacional.

No plano ideológico, três serão os principais desafios do novo Modelo Educacional: o primeiro deles consiste em expurgar do âmbito educacional a ideologia capitalista, sem que haja prejuízo da sua autenticidade para os registros da experiência histórica; o segundo será implementar a nova Ideologia do Mérito sem sectarismo ou preconceitos, de tal forma que as pesquisas, o ensino e a extensão possam se aprofundar na busca do aperfeiçoamento do Sistema, a fim de que ele possa, enquanto vigente, proporcionar o progresso da humanidade, libertando-a da dependência tecnológica, das injustiças, da

violência e de outros males herdados do Sistema que se vai; e o terceiro, proporcionar, no longo prazo, através da oferta de serviços educacionais do mais alto nível, a elevação do nível evolutivo da sociedade humana como um todo, criando as condições favoráveis para que ela possa, num futuro próximo, aspirar a um “modus vivendi” de padrão mais elevado, possível segundo a dialética, utópico para os homens de pouca fé.

Capítulo 85

O Declínio da Grande Escola a Ascensão da Pequena Escola

As medidas drásticas impostas pelo Modelo Educacional do Sistema do Mérito, objetivando o extermínio da violência institucionalizada e das suas funestas consequências, conjugadas aos desmedidos esforços e aos vultosos incentivos governamentais voltados para o crescimento e o desenvolvimento social, nos trarão duas inevitáveis consequências: o declínio da Grande Escola e a ascensão da Pequena Escola. A partir daí, não mais lhes serão compatíveis as respectivas denominações.

Por isso, preferimos chamá-las, a partir de agora, de Escola Restritiva e Escola Instrumental. A primeira, sucessora da Grande Escola, recebe a nova denominação pelo fato de a sua ação disseminadora da ignorância restringir a liberdade para o crescimento e o desenvolvimento da Sociedade; enquanto a segunda, que vem suceder a Pequena Escola, merece a nova denominação por se constituir o instrumento por excelência das liberdades econômica, cultural, política, social, moral e educacional da Sociedade, à qual proporcionará o crescimento e o desenvolvimento em todos os campos.

O novo Modelo Educacional trará para a Escola Instrumental um perfil completamente novo, no qual encontraremos uma concepção de escola totalmente inovada e inovadora, onde perceberemos uma verdadeira revolução, tanto nos projetos arquitetônicos dos novos estabelecimentos de ensino, como nos currículos escolares, que para serem cumpridos com sucesso exigirão também mudanças profundas no perfil, na conduta e na disposição de mestres e aprendizes.

Quem serão os autores desse magnífico projeto? Os próprios beneficiários deles, agora livres dos grilhões da falta de apoio e recursos, inconcebíveis dentro do Sistema do Mérito. E não venhamos imaginar estabelecimentos de ensino com instalações antiquadas, que não aproveitam a iluminação natural, a pureza do ar atmosférico convenientemente administrado, nem a paisagem repousante e alegre, graciosamente ofertados pela natureza. Nem tampouco concebê-los sem uma vila olímpica para a prática saudável dos esportes e da educação física ou sem os laboratórios de pesquisas e práticas, em quantidades suficientes e indispensáveis ao melhor aprendizado. Assim como, sem bibliotecas dotadas de acervos inimagináveis nas míseras escolas do atual Sistema, e salas de estudo confortáveis e compatíveis com as exigências dos estudos e consultas a serem ali desenvolvidos.

As atividades escolares, que acontecerão em tempo integral, e a assistência aos aprendizes serão compatíveis com as dificuldades das tarefas de ensinar e aprender; de tal modo que poderemos ter salas de aula que serão verdadeiros auditórios, mas também aquelas em que haverá um mestre para cada aprendiz.

Os preparativos para a idade escolar do cidadão, começam antes da sua fecundação, e o dia do seu nascimento marcará o seu efetivo início, num trabalho conjunto e integrado dos Programas de Saúde e Educação, quando o Modelo Educacional, através dos seus órgãos competentes, será notificado convenientemente, para que de antemão sejam adotadas as necessárias providências de proteção e orientação à mãe do nascituro, de tal modo que este venha a ser poupado de doenças e traumas irreversíveis, e para que tenha catalogadas todas as suas futuras carências de assistência educacional.

Berçários, creches, salas de aula apropriadas para ensino de todas as idades, níveis intelectuais, potencialidades e diferenças individuais, além de intercâmbio cultural intenso e ambientes adequados para

facilitar o ensino de idiomas, bem como recursos materiais, visuais, auditivos etc., ultrapassarão em muito o que hoje existe de melhor nos grandes centros onde se ministra a educação mais primorosa.

E o mais importante, tudo isso ao alcance de todos, sem distinção de classe, condições econômicas, cor, raça, credo religioso, ideologia política etc. Se nos perguntassem: seria isso tudo um grande sonho, uma utopia? Responderíamos, sem medo de errar: não, apenas o cumprimento parcial da prioridade social definida pelo Sistema do Mérito.

Quando terminará a idade escolar no Sistema do Mérito? Diríamos que, se o cidadão, durante toda a sua vida, se conteve na busca do atendimento das suas necessidades básicas materiais, ou então, mesmo com seu esforço e trabalho, não ultrapassou os limites das necessidades de Auto-Estima, a sua idade escolar terminará no dia do seu sepultamento, ou após isso, quando muito, enquanto permanecer na lembrança daqueles com quem mais próximo conviveu. Todavia, se quebrou a barreira dessas necessidades e aventurou-se no campo da Auto-Realização, a sua idade escolar se adentrará na eternidade afora, através das suas boas obras, dos relevantes serviços que prestou e, principalmente, do exemplo que haverá de nos ter legado.

Da antiga Grande Escola, hoje Escola Restritiva, restarão as novas instituições criadas pelo Sistema do Mérito para acolher as vítimas do Sistema Capitalista e do grande atraso moral que ainda reina no seio da Sociedade Humana. Infelizmente, pelo menos no início, isso será inevitável, pois seria demasiado esperar, que o simples advento do Sistema do Mérito, trazendo no seu bojo o novo Modelo Educacional, num simples piscar de olhos pudesse transformar o caráter de todos os homens, de tal modo que pudéssemos expurgar do ordenamento jurídico toda a legislação penal. Principalmente, se considerarmos a tenebrosa herança, deixada pelo Sistema Capitalista, composta de cidades e ruas repletas de delinquentes, analfabetos e mendigos, de cárceres e presídios abarrotados de cidadãos convertidos em verdadeiras feras humanas. São eles os frequentadores do terceiro grau da Grande Escola.

Administrar essa desagradável herança, se constitui um dos grandes desafios do Sistema do Mérito, pelas seguintes razões:

a) ideologicamente o novo Sistema não adotará presídios; e

b) por mais eficaz e eficiente que seja a Escola Instrumental, pelo menos durante o período de transição de um Sistema para outro, não poderemos descartar a possibilidade da ocorrência de delitos que não poderão ficar impunes.

Será para atender a essa necessidade que no Sistema do Mérito serão criadas duas instituições a saber: os Purgatórios Educacionais e o Manicômio Judiciário.

Os Purgatórios Educacionais destinar-se-ão ao cumprimento de penas decorrentes das infrações ao Código Penal, cometidas por cidadãos que, não obstante haverem delinqüido, uma vez submetidos a um restringimento adequado da sua liberdade física e moral, possa, merecendo uma oportunidade bem assistida, provar a sua capacidade de recuperação e reintegração saudável e normal ao convívio social.

O Manicômio Judiciário, no entanto, ficará reservado para os reincidentes crônicos, cuja conduta delituosa o torna incapaz para o convívio em sociedade. Aos internos destes estabelecimentos, que argüirem inocência em relação a qualquer acusação ou condenação, será concedida assistência jurídica suficiente para que se corrijam possíveis injustiças cometidas contra eles, bem como a impunidade de delinquentes, inocentados por erros na identificação da autoria de delitos por estes cometidos.

Existirão cinco tipos de Purgatórios Educacionais, cuja classificação será estabelecida de conformidade com a gravidade do delito cometido e, conseqüentemente, da pena a ser cumprida. Ei-los: Purgatório Nacional, Purgatório Intra-Regional, Purgatório Extra-Regional, Purgatório Intra-Municipal e Purgatório Extra-Municipal.

O Purgatório Nacional se estende por todo o território nacional. Isso significa dizer que, o cidadão condenado a cumprir pena nesse purgatório pode circular por todo o território nacional, mas, em hipótese alguma, poderá se ausentar dele.

Quanto aos Purgatórios Intra-Regionais e Extra-Regionais, cada um deles tem o seu âmbito restrito aos limites de cada uma das Unidades da Federação; significando isso dizer que, o cidadão condenado a nele cumprir pena, em hipótese alguma poderá se ausentar de seus limites. A diferença entre ambos é que o Purgatório Intra-Regional, para o apenado, será aquele no qual ele mantém o seu domicílio original, enquanto o Purgatório Extra-Regional será estranho para ele em relação ao seu domicílio original.

Por **domicílio original**, no Sistema do Mérito, entenderemos aquele no qual o cidadão mantém, obrigatoriamente vinculados, o seu domicílio bancário único com endereço sempre atualizado, o domicílio eleitoral e a fonte da origem do seu DIC, implicando isso em dizer que a transferência de um desses requisitos, necessariamente, arrastará consigo os demais.

Os critérios que identificam os Purgatórios Intra-Municipais e os Extra-Municipais, para o apenado, serão os mesmos verificados nos Purgatórios Intra e Extra-Regionais em relação ao domicílio original, com a única diferença de que, neste caso, os seus âmbitos se restringem aos limites de cada um dos municípios; também isso implicando que os cidadãos que neles estiverem cumprindo pena, em hipótese alguma desfrutarão do direito de ir e vir fora dos seus limites.

O DIC – Documento de Identificação do Cidadão (de uso e porte obrigatório dentro do Sistema do Mérito), dos condenados pelo cometimento de delitos de natureza penal, que imponham penas restritivas da liberdade, terá características especiais durante todo o período de cumprimento da pena. Será o conjunto dessas características que dirá da maior ou menor gravidade do delito cometido, bem como da duração da pena e do tipo de Purgatório Educacional no qual ela será cumprida. Uma dessas características especiais são as cores azul, amarela, vermelha e marrom do corpo do DIC. Além das cores, outras características especiais serão impressas no DIC do cidadão condenado, com letras e em local legíveis, onde constem as seguintes anotações restritivas: nome da localidade onde a pena será cumprida; o(s) artigo(s) do Código Penal no(s) qual(is) o cidadão se acha enquadrado; o tempo de duração e as datas inicial e final da pena. No caso de penas a serem cumpridas em Purgatórios Extra-Regionais e Extra-Municipais, também será impressa no DIC uma barra diagonal de cor preta, indicativa de que a pena será cumprida fora do domicílio original do apenado.

As características especiais impressas no DIC do cidadão serão específicas para os casos de delitos de natureza penal que impliquem em penas restritivas da liberdade, que o Sistema do Mérito, por considerar de muita gravidade, impõe também ao apenado a punição de natureza moral.

Na prática, a lei das execuções penais será aplicada da seguinte forma:

1ª) O cidadão em pleno uso e gozo das suas prerrogativas e liberdades constitucionais, enquanto não for condenado pelo cometimento de um delito de natureza penal que seja restritivo da liberdade, será portador de um DIC — Documento de Identificação do Cidadão, de cor verde, sem qualquer anotação restritiva dos seus direitos. A exibição do DIC verde sinaliza que o seu portador está totalmente livre para circular por todo o território nacional, bem como dele se ausentar quando bem quiser e entender.

2ª) O cidadão tendo cometido um delito cuja pena o proíba de se ausentar do País, terá o seu DIC verde suprimido e substituído por um outro de cor azul, que, em conjunto com as anotações restritivas, indicarão que o seu portador está condenado ao cumprimento de pena no Purgatório Nacional.

3ª) Se a pena cominada restringir a liberdade de locomoção do cidadão aos limites da Unidade da Federação onde o mesmo tem o seu domicílio original, o seu DIC será da cor amarela, no qual igualmente constarão as anotações restritivas, o que indicará que o seu possuidor está condenado ao cumprimento de pena no Purgatório Intra-Regional.

4ª) Se a pena imposta ao cidadão restringe a sua liberdade de locomoção aos limites de uma Unidade da Federação diferente daquela onde o apenado tem o seu domicílio original, o seu DIC será de cor amarela; e além das anotações restritivas, será marcado com uma barra diagonal preta, indicativa de que o seu possuidor cumprirá pena em ambiente estranho ao seu domicílio original, no caso, num Purgatório Extra-Regional.

5ª) Caso o cidadão cometa um delito de maior gravidade, cuja pena prevista imponha locomoção restrita aos limites do Município onde o mesmo mantém o seu domicílio original, o seu DIC será de cor vermelha, no qual estarão impressas as anotações restritivas relacionadas ao caso. Isso equivale dizer que a pena haverá de ser cumprida no Purgatório Intra-Municipal.

6ª) As penas máximas serão cumpridas dentro dos limites de um Município estranho àquele onde o delinqüente mantém o seu domicílio original. Nesses casos, ao condenado será concedido um DIC de cor vermelha, no qual, além das anotações restritivas relacionadas ao caso, constará uma barra diagonal de cor preta que, em conjunto com as demais características impressas no DIC, revelam-nos que o cidadão dela possuidor está a cumprir pena num Purgatório Extra-Municipal.

Aos reincidentes, em delitos de gravidade menor, serão cominadas penas maiores, que serão cumpridas em purgatórios mais rígidos, até que seja atingido o limite máximo do Purgatório Intra-Municipal, em cuja reincidência comprovada, implicará — caso não haja atenuante justo — na condenação irreversível do delinqüente, a tratamento no manicômio judiciário, quando o DIC tomará cor marrom com as anotações restritivas de praxe.

Durante o cumprimento da pena, o condenado estará obrigado a prestar esclarecimento a todo o cidadão que se mostrar interessado em saber os detalhes e circunstâncias do delito por ele cometido, cujo enquadramento consta das anotações restritivas contidas no seu DIC. Esta providência impõe ao infrator do Código Penal o constrangimento moral que visa fazê-lo refletir profundamente sobre a sua atitude delituosa. A sua recusa em fazê-lo, será considerada circunstância agravante da sua pena.

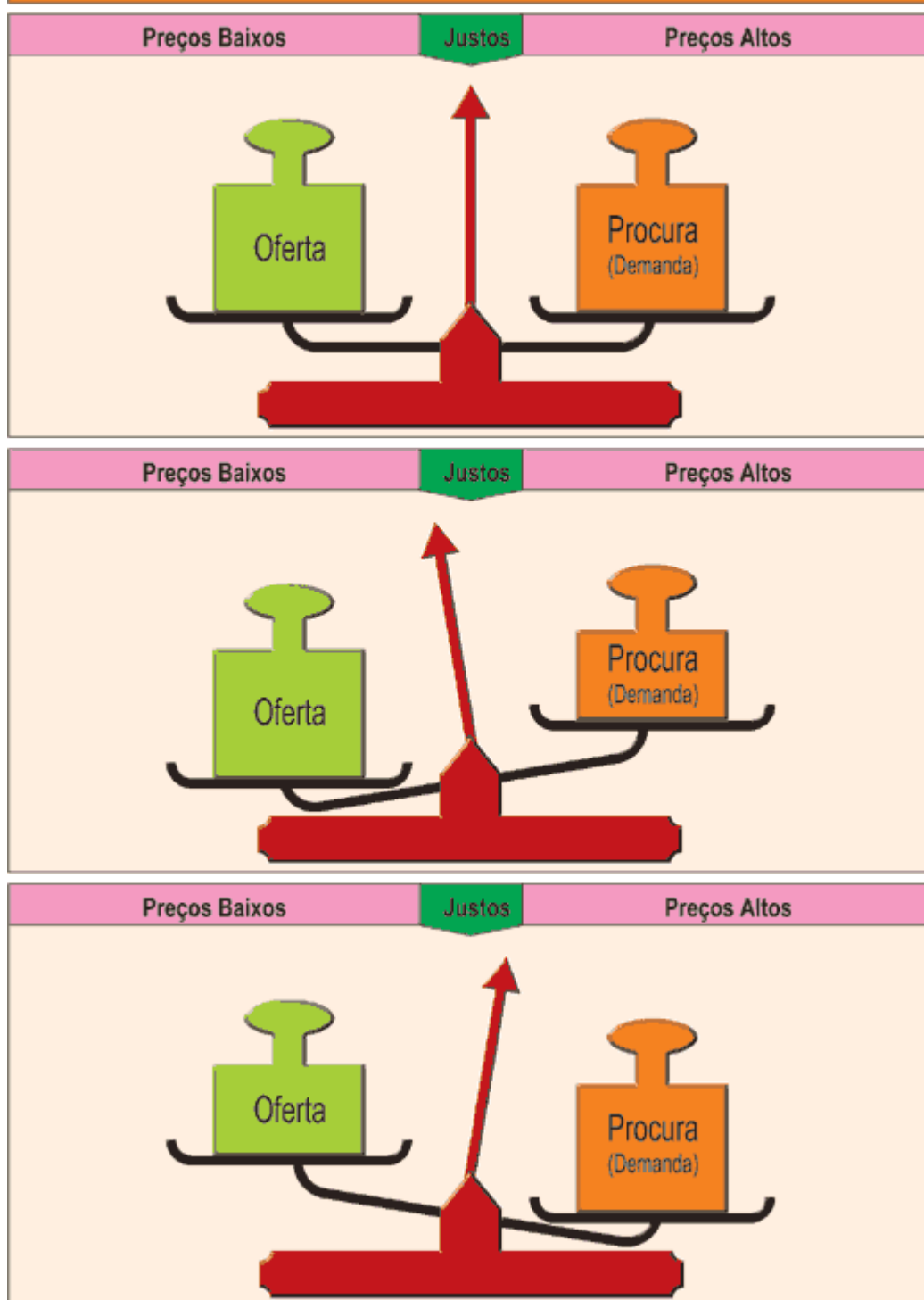
Por outro lado, a humildade e a conduta irrepreensível do infrator perante a comunidade que o acolheu, durante o cumprimento da sua pena, acarretará para ele atenuante, que lhe trará benefícios nas avaliações periódicas que serão feitas a seu respeito, quando então começará o seu processo de reabilitação e conseqüente redução das restrições impostas à sua liberdade física. A persistência em estrita observância das imposições legais e o cultivo de boas relações na comunidade, gradativamente irá reduzindo as restrições impostas, que seguem a seguinte escala:

Primeiramente o DIC vermelho com barra preta, perde a barra, significando dizer que, o cidadão conquistou, com a sua irrepreensível conduta na comunidade, um novo domicílio original.

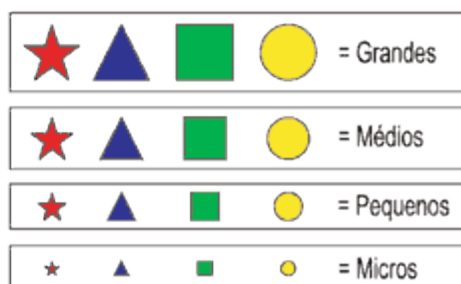
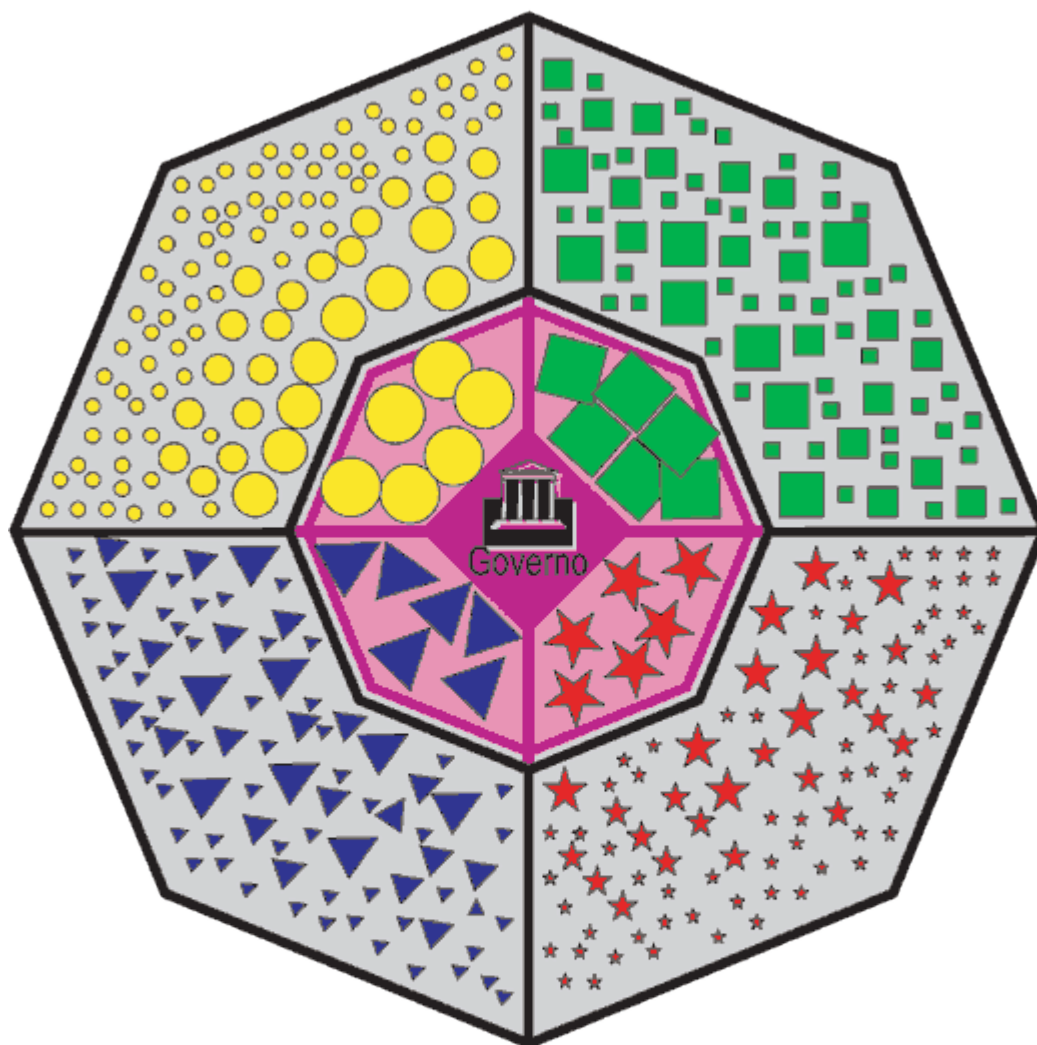
Numa segunda avaliação positiva, realizada em data estabelecida de acordo com a sentença condenatória, o DIC evoluirá para a cor amarela, e assim por diante, até que atinja a total reabilitação que se caracterizará pela obtenção de um DIC limpo, isto é, da cor verde e sem restrições.

A BALANÇA DA OFERTA E DA PROCURA

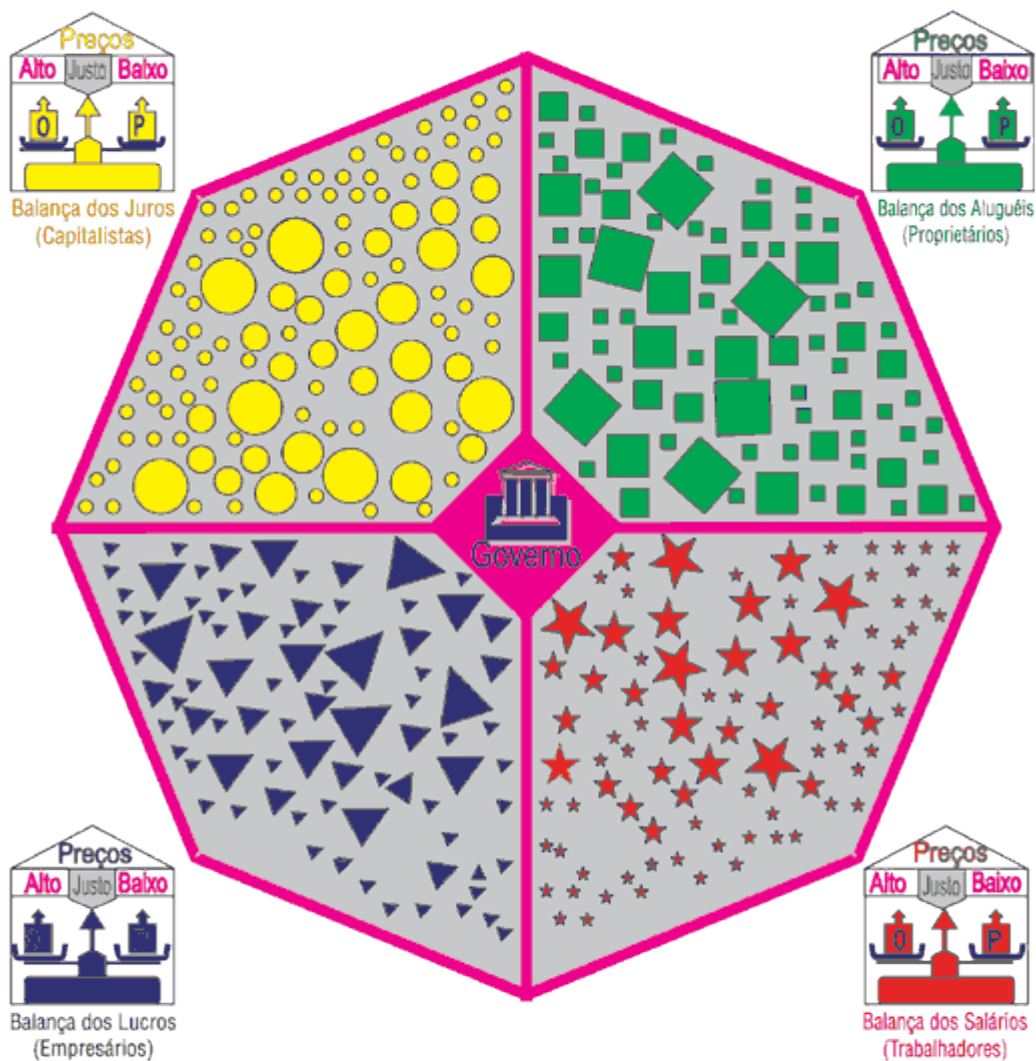
(Definição dos Preços de Mercado)



















O GOVERNO E O PACTO DAS ELITES



O GOVERNO E A JUSTIÇA SOCIAL



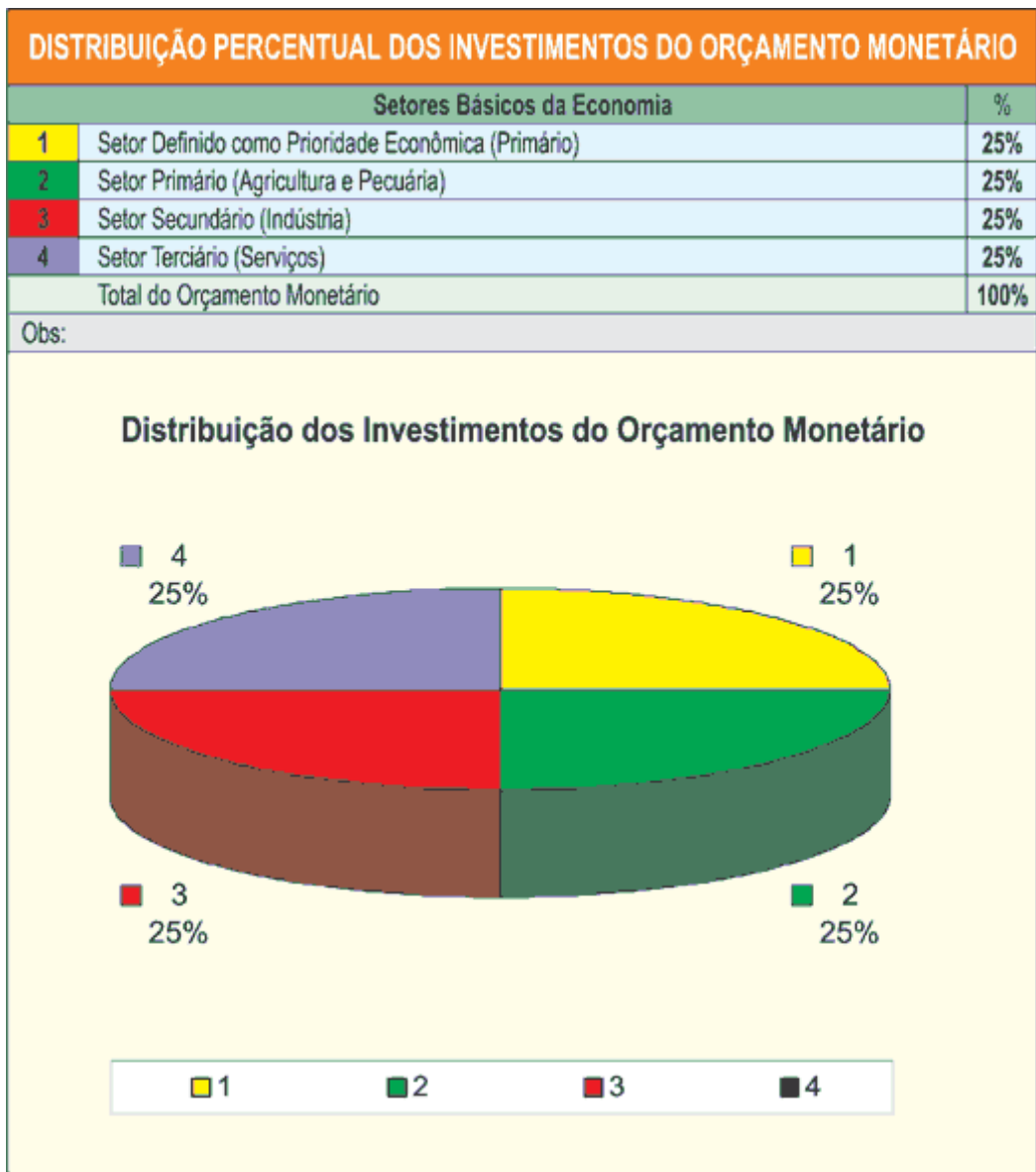
-  = Trabalhadores
-  = Empresários
-  = Proprietários
-  = Capitalistas

-     = Grandes
-     = Médios
-     = Pequenos
-     = Micros

CAPÍTULO 31 - QUADRO SINÓPTICO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS SISTEMAS

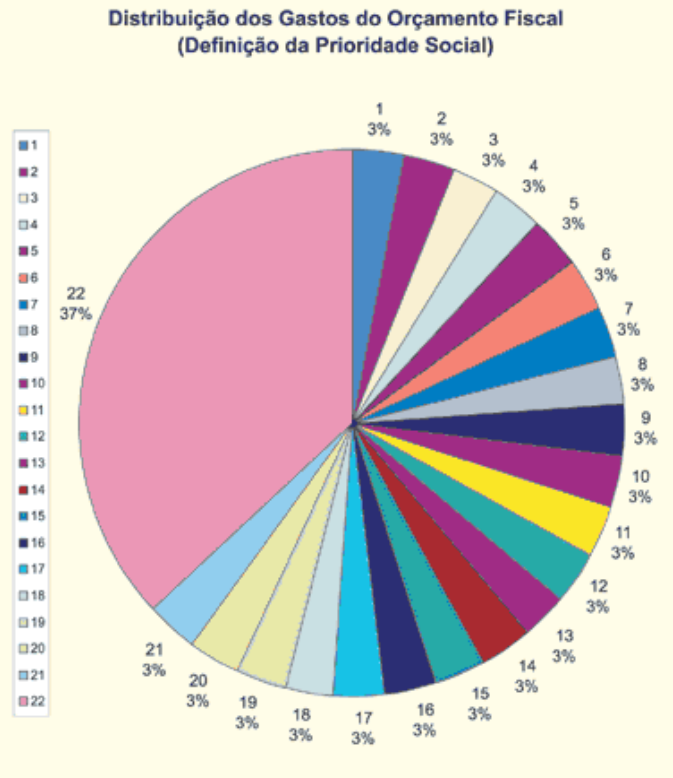
IT	SISTEMAS	TRUNFOS	REGIMES DE GOVERNO	MODELOS					
				ECONÔMICO	CULTURAL	POLÍTICO	SOCIAL	MORAL	EDUCACIONAL
01	PRIMITIVO	APTIDÃO FÍSICA	ANARQUIA (NENHUM)	CATA DE RAÍZES E FRUTAS, CAÇA E PESCA, ARTESANATO RUDIMENTAR ESCAMBO DOS EXCEDENTES	NASCIMENTO EM CAVERNAS E NAS FLORESTAS ALIMENTAÇÃO NO CAMPO HABITAÇÃO EM CAVERNAS MORTOS (INSEPULTOS) ESPORTES LAZER ??? ACULTURAÇÃO PHORDA	INEXISTÊNCIA DE AUTORIDADE CONSTITUÍDA PODER EFÊMERO E CIRCUNSTANCIAL INEXISTÊNCIA DO ESTADO E DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ESTATAL	FAMÍLIA DIFUSA (HORDA) VIDA NÔMADE	POLITÉISMO MEDO E CRENÇICES	INEXISTÊNCIA DA ESCOLA FORMAL PREDOMÍNIO TOTAL DA GRANDE ESCOLA
02	ABSOLUTISTA	TERRA	MONARQUIA (UM)	AGROPECUÁRIA ARTESANATO INDÚSTRIA RUDIMENTAR EXPANSÃO COMERCIAL SURGIMENTO DE 03 DAS ATUAS 04 CATEGORIAS PRODUTIVAS E DA MOEDA	NASCIMENTO/HABITAÇÃO EM CASAS/VILAS/CIDADES ALIMENTAÇÃO EM CASA MORTOS SEPULTADOS ARTE, PINT, TEATRO ETC ESPORTES GLADIGRÉCIA ACULTUR. PELA FAMÍLIA	SURGIMENTO DA AUTORIDADE CONSTITUÍDA E A CRIAÇÃO DO GOVERNO E DO ESTADO MONÁRQUICO PROCESSO DE ESCOLHA DE GOVERNANTES PELO CRITÉRIO HEREDITÁRIO	FAMÍLIA PATRIARCAL OU MATRIARCAL (SOCIEDADE SEDENTÁRIA)	SURGIMENTO DO MONOTEÍSMO, DA MORAL RELIGIOSA E DAS CIÊNCIAS INÍCIO DO CONFLITO MATERIALISMO X ESPIRITUALISMO	PREDOMÍNIO PARCIAL DA GRANDE ESCOLA E SURGIMENTO DA PEQUENA ESCOLA SOB O CONTRÓL DA RELIGIÃO E DIRIGIDA EM MODO RESTRITIVO A U ELITE POR ELA ESCOLA
03	CAPITALISTA	CAPITAL	OLIGARQUIA (ALGUNS)	AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO 04 CATEG. PRODUTIVAS GOVERNO CONSTITUCIONAL, LEI DA OFERTA E DA PROCURA, TEORIA DA ESCASSEZ	NASCTO EM HOSPITAIS HABIT.CASAS DE ALVEN. CONST. EM VILAS/CIDADES LOC. MARGENS DE RIOS ALIM. EM CASARESTAUR. ACULT. FAMÍLIA/ESCOLA/ MEIOS DE COMUN. MASSA	ESTADO OLIGÁRQUICO TEORIA DOS 03 PODERES PROCESSO ELEITORAL ESCOLHA DE CANDIDATOS ATRAVÉS VOTO SECRETO MANDATOS TEMP. PERTENCENTES AOS CANDIDATOS	FAMÍLIA OLIGÁRQUICA (OLIGARQUIA DE PAPEI E MAMÃE) FILHOS DEPENDENTES ECONOMICAMENTE	CONFLITO MAT X ESP. (APOGEU E DECLÍNIO) CONVERGÊNCIA DOS OBJETOS DA CIÊNCIA E COM OS DA RELIGIÃO INÍCIO DA EXPANSÃO DO UNIVERSALISMO	LAICIZAÇÃO DO ENSINO GDE ESCOLA EM DECLÍNIO ASCENSÃO DA PEQ. ESCOLA EXPANSÃO DAS CIÊNCIAS CENSURA E DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES VESTIBULARES/PRESID
04	MÉRITO	MÉRITO DECORRENTE DE SERVIÇOS PRESTADOS	DEMOCRACIA (TODOS)	03 SETORES BÁSICOS 04 CATEG. PRODUTIVAS TEORIA DA SUFICIÊNCIA CRÉDITO PLENO E PÚBLICO, NOVOS CONCEITOS DE PROPRIEDADE, SALÁRIO E MOEDA - PI, PL e PI	NASCTO E MORTE, NOVOS CONC. MULTIDIMENSIONAIS ALIMENT. ESPECIALIZADA HABIT. CASAS E CIDADES CONST. EM MONTANHAS HÁBITOS/COST. (PLANEJ) ACULT. FAMÍLIA/ESCOLA	PODER CONSTITUINTE PERMANENTE - ESTADO DEMOCRÁTICO - 1º APROVA OS PLANOS E SÓ DEPOIS ESCOLHE OS CANDIDATOS MANDATOS TEMP. PERTENCENTES AOS PARTIDOS	FAMÍLIA DEMOCRÁTICA PAI, MÃE E FILHOS ECONOMICAMENTE INDEPENDENTES	AMARÁS A DEUS SOBRE TODAS AS COISAS E AO PRÓXIMO COMO A TI MESMO (O MODELO MORAL DO DECÁLOGO, EXPLICADO E CONTIDO NO SERMÃO DA MONTANHA) MATEUS 5 a 7	A ESCOLA INSTRUMENTAL E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA TODA A ESCOLA RESTRITIVA E OS PURGATORIOS EDUCACIONAIS ENFIM, "A LUZ"

E	
TIPOS	
F	Alim
I	Ves
S	Calc
I	Hab
O	Trar
L	Con
Ó	Laz
G	
I	
C	
A	
S	etc.
CUSTO TC	
D	Edu
E	Saú
	Jusi
S	Seg
E	Pre
G	Pou
U	
R	
A	
N	
Ç	
A	etc.
CUSTO TC	
CUSTO TC	
FÓRMULA	
$80a + 80b \cdot$	
$80u + 80v \cdot$	
CTNF + CT	
E por de	
E por de	
* 1 Mérito de um salário su	
Onde:	
VEA = Vida	
VSA = Valor	
JTA = Jorna	
(6 horas)	



DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS GASTOS DO ORÇAMENTO FISCAL

IT	ÁREAS DE ATIVIDADES DO GOVERNO	%
1	Presidência da República	3%
2	Vice-Presidência da República	3%
3	Ministério da Área de Planejamento	3%
4	Ministério da Área de Economia	3%
5	Ministério da Área de Cultura	3%
6	Ministério da Área de Política	3%
7	Ministério da Área de Desenvolvimento Social	3%
8	Ministério da Área de Desenvolvimento Moral	3%
9	Ministério da Área de Educação	3%
10	Ministério da Área de Saúde	3%
11	Ministério da Área de Meio Ambiente	3%
12	Ministério da Área de Águas	3%
13	Ministério da Área de Energias	3%
14	Ministério da Área de Comunicações	3%
15	Ministério da Área de Transportes	3%
16	Ministério da Área de Justiça	3%
17	Ministério da Área de Defesa e Segurança	3%
18	Ministério da Área de Defesa do Consumidor	3%
19	Ministério da Área de Relações e Comercio Exterior	3%
20	Ministério da Área de Administração de Pessoal e Patrimônio	3%
21	Ministério da Área de Assuntos Jurídicos	3%
22	Ministério da Área Definida como Prioridade Social (Educação)	37%
Obs:		100%



O DINHEIRÔMETRO

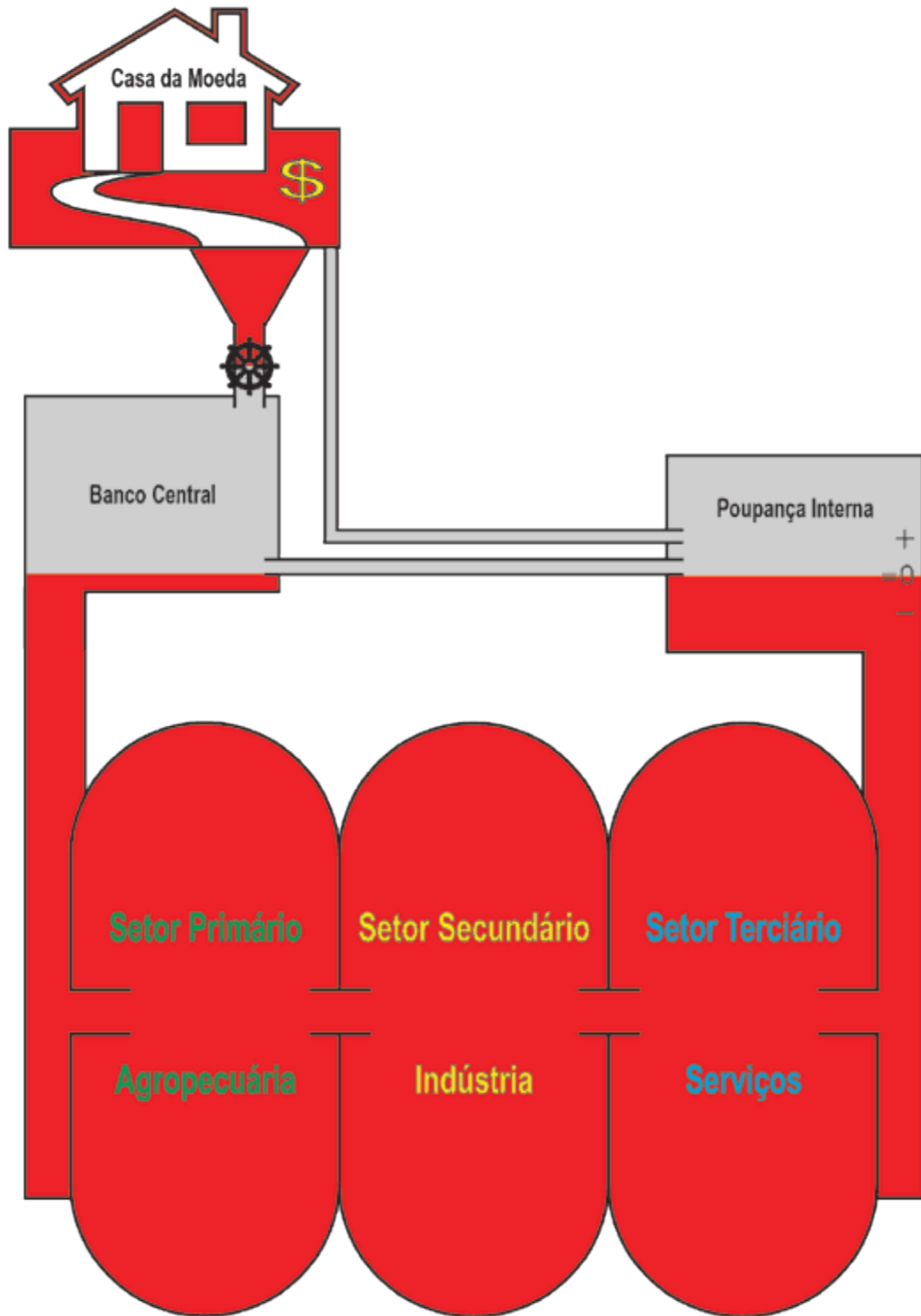


TABELA SINTÉTICA PARA FORMATAÇÃO DAS CREDENCIAIS DO PARTIDO DO MÉRITO

CONSELHO DE DELIBERAÇÃO E ÉTICA - ÓRGÃO CÓDIGO "CDE"					DIRETÓRIO EXECUTIVO - ÓRGÃO CÓDIGO "DEX"						
COD	DESCRIÇÃO DOS CARGOS POR ESPECIALIZAÇÃO	NÍVEIS				COD	DESCRIÇÃO DOS CARGOS POR ESPECIALIZAÇÃO	NÍVEIS			
		COM	MUN	REG	NAC			COM	MUN	REG	NAC
01	Presidente do Conselho de Deliberação e Ética	A	B	C	D	01	Presidente do Diretório Executivo	A	B	C	D
02	Vice-Pres. do Conselho de Deliberação e Ética	A	B	C	D	02	Vice-Presidente do Diretório Executivo	A	B	C	D
03	Conselheiro Coordenador da Célula de Planejamento	A	B	C	D	03	Diretor Executivo de Planejamento	A	B	C	D
04	Conselheiro Coordenador da Célula de Economia	A	B	C	D	04	Diretor Executivo de Economia	A	B	C	D
05	Conselheiro Coordenador da Célula de Cultura	A	B	C	D	05	Diretor Executivo de Cultura	A	B	C	D
06	Conselheiro Coordenador da Célula de Política	A	B	C	D	06	Diretor Executivo de Política	A	B	C	D
07	Conselheiro Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social	A	B	C	D	07	Diretor Executivo de Desenvolvimento Social	A	B	C	D
08	Conselheiro Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral	A	B	C	D	08	Diretor Executivo de Desenvolvimento Moral	A	B	C	D
09	Conselheiro Coordenador da Célula de Educação	A	B	C	D	09	Diretor Executivo de Educação	A	B	C	D
10	Conselheiro Coordenador da Célula de Saúde	A	B	C	D	10	Diretor Executivo de Saúde	A	B	C	D
11	Conselheiro Coordenador da Célula de Meio Ambiente	A	B	C	D	11	Diretor Executivo de Meio Ambiente	A	B	C	D
12	Conselheiro Coordenador da Célula de Águas	A	B	C	D	12	Diretor Executivo de Águas	A	B	C	D
13	Conselheiro Coordenador da Célula de Energias	A	B	C	D	13	Diretor Executivo de Energias	A	B	C	D
14	Conselheiro Coordenador da Célula de Comunicações	A	B	C	D	14	Diretor Executivo de Comunicações	A	B	C	D
15	Conselheiro Coordenador da Célula de Transportes	A	B	C	D	15	Diretor Executivo de Transportes	A	B	C	D
16	Conselheiro Coordenador da Célula de Justiça	A	B	C	D	16	Diretor Executivo de Justiça	A	B	C	D
17	Conselheiro Coordenador da Célula de Segurança	A	B	C	D	17	Diretor Executivo de Segurança	A	B	C	D
18	Conselheiro Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor	A	B	C	D	18	Diretor Executivo de Defesa do Consumidor	A	B	C	D
19	Conselheiro Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores	A	B	C	D	19	Diretor Executivo de Relações e Comércio Exteriores	A	B	C	D
20	Conselheiro Coordenador da Célula de Administração de Pessoal e Patrimônio	A	B	C	D	20	Diretor Executivo de Administração de Pessoal e Patrimônio	A	B	C	D
21	Conselheiro Coordenador da Célula de Assuntos Jurídicos	A	B	C	D	21	Diretor Executivo de Assuntos Jurídicos	A	B	C	D

TABELA DE GRAUS DE INSTRUÇÃO INTELLECTUAL E POLÍTICA

TABELA DE GRAUS DE INSTRUÇÃO INTELLECTUAL				TABELA DE GRAUS DE INSTRUÇÃO POLÍTICA				TABELA DE TEMPO DE SERVIÇOS PRESTADOS	
COD	GRAU DE INSTRUÇÃO INTELLECTUAL	COD	GRAU DE INSTRUÇÃO POLÍTICA	COD	T. DE SERVIÇO	ANO INCOMPL.			
00	ANALFABETO	00	SEM FORMAÇÃO POLÍTICA	00	ANO INCOMPL.				
01	1º GRAU - INCOMPLETO	01	FORMAÇÃO POLÍTICA NÍVEL ELEMENTAR INCOMPLETO	360	01 ANO				
02	1º GRAU - COMPLETO	02	FORMAÇÃO POLÍTICA NÍVEL ELEMENTAR COMPLETO	720	02 ANOS				
03	2º GRAU - INCOMPLETO	03	FORMAÇÃO POLÍTICA NÍVEL INICIAL INCOMPLETO	1080	03 ANOS				
04	2º GRAU - COMPLETO	04	FORMAÇÃO POLÍTICA NÍVEL INICIAL COMPLETO	1440	04 ANOS				
05	3º GRAU - INCOMPLETO	05	FORMAÇÃO POLÍTICA NÍVEL INTERMEDIÁRIO INCOMPLETO	1800	05 ANOS				
06	3º GRAU - COMPLETO	06	FORMAÇÃO POLÍTICA NÍVEL INTERMEDIÁRIO COMPLETO	3600	10 ANOS				
07	3º GRAU - COMPLETO + ESPECIALIZAÇÃO COMPLETA	07	FORMAÇÃO POLÍTICA NÍVEL PÓS-INTERMEDIÁRIO INCOMPLETO	5400	15 ANOS				
08	MESTRADO COMPLETO	08	FORMAÇÃO POLÍTICA NÍVEL PÓS-INTERMEDIÁRIO COMPLETO	7200	20 ANOS				
09	DOCTORADO COMPLETO	09	FORMAÇÃO POLÍTICA NÍVEL AVANÇADO INCOMPLETO	9000	25 ANOS				
10	MESTRADO COMPLETO + DOCTORADO COMPLETO	10	FORMAÇÃO POLÍTICA NÍVEL AVANÇADO COMPLETO	10800	30 ANOS				

Pag. 429

RELAÇÃO DOS CARGOS E CREDENCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS CÓDIGOS E PRÉ-REQUISITOS (NÍVEL NACIONAL)

CONSELHO DE DELIBERAÇÃO E ÉTICA NACIONAL - CDEN		CÓDIGOS DAS CREDENCIAIS					PRÉ-REQUISITO - JÁ HAVER TRABALHADO				
COD	DESCRIÇÃO COMPLETA DOS CARGOS	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.
01	Presidente do Conselho de Deliberação e Ética Nacional	CDE	01	D	06 a 10	2880	CDE	01	C	>ou=06	2160
02	Vice-Pres. do Conselho de Deliberação e Ética Nacional	CDE	02	D	06 a 10	2880	CDE	02	C	>ou=06	2160
03	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Planejamento	CDE	03	D	06 a 10	2880	CDE	03	C	>ou=06	2160
04	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Economia	CDE	04	D	06 a 10	2880	CDE	04	C	>ou=06	2160
05	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Cultura	CDE	05	D	06 a 10	2880	CDE	05	C	>ou=06	2160
06	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Política	CDE	06	D	06 a 10	2880	CDE	06	C	>ou=06	2160
07	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social	CDE	07	D	06 a 10	2880	CDE	07	C	>ou=06	2160
08	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral	CDE	08	D	06 a 10	2880	CDE	08	C	>ou=06	2160
09	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Educação	CDE	09	D	06 a 10	2880	CDE	09	C	>ou=06	2160
10	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Saúde	CDE	10	D	06 a 10	2880	CDE	10	C	>ou=06	2160
11	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Meio Ambiente	CDE	11	D	06 a 10	2880	CDE	11	C	>ou=06	2160
12	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Águas	CDE	12	D	06 a 10	2880	CDE	12	C	>ou=06	2160
13	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Energias	CDE	13	D	06 a 10	2880	CDE	13	C	>ou=06	2160
14	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Comunicações	CDE	14	D	06 a 10	2880	CDE	14	C	>ou=06	2160
15	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Transportes	CDE	15	D	06 a 10	2880	CDE	15	C	>ou=06	2160
16	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Justiça	CDE	16	D	06 a 10	2880	CDE	16	C	>ou=06	2160
17	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Segurança	CDE	17	D	06 a 10	2880	CDE	17	C	>ou=06	2160
18	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor	CDE	18	D	06 a 10	2880	CDE	18	C	>ou=06	2160
19	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores	CDE	19	D	06 a 10	2880	CDE	19	C	>ou=06	2160
20	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Administ. de Pessoal e Patrimônio	CDE	20	D	06 a 10	2880	CDE	20	C	>ou=06	2160
21	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Natureza Jurídica	CDE	21	D	06 a 10	2880	CDE	21	C	>ou=06	2160

Obs:

Pag. 430

**RELAÇÃO DOS CARGOS E CREDENCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS CÓDIGOS E PRÉ-REQUISITOS
(NÍVEL REGIONAL)**

CONSELHO DE DELIBERAÇÃO E ÉTICA REGIONAL - CDER		CÓDIGOS DAS CREDENCIAIS					PRÉ-REQUISITO - JÁ HAVER TRABALHADO				
COD	DESCRIÇÃO COMPLETA DOS CARGOS	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.
01	Presidente do Conselho de Deliberação e Ética Regional (Estadual)	CDE	01	C	06 a 10	2160	CDE	01	B	>ou=05	1440
02	Vice-Pres. do Conselho de Deliberação e Ética Regional (Estadual)	CDE	02	C	06 a 10	2160	CDE	02	B	>ou=05	1440
03	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Planejamento	CDE	03	C	06 a 10	2160	CDE	03	B	>ou=05	1440
04	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Economia	CDE	04	C	06 a 10	2160	CDE	04	B	>ou=05	1440
05	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Cultura	CDE	05	C	06 a 10	2160	CDE	05	B	>ou=05	1440
06	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Política	CDE	06	C	06 a 10	2160	CDE	06	B	>ou=05	1440
07	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social	CDE	07	C	06 a 10	2160	CDE	07	B	>ou=05	1440
08	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral	CDE	08	C	06 a 10	2160	CDE	08	B	>ou=05	1440
09	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Educação	CDE	09	C	06 a 10	2160	CDE	09	B	>ou=05	1440
10	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Saúde	CDE	10	C	06 a 10	2160	CDE	10	B	>ou=05	1440
11	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Meio Ambiente	CDE	11	C	06 a 10	2160	CDE	11	B	>ou=05	1440
12	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Águas	CDE	12	C	06 a 10	2160	CDE	12	B	>ou=05	1440
13	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Energias	CDE	13	C	06 a 10	2160	CDE	13	B	>ou=05	1440
14	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Comunicações	CDE	14	C	06 a 10	2160	CDE	14	B	>ou=05	1440
15	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Transportes	CDE	15	C	06 a 10	2160	CDE	15	B	>ou=05	1440
16	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Justiça	CDE	16	C	06 a 10	2160	CDE	16	B	>ou=05	1440
17	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Segurança	CDE	17	C	06 a 10	2160	CDE	17	B	>ou=05	1440
18	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor	CDE	18	C	06 a 10	2160	CDE	18	B	>ou=05	1440
19	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores	CDE	19	C	06 a 10	2160	CDE	19	B	>ou=05	1440
20	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Administ. de Pessoal e Patrimônio	CDE	20	C	06 a 10	2160	CDE	20	B	>ou=05	1440
21	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Natureza Jurídica	CDE	21	C	06 a 10	2160	CDE	21	B	>ou=05	1440

Obs:

Pag. 431

**RELAÇÃO DOS CARGOS E CREDENCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS CÓDIGOS E PRÉ-REQUISITOS
(NÍVEL MUNICIPAL)**

CONSELHO DE DELIBERAÇÃO E ÉTICA MUNICIPAL - CDEM		CÓDIGOS DAS CREDENCIAIS					PRÉ-REQUISITO - JÁ HAVER TRABALHADO				
COD	DESCRIÇÃO COMPLETA DOS CARGOS	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.
01	Presidente do Conselho de Deliberação e Ética Municipal	CDE	01	B	04 a 10	1440	CDE	01	A	>ou=04	720
02	Vice-Pres. do Conselho de Deliberação e Ética Municipal	CDE	02	B	04 a 10	1440	CDE	02	A	>ou=04	720
03	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Planejamento	CDE	03	B	04 a 10	1440	CDE	03	A	>ou=04	720
04	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Economia	CDE	04	B	04 a 10	1440	CDE	04	A	>ou=04	720
05	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Cultura	CDE	05	B	04 a 10	1440	CDE	05	A	>ou=04	720
06	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Política	CDE	06	B	04 a 10	1440	CDE	06	A	>ou=04	720
07	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social	CDE	07	B	04 a 10	1440	CDE	07	A	>ou=04	720
08	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral	CDE	08	B	04 a 10	1440	CDE	08	A	>ou=04	720
09	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Educação	CDE	09	B	04 a 10	1440	CDE	09	A	>ou=04	720
10	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Saúde	CDE	10	B	04 a 10	1440	CDE	10	A	>ou=04	720
11	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Meio Ambiente	CDE	11	B	04 a 10	1440	CDE	11	A	>ou=04	720
12	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Águas	CDE	12	B	04 a 10	1440	CDE	12	A	>ou=04	720
13	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Energias	CDE	13	B	04 a 10	1440	CDE	13	A	>ou=04	720
14	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Comunicações	CDE	14	B	04 a 10	1440	CDE	14	A	>ou=04	720
15	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Transportes	CDE	15	B	04 a 10	1440	CDE	15	A	>ou=04	720
16	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Justiça	CDE	16	B	04 a 10	1440	CDE	16	A	>ou=04	720
17	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Segurança	CDE	17	B	04 a 10	1440	CDE	17	A	>ou=04	720
18	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor	CDE	18	B	04 a 10	1440	CDE	18	A	>ou=04	720
19	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores	CDE	19	B	04 a 10	1440	CDE	19	A	>ou=04	720
20	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Administ. de Pessoal e Patrimônio	CDE	20	B	04 a 10	1440	CDE	20	A	>ou=04	720
21	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Natureza Jurídica	CDE	21	B	04 a 10	1440	CDE	21	A	>ou=04	720

Obs:

Pag. 432

**RELAÇÃO DOS CARGOS E CREDENCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS CÓDIGOS E PRÉ-REQUISITOS
(NÍVEL COMUNITÁRIO)**

CONSELHO DE DELIBERAÇÃO E ÉTICA COMUNITÁRIO - CDEC		CÓDIGOS DAS CREDENCIAIS					PRÉ-REQUISITO - JÁ HAVER TRABALHADO				
COD	DESCRIÇÃO COMPLETA DOS CARGOS	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.
01	Presidente do Conselho de Deliberação e Ética Comunitário	CDE	01	A	02 a 10	720	CDE	01	0	>ou=02	0
02	Vice-Pres. do Conselho de Deliberação e Ética Comunitário	CDE	02	A	02 a 10	720	CDE	02	0	>ou=02	0
03	Cons. Com. Coordenador da Célula de Planejamento	CDE	03	A	02 a 10	720	CDE	03	0	>ou=02	0
04	Cons. Com. Coordenador da Célula de Economia	CDE	04	A	02 a 10	720	CDE	04	0	>ou=02	0
05	Cons. Com. Coordenador da Célula de Cultura	CDE	05	A	02 a 10	720	CDE	05	0	>ou=02	0
06	Cons. Com. Coordenador da Célula de Política	CDE	06	A	02 a 10	720	CDE	06	0	>ou=02	0
07	Cons. Com. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social	CDE	07	A	02 a 10	720	CDE	07	0	>ou=02	0
08	Cons. Com. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral	CDE	08	A	02 a 10	720	CDE	08	0	>ou=02	0
09	Cons. Com. Coordenador da Célula de Educação	CDE	09	A	02 a 10	720	CDE	09	0	>ou=02	0
10	Cons. Com. Coordenador da Célula de Saúde	CDE	10	A	02 a 10	720	CDE	10	0	>ou=02	0
11	Cons. Com. Coordenador da Célula de Meio Ambiente	CDE	11	A	02 a 10	720	CDE	11	0	>ou=02	0
12	Cons. Com. Coordenador da Célula de Águas	CDE	12	A	02 a 10	720	CDE	12	0	>ou=02	0
13	Cons. Com. Coordenador da Célula de Energias	CDE	13	A	02 a 10	720	CDE	13	0	>ou=02	0
14	Cons. Com. Coordenador da Célula de Comunicações	CDE	14	A	02 a 10	720	CDE	14	0	>ou=02	0
15	Cons. Com. Coordenador da Célula de Transportes	CDE	15	A	02 a 10	720	CDE	15	0	>ou=02	0
16	Cons. Com. Coordenador da Célula de Justiça	CDE	16	A	02 a 10	720	CDE	16	0	>ou=02	0
17	Cons. Com. Coordenador da Célula de Segurança	CDE	17	A	02 a 10	720	CDE	17	0	>ou=02	0
18	Cons. Com. Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor	CDE	18	A	02 a 10	720	CDE	18	0	>ou=02	0
19	Cons. Com. Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores	CDE	19	A	02 a 10	720	CDE	19	0	>ou=02	0
20	Cons. Com. Coordenador da Célula de Administ. de Pessoal e Patrimônio	CDE	20	A	02 a 10	720	CDE	20	0	>ou=02	0
21	Cons. Com. Coordenador da Célula de Natureza Jurídica	CDE	21	A	02 a 10	720	CDE	21	0	>ou=02	0

Obs:

Pag.433

**RELAÇÃO DOS CARGOS E CREDENCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS CÓDIGOS E PRÉ-REQUISITOS
(NÍVEL NACIONAL)**

DIRETÓRIO EXECUTIVO NACIONAL - DEXN		CÓDIGOS DAS CREDENCIAIS					PRÉ-REQUISITO - JÁ HAVER TRABALHADO				
COD	DESCRIÇÃO COMPLETA DOS CARGOS	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.
01	Presidente do Diretório Nacional	DEX	01	D	06 a 10	2880	DEX	01	C	>ou=06	2160
02	Vice-Presidente do Diretório Nacional	DEX	02	D	06 a 10	2880	DEX	02	C	>ou=06	2160
03	Diretor Executivo Nacional de Planejamento	DEX	03	D	06 a 10	2880	DEX	03	C	>ou=06	2160
04	Diretor Executivo Nacional de Economia	DEX	04	D	06 a 10	2880	DEX	04	C	>ou=06	2160
05	Diretor Executivo Nacional de Cultura	DEX	05	D	06 a 10	2880	DEX	05	C	>ou=06	2160
06	Diretor Executivo Nacional de Política	DEX	06	D	06 a 10	2880	DEX	06	C	>ou=06	2160
07	Diretor Executivo Nacional de Desenvolvimento Social	DEX	07	D	06 a 10	2880	DEX	07	C	>ou=06	2160
08	Diretor Executivo Nacional de Desenvolvimento Moral	DEX	08	D	06 a 10	2880	DEX	08	C	>ou=06	2160
09	Diretor Executivo Nacional de Educação	DEX	09	D	06 a 10	2880	DEX	09	C	>ou=06	2160
10	Diretor Executivo Nacional de Saúde	DEX	10	D	06 a 10	2880	DEX	10	C	>ou=06	2160
11	Diretor Executivo Nacional de Meio Ambiente	DEX	11	D	06 a 10	2880	DEX	11	C	>ou=06	2160
12	Diretor Executivo Nacional de Águas	DEX	12	D	06 a 10	2880	DEX	12	C	>ou=06	2160
13	Diretor Executivo Nacional de Energias	DEX	13	D	06 a 10	2880	DEX	13	C	>ou=06	2160
14	Diretor Executivo Nacional de Comunicações	DEX	14	D	06 a 10	2880	DEX	14	C	>ou=06	2160
15	Diretor Executivo Nacional de Transportes	DEX	15	D	06 a 10	2880	DEX	15	C	>ou=06	2160
16	Diretor Executivo Nacional de Justiça	DEX	16	D	06 a 10	2880	DEX	16	C	>ou=06	2160
17	Diretor Executivo Nacional de Segurança	DEX	17	D	06 a 10	2880	DEX	17	C	>ou=06	2160
18	Diretor Executivo Nacional de Defesa do Consumidor	DEX	18	D	06 a 10	2880	DEX	18	C	>ou=06	2160
19	Diretor Executivo Nacional de Relações e Comércio Exteriores	DEX	19	D	06 a 10	2880	DEX	19	C	>ou=06	2160
20	Diretor Executivo Nacional de Administração de Pessoal e Patrimônio	DEX	20	D	06 a 10	2880	DEX	20	C	>ou=06	2160
21	Diretor Executivo Nacional de Assuntos Jurídicos	DEX	21	D	06 a 10	2880	DEX	21	C	>ou=06	2160

Obs:

Pag. 434

**RELAÇÃO DOS CARGOS E CREDENCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS CÓDIGOS E PRÉ-REQUISITOS
(NÍVEL REGIONAL)**

DIRETÓRIO EXECUTIVO REGIONAL - DEXR		CÓDIGOS DAS CREDENCIAIS					PRÉ-REQUISITO - JÁ HAVER TRABALHADO				
COD	DESCRIÇÃO COMPLETA DOS CARGOS	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.
01	Presidente do Diretório Regional (Estadual)	DEX	01	C	06 a 10	2160	DEX	01	B	>ou=05	1440
02	Vice-Presidente do Diretório Regional (Estadual)	DEX	02	C	06 a 10	2160	DEX	02	B	>ou=05	1440
03	Diretor Executivo Regional de Planejamento	DEX	03	C	06 a 10	2160	DEX	03	B	>ou=05	1440
04	Diretor Executivo Regional de Economia	DEX	04	C	06 a 10	2160	DEX	04	B	>ou=05	1440
05	Diretor Executivo Regional de Cultura	DEX	05	C	06 a 10	2160	DEX	05	B	>ou=05	1440
06	Diretor Executivo Regional de Política	DEX	06	C	06 a 10	2160	DEX	06	B	>ou=05	1440
07	Diretor Executivo Regional de Desenvolvimento Social	DEX	07	C	06 a 10	2160	DEX	07	B	>ou=05	1440
08	Diretor Executivo Regional de Desenvolvimento Moral	DEX	08	C	06 a 10	2160	DEX	08	B	>ou=05	1440
09	Diretor Executivo Regional de Educação	DEX	09	C	06 a 10	2160	DEX	09	B	>ou=05	1440
10	Diretor Executivo Regional de Saúde	DEX	10	C	06 a 10	2160	DEX	10	B	>ou=05	1440
11	Diretor Executivo Regional de Meio Ambiente	DEX	11	C	06 a 10	2160	DEX	11	B	>ou=05	1440
12	Diretor Executivo Regional de Águas	DEX	12	C	06 a 10	2160	DEX	12	B	>ou=05	1440
13	Diretor Executivo Regional de Energias	DEX	13	C	06 a 10	2160	DEX	13	B	>ou=05	1440
14	Diretor Executivo Regional de Comunicações	DEX	14	C	06 a 10	2160	DEX	14	B	>ou=05	1440
15	Diretor Executivo Regional de Transportes	DEX	15	C	06 a 10	2160	DEX	15	B	>ou=05	1440
16	Diretor Executivo Regional de Justiça	DEX	16	C	06 a 10	2160	DEX	16	B	>ou=05	1440
17	Diretor Executivo Regional de Segurança	DEX	17	C	06 a 10	2160	DEX	17	B	>ou=05	1440
18	Diretor Executivo Regional de Defesa do Consumidor	DEX	18	C	06 a 10	2160	DEX	18	B	>ou=05	1440
19	Diretor Executivo Regional de Relações e Comércio Exteriores	DEX	19	C	06 a 10	2160	DEX	19	B	>ou=05	1440
20	Diretor Executivo Regional de Administração de Pessoal e Patrimônio	DEX	20	C	06 a 10	2160	DEX	20	B	>ou=05	1440
21	Diretor Executivo Regional de Assuntos Jurídicos	DEX	21	C	06 a 10	2160	DEX	21	B	>ou=05	1440

Obs:

Pag. 435

**RELAÇÃO DOS CARGOS E CREDENCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS CÓDIGOS E PRÉ-REQUISITOS
(NÍVEL MUNICIPAL)**

DIRETÓRIO EXECUTIVO MUNICIPAL - DEXM		CÓDIGOS DAS CREDENCIAIS					PRÉ-REQUISITO - JÁ HAVER TRABALHADO				
COD	DESCRIÇÃO COMPLETA DOS CARGOS	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.
01	Presidente do Diretório Municipal	DEX	01	B	04 a 10	1440	DEX	01	A	>ou=04	720
02	Vice Presidente do Diretório Municipal	DEX	02	B	04 a 10	1440	DEX	02	A	>ou=04	720
03	Diretor Executivo Municipal de Planejamento	DEX	03	B	04 a 10	1440	DEX	03	A	>ou=04	720
04	Diretor Executivo Municipal de Economia	DEX	04	B	04 a 10	1440	DEX	04	A	>ou=04	720
05	Diretor Executivo Municipal de Cultura	DEX	05	B	04 a 10	1440	DEX	05	A	>ou=04	720
06	Diretor Executivo Municipal de Política	DEX	06	B	04 a 10	1440	DEX	06	A	>ou=04	720
07	Diretor Executivo Municipal de Desenvolvimento Social	DEX	07	B	04 a 10	1440	DEX	07	A	>ou=04	720
08	Diretor Executivo Municipal de Desenvolvimento Moral	DEX	08	B	04 a 10	1440	DEX	08	A	>ou=04	720
09	Diretor Executivo Municipal de Educação	DEX	09	B	04 a 10	1440	DEX	09	A	>ou=04	720
10	Diretor Executivo Municipal de Saúde	DEX	10	B	04 a 10	1440	DEX	10	A	>ou=04	720
11	Diretor Executivo Municipal de Meio Ambiente	DEX	11	B	04 a 10	1440	DEX	11	A	>ou=04	720
12	Diretor Executivo Municipal de Águas	DEX	12	B	04 a 10	1440	DEX	12	A	>ou=04	720
13	Diretor Executivo Municipal de Energias	DEX	13	B	04 a 10	1440	DEX	13	A	>ou=04	720
14	Diretor Executivo Municipal de Comunicações	DEX	14	B	04 a 10	1440	DEX	14	A	>ou=04	720
15	Diretor Executivo Municipal de Transportes	DEX	15	B	04 a 10	1440	DEX	15	A	>ou=04	720
16	Diretor Executivo Municipal de Justiça	DEX	16	B	04 a 10	1440	DEX	16	A	>ou=04	720
17	Diretor Executivo Municipal de Segurança	DEX	17	B	04 a 10	1440	DEX	17	A	>ou=04	720
18	Diretor Executivo Municipal de Defesa do Consumidor	DEX	18	B	04 a 10	1440	DEX	18	A	>ou=04	720
19	Diretor Executivo Municipal de Relações e Comércio Exteriores	DEX	19	B	04 a 10	1440	DEX	19	A	>ou=04	720
20	Diretor Executivo Municipal de Administração de Pessoal e Patrimônio	DEX	20	B	04 a 10	1440	DEX	20	A	>ou=04	720
21	Diretor Executivo Municipal de Assuntos Jurídicos	DEX	21	B	04 a 10	1440	DEX	21	A	>ou=04	720

Obs:

Pag.436

**RELAÇÃO DOS CARGOS E CREDENCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS CÓDIGOS E PRÉ-REQUISITOS
(NÍVEL COMUNITÁRIO)**

DIRETÓRIO EXECUTIVO COMUNITÁRIO - DEXC		CÓDIGOS DAS CREDENCIAIS					PRÉ-REQUISITO - JÁ HAVER TRABALHADO				
COD	DESCRIÇÃO COMPLETA DOS CARGOS	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.
01	Presidente do Diretório Comunitário	DEX	01	A	02 a 10	720	DEX	01	0	>ou=02	0
02	Vice Presidente do Diretório Comunitário	DEX	02	A	02 a 10	720	DEX	02	0	>ou=02	0
03	Diretor Executivo Comunitário de Planejamento	DEX	03	A	02 a 10	720	DEX	03	0	>ou=02	0
04	Diretor Executivo Comunitário de Economia	DEX	04	A	02 a 10	720	DEX	04	0	>ou=02	0
05	Diretor Executivo Comunitário de Cultura	DEX	05	A	02 a 10	720	DEX	05	0	>ou=02	0
06	Diretor Executivo Comunitário de Política	DEX	06	A	02 a 10	720	DEX	06	0	>ou=02	0
07	Diretor Executivo Comunitário de Desenvolvimento Social	DEX	07	A	02 a 10	720	DEX	07	0	>ou=02	0
08	Diretor Executivo Comunitário de Desenvolvimento Moral	DEX	08	A	02 a 10	720	DEX	08	0	>ou=02	0
09	Diretor Executivo Comunitário de Educação	DEX	09	A	02 a 10	720	DEX	09	0	>ou=02	0
10	Diretor Executivo Comunitário de Saúde	DEX	10	A	02 a 10	720	DEX	10	0	>ou=02	0
11	Diretor Executivo Comunitário de Meio Ambiente	DEX	11	A	02 a 10	720	DEX	11	0	>ou=02	0
12	Diretor Executivo Comunitário de Águas	DEX	12	A	02 a 10	720	DEX	12	0	>ou=02	0
13	Diretor Executivo Comunitário de Energias	DEX	13	A	02 a 10	720	DEX	13	0	>ou=02	0
14	Diretor Executivo Comunitário de Comunicações	DEX	14	A	02 a 10	720	DEX	14	0	>ou=02	0
15	Diretor Executivo Comunitário de Transportes	DEX	15	A	02 a 10	720	DEX	15	0	>ou=02	0
16	Diretor Executivo Comunitário de Justiça	DEX	16	A	02 a 10	720	DEX	16	0	>ou=02	0
17	Diretor Executivo Comunitário de Segurança	DEX	17	A	02 a 10	720	DEX	17	0	>ou=02	0
18	Diretor Executivo Comunitário de Defesa do Consumidor	DEX	18	A	02 a 10	720	DEX	18	0	>ou=02	0
19	Diretor Executivo Comunitário de Relações e Comércio Exteriores	DEX	19	A	02 a 10	720	DEX	19	0	>ou=02	0
20	Diretor Executivo Comunitário de Administração de Pessoal e Patrimônio	DEX	20	A	02 a 10	720	DEX	20	0	>ou=02	0
21	Diretor Executivo Comunitário de Assuntos Jurídicos	DEX	21	A	02 a 10	720	DEX	21	0	>ou=02	0

Obs:

Pag.437

**Relação dos Cargos Dentro do Partido, suas Credenciais e Cargos Correspondentes no Congresso Constituinte
(Nível Nacional)**

TOTAL DE REGIÕES (ESTADOS) = 202		TOTAL DE REPRESENTANTES P/REGIÃO (ESTADO) = 03					TOTAL DE CARGOS = 606				
CONSELHO DE DELIBERAÇÃO E ÉTICA NACIONAL - CDEN		CREDENCIAIS EXIGIDAS (REQUISITOS)					CONGRESSO CONSTITUINTE NACIONAL				
COD	CARGOS DENTRO DO PARTIDO	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	COD	CARGOS CORRESPONDENTES NO CONGRESSO			
01	Presidente do Conselho de Deliberação e Ética Nacional	CDE	01	D	06 a 10	2880	01	Presidente do Congresso Constituinte Nacional			
02	Vice-Pres. do Conselho de Deliberação e Ética Nacional	CDE	02	D	06 a 10	2880	02	Vice-Pres. do Congresso Constituinte Nacional			
03	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Planejamento	CDE	03	D	06 a 10	2880	03	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Planejamento			
04	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Economia	CDE	04	D	06 a 10	2880	04	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Economia			
05	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Cultura	CDE	05	D	06 a 10	2880	05	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Cultura			
06	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Política	CDE	06	D	06 a 10	2880	06	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Política			
07	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social	CDE	07	D	06 a 10	2880	07	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social			
08	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral	CDE	08	D	06 a 10	2880	08	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral			
09	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Educação	CDE	09	D	06 a 10	2880	09	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Educação			
10	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Saúde	CDE	10	D	06 a 10	2880	10	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Saúde			
11	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Meio Ambiente	CDE	11	D	06 a 10	2880	11	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Meio Ambiente			
12	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Águas	CDE	12	D	06 a 10	2880	12	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Águas			
13	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Energias	CDE	13	D	06 a 10	2880	13	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Energias			
14	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Comunicações	CDE	14	D	06 a 10	2880	14	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Comunicações			
15	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Transportes	CDE	15	D	06 a 10	2880	15	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Transportes			
16	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Justiça	CDE	16	D	06 a 10	2880	16	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Justiça			
17	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Segurança	CDE	17	D	06 a 10	2880	17	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Segurança			
18	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor	CDE	18	D	06 a 10	2880	18	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor			
19	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores	CDE	19	D	06 a 10	2880	19	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores			
20	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Administ. de Pessoal e Patrimônio	CDE	20	D	06 a 10	2880	20	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Administ. de Pessoal e Patrimônio			
21	Cons. Nac. Coordenador da Célula de Natureza Jurídica	CDE	21	D	06 a 10	2880	21	Cong. Nac. Coordenador da Célula de Natureza Jurídica			

Obs:

Pag.438

Relação dos Cargos Dentro do Partido, suas Credenciais e Cargos Correspondentes no Congresso Constituinte (Nível Regional)											
TOTAL DE MUNICÍPIOS = 5.507				TOTAL DE REPRESENTANTES PMUNICÍPIO = 03				TOTAL DE CARGOS = 16.521			
CONSELHO DE DELIBERAÇÃO E ÉTICA REGIONAL - CDER				CREDENCIAIS EXIGIDAS (REQUISITOS)			CONGRESSO CONSTITUINTE REGIONAL				
COD	CARGOS DENTRO DO PARTIDO			ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	COD	CARGOS CORRESPONDENTES NO CONGRESSO	
01	Presidente do Conselho de Deliberação e Ética Regional (Estadual)			CDE	01	C	06 a 10	2160	01	Presidente do Congresso Constituinte Regional (Estadual)	
02	Vice-Pres. do Conselho de Deliberação e Ética Regional (Estadual)			CDE	02	C	06 a 10	2160	02	Vice-Pres. do Congresso Constituinte Regional (Estadual)	
03	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Planejamento			CDE	03	C	06 a 10	2160	03	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Planejamento	
04	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Economia			CDE	04	C	06 a 10	2160	04	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Economia	
05	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Cultura			CDE	05	C	06 a 10	2160	05	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Cultura	
06	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Política			CDE	06	C	06 a 10	2160	06	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Política	
07	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social			CDE	07	C	06 a 10	2160	07	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social	
08	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral			CDE	08	C	06 a 10	2160	08	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral	
09	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Educação			CDE	09	C	06 a 10	2160	09	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Educação	
10	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Saúde			CDE	10	C	06 a 10	2160	10	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Saúde	
11	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Meio Ambiente			CDE	11	C	06 a 10	2160	11	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Meio Ambiente	
12	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Águas			CDE	12	C	06 a 10	2160	12	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Águas	
13	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Energias			CDE	13	C	06 a 10	2160	13	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Energias	
14	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Comunicações			CDE	14	C	06 a 10	2160	14	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Comunicações	
15	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Transportes			CDE	15	C	06 a 10	2160	15	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Transportes	
16	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Justiça			CDE	16	C	06 a 10	2160	16	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Justiça	
17	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Segurança			CDE	17	C	06 a 10	2160	17	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Segurança	
18	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor			CDE	18	C	06 a 10	2160	18	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor	
19	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores			CDE	19	C	06 a 10	2160	19	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores	
20	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Administ. de Pessoal e Patrimônio			CDE	20	C	06 a 10	2160	20	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Administ. de Pessoal e Patrimônio	
21	Cons. Reg. Coordenador da Célula de Natureza Jurídica			CDE	21	C	06 a 10	2160	21	Cong. Reg. Coordenador da Célula de Natureza Jurídica	

Obs:

Pag.439

Relação dos Cargos Dentro do Partido, suas Credenciais e Cargos Correspondentes no Congresso Constituinte (Nível Municipal)											
TOTAL DE CONGRESSOS CONSTITUINTE COMUNITÁRIOS = 85.000				TOTAL DE REPRESENTANTES P/CONG. CONST. COMUNITÁRIO = 03				TOTAL DE CARGOS = 255.000			
CONSELHO DE DELIBERAÇÃO E ÉTICA MUNICIPAL - CDEM				CREDENCIAIS EXIGIDAS (REQUISITOS)			CONGRESSO CONSTITUINTE MUNICIPAL				
COD	CARGOS DENTRO DO PARTIDO			ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	COD	CARGOS CORRESPONDENTES NO CONGRESSO	
01	Presidente do Conselho de Deliberação e Ética Municipal			CDE	01	B	04 a 10	1440	01	Presidente do Congresso Constituinte Municipal	
02	Vice-Pres. do Conselho de Deliberação e Ética Municipal			CDE	02	B	04 a 10	1440	02	Vice-Pres. do Congresso Constituinte Municipal	
03	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Planejamento			CDE	03	B	04 a 10	1440	03	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Planejamento	
04	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Economia			CDE	04	B	04 a 10	1440	04	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Economia	
05	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Cultura			CDE	05	B	04 a 10	1440	05	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Cultura	
06	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Política			CDE	06	B	04 a 10	1440	06	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Política	
07	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social			CDE	07	B	04 a 10	1440	07	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social	
08	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral			CDE	08	B	04 a 10	1440	08	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral	
09	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Educação			CDE	09	B	04 a 10	1440	09	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Educação	
10	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Saúde			CDE	10	B	04 a 10	1440	10	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Saúde	
11	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Meio Ambiente			CDE	11	B	04 a 10	1440	11	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Meio Ambiente	
12	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Águas			CDE	12	B	04 a 10	1440	12	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Águas	
13	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Energias			CDE	13	B	04 a 10	1440	13	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Energias	
14	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Comunicações			CDE	14	B	04 a 10	1440	14	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Comunicações	
15	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Transportes			CDE	15	B	04 a 10	1440	15	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Transportes	
16	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Justiça			CDE	16	B	04 a 10	1440	16	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Justiça	
17	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Segurança			CDE	17	B	04 a 10	1440	17	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Segurança	
18	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor			CDE	18	B	04 a 10	1440	18	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor	
19	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores			CDE	19	B	04 a 10	1440	19	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores	
20	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Administ. de Pessoal e Patrimônio			CDE	20	B	04 a 10	1440	20	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Administ. de Pessoal e Patrimônio	
21	Cons. Mun. Coordenador da Célula de Natureza Jurídica			CDE	21	B	04 a 10	1440	21	Cong. Mun. Coordenador da Célula de Natureza Jurídica	

Obs:

Pag.440

Relação dos Cargos Dentro do Partido, suas Credenciais e Cargos Correspondentes no Congresso Constituinte (Nível Comunitário)											
TOTAL DE CONGRESSOS CONSTITUINTES COMUNITÁRIOS = 85.000				TOTAL DE REPRESENTANTES DA COMUNIDADE = 21				TOTAL DE CARGOS = 1.785.000			
CONSELHO DE DELIBERAÇÃO E ÉTICA COMUNITÁRIO - CDEC				CREDENCIAIS EXIGIDAS (REQUISITOS)			CONGRESSO CONSTITUINTE COMUNITÁRIO				
COD	CARGOS DENTRO DO PARTIDO			ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	COD	CARGOS CORRESPONDENTES NO CONGRESSO	
01	Presidente do Conselho de Deliberação e Ética Comunitário			CDE	01	A	02 a 10	720	01	Presidente do Congresso Constituinte Comunitário	
02	Vice-Pres. do Conselho de Deliberação e Ética Comunitário			CDE	02	A	02 a 10	720	02	Vice-Pres. do Congresso Constituinte Comunitário	
03	Cons. Com. Coordenador da Célula de Planejamento			CDE	03	A	02 a 10	720	03	Cong. Com. Coordenador da Célula de Planejamento	
04	Cons. Com. Coordenador da Célula de Economia			CDE	04	A	02 a 10	720	04	Cong. Com. Coordenador da Célula de Economia	
05	Cons. Com. Coordenador da Célula de Cultura			CDE	05	A	02 a 10	720	05	Cong. Com. Coordenador da Célula de Cultura	
06	Cons. Com. Coordenador da Célula de Política			CDE	06	A	02 a 10	720	06	Cong. Com. Coordenador da Célula de Política	
07	Cons. Com. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social			CDE	07	A	02 a 10	720	07	Cong. Com. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Social	
08	Cons. Com. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral			CDE	08	A	02 a 10	720	08	Cong. Com. Coordenador da Célula de Desenvolvimento Moral	
09	Cons. Com. Coordenador da Célula de Educação			CDE	09	A	02 a 10	720	09	Cong. Com. Coordenador da Célula de Educação	
10	Cons. Com. Coordenador da Célula de Saúde			CDE	10	A	02 a 10	720	10	Cong. Com. Coordenador da Célula de Saúde	
11	Cons. Com. Coordenador da Célula de Meio Ambiente			CDE	11	A	02 a 10	720	11	Cong. Com. Coordenador da Célula de Meio Ambiente	
12	Cons. Com. Coordenador da Célula de Águas			CDE	12	A	02 a 10	720	12	Cong. Com. Coordenador da Célula de Águas	
13	Cons. Com. Coordenador da Célula de Energias			CDE	13	A	02 a 10	720	13	Cong. Com. Coordenador da Célula de Energias	
14	Cons. Com. Coordenador da Célula de Comunicações			CDE	14	A	02 a 10	720	14	Cong. Com. Coordenador da Célula de Comunicações	
15	Cons. Com. Coordenador da Célula de Transportes			CDE	15	A	02 a 10	720	15	Cong. Com. Coordenador da Célula de Transportes	
16	Cons. Com. Coordenador da Célula de Justiça			CDE	16	A	02 a 10	720	16	Cong. Com. Coordenador da Célula de Justiça	
17	Cons. Com. Coordenador da Célula de Segurança			CDE	17	A	02 a 10	720	17	Cong. Com. Coordenador da Célula de Segurança	
18	Cons. Com. Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor			CDE	18	A	02 a 10	720	18	Cong. Com. Coordenador da Célula de Defesa do Consumidor	
19	Cons. Com. Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores			CDE	19	A	02 a 10	720	19	Cong. Com. Coordenador da Célula de Relações e Comércio Exteriores	
20	Cons. Com. Coordenador da Célula de Administr. de Pessoal e Patrimônio			CDE	20	A	02 a 10	720	20	Cong. Com. Coordenador da Célula de Administr. de Pessoal e Patrimônio	
21	Cons. Com. Coordenador da Célula de Natureza Jurídica			CDE	21	A	02 a 10	720	21	Cong. Com. Coordenador da Célula de Natureza Jurídica	

Obs:

Pag.441

Relação dos Cargos Dentro do Partido, suas Credenciais e Cargos Correspondentes no Governo (Nível Nacional)											
TOTAL DE DIRETÓRIOS NACIONAIS = 01				TOTAL DE REPRESENTANTES POR DIRETÓRIO NACIONAL = 21				TOTAL DE CARGOS = 21			
DIRETÓRIO EXECUTIVO NACIONAL - DEXN				CREDENCIAIS EXIGIDAS (REQUISITOS)			GOVERNO FEDERAL				
COD	CARGOS DENTRO DO PARTIDO			ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	COD	CARGOS CORRESPONDENTES NO GOVERNO	
01	Presidente do Diretório Nacional			DEX	01	D	06 a 10	2880	01	Presidente da República	
02	Vice-Presidente do Diretório Nacional			DEX	02	D	06 a 10	2880	02	Vice-Presidente da República	
03	Diretor Executivo Nacional de Planejamento			DEX	03	D	06 a 10	2880	03	Ministro do Departamento de Planejamento	
04	Diretor Executivo Nacional de Economia			DEX	04	D	06 a 10	2880	04	Ministro do Departamento de Economia	
05	Diretor Executivo Nacional de Cultura			DEX	05	D	06 a 10	2880	05	Ministro do Departamento de Cultura	
06	Diretor Executivo Nacional de Política			DEX	06	D	06 a 10	2880	06	Ministro do Departamento de Política	
07	Diretor Executivo Nacional de Desenvolvimento Social			DEX	07	D	06 a 10	2880	07	Ministro do Departamento de Desenvolvimento Social	
08	Diretor Executivo Nacional de Desenvolvimento Moral			DEX	08	D	06 a 10	2880	08	Ministro do Departamento de Desenvolvimento Moral	
09	Diretor Executivo Nacional de Educação			DEX	09	D	06 a 10	2880	09	Ministro do Departamento de Educação	
10	Diretor Executivo Nacional de Saúde			DEX	10	D	06 a 10	2880	10	Ministro do Departamento de Saúde	
11	Diretor Executivo Nacional de Meio Ambiente			DEX	11	D	06 a 10	2880	11	Ministro do Departamento de Meio Ambiente	
12	Diretor Executivo Nacional de Águas			DEX	12	D	06 a 10	2880	12	Ministro do Departamento de Águas	
13	Diretor Executivo Nacional de Energias			DEX	13	D	06 a 10	2880	13	Ministro do Departamento de Energias	
14	Diretor Executivo Nacional de Comunicações			DEX	14	D	06 a 10	2880	14	Ministro do Departamento de Comunicações	
15	Diretor Executivo Nacional de Transportes			DEX	15	D	06 a 10	2880	15	Ministro do Departamento de Transportes	
16	Diretor Executivo Nacional de Justiça			DEX	16	D	06 a 10	2880	16	Ministro do Departamento de Justiça	
17	Diretor Executivo Nacional de Segurança			DEX	17	D	06 a 10	2880	17	Ministro do Departamento de Segurança	
18	Diretor Executivo Nacional de Defesa do Consumidor			DEX	18	D	06 a 10	2880	18	Ministro do Departamento de Defesa do Consumidor	
19	Diretor Executivo Nacional de Relações e Comércio Exteriores			DEX	19	D	06 a 10	2880	19	Ministro do Departamento de Relações e Comércio Exteriores	
20	Diretor Executivo Nacional de Administração de Pessoal e Patrimônio			DEX	20	D	06 a 10	2880	20	Ministro do Departamento de Administração de Pessoal e Patrimônio	
21	Diretor Executivo Nacional de Assuntos Jurídicos			DEX	21	D	06 a 10	2880	21	Ministro do Departamento de Assuntos Jurídicos	

Obs:

Pag.442

Relação dos Cargos Dentro do Partido, suas Credenciais e Cargos Correspondentes no Governo (Nível Regional)											
TOTAL DE DIRETÓRIOS REGIONAIS = 202					TOTAL DE REPRESENTANTES POR DIRETÓRIO REGIONAL = 21			TOTAL DE CARGOS = 4.242			
DIRETÓRIO EXECUTIVO REGIONAL - DEXR					CREDENCIAIS EXIGIDAS (REQUISITOS)			GOVERNO REGIONAL (ESTADUAL)			
COD	CARGOS DENTRO DO PARTIDO				ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	COD	CARGOS CORRESPONDENTES NO GOVERNO
01	Presidente do Diretório Regional (Estadual)				DEX	01	C	06 a 10	2160	01	Governador do Estado
02	Vice-Presidente do Diretório Regional (Estadual)				DEX	02	C	06 a 10	2160	02	Vice-Governador do Estado
03	Diretor Executivo Regional de Planejamento				DEX	03	C	06 a 10	2160	03	Secretário Regional de Planejamento
04	Diretor Executivo Regional de Economia				DEX	04	C	06 a 10	2160	04	Secretário Regional de Economia
05	Diretor Executivo Regional de Cultura				DEX	05	C	06 a 10	2160	05	Secretário Regional de Cultura
06	Diretor Executivo Regional de Política				DEX	06	C	06 a 10	2160	06	Secretário Regional de Política
07	Diretor Executivo Regional de Desenvolvimento Social				DEX	07	C	06 a 10	2160	07	Secretário Regional de Desenvolvimento Social
08	Diretor Executivo Regional de Desenvolvimento Moral				DEX	08	C	06 a 10	2160	08	Secretário Regional de Desenvolvimento Moral
09	Diretor Executivo Regional de Educação				DEX	09	C	06 a 10	2160	09	Secretário Regional de Educação
10	Diretor Executivo Regional de Saúde				DEX	10	C	06 a 10	2160	10	Secretário Regional de Saúde
11	Diretor Executivo Regional de Meio Ambiente				DEX	11	C	06 a 10	2160	11	Secretário Regional de Meio Ambiente
12	Diretor Executivo Regional de Águas				DEX	12	C	06 a 10	2160	12	Secretário Regional de Águas
13	Diretor Executivo Regional de Energias				DEX	13	C	06 a 10	2160	13	Secretário Regional de Energias
14	Diretor Executivo Regional de Comunicações				DEX	14	C	06 a 10	2160	14	Secretário Regional de Comunicações
15	Diretor Executivo Regional de Transportes				DEX	15	C	06 a 10	2160	15	Secretário Regional de Transportes
16	Diretor Executivo Regional de Justiça				DEX	16	C	06 a 10	2160	16	Secretário Regional de Justiça
17	Diretor Executivo Regional de Segurança				DEX	17	C	06 a 10	2160	17	Secretário Regional de Segurança
18	Diretor Executivo Regional de Defesa do Consumidor				DEX	18	C	06 a 10	2160	18	Secretário Regional de Defesa do Consumidor
19	Diretor Executivo Regional de Relações e Comércio Exteriores				DEX	19	C	06 a 10	2160	19	Secretário Regional de Relações e Comércio Exteriores
20	Diretor Executivo Regional de Administração de Pessoal e Patrimônio				DEX	20	C	06 a 10	2160	20	Secretário Regional de Administração de Pessoal e Patrimônio
21	Diretor Executivo Regional de Assuntos Jurídicos				DEX	21	C	06 a 10	2160	21	Secretário Regional de Assuntos Jurídicos

Obs:

Pag.443

Relação dos Cargos Dentro do Partido, suas Credenciais e Cargos Correspondentes no Governo (Nível Municipal)											
TOTAL DE DIRETÓRIOS MUNICIPAIS = 5.507					TOTAL DE REPRESENTANTES POR DIRETÓRIO MUNICIPAL = 21			TOTAL DE CARGOS = 115.647			
DIRETÓRIO EXECUTIVO MUNICIPAL - DEXM					CREDENCIAIS EXIGIDAS (REQUISITOS)			GOVERNO MUNICIPAL			
COD	CARGOS DENTRO DO PARTIDO				ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	COD	CARGOS CORRESPONDENTES NO GOVERNO
01	Presidente do Diretório Municipal				DEX	01	B	04 a 10	1440	01	Prefeito Municipal
02	Vice-Presidente do Diretório Municipal				DEX	02	B	04 a 10	1440	02	Vice Prefeito Municipal
03	Diretor Executivo Municipal de Planejamento				DEX	03	B	04 a 10	1440	03	Secretário Municipal de Planejamento
04	Diretor Executivo Municipal de Economia				DEX	04	B	04 a 10	1440	04	Secretário Municipal de Economia
05	Diretor Executivo Municipal de Cultura				DEX	05	B	04 a 10	1440	05	Secretário Municipal de Cultura
06	Diretor Executivo Municipal de Política				DEX	06	B	04 a 10	1440	06	Secretário Municipal de Política
07	Diretor Executivo Municipal de Desenvolvimento Social				DEX	07	B	04 a 10	1440	07	Secretário Municipal de Desenvolvimento Social
08	Diretor Executivo Municipal de Desenvolvimento Moral				DEX	08	B	04 a 10	1440	08	Secretário Municipal de Desenvolvimento Moral
09	Diretor Executivo Municipal de Educação				DEX	09	B	04 a 10	1440	09	Secretário Municipal de Educação
10	Diretor Executivo Municipal de Saúde				DEX	10	B	04 a 10	1440	10	Secretário Municipal de Saúde
11	Diretor Executivo Municipal de Meio Ambiente				DEX	11	B	04 a 10	1440	11	Secretário Municipal de Meio Ambiente
12	Diretor Executivo Municipal de Águas				DEX	12	B	04 a 10	1440	12	Secretário Municipal de Águas
13	Diretor Executivo Municipal de Energias				DEX	13	B	04 a 10	1440	13	Secretário Municipal de Energias
14	Diretor Executivo Municipal de Comunicações				DEX	14	B	04 a 10	1440	14	Secretário Municipal de Comunicações
15	Diretor Executivo Municipal de Transportes				DEX	15	B	04 a 10	1440	15	Secretário Municipal de Transportes
16	Diretor Executivo Municipal de Justiça				DEX	16	B	04 a 10	1440	16	Secretário Municipal de Justiça
17	Diretor Executivo Municipal de Segurança				DEX	17	B	04 a 10	1440	17	Secretário Municipal de Segurança
18	Diretor Executivo Municipal de Defesa do Consumidor				DEX	18	B	04 a 10	1440	18	Secretário Municipal de Defesa do Consumidor
19	Diretor Executivo Municipal de Relações e Comércio Exteriores				DEX	19	B	04 a 10	1440	19	Secretário Municipal de Relações e Comércio Exteriores
20	Diretor Executivo Municipal de Administração de Pessoal e Patrimônio				DEX	20	B	04 a 10	1440	20	Secretário Municipal de Administração de Pessoal e Patrimônio
21	Diretor Executivo Municipal de Assuntos Jurídicos				DEX	21	B	04 a 10	1440	21	Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

Obs:

Pag.444

**Relação dos Cargos Dentro do Partido, suas Credenciais e Cargos Correspondentes no Governo
(Nível Comunitário)**

TOTAL DE DIRETÓRIOS COMUNITÁRIOS = 85.000		TOTAL DE REPRESENTANTES POR DIRETÓRIO COMUNITÁRIO = 21					TOTAL DE CARGOS = 1.785.000	
DIRETÓRIO EXECUTIVO COMUNITÁRIO - DEXC		CREDENCIAIS EXIGIDAS (REQUISITOS)					GOVERNO COMUNITÁRIO	
COD	CARGOS DENTRO DO PARTIDO	ÓRGÃO	ESPEC	NÍVEL	G.INST.	T.S.H.	COD	CARGOS CORRESPONDENTES NO GOVERNO
01	Presidente do Diretório Comunitário	DEX	01	A	02 a 10	720	01	1º Subprefeito Municipal
02	Vice Presidente do Diretório Comunitário	DEX	02	A	02 a 10	720	02	2º Subprefeito Municipal
03	Diretor Executivo Comunitário de Planejamento	DEX	03	A	02 a 10	720	03	Subsecretário Comunitário de Planejamento
04	Diretor Executivo Comunitário de Economia	DEX	04	A	02 a 10	720	04	Subsecretário Comunitário de Economia
05	Diretor Executivo Comunitário de Cultura	DEX	05	A	02 a 10	720	05	Subsecretário Comunitário de Cultura
06	Diretor Executivo Comunitário de Política	DEX	06	A	02 a 10	720	06	Subsecretário Comunitário de Política
07	Diretor Executivo Comunitário de Desenvolvimento Social	DEX	07	A	02 a 10	720	07	Subsecretário Comunitário de Desenvolvimento Social
08	Diretor Executivo Comunitário de Desenvolvimento Moral	DEX	08	A	02 a 10	720	08	Subsecretário Comunitário de Desenvolvimento Moral
09	Diretor Executivo Comunitário de Educação	DEX	09	A	02 a 10	720	09	Subsecretário Comunitário de Educação
10	Diretor Executivo Comunitário de Saúde	DEX	10	A	02 a 10	720	10	Subsecretário Comunitário de Saúde
11	Diretor Executivo Comunitário de Meio Ambiente	DEX	11	A	02 a 10	720	11	Subsecretário Comunitário de Meio Ambiente
12	Diretor Executivo Comunitário de Águas	DEX	12	A	02 a 10	720	12	Subsecretário Comunitário de Águas
13	Diretor Executivo Comunitário de Energias	DEX	13	A	02 a 10	720	13	Subsecretário Comunitário de Energias
14	Diretor Executivo Comunitário de Comunicações	DEX	14	A	02 a 10	720	14	Subsecretário Comunitário de Comunicações
15	Diretor Executivo Comunitário de Transportes	DEX	15	A	02 a 10	720	15	Subsecretário Comunitário de Transportes
16	Diretor Executivo Comunitário de Justiça	DEX	16	A	02 a 10	720	16	Subsecretário Comunitário de Justiça
17	Diretor Executivo Comunitário de Segurança	DEX	17	A	02 a 10	720	17	Subsecretário Comunitário de Segurança
18	Diretor Executivo Comunitário de Defesa do Consumidor	DEX	18	A	02 a 10	720	18	Subsecretário Comunitário de Defesa do Consumidor
19	Diretor Executivo Comunitário de Relações e Comércio Exteriores	DEX	19	A	02 a 10	720	19	Subsecretário Comunitário de Relações e Comércio Exteriores
20	Diretor Executivo Comunitário de Administração de Pessoal e Patrimônio	DEX	20	A	02 a 10	720	20	Subsecretário Comunitário de Administração de Pessoal e Patrimônio
21	Diretor Executivo Comunitário de Assuntos Jurídicos	DEX	21	A	02 a 10	720	21	Subsecretário Comunitário de Assuntos Jurídicos

Obs: